



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERRAS GERAIZEIRAS EM DISPUTA: OS PROCESSOS DE AUTOAFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA E RETOMADA TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
DE RIO PARDO DE MINAS FRENTE À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA**

JONIELSON RIBEIRO DE SOUZA

BRASÍLIA - DF E RIO PARDO DE MINAS

2017

JONIELSON RIBEIRO DE SOUZA

**TERRAS GERAIZEIRAS EM DISPUTA: OS PROCESSOS DE AUTOAFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA E RETOMADA TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
DE RIO PARDO DE MINAS FRENTE À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Orientador: SÉRGIO SAUER

BRASÍLIA - DF E RIO PARDO DE MINAS

2017

Souza, Jonielson Ribeiro de.

Terras geraizeiras em disputa: os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial de comunidades tradicionais de Rio Pardo de Minas frente à concentração fundiária / Jonielson Ribeiro de Souza. Brasília - DF, 2017. 228 f.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sauer.

1. Comunidades tradicionais 2. Estrutura fundiária 3. Território. 4. Identidade I. Souza, Jonielson Ribeiro. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

JONIELSON RIBEIRO DE SOUZA

**TERRAS GERAIZEIRAS EM DISPUTA: OS PROCESSOS DE AUTOAFIRMAÇÃO
IDENTITÁRIA E RETOMADA TERRITORIAL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS
DE RIO PARDO DE MINAS FRENTE À CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA**

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 11 de maio de 2017.

Brasília - DF,

Dr. Sérgio Sauer – FUP/UnB

Orientador

Dra. Mônica Nogueira – CDS/UnB

Examinadora interna

Dr. Aderval Costa Filho – UFMG

Examinador externo

*Àquela que tanto me inspira em sabedoria, força e amor, minha mãe, Geralda;
Àquela que segue a meu lado por todos os caminhos, Andreia;
Às maiores de minhas venturas, Alice e Heitor;
Ao grande carpinteiro, ido a chamado de Jesus para ajuda-lo em carpintarias de
outras paragens, meu pai, Ventura;
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Aos colegas e professores do MESPT, pelas partilhas, aprendizados e diversões;

Ao meu orientador, Sérgio Sauer, pela confiança, estímulos e aprendizados;

A Mônica Nogueira, pela cumplicidade e cuidado com que trata as coisas dos Gerais e do MESPT;

Aos professores Juscelino e Ana Tereza, pelas imprescindíveis contribuições a este texto;

A Moisés D. de Oliveira, pela generosidade com que partilha suas experiências de luta e sabedoria;

A Elmy Pereira Soares, pela confiança e apoio;

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, instituição símbolo de apoio a luta de nossos geraizeiros e agricultores familiares;

A Paulo Ferreira, pela elaboração dos preciosos mapas para este trabalho;

A Aldinei Leão, pelo companheirismo, compadrio, amizade, prosas e cervejas;

A André Alves, Isabel Brito, Carlos Dayrell, Ronaldo de Almeida e João Batista, pela disponibilização de material que auxiliaram na elaboração deste texto;

Aos colegas de trabalho Vicente e Paulo Afonso;

A Mauro, Mayume, Geicyelli, Neusa e Valdir pelas conversas, parcerias e cuidado com que tocam a RDS Nascentes Geraizeiras;

A Larissa e Jamile, sobrinhas lindas, e a Marli, Neia e Adriana, pelos cuidados e carinhos dispensados a minha Alice;

Aos Geraizeiros e Geraizeiras das comunidades Raiz, Sobrado e Moreira, nas pessoas de Venil, Maísa, Luciana, Zé Melo, Zé Sabiá, Lia, Cícero e Adeilson;

E aos que cederam um pouquinho de seu tempo para entrevistas: Dona Clemência, Dona Alvina, Maria Prates, Viviane, Sr. Antônio e Dona Ormezina;

Aos geraizeirinhos e geraizeirinhas do Sobrado, pela fibra com que lidaram com a oficina de teatro;

A todos os Geraizeiros e Geraizeiras em luta.

RESUMO

Este trabalho analisa processos de autorreconhecimento identitário e retomada territorial de comunidades tradicionais geraizeiras a partir da problematização da questão da estrutura fundiária do município de Rio Pardo de Minas. Procura refletir sobre como a monocultura do eucalipto, implantada no norte do Estado de Minas Gerais a partir da década de 1970, impactou essas comunidades em seus aspectos produtivos, culturais, sociais e fundiários, com foco nas comunidades Raiz, Moreira e Sobrado, daquele município. A concentração fundiária é uma das características históricas da região que foram intensificadas devido à acumulação de terras por grandes empresas monocultoras, promovida por mecanismos estatais de destinação de terras. Expropriadas de seus espaços de reprodução social e econômica, com a invasão dos monocultivos em suas áreas de uso comum, as chapadas, essas comunidades iniciaram processos de reação a partir dos anos 2.000, em lutas por direitos e meios de sobrevivência cultural e física e contra a invisibilização histórica a qual foram submetidas, utilizando-se de estratégias diversas. A pesquisa se apoia em uma participação observante, propiciada pelo envolvimento e articulação entre vários militantes e instituições, que formam redes de apoiadores à causa geraizeira, e também em entrevistas semiestruturadas, conversas, caminhadas transversais, leitura de bibliografia especializada, para fundamentação teórica, e consulta em documentos diversos, para levantamento de informações.

Palavras chave: Comunidades tradicionais. Estrutura fundiária. Território. Identidade.

ABSTRACT

This work analyzes the processes of identity self-recognition and the territorial retaking of traditional *geraizeiros* communities departing from the problematization of Rio Pardo de Minas municipality's land structure. It seeks to analyse how the eucalyptus monoculture, implanted in the north of Minas Gerais state from the 1970s, impacted these communities in their productive, cultural, social and the land tenure aspects, focusing on the Raiz, Moreira and Sobrado communities of that municipality. Land tenure concentration is one of the historical characteristics of the region that has been intensified due to the accumulation of land by large monoculture companies, promoted by state land allocation mechanisms. Expropriated of their social and economic reproduction places, with the invasion of the monocultures in their common use areas, the "*chapadas*", these communities began multiple reaction processes from the years 2000, using different strategies to fight for their rights and means of cultural and physical survival, against the historical invisibilization to which they were submitted. This research is based on an observant participation, provided by the involvement and articulation between several militants and institutions that form supporting networks to the *geraizeiros* cause, as well as in semi-structured interviews, conversations, transversal walks, specialized bibliography readings for theoretical foundation and consultation in diverse documental sources to collect information.

Keywords: Traditional communities. Land tenure structure. Territory. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Microrregião Alto Rio Pardo - Norte do Estado de Minas Gerais	35
Mapa 2 – Biomas de Minas Gerais	44
Mapa 3 – Municípios do Norte de Minas Gerais com cultivo de eucalipto	60
Mapa 4 – Monocultura de eucalipto na microrregião de Salinas (Alto Rio Pardo) em 2010	62
Mapa 5 – Áreas de arrendamento do Estado de Minas Gerais – municípios de Rio Pardo de Minas e Santo Antônio do Retiro	65
Mapa 6 – Incidência do eucalipto em Rio Pardo de Minas e comunidades em conflito	77
Mapa 7 – Territórios autodemarcados das comunidades e a incidência do eucalipto	84
Mapa 8 – Território autodemarcado da comunidade Raiz	139
Mapa 9 – Território autodemarcado da comunidade Moreira	166
Mapa 10 – Território autodemarcado da comunidade Sobrado	182
Mapa 11 - Unidades territoriais e de conservação em Rio Pardo de Minas	193
Gráfico 1 – Percentual de participação sobre o total da quantidade de estabelecimentos, por faixa de área	47
Gráfico 2 – Percentual de participação sobre o total da área, por faixa de área ...	48
Gráfico 3 – Percentual de participação sobre a quantidade de estabelecimentos, comparados com percentual do total de área, por faixa de área	49
Gráfico 4 – Percentual da quantidade de estabelecimentos e de ocupação de área, pelas duas faixas de áreas principais	50
Gráfico 5 – Municípios de maior incidência do eucalipto da microrregião de Salinas (Alto Rio Pardo) nos anos de 1986, 1996 e 2010	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção agrícola de Rio Pardo de Minas	36
Tabela 2 – Produção agrícola de Rio Pardo de Minas ano 2016	37
Tabela 3 – Produção de gêneros nativos em Rio Pardo de Minas ano 2016	38
Tabela 4 – Distribuição de títulos emitidos pela RURALMINAS entre 1978 e 1983 na área do Areião e Guará	42
Tabela 5 – Distribuição da terra por faixa de área dos estabelecimentos em Rio Pardo de Minas	46
Tabela 6 – Tamanho de área ocupada pelo eucalipto na região Norte MG	60
Tabela 7 – Área de monocultura de eucalipto em Km ² e percentual de ocupação por municípios e na microrregião de Salinas (Alto Rio Pardo)	63
Tabela 8 – Distribuição da terra entre as famílias da comunidade Sobrado	87
Tabela 9 – Renda monetária anual da comunidade Raiz	89
Tabela 10 – Retificações das áreas ocupadas pela empresa na comunidade Raiz e circunvizinhas	148

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- AGE** - Advocacia Geral do Estado
- ALMG** - Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
- APP** - Áreas de Proteção Permanente
- ASA** - Articulação do Semiárido Brasileiro
- CAA-NM** - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CEB's** - Comunidades Eclesiais de Base
- CODEVASF** – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco
- Condraf** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar
- Coosarp** - Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda.
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- DRP** - Diagnóstico rural participativo
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FISET** - Fundo de Investimentos Setoriais
- FLORESTAMINAS** – Florestamentos Minas Gerais
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
- IBDF** - Instituto Brasileiro de Defesa Florestal
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- ICM-BIO** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IEF** - Instituto Estadual de Florestas
- IGAM** - Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITER** – Instituto de Terras
- ITR** – Imposto Territorial Rural
- Mastro** - Movimento Articulado dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Organizados
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OIT - Organização Internacional do Trabalho

P1MC – Programa 1 Milhão de Cisternas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAE – Projeto Agroextrativista

PDF – Programa Distritos Florestais

PEDRAF - Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar

PJ – Pastoral da Juventude

PL – Projeto de lei

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSNCV - Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal

RDS - Reserva de desenvolvimento sustentável

REPLASA – Reflorestamento e Planejamento Agroindustrial Sorocaba LTDA

RESEX – Reserva extrativista

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário

SEDA – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agrário

SIDERSA – Siderúrgica Santo Antônio LTDA

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STR - Sindicato de trabalhadores rurais

STTR/RPM - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados e Agricultores Familiares do Município de Rio Pardo de Minas

SUDENE- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UC - Unidade de conservação

USITA - Usina Siderúrgica Itaguera

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E FUNDIÁRIOS	24
1.1 – A colonização portuguesa: bases da estrutura fundiária brasileira.....	24
1.2 – A colonização no norte de Minas Gerais	29
1.3 – Aspectos produtivos e sócio econômicos do município de Rio Pardo de Minas	34
1.4 – Aspectos fundiários de Rio Pardo de Minas	39
CAPÍTULO 2 – O EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: COMUNIDADES DE LUTA	55
2.1 – Dinâmica do monocultivo do eucalipto em Rio Pardo de Minas e região a partir dos anos 1980	55
2.2 – Conflitos socioambientais nos Gerais: perspectivas teóricas	68
2.3 – Do encurralamento à autodemarcação territorial	76
2.4 – As comunidades Raiz, Moreira e Sobrado: uma apresentação	84
CAPÍTULO 3 – AS COMUNIDADES GERAIZEIRAS: AUTO AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA FRENTE AO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO	93
3.1 – De identidade e territorialidade	93
3.2 – De reciprocidade e resistência	108
3.2.1 – Campos de reciprocidade nas comunidades geraizeiras	110
3.2.2 – Da resistência da reciprocidade e da reciprocidade na resistência	117
3.3 – Desnaturalização e contestação ao sentido de propriedade privada	122
3.4 – Geraizeirinhos entram em cena	129

CAPÍTULO 4 – AS COMUNIDADES RAÍZ, MOREIRA e SOBRADO:	
CONFLITOS E ESTRATÉGIAS POR TERRITORIO E ÁGUA	138
4.1– O caso de Raiz	139
4.2– O caso de Moreira	156
4.3– O caso de Sobrado	173
4.4– Dos desafios e oportunidades para o reconhecimento e retomada dos territórios geraizeiros	188
 CONCLUSÃO	 198
 REFERÊNCIAS	 203
 ANEXOS	 210

INTRODUÇÃO

A motivação pessoal sobre o tema deste trabalho se dá a partir do entrelaçamento de três aspectos: as trajetórias pessoal-familiar, acadêmica e profissional. Nascido na cidade de Rio Pardo de Minas, no Norte do Estado de Minas Gerais e filho de geraizeiros, sempre mantive contato com as comunidades rurais locais, principalmente a do Sobrado, donde veio minha família. Meus pais e irmãos tiveram que deixar a “roça” que tinham nessa comunidade e ir morar na cidade, no início da década de 1960, forçados pelo que minha mãe chama de “perseguição”, praticada por certo vizinho que, no intuito de se apropriar daquele pedaço de terra, herdado de meus avós, fez de todo tipo de provocação para que dela largassem mão.

Como é comum em comunidades, atitudes de perseguição ou provocação de vizinhos geralmente são praticadas por pessoas que não são do lugar. No caso, o “perseguidor” em questão nem mesmo era do Estado de Minas Gerais, tendo se mudado para a localidade havia pouco tempo. Tais pessoas geralmente também se valem de uma suposta ou verdadeira superioridade de status ou de força física em relação a outrem, e a usam para subtrair ou arruinar o bem alheio, pois provocam medo e inquietações, propensos que estão a atos violentos. Muitas vezes, os pequenos são prejudicados diante desses afrontamentos, ainda mais quando não se tem a proteção estatal e nem, para o caso em questão, uma ordenação fundiária que viesse a dar mais segurança a quem tem a posse da terra por direito.

No entanto, por “obra de Nossa Senhora”, como diz mãe, pelo menos conseguiu vender, mesmo que a contragosto, a terrinha para meu tio, com quem aquele vizinho não haveria de meter. Com o dinheiro recebido comprou uma casinha na cidade.

Mesmo nascido na área urbana, não perdi a relação com o Sobrado. Mantive vínculos de parentesco e compadrio e a vivência com a realidade do lugar, seu ambiente e suas dificuldades – e isso ainda num tempo anterior ao conflito maior, do qual falaremos mais adiante, que veio ameaçar de vez a existência da comunidade.

No convívio com as populações rurais do município, sempre foi possível perceber o descaso do poder público para com as mesmas. Foram sempre notórias suas dificuldades de acesso à saúde pública, à educação, ao transporte, sem falar das limitações produtivas e de comercialização, principalmente nos últimos anos.

Os moradores rurais locais, conhecidos como geraizeiros, sempre ficaram subalternizados, pelo menos até o final do século XX, tanto enquanto beneficiários de recursos públicos, quanto no que se refere ao seu reconhecimento (tanto o conhecimento acadêmico sobre esses povos, quanto a valorização de seus saberes locais). Benefícios como aposentadoria rural só foram aparecer em meados dos anos 1980, com o surgimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na região. O atendimento em saúde e educação ainda está em estado precarizado, principalmente devido às más condições de trabalho, dos prédios e das estradas vicinais. Na questão educacional são necessárias readequações de ordem metodológica, visto que os conteúdos programáticos das escolas rurais, por exemplo, não consideram a realidade sociocultural dos geraizeiros e seus saberes.

Já o acesso ao crédito, à eletricidade e ao transporte escolar teve notório impulso na primeira década do século XXI, com o acesso a programas governamentais, como por exemplo, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Luz para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentre outros. Neste mesmo período, condições de melhorias das estradas rurais também foram acessadas pelos municípios da região, com a chegada das máquinas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do Governo Federal. Porém, os governos municipais, pelo menos em Rio Pardo de Minas até a última gestão, findada em 2016, não levaram a cabo o objetivo do uso desses equipamentos, que é o de executar manutenção daquelas vias.

Mas somente com a volta à terra natal, após 8 anos residindo em Belo Horizonte, onde concluí a graduação em Ciências Sociais e um curso técnico de ator, que pude voltar os olhos à realidade de luta das comunidades geraizeiras locais, relativa a questões territoriais e identitárias. Esse retorno se deu no ano de 2009, para trabalhar numa cooperativa de agricultores familiares, o que ajudou no aprofundamento da relação com o meio rural. Dessa forma, esse retorno fez

manifestar a ligação entre meu envolvimento com movimentos sociais (que se dera antes mesmo de eu me mudar de Rio Pardo, através da Pastoral da Juventude - PJ, um movimento da Igreja Católica que tem como fundamento teórico prático a Teologia da Libertação), a formação acadêmica e minhas raízes familiares. Foi a partir disso tudo que comecei a descobrir também que sou geraizeiro.

O aprofundamento do conhecimento da realidade do campo revelou que todo aquele quadro de inacessibilidade e de não reconhecimento governamental das comunidades rurais está relacionado a aspectos gerais de isolamento e invisibilização históricas, que levaram a um estado de marginalidade nos aspectos sociais, econômicos, políticos e enquanto sujeitos de direitos. Toda essa situação de subalternidade favoreceu a invasão de seus territórios pelo monocultivo do eucalipto e pinus na década de 1970, promovida pelas investidas desenvolvimentistas do governo militar. Esta investida se dera tanto nos municípios da microrregião do Alto Rio Pardo, a qual pertence Rio Pardo de Minas, quanto em dezenas de outros municípios do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha.

Os monocultivos foram plantados sobre áreas com vegetação nativa do bioma Cerrado, cuja substituição por plantas exóticas aprofundou alguns e gerou outros problemas vividos pelas comunidades. Além de fortes impactos socioambientais, esses empreendimentos significaram um marco na reordenação territorial, com grandes mudanças na paisagem rural e na estrutura fundiária de toda a região. Tal situação ocasionou processos de resistências de dezenas de comunidades rurais, em busca da reapropriação territorial e defesa de seu modo de vida.

É nesse contexto de resistência comunitária que se insere este trabalho. O objetivo geral é analisar a correlação entre estrutura fundiária do município de Rio Pardo de Minas e os processos de retomada territorial das comunidades tradicionais geraizeiras. Dados do IBGE (2006), e de outras fontes, demonstram altos índices de concentração fundiária na região e a análise aqui proposta busca demonstrar como isso impacta diversas comunidades geraizeiras. Objetivo assim, estudar, em particular, processos de resistência para a permanência ou a retomada de territórios de origem, especialmente realidades e resistências das comunidades de Sobrado, Moreira e Raiz. Motiva também o estudo da estrutura fundiária, especificamente, o

fato de recentemente eu ter assumido um cargo, enquanto funcionário do Estado de Minas Gerais, na área de regularização fundiária na microrregião do Alto Rio Pardo.

Além da concentração fundiária e econômica, e das apropriações indevidas, os impactos socioambientais causados pela monocultura provocaram reações diversas em várias comunidades, exigindo das mesmas alto nível de organização para resistência. O estudo focará em como cada uma das três comunidades enfrentam tal realidade, sabendo que, apesar de fazerem parte de um mesmo contexto, cada uma pontua questões específicas e passam por estágios diferentes em seus processos de resistência.

A comunidade de Sobrado recentemente conquistou a aprovação de uma Lei Municipal de reconhecimento e proteção de seu território. Isso se deu após 14 anos de luta contra a degradação ambiental promovida por um empresário, em área das principais nascentes que abastecem a comunidade. A comunidade Raiz, há mais de quinze anos, vêm resistindo e traçando estratégias em prol de sua permanência e retomada do território, visto que a maior parte do mesmo está ocupada com plantio de eucalipto pela empresa REPLASA (Reflorestamento e Planejamento Agroindustrial Sorocaba LTDA). Já a comunidade Moreira estaria numa fase mais recente de expressão do conflito, tendo boa parte de seu território também ocupado com plantios de eucalipto da empresa Gerdau.

As três se autodeclaram como comunidades tradicionais geraizeiras e reivindicam parte de seus territórios, notadamente áreas de antigo uso comum de suas famílias. Mas cada uma apresenta também detalhes diferenciados no tocante aos conflitos fundiários, visto que a forma de inserção e manutenção da posse de empresas e/ou empresários sobre seus territórios se deram por diversas vias.

Uma das questões que entram na pauta nos espaços de ação e discussão das comunidades e movimentos é quanto à fragilidade do Estado no que se refere à criação de instrumentos que garantam a reapropriação adequada de áreas coletivas. Essa inoperância estatal tem por base uma “ideologia territorial” marcada pela chamada “razão instrumental”, cujos mecanismos territoriais hegemônicos dificultam o reconhecimento e proteção de outras territorialidades e necessidades,

manifestadas pelos povos tradicionais, que por sua vez expressam uma “razão histórica”. Sendo assim, o Estado precisa ser constantemente pressionado a encontrar caminhos para assegurar o direito territorial de suas populações tradicionais, como os geraizeiros. Apesar de avanços em alguns setores, as políticas públicas não têm dado mostras de como garantirá tal acesso de maneira mais abrangente e definitiva.

No âmbito jurídico, nos últimos anos, surgiram aparatos legais que se propõem a reconhecer e proteger os modos de ser e viver das populações, tanto a nível federal, estadual e até municipal. Mas o campo das normas permanece como frente de disputa, já que boa parte dessas políticas ainda está sendo implantada ou regulamentada, ou mesmo poucas vezes encontram ecos na prática. As comunidades prosseguem com suas lutas, passando por processos bastante inseguros e sofrendo ameaças dos antigos posseiros de suas áreas – nos casos em que conseguiram uma apropriação temporária. Sendo assim, ainda é necessária uma maior definição nos âmbitos jurídicos e de políticas públicas que atendam as especificidades dessas comunidades.

Para esta pesquisa, escolhi como foco as comunidades de Sobrado, Moreira e Raiz, principalmente por dois motivos. O Sobrado, pela criação recente de uma estratégia inovadora, a Lei Municipal, que merece aprofundamentos nas reflexões, por se apresentar como um mecanismo com potencial de replicabilidade, podendo ser aperfeiçoado e usado por outras comunidades geraizeiras. Moreira e Raiz por viverem processos de luta menos estudados, sendo isso uma demanda do próprio movimento de articulação e apoio às comunidades geraizeiras (esse movimento será caracterizado mais a frente).

No norte de Minas Gerais, a grande incidência dos empreendimentos monocultores predominou sobre as terras devolutas, em áreas consideradas pelos governantes como desocupadas e sem préstimos a agricultura convencional. Na realidade, grande parte dessas áreas já era usada tradicionalmente pelos agricultores locais para subsistência, principalmente com criação de gado e extrativismo. Eram espaços em que não havia um controle fundiário reconhecido pelo Estado, prevalecendo o costume tradicional do respeito aos bens do outro, a

ajuda mútua e o uso comum. A perda dessas áreas significou para os geraizeiros a diminuição de fontes de renda, trabalho e alimentos, intensificando a situação de pobreza, colocando-os numa situação que eles chamam de encurralamento.

Com a diminuição dos espaços de produção e vivência, causados também pela diminuição dos recursos hídricos, diversas áreas ficaram inaproveitáveis para plantios. Isto dificulta também as condições de moradias, provocando a expulsão de muitas famílias de seus locais de origem, engrossando movimentos migratórios. Muitos dos que resolveram resistir passaram a fazer parte da mão de obra contratada pelas próprias empresas, que nem sempre ofereciam condições dignas de trabalho. Em muitos casos, houve trabalhos forçados, com prestação de serviços realizados até por crianças e idosos.

Os impactos ambientais causados pelos monocultivos estão entre os principais geradores dos conflitos. Os plantios de eucalipto, geralmente realizados de forma desordenada, sem respeito a legislações ambientais, foram realizados prioritariamente nas áreas de chapada. Esta parte da paisagem, que é constituída por grandes topos de morros relativamente planos, é considerada a “caixa d’água do Cerrado”. São espaços de recarga hídrica, que recebem água das chuvas e a depositam nos solos, formando os lençóis freáticos. A perda das plantas nativas significou sérios impactos ambientais, pois além de ocasionar o empobrecimento da biodiversidade e expulsão de animais silvestres, modificou completamente o ciclo hidrológico local, prejudicando a infiltração natural de água nos solos e causando também soterramento de nascentes.

O monocultivo provocou também drásticas mudanças no estilo de vida das comunidades, que passaram a conviver com pessoas de fora, já que a mão de obra contratada pelas reflorestadoras não era somente local. Houveram transformações na paisagem rural e na liberdade de ir e vir das pessoas e animais. As plantas uniformes substituíram a diversidade da vegetação natural do Cerrado, composto de árvores de todo tipo de porte, frutíferas ou não. Antigos caminhos, usados para passagem das pessoas e animais, foram desconsiderados e substituídos pelos incontáveis e retos carreadores – foi a imposição de cosmografias estranhas e inviáveis ao antigo modo de entender os espaços. Isso é demonstrado pelas

desorientações dos nativos nas travessias e perda da liberdade: para viajarem ou visitarem parentes de outras comunidades, não havia mais os antigos marcos naturais, tendo os passantes que atravessarem agora por espaços privados e vazios de seus significados.

Para o acesso a essas terras pelas empresas, preponderaram em suas negociações com o Estado os arrendamentos, ou seja, contratos de aluguel de terras com prazos determinados em torno de vinte anos, para dezoito empresas. Ocorre que, findados os prazos, por volta dos anos 2.000, muitas empresas não realizavam a devolução para o Estado. E também, nesse mesmo período, ocorria a formação de diversas cooperativas silvicultoras com o intuito de se apropriar das terras que seriam devolvidas e manter a eucaliptocultura. Foi essa situação dupla, de um lado, a não devolução das terras e, por outro, a possibilidade de perpetuação dos monocultivos, o estopim para mobilizações comunitárias em prol de retomadas.

Esse trabalho de pesquisa, ao se vincular ao Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais – MESPT (CDS/UnB), se alimenta das perspectivas de uma pesquisa implicada aberta pelo programa. O MESPT, ao oportunizar a participação de geraizeiros em seu quadro de discentes, demarca no meio acadêmico uma frente de disputa por reconhecimento identitário e de direitos das comunidades tradicionais geraizeiras, na sua luta contra a invisibilização. Possibilita a potencialização das ações, práticas e reflexões de militantes e apoiadores da causa geraizeira em suas bases de ação, que são focadas nas comunidades em luta pela retomada territorial. Em nosso caso, esse aspecto do programa é aprofundado na medida em que acolhe a proposta de pesquisa colaborativa movida por dois participantes geraizeiros, Moisés Dias de Oliveira e eu, com trajetórias de inserção diferenciada nas lutas, mas somam esforços nos trabalhos investigativos.

A pesquisa de Moisés D. Oliveira reflete, de maneira mais específica, sobre o processo de construção da Lei Municipal protagonizado pela comunidade Sobrado. Seu estudo demarca a busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento de meios metodológicos e práticos sobre processos de construção de instrumentos que venham a favorecer o reconhecimento identitário e territorial dos geraizeiros na sua

forma objetivada, como por exemplo, na criação de instrumentos legais. Tal foco complementa e aprofunda os objetivos aqui buscados, já que os processos de cada comunidade estudada aqui se projetam em uma visão investigativa num âmbito mais geral e comparativo.

Sobre os aspectos metodológicos deste trabalho, a intenção é que possa contribuir com os processos vivenciados pelas comunidades, através de uma pesquisa e intervenção, tanto em nível reflexivo quanto prático, na busca por caminhos que possam efetivar o reconhecimento de seus direitos. Como as comunidades geraizeiras estão em pleno movimento de resistência e organização para conquista de direitos, o trabalho busca realizar uma sistematização das discussões, conhecimentos e estratégias presentes nesses processos, com o intuito de propiciar um aprofundamento e ampliação das reflexões e encaminhamentos práticos, de forma conjunta com as comunidades e com a rede de apoiadores.

Por rede de apoiadores entende-se diversas instituições e organizações, formais ou não, que historicamente vêm contribuindo para a organização das comunidades geraizeiras em processos de retomada de território. Entre estas estão o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas, o Centro de Agricultura do Norte de Minas Gerais (CAA/NM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Movimento Geraizeiro, dentre outras. A pesquisa conta também com a rede sócio-técnica, da qual faço parte, composta por representantes de várias instituições acima citadas, lideranças sociais e sindicais, advogados, intelectuais orgânicos e técnicos de diversas áreas do conhecimento que, em interação com agricultores, prestam serviços de assessoria à agricultura familiar e comunidades rurais, em diferentes esferas de demandas.

O levantamento de informações foi realizado a partir de trabalho empírico e de pesquisa em fontes bibliográficas e documentais, que incluem noticiários, atas de reuniões, processos judiciais, assim como relatórios ou documentos, produzidos a partir das ações das comunidades. A atuação em campo foi realizada a partir de cinco entrevistas semi-estruturadas com moradores das comunidades, além de uma

entrevista com gestores da RDS Nascentes Geraizeiras, sendo quatro individuais e duas coletivas, e ainda uma roda de conversa com lideranças geraizeiras e moradores de uma das comunidades. A participação observante propiciou acompanhar momentos reflexivos e organizativos, como reuniões ordinárias das associações, ações diretas, processos de autorreconhecimento, conferências e momentos rotineiros de convívio coletivo, como cultos religiosos ou festividades, cujas notas foram registradas em caderno de campo. Importa notar que falas de lideranças e moradores, feitas em situações de conversas espontâneas, fora do escopo da pesquisa, também foram consideradas.

Caminhadas transversais pelas áreas de disputa, guiadas pelas lideranças locais, também foram realizadas, no intuito de entender melhor a relação dos moradores com seu território. Foram realizadas duas caminhadas na comunidade de Sobrado e duas na comunidade Moreira. Na comunidade Raiz não houve tempo hábil para planejar uma caminhada junto com os moradores. A ideia das caminhadas é que elas possibilitam uma maior interação com os sujeitos, a visualização *in loco* das áreas atingidas e seu registro audiovisual, incluindo depoimentos dos participantes. A visualização e percepção do ambiente, entre sujeitos e pesquisador estimulam a lembrança de informações ou formulação de questões que poderiam não ser levantadas durante, por exemplo, uma conversa de caráter mais formal, num ambiente de quatro paredes. Cursos d'água que secaram, tipos de plantas e animais, plantios, situação dos solos, aromas, sonoridades, dentre diversos outros elementos do meio, só poderiam vir à tona, de modo específico e espontâneo, numa passagem a pé pelos locais, num espaço de tempo adequado, ou seja, que não impusesse pressa. As caminhadas duraram entre cinco e dez horas cada.

Com a intenção de estabelecer algum envolvimento de crianças e adolescentes com o tema e com os conflitos vividos em suas comunidades e aproveitando a formação em teatro, resolvi ministrar uma oficina de iniciação teatral com esse público. Até o momento, foi possível sua realização na comunidade Sobrado. Durante os trabalhos, além do estudo de práticas voltadas para questões técnicas de interpretação cênica, foi elaborado um esquete teatral, com base na

história de luta da própria comunidade. Esse resultado foi apresentado tanto na comunidade Sobrado como na Raiz, em dias de reunião de suas respectivas associações.

Este estudo busca entender a estrutura fundiária do município de Rio Pardo de Minas, como veremos no capítulo um, a partir da discussão de como o processo de ocupação da região, desde o início da colonização portuguesa, levou aos altos índices de concentração de terra que permanecem até os dias atuais. Nesse capítulo, também são feitas algumas análises sobre a estrutura fundiária do município e região e também de aspectos produtivos e socioeconômicos.

No capítulo dois analisamos como as investidas modernas de apropriações de terras, principalmente os relativos aos grandes empreendimentos monocultores influenciam a estrutura fundiária atual e seus impactos socioambientais. Fazemos também um estudo sobre análises teóricas de conflitos socioambientais. Noções como a de justiça ambiental clarificam o tipo de desenvolvimento imposto as comunidades, que se caracterizou por relações distributivas antidemocráticas dos riscos e danos ambientais e dos benefícios por ele gerados. Foram discutidas também a conceituação de encurralamento e autodemarcação territorial, acompanhada por uma apresentação das comunidades foco do estudo.

No capítulo três temos um estudo teórico sobre o sentido de territorialidade, identidade e reciprocidade entre populações tradicionais de uma forma geral e entre os geraizeiros e como esses aspectos se relacionam com os processos de retomada das comunidades, além de um relato da oficina teatral. No quarto capítulo trazemos os estudos de caso, considerando as três comunidades, Raiz, Moreira e Sobrado, finalizando com uma breve reflexão sobre a relação água e território nesses conflitos e sobre as dificuldades e oportunidades das comunidades geraizeiras no reconhecimento formal de seus territórios coletivos. Após essas análises, o trabalho finaliza-se com a sessão de conclusão.

CAPÍTULO 1 – O MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E FUNDIÁRIOS

1.1 – A colonização portuguesa: bases da estrutura fundiária norte-mineira

A estrutura fundiária brasileira é marcada por forte concentração de terras, uma realidade desde os primórdios da colonização. Assim que os portugueses chegaram, em 1500, logo foi pensada uma distribuição de terras que garantia grandes áreas a uma elite privilegiada, que, em contrapartida, fazia a ocupação e exploração das terras. Nessa época imperava em Portugal um modelo econômico baseado no monopólio da terra, o feudalismo, cujo modo de dominação territorial foi transplantado para suas colônias, através do domínio de grandes latifúndios por homens de confiança do rei (GUIMARÃES, 1964).

Para não ter ônus com a exploração das terras, a coroa portuguesa implantou, em 1530, o sistema de Capitanias Hereditárias, sendo oferecidas grandes extensões de terras para que particulares pudessem utilizá-las. Em 1548, esse sistema foi substituído pelo de Sesmarias, visto o insucesso daquele, já que metade das 12 capitanias jamais foi ocupada pelos seus destinatários.

Associada ao latifúndio, a monocultura – inicialmente da cana-de-açúcar – foi uma estratégia utilizada pelos portugueses para adentrar e controlar as terras por eles recém descobertas. O sistema implantado é chamado de *plantation*, que é caracterizado pela exploração de imensas extensões territoriais com uso do trabalho escravo, cuja produção destinava-se prioritariamente à exportação (BRITO, 2006). O Brasil foi subordinado a atender a crescente demanda europeia por gêneros tropicais, o que para Prado Junior (1996) ocorreu do início da colonização aos séculos seguintes:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu (PRADO JUNIOR, 1996, p. 32).

Guimarães (1964) salienta que, as formas escravistas praticadas no Brasil se misturaram com força de trabalho mais servis e também livres. O escravo, por exemplo, muitas vezes garantia seu sustento utilizando parte do tempo com a pesca ou à lavoura em pequenos pedaços de terra. O trabalho livre era praticado pelos agregados, utilizado tanto em serviços domésticos quanto em atividades acessórias, nem sempre ligadas à agricultura.

O sistema de sesmarias foi extinto em julho de 1822, pois não atendeu as expectativas da coroa, que era o de evitar grandes extensões de terras desocupadas e não produtivas. Também não foi capaz de impedir o descontrole na ocupação de terras não cultivadas, visto que se alastrava o fenômeno da posse. Para Guimarães (1964), a forma de apropriação territorial promovida pelos posseiros, por grandes contingentes da população rural, acelerou a derrocada desse sistema. Tal fato ameaçou o monopólio da terra vigente no Brasil, levando a coroa a tomar outras providências para manter seus privilégios fundiários. A escala cada vez maior dessa nova forma de apropriação de terra foi o que fez surgir posteriormente “tipos menores de propriedade rural: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa” (GUIMARÃES, 1964. p. 55).

Em Brito (2006) vemos que as grandes propriedades conviviam com pequenas propriedades desde os primórdios da colonização, mas estas se disseminaram propriamente durante o século XVIII. Isto se configurou no que se convencionou chamar de “binômio latifúndio-minifúndio”. A autora alerta que o fenômeno da posse não se trata apenas nem principalmente de pequenos agricultores, mas também de grandes fazendeiros, em diversas linhas de produção, como o café, do algodão e da criação de gado. Mas o fato é que aumentava a ocupação das terras para produção de gêneros alimentícios para abastecimento da demanda interna, o que dava legitimidade a pequena posse (MOREIRA, 2012).

Essa forma de apropriação de terras por posse se dava principalmente nas terras devolutas. Quanto a estas, vejamos sua definição cunhada pela lei 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

Em outras palavras, são as terras que foram doadas as sesmarias, mas que por não terem sido usufruídas pelos seus destinatários, retornavam à coroa. Ou seja, é aquela terra a ser devolvida, sendo arrecadada pela Coroa, poderia ser destinada a outro. Comumente passou-se a chamar toda terra desocupada, vaga, sem origem dominial reconhecida, como devoluta.

Tal Lei foi a forma que a coroa encontrou para proteger os privilégios elitistas. Ela regularizou a compra e venda de imóveis e privilegiou quem detinha recursos econômicos para adquirir terras. Tal fato desfavoreceu as classes subalternas, como os pequenos agricultores e ex-escravos, ao acesso a esse bem, mantendo e intensificando a concentração de terras.

Silva (2015) sintetiza algumas das principais interpretações sobre causas e consequências advindas da aplicação da Lei de Terras sobre a propriedade no Brasil. Há quem defenda aspectos de sua ineficácia, devido ter sido elaborada e executada por grupos detentores de grandes propriedades¹. Ou seja, grupos pertencentes ao próprio meio político ou de grande proximidade e poder de influência sobre esse setor. Tais grupos tinham a capacidade de bloquear e sabotar a legislação conforme seus interesses.

Outra linha de interpretação dos efeitos da lei, aponta Silva (2015), relacionam-se a extinção do tráfico negro. A lei tinha o objetivo de regularizar a

¹ Silva (2015, p. 3) cita “fazendeiros, sesmeiros e grandes posseiros, tradicionalmente identificados como *senhores e possuidores* de extensas áreas.”

propriedade privada dificultando o acesso aos mais pobres, como os escravos, o que facilitaria o ajuntamento de mão-de-obra para as grandes fazendas, principalmente a de europeus imigrantes.

Para Silva (2015), tanto uma como outra forma de entendimento da implantação da Lei de Terras seriam justificativas para o seu não funcionamento conforme apregoado em seu próprio texto. Não foi capaz de realizar a discriminação e controle de acesso a terra². Mas, dentro do que nos interessa aqui – sobre o que o entendimento de Silva não difere – é que tal Lei efetivamente favoreceu grandes grupos latifundiários, contribuindo para a concentração de terra e renda nas mãos de elites políticas e econômicas.

Isso leva ao entendimento de que, se para garantir a concentração da propriedade privada era necessária a implantação de novos mecanismos, adequados a novas realidades, já que os anteriores (sesmarias) já não eram mais eficazes, era também necessária certa desordem no funcionamento de alguns aspectos dos mesmos. Ou seja, era necessário criar mecanismos favoráveis a grande propriedade, mas que não funcionassem concretamente dispositivos relativos a medições e controle de transições de terras devolutas, quando ferissem os interesses das elites econômicas. Isso é justificado pelo fato de que boa parte das grandes posses não possuíam legitimidade.

Muitas posses, independentemente de serem ilegais ou não, de acordo com os termos da Lei, foram reconhecidas e tornaram-se propriedade particular, registradas e reconhecidas. No caso das posses ilegais, quando isso acontecia, elas mudavam de condição, uma vez que recebiam a chancela do Estado, e os invasores passavam a ser legítimos proprietários das terras que invadiam. Não obstante, isso não era válido para todos os posseiros e

² Sobre os 39 anos de vigência da Lei, ou seja, de 1850 até o final do Império, escreve Silva (2015, p. 4): “Em 1889, o então inspetor geral de terras públicas, Francisco Barros e Accioli de Vasconcellos, escrevia em seu relatório que a Inspeção Geral de Terras Públicas (IGTP) ‘continuava sem elementos para organizar convenientemente o movimento relativo a legitimações e revalidações de posses, assim como a venda das terras devolutas feitas nas províncias’ (Accioli de Vasconcellos, 1889). Assim, além de carregar o fardo de ser uma Lei que tem origem viciada, uma vez que buscava satisfazer as vontades de quem a elaborou, influenciava diretamente no seu parco funcionamento o fato de que as agências de Estado que eram responsáveis pelo seu gerenciamento não tinham condições de garantir sua perfeita execução. Faltavam funcionários qualificados, agrimensores e técnicos, e o prédio onde funcionava o MACOP (Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas) não atendia às necessidades dos trabalhos realizados. Além disso, os procedimentos de legitimação e revalidação de posses ‘nem sempre garantiam a veracidade das provas necessárias para justificar a circunstância essencial da ocupação anterior ao regulamento de 1854’ (Accioli de Vasconcellos, 1888)”.

“intrusos”, pois os pequenos, como é o caso ocorrido no segundo distrito da Vila de Cruz Alta, dificilmente conseguiam passar à condição de proprietários dos bocados de terra que ocupavam (SILVA, 2015, p. 15).

Outro ponto levantado por Silva (2015) sobre a Lei de Terras foi sua capacidade de consolidação do sentido mercadológico da terra. Foi capaz de abafar, no meio formal e estatal, diferentes concepções sobre a terra e seu uso que existiam a época e embutir apenas a que interessava ao mercado. Ela naturalizou o sentido da propriedade privada, não só entre os ricos, mas também entre os pobres:

[...] ao assegurarem seus quinhões de terra com base no emprego da Lei de 1850, os lavradores pobres estavam fazendo acontecer uma lógica que era diametralmente oposta àquela que definia sua existência cultural, social e econômica. Portanto, davam vida prática à lógica da propriedade como algo absoluto, presente nos termos da Lei, a qual negava a forma tradicional e histórica com que esses grupos vinham ocupando seus espaços territoriais e praticando um tipo específico de agricultura. Ao fazerem isso, portanto, mesmo que inconscientemente, estavam “jogando água” no moinho dos *senhores e possuidores* de grandes extensões de terras (SILVA, 2015, P. 6-7).

A lei também gerou a criminalização de outros sentidos de ocupação e uso da terra:

[...] os grupos que historicamente ocuparam e usaram a terra sustentados em outros critérios que não os jurídicos e de mercado viram suas lógicas questionadas, foram expulsos, violentados, transformados em intrusos, vadios e criminosos. (SILVA, 2015, p.6).

Dentre esses grupos, que tinham outros critérios de ocupação territorial, estão os que usavam a terra de forma comum, como os indígenas. Como diz Silva (2015), nos embates entre grupos que utilizavam a terra de forma comum, os agricultores pobres e indígenas com os grandes senhores proprietários, estes recorrentemente saíam vitoriosos.

Como veremos adiante, o sentido da propriedade privada desenvolvido pós lei de terras de 1850, vem sendo “desnaturalizado”, tanto no meio jurídico quanto entre movimentos sociais que defendem formas coletivizadas de usufruto da terra, surgidos principalmente pós constituição de 1988.

1.2 A colonização no Norte de Minas Gerais

A primeira investida imperial sobre o território norte mineiro ocorreu entre 1553 e 1554, numa expedição liderada por Francisco Bruzza de Spinosa (CHAVES, 2004). A partir daí a região passou a ser local de embates entre os povos nativos que habitavam o lugar e os portugueses. A expedição ocorreu por ordem do governador Tomé de Souza, a partir de informações da existência de metais preciosos naquelas localidades. Partindo de Porto Seguro, ela teria percorrido as bacias dos rios Jequitinhonha, Pardo, São Francisco e pela Serra do Espinhaço. Diversas outras incursões foram sendo organizadas pela coroa, que iam fundando diversas localidades. No século XVII, ocorrem as bandeiras³ paulistas, impulsionadas também pela busca de ouro e outras pedras preciosas (CHAVES, 2004).

As expedições foram responsáveis também pela entrada do gado na região. Brito (2006) traz as contribuições de Otávio Velho e Caio Prado Jr. para explicar o povoamento que se deu na Capitania de Minas Gerais, no século XVII, pela expansão da criação de gado. Ao norte da capitania, quando ainda pertencia à Bahia, as fazendas de gado eram formadas à medida que subiam margeando o São Francisco, até o encontro com o rio das Velhas. Pelo sul, o povoamento avançava a partir das bandeiras paulistas (BRITO, 2006).

Na região se encontrava um dos maiores latifúndios do Brasil, a sesmaria em nome de Antônio Guedes de Brito, com mais de 160 léguas⁴ a direita do rio São

³ As bandeiras eram expedições ordenadas pela coroa portuguesa para explorar e dominar território nacional pelo interior, na busca principalmente por metais preciosos. A importância do bandeirantismo é tratada por Costa (2003, p.223) nos seguintes termos: “O bandeirantismo apresenta-se no pensamento social brasileiro como evento fundante de nossa nacionalidade, pois os homens que participaram da bandeira possibilitaram agregar ao território colonial aquele se apresenta como nosso território nacional. Mas não é apenas na formação de nossa territorialidade que os bandeirantes atuaram eficazmente para construir nossa nacionalidade, instituíram caminhos que favoreceram o tráfego entre diversas partes da colônia integrando as sociedades regionais formadoras do país, assim como, legaram ao brasileiro a perspectiva expropriadora”.

⁴ As referências sobre o tamanho de léguas variam de região para região e de épocas. Mas o valor mais comumente usado é o equivalente a 6,5 km por légua, portanto, 160 léguas equivaleriam a algo como 1.040 km.

Francisco. A margem esquerda, a primeira doação de sesmaria foi em nome de Garcia d'Ávila. Os primeiros povoamentos da região, as atuais Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí, que formavam o eixo econômico à época, foram formados pelas bandeiras paulistas (BRITO, 2006)

Estes povoamentos, ditos oficiais, vieram só a reconfigurar o tipo de povoamento local, visto que ali já viviam os indígenas. Chaves (2004) cita alguns povos nativos nômades que habitavam a região à época, como os Aimorés ou Botocudos, Mongoiós, Pataxós, Macanãs e índios Tapuias. Em Dayrell (1998), estão citados povos como os Kaiapó e Xacriabás. Os povos indígenas, muitas vezes até em conluio com os negros que, na formação de quilombos, buscavam liberdade, acabaram por serem dizimados ou submetidos a trabalhos forçados pelos bandeirantes, ainda no século XVII. Os que não foram dizimados, ficaram numa situação que Chaves (2004, p. 35) chamou de “relações de acomodação”:

As relações estabelecidas com os indígenas foram conflitantes, mas houve também relações de acomodação. O nativo, o português (e seu descendente) e, posteriormente, o africano desenvolveram práticas culturais, compartilhando um mesmo espaço. Assim, coexistiam matrizes culturais distintas: algumas eram nativas, outras de origem européia e africana, e outras se constituíram a partir de influências recíprocas. A partir das ações de intervenção desses povos, desencadeou-se um processo de mistura, de influência, de antagonismo e de superposição de culturas. Posteriormente, já não era mais o colonizador que estava naquele território relacionando com o nativo, e sim os homens e mulheres descendentes desses três povos.

As dizimações dos nativos continuaram na região e atravessaram os séculos XVIII, XIX e início do XX, através de aldeamentos e destacamentos militares, principalmente às margens de rios como o Pardo, Jequitinhonha, Mucuri e Contas. O objetivo principal dessas instalações era se apossar e controlar os territórios, mas também de “catequisar” os “não civilizados”, o que levou a classificação dos indígenas entre “bravos” e “mansos”. “Com os ‘mansos’, as relações de acomodação ocorreram com contornos mais nítidos” (CHAVES, 2004, p. 35).

O arraial de Rio Pardo floresce a partir da fixação de moradia, às margens do rio de mesmo nome, do bandeirante paulista Antônio Luís dos Passos, que circulou pela região em busca de metais preciosos. Posteriormente, pessoas originadas de diversos lugares foram também estabelecendo suas moradias, se concentrando na

confluência dos rios Pardo e Preto. Ocuparam-se principalmente de atividades como extração mineral, lavouras diversas e criação de animais, sendo formadas fazendas de criação de gado e de plantações de algodão (CHAVES, 2004).

Contribuíram para o povoamento de Rio Pardo, a abertura de estrada até a Bahia e a descoberta de outras zonas auríferas nas proximidades, já na primeira metade do século XVIII. Os deslocamentos de garimpeiros vindos de áreas diamantinas, movidos por perseguições administrativas, também contribuíram com esse processo. Na busca de outros lugares e fontes de riquezas minerais, se instalaram mais ao norte, na serra de Santo Antônio de Itacambiraçu, cujo povoamento na segunda metade do século XVIII levou à fundação do arraial da Serra de Grão-Mogol. Ainda mais próximo a Rio Pardo, no rio Peixe Bravo, também foram encontrados ouro e diamantes, o que atraiu gente da Bahia e do próprio Distrito Diamantino. Essa localidade passou a ser chamado de Serra Nova (CHAVES, 2004).

As grandes fazendas de gado contribuíram com o povoamento da região na formação de inúmeros sítios e currais, voltados à criação bovina e equina, com uso da mão-de-obra escrava⁵. Mas a agricultura também se desenvolvia e, no início do século XVIII, a região já supria a crescente demanda por alimentos de áreas minerárias. Além de gêneros alimentícios, fornecia-se couro e animais para transporte de carga (Chaves, 2004). E completa esta autora:

Rio Pardo, por exemplo, era um povoado com aproximadamente seis mil habitantes já por volta do início do século XIX. Residindo em casas de pau-a-pique, os moradores viviam da criação de gado e da plantação de algodão, arroz, milho e mandioca. Comercializavam com negociantes das Bahia, principalmente, bois, cavalos e algodão. Ali estava constituída uma população que se ocupava predominantemente das atividades de criação de animais e de lavoura. (CHAVES, 2004, p. 43)

⁵ No ano de 1819, a Casa da Ponte (sede da sesmaria de Antônio Guedes de Brito) mantinha em Rio Pardo 105 sítios, 5 fazendas de criação de bovinos e de equinos, onde eram utilizadas a mão-de-obra escrava. “No conjunto, havia nelas um rebanho de 2.504 cabeças de gado *vacum*, 69 animais cavалares e 117 escravos” (CHAVES, 2004, p. 42).

A região despertou preocupações aos portugueses. Sua vastidão dificultava o controle no que se refere a posses de terras e extravios de pedras de riquezas minerais, por exemplo. Para contornar a situação, a estratégia utilizada pela coroa, como diz Brito (2006) foi impor um isolamento à região. Assim, propositalmente, fora implantando um esquema de dificuldade para transações comerciais. Porém, tal isolamento não fora completo, pois havia certa facilidade de movimentos comerciais pelo São Francisco, por exemplo⁶. O fato é que mesmo esse relativo isolamento, fez surgir na região, características sócio-culturais e econômicas particulares, que só foram drasticamente afetadas mesmo em meados do século XX.

Tais características foram formadas a partir da mistura de três povos, como lembra Chaves (2004): o nativo, o português e seus descendentes e, mais tarde, o africano. Com isso, houve compartilhamentos, misturas, influências, e sobreposições de práticas culturais em um mesmo espaço, onde as matrizes culturais nativas entraram em choque com as de além-mar, principalmente as dos europeus e africanos. Brito (2006) coloca que, no século XVIII, firmam-se as bases da cultura sertaneja no norte de Minas. Até hoje, muitos de seus traços foram guardados, surgidos a partir da criação do gado, mineração, unidos as práticas como caça, pesca, extrativismo, sendo a base para a formação cultural das comunidades hoje chamadas de Geraizeiras.

Nogueira (2009) também traz o sentido de um sincretismo cultural como base da formação da população tradicional geraizeira, que tem sua origem a partir do contato de diversos povos que ocuparam áreas do cerrado norte mineiro, região do Alto e Médio São Francisco, desde os primórdios da colonização brasileira. Mas para Nogueira (2009) a ocupação da região, impulsionada inicialmente pelas bandeiras dos séculos XVI e XVII – quando houve na região a formação de grandes fazendas de criação de gado e núcleos de exploração mineral – ganha particular impulso devido a decadência do ciclo do ouro, já nos últimos decênios do século XVIII. Tal fato intensificou a vinda de escravos (foragidos e forros), agricultores

⁶ No início do século XVIII, em Rio Pardo existiam “as principais rotas de abastecimento das minas e de contrabando do ouro” e já havia “comércio entre o norte mineiro e as capitânicas da Bahia, de Pernambuco e de Goiás” (CHAVES, 2004, p. 42).

pobres, garimpeiros dentre outras categorias de “homens livres pobres”⁷, vindo de outras regiões minerárias, que adentraram aqueles espaços procurando outros meios e lugares de vida.

Durante a colonização, o Norte de Minas reproduziu em termos fundiários, o que ela representou em nível de Brasil: uma ocupação baseada na expropriação territorial dos nativos, a formação de imensos latifúndios com utilização da mão-de-obra escrava, promovendo concentração de terra, de renda e estratificação social. Tudo só foi possível graças à superioridade bélica dos europeus, mas também pela ideologia que carregavam, que os faziam crer que levavam, e deviam levar, a mensagem da civilização para os povos “bárbaros”, como assim chamavam os índios, já que se entendiam como o centro do mundo à época: era o eurocentrismo.

O fim do período de colonização não significou o fim do eurocentrismo – impregnado até os dias atuais em países da América Latina, por exemplo, no meio científico e no sentido de desenvolvimento – e nem o fim da colonialidade. Esta, para Walsh (2012), é entendida como o padrão de poder exercido a partir da colonização europeia sobre países latino americanos e de outras partes do mundo⁸. A colonialidade é a permanência das relações e estruturas de poder, numa subalternização pela racialização, até os tempos atuais. Os povos e comunidades tradicionais do Brasil, como os Geraizeiros, foram, e ainda são, impactados por esses esquemas de poder, que trazem a marca do progresso, como pretensa solução para o subdesenvolvimento. É imposto de cima para baixo, mas conseguiu imprimir, até certo ponto nas mentalidades de diversos setores e camadas sociais

⁷ “Muitos senhores de escravos, com o escasseamento do ouro, se viram impossibilitados de arcar com as despesas de seus escravos e lançaram mão das alforrias, para se isentarem de responsabilidades. Laura Mello e Souza (1982) denominou esses homens livres pobres de ‘desclassificados do ouro’ – uma categoria genérica para designar uma ampla, fluida e heterogênea camada de excluídos sociais, abrangendo garimpeiros, agricultores pobres, escravos fugidos e forros, bandidos e prostitutas - nas palavras da autora ‘a gente livre pobre que descambou com frequência para a desclassificação social’ (*Op.cit.*: 144). Souza refere-se, portanto, a uma camada da sociedade pouco considerada pela historiografia oficial até recentemente. Essa relativa invisibilidade histórica implicou em graves lacunas em termos de informações mais precisas a respeito dos segmentos que compunham essa camada de ‘desclassificados sociais’ no Brasil do século XVIII (NOGUEIRA, 2009, p. 58).

⁸ A colonialidade se distingue de colonialismo. Este “se entiende típicamente como relación política y económica que involucra la soberanía de un pueblo o nación sobre otro em cualquier parte del mundo” (WALSH, 2012, p. 66).

(por exemplo, Governo, meio científico, empresas, etc.), a naturalização da máxima de que todos devem seguir determinado tipo de desenvolvimento: o que vem “de fora”. Seus porta-vozes permanecem sendo os estrangeiros. Para Porto Gonçalves (2006), o encontro dessas culturas na América Latina, desde o século XV, significa

[...] tensão, resistências, tragédias e reinvenção permanente da vida em circunstâncias que exigem de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território e, ao mesmo tempo, tem que falar a língua dominante com outro sentimento porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto. Não olvidemos que o agronegócio da soja de hoje é tão moderno-colonial como o foi, ontem, o do açúcar com seus engenhos (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 154).

Para o autor, o discurso eurocêntrico não é cômico da própria colonialidade que lhe é intrínseca, não sendo capaz de perceber as tragédias e opressões que lhes são congênicas. O discurso carrega em si o senso de inferioridade do outro, o que justifica a sua catequização, que o “outro” deva sair da “barbárie” e evoluir para a civilização (PORTO GONÇALVES, 2006). Da mesma forma, nos tempos atuais, na ideologia dos invasores desenvolvimentistas não é necessário considerar os saberes, os sistemas de organização, de sobrevivência e de convivência de populações nativas, como os geraizeiros, por exemplo, que perderam suas terras para a monocultura do eucalipto. Para os invasores, caso aqueles não se enquadrem aos seus modos de vida, que são “superiores”, não há que se preocupar com a extinção daqueles, já que iriam atrapalhar o processo de salvação trazido por eles.

1.3 – Aspectos produtivos e sócio econômicos do município de Rio Pardo de Minas

O município de Rio Pardo de Minas se situa numa região de semiárido, no norte do Estado de Minas Gerais, na microrregião do Alto Rio Pardo⁹ (ver mapa 01).

⁹ Algumas fontes de dados, como o IBGE, denominam a região como microrregião de Salinas.

Segundo dados do IBGE (2010), sua população no ano de 2010 era de 29.099 habitantes, com estimativa para 30.878 em 2016. Desse total, praticamente 60%, ou seja, 17.407 habitantes residiam na zona rural. Esse dado demonstra uma diferença em relação aos outros municípios da região e do Estado. A microrregião a qual pertence, por exemplo, 42,8% da população residem na zona rural. No estado esta porcentagem de residentes na zona rural é somente de 14,7%. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) passou de 0,262, em 1991, para 0,624 em 2010. Ocupa uma área de 3.117,675 km² (311.767,5 hectares) com densidade demográfica de 9,33 hab/km² (IBGE, 2010).

Mapa 1 – Microrregião Alto Rio Pardo - Norte do Estado de Minas Gerais



Fonte: ARAÚJO, 2015.

No que se refere a questões produtivas, com base nos dados do IBGE de 2014, a produção de mandioca, café e cana-de-açúcar são os três que se destacam no município em termos de área, produção e valor da produção. Estes são seguidos por produtos como milho, feijão e arroz, como vemos na tabela 1.

Tabela 1 - Produção agrícola de Rio Pardo de Minas

Produto	Área (hectares)	Produção (Ton.)	Valor produção (R\$)
Mandioca	3.400	44.200	10.254 mil
Cana-de-açúcar	2.480	148.800	11.904 mil
Milho	1.800	2.160	1.296 mil
Feijão	850	561	1.346 mil
Café	580	1.322	8.593 mil
Arroz	400	400	332 mil

Fonte: IBGE (2014). Elaboração própria

A tabela mostra o destaque da mandioca, devido tanto a boa adaptação da planta aos solos locais, como também sua resistência a pouca umidade. Seus derivados, como o polvilho e a farinha, fazem parte do cardápio local e tem bom alcance comercial a nível regional. Os derivados da cana-de-açúcar, segunda maior produção, também se destacam, principalmente em produtos como a cachaça e a rapadura. A tabela 2 traz alguns dos dados fornecidos pelo escritório local da Emater, sobre a produção do município no ano de 2016:

Tabela 2 - Produção agrícola de Rio Pardo de Minas ano 2016

Produto	Área (hectares)	Produtividade	Produção ano
Arroz (várzea úmida)	150	1200 kg/ha	180.000 kg
Feijão (3 safras/ano)	600 (por safra)	600 kg/ha	1.080.000 kg
Mamona	20	1000 kg/ha	20.000 kg
Milho	2.200	1500 kg/ha	3.300.000 kg
Cana de açúcar	4.000	60 ton/ha	240.000 ton
Mandioca	6.800	13 ton/ha	88.400 ton
Eucalipto	45000	50 m ³ /ha	2.250.000 m ³
Café arábica	702	40 saco/ha	28.080 sacos
TOTAL	59.472		

Fonte: Emater (escritório Rio Pardo de Minas) 2017- Elaboração própria

Há estimativa da Emater, como informado pelo funcionário que forneceu esses dados, de que a agricultura familiar¹⁰ é responsável por 90% dessa produção, excetuando a do eucalipto e de café. Do eucalipto, estima-se que 3% de sua produção advém de agricultores familiares. Já a produção do café pela agricultura familiar é de aproximadamente 10%, visto que há três grandes fazendas que utilizam estrutura de irrigação, para a produção de 90%. Dentre os produtos relacionados, vemos que ocupam uma área total de 59.472 hectares. Quando retiramos desse total as áreas de produção de café e eucalipto, de predominância das grandes empresas, temos um total de 13.770 hectares utilizados predominantemente pela agricultura familiar, que significam 23 % da área total ocupada.

¹⁰ “Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária” <<http://www.mda.gov.br>>. Acessado em 01/03/2017.

A Emater forneceu ainda dados da tabela 3, que se trata de produtos nativos que, como informou o funcionário, trata-se de estimativas, pois os pés de pequi, mangaba e araticum estão espalhadas pelas áreas de cerrado.

Tabela 3 – Produção de gêneros nativos em Rio Pardo de Minas ano 2016

Produto	Quant. plantas	Produtividade (kg/planta)	Produção ano
Pequi	312.000 plantas	50	15.600.000 kg
Mangaba	100.000 plantas	20	2.000.000 kg
Maroulo (araticum)	78.000 plantas	10	780.000 kg
TOTAL	490.000	37,5 (média)	18.380.000

Fonte: Emater (escritório Rio Pardo de Minas) 2017- Elaboração própria

É importante salientar que boa parte da produção da agricultura familiar, não entra nessa contagem, já que é realizada de maneira informal, muitas vezes para subsistência ou comércio na feira local. Na pecuária, o município é menos expressivo regionalmente que outros municípios. Na criação bovina, tinha pouco mais que 8 mil cabeças em 2015, número menor que municípios como Taiobeiras e Salinas, que possuem mais de 14 mil e 40 mil cabeças, respectivamente (IBGE 2015).

Os grandes empreendimentos econômicos ocorridos a partir dos anos 70 na região são entendidos como um dos principais influenciadores desses números. Chaves (2015) relata dados informados por Carlos Dayrell, para quem a intervenção governamental no período militar, através de altos investimentos em projetos desenvolvimentistas, interferiu massantemente na dinâmica econômica tradicional da região. Esta tinha uma maior diversidade produtiva, que garantia alimentação de subsistência e também comercial para as populações rurais. Havia uma produção de cana de Rio Pardo de Minas, capaz de abastecer todo o Estado de Minas Gerais de cachaça e rapadura. A mandioca também alimentava de goma e farinha a grande

demanda regional, assim como o café, o que ocorre hoje em menor escala. É de se notar também a grande produção de frutíferas a nível regional. Segundo Dayrell (CHAVES, 2015, p. 52), a produção nativa de bananas “superava até mesmo as bananas subsidiadas de Janaúba e Jaíba”¹¹. Estes dois municípios têm grande reconhecimento governamental devido à produção irrigada de frutíferas em larga escala.

A perda territorial das comunidades geraizeiras comprometeu esse dinamismo econômico tradicional. A diminuição de áreas com capacidade produtiva, inclusive devido à redução das fontes hídricas, situação que se agrava com os baixos índices de chuva dos últimos anos, estão levando as comunidades a terem capacidade de produzir quase que exclusivamente a mandioca, como ocorre no Moreira e na Raíz, devido sua maior resistência à estiagem. Porém, até mesmo essa produção já encontra ameaçada, visto que, a maior fonte de renda advinda desse produto é com a produção do polvilho, que necessita de boa quantidade de água para ser processado, como dizem as lideranças dessas comunidades, o que veremos mais detalhadamente a frente.

1.4 Aspectos fundiários de Rio Pardo de Minas

Permanece até os dias atuais as dificuldades de se fazer um levantamento da estrutura fundiária de um município como Rio Pardo de Minas. O município está em uma das regiões mais pobres do Estado, e sofre da falta de estrutura dos órgãos públicos. Até o momento não foi concluída uma política de organização de

¹¹ No município de Jaíba, norte de Minas Gerais, entre os rios São Francisco e Verde Grande, foi implantado um grande projeto de irrigação com recursos governamentais, o “Projeto Jaíba”, que teve início na década de 50. É considerado um dos maiores da América Latina. Nas décadas seguintes, o governo de Minas Gerais, através da Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS), e o governo federal, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), passam a subsidiar o projeto, cujo início da operação se dá em 1988, quando passa a atrair também grandes investimentos privados. Destaca no projeto a produção de frutíferas e olerícolas. (Disponível em <<http://www.projetojaiba.com.br/index.php/paginas/1>>, acessado em 20/02/2017).

informações que unificasse os dados, estando os mesmos dispersos em diversas fontes. Em 2009, Garcia Filho vivenciou tal dificuldade para realização de um levantamento fundiário da região para compor o diagnóstico da área para implantação de uma Unidade de Conservação, num trabalho de consultoria para o ICMBio.¹² Em suas próprias palavras,

Várias iniciativas de regularização fundiária foram implementados nas últimas décadas, mas em geral elas foram muito tímidas ou interrompidas antes do término. Parte significativa das informações colhidas nestas ações estão hoje defasadas, por força das sucessões familiares e do mercado de terras. Outra parte foi perdida, foi jogada para arquivo morto e não pode ser localizada nos arquivos do ITER. (GARCIA FILHO, 2009, p.7)

Garcia Filho (2009, p. 7) explica que cada tipo de informação é armazenado em locais diferentes uns dos outros, quando deveriam ser unificados, já que são complementares: “um no ITER em Rio Pardo (iniciativa local), outro com a listagem dos títulos emitidos, outro com dados georreferenciados dos imóveis cujos processos chegaram a Belo Horizonte, outro na sede da ISO, etc.”.

A construção do levantamento realizado por Garcia Filho (2009), como relata o próprio autor, foi em um época em que se implantava um intenso programa de regularização fundiária, que viria a titular milhares de posseiros em vários municípios da região, num convênio entre o Estado e Governo Federal.¹³ Realmente, a partir de 2007 houve uma grande leva de titulações realizadas, mas em decorrência da Operação Grilo, em 2011, foram paralisados judicialmente todos os trabalhos do Estado no que se refere a regularização fundiária. Tal embargo permanece até hoje em diversos municípios da microrregião, inclusive Rio Pardo de Minas, tendo anulado todos os títulos emitidos a partir do ano de 2008, por suspeita de fraude e irregularidades em aquisições de terras, envolvendo órgãos estaduais e empresas. Tal fato aprofundou as dificuldades de acesso a informação até o momento, pois,

¹² Levantamento e caracterização fundiária da área proposta para a reserva extrativista do Areião e Vale do Guará, MG. Projeto Pnud. Solicitação do ICMBio, numa área que viria a se tornar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras.

¹³ Mais precisamente entre os órgãos estaduais ITER e Secretaria Extraordinária para Assuntos da Reforma Agrária e os federais MDA e INCRA.

por decisão judicial, toda a documentação constante no escritório local do ITER, foram enviadas a capital mineira.¹⁴

De qualquer forma, várias das informações levantadas por Garcia Filho (2009) serão aqui aproveitadas, assim como de outras fontes. Ainda que não tenha sido possível um levantamento fundiário mais detalhado e atualizado, o importante para nossa análise é constatar principalmente dois fatores: o caráter da distribuição de terras no município e das aquisições de terras por grandes empresas e empresários particulares. Ainda que com as dificuldades de precisar dados quantitativos sobre esses aspectos, as fontes consultadas permitem inferir algumas conclusões de nível mais geral, que são suficientes para os objetivos aqui propostos.

Não obstante a reconhecida concentração fundiária existente na região norte mineira anterior aos anos 70, que foi baseada no histórico de ocupação desde a colonização portuguesa, como vimos, é a partir desta década que as comunidades rurais locais passam a sofrer impactos territoriais mais drásticos. A expansão da indústria de metais na época levou à necessidade de aquisição de grandes áreas. E norte de Minas Gerais havia grande quantidade de terras disponíveis para tal fim. Havia grande quantidade de terras devolutas, desembaraçadas e sem domínio particular documentado. Para Garcia Filho (2009), o Estado de Minas, com base na lei 550 de dezembro de 1949, favoreceu a venda de imensas áreas de terras a empresas. Os dispositivos legais acessados limitavam a aquisição de pequenos posseiros enquanto favoreciam aos grandes.

Essa afirmação é demonstrada por Garcia Filho (2009) pelo fato de que, em suas pesquisas cartoriais, não foram encontradas titulações, em sua área de estudo, de áreas menores que 99 hectares, predominando áreas acima de 500 hectares. A tabela 4 demonstra a relação de títulos emitidos na área.

¹⁴ O escritório do ITER (Instituto de Terras), de Rio Pardo de Minas (sede da comarca, que atendia aos municípios da microrregião do Alto Rio Pardo). Dentre as informações enviadas a Belo Horizonte, constava toda a discriminatória realizada pela RURALMINAS nos anos de 1985 e 1986, como dizem os funcionários do antigo ITER (hoje SEDA). Ao que parece, muitas informações jamais estarão disponíveis para consulta, visto que, durante a Operação Grilo, um incêndio, com causas ainda não descobertas, ocorreu no município de Contagem, em edifício onde eram arquivadas muitas informações de processos de regularização fundiária realizados na microrregião do Alto Rio Pardo.

Tabela 4 – Distribuição de títulos emitidos pela RURALMINAS entre 1978 e 1983 na área do Areião e Guará

Faixa de área (hectares)	Número	Área
Inferior ou igual a 250	3	591,90
Entre 250 e 500	5	1.859,38
Entre 500 e 1.000	6	4.145,50
Acima de 1.000	7	11.213,41
TOTAL	21	17.810,19

Fonte: Garcia Filho (2009)

Com aquisições feitas diretamente do Estado, somadas a compras de outros posseiros e das titulações da RURALMINAS que, na área de estudo de Garcia Filho (2009), foi constituída um dos maiores conglomerados de terras da região, o da família Saporiti. Posteriormente, entre 2003 e 2004, suas terras foram adquiridas pela empresa SIDERSA (Siderúrgica Santo Antônio LTDA). Na área de estudo do autor, suas terras abrangiam em torno de 18.000 hectares. Considerando as áreas fora desse limite, as terras dessa empresa, adquirida dos Saporiti, chegam a 30.000 hectares. Como explica o autor (GARCIA FILHO, 2009, p. 14), esse processo de acumulação de terras não foi pacífico:

Com poucos conhecimentos de seus direitos, muitos posseiros foram expulsos das áreas arrendadas às empresas (ver SANTOS, 1979)¹⁵. Os métodos foram diversos: promessas de emprego nas empresas em troca de renúncia dos direitos possessórios; indenizações irrisórias em troca da saída da área, ou ainda, não raro, pressões, ameaças ou até exercício da violência, praticadas muitas vezes com o auxílio de autoridades públicas (lembre-se, estamos no Norte de Minas, em plena ditadura militar).

Além da compra, os arrendamentos de terras para empresas reflorestadoras, incentivados e promovidos pelo Estado, também alocaram imensas quantidade de

¹⁵ SANTOS, Ananias José dos. Inicial em petição de ação possessória na Comarca de Rio Pardo de Minas, impetrada por Liordino José da Cruz e outros contra a Planta Sete Empreendimentos Rurais. Rio Pardo de Minas, 1979.

terras para empresas reflorestadoras de pinus e eucalipto. A dinâmica desse processo está contida no capítulo 2 deste trabalho. O caso dos Sapuriti – SIDERSA, assim como de outras situações de aglomeração de terras, de empresas ou pessoas físicas estudadas por Garcia Filho (2009) – como as da Família Costa, Gerdau, Estância Lagoa da Pedra, CALSETE¹⁶, dentre outras empresas e particulares, serviram aqui para exemplificar casos surgidos a partir dos anos 1970 que contribuem para caracterizar o tipo de aquisição e distribuição de terras existente em Rio Pardo de Minas e municípios limítrofes e de como foi a participação do Estado neste processo.

Há casos de grandes áreas que conseguem, pelos registros cartoriais, demonstrar cadeia dominial até as origens, já diversas outras não conseguem, apresentando fortes suspeitas de irregularidades, já outras apresentam discrepâncias entre a área real e a registrada.¹⁷ Irregulares ou não – do ponto de vista legal, no qual se prepondera as normas referentes à propriedade privada – o que se entende é que os mecanismos governamentais promoveram a concentração de terras nas mãos de elites econômicas, em desfavor das famílias de agricultores, já que aquelas áreas eram justamente as que estas utilizavam para subsistência. Vejamos agora algumas fontes de dados e análises que demonstram aspecto da distribuição de terras no município e região.

¹⁶ As terras em posse da família Costa chegam a 6.000 hectares, mas teria chegado a 12.000 hectares, antes da venda de praticamente a metade de sua área para a empresa IRONBRÁS ou Estância Lagoa da Pedra ou seus donos. Em nome dos Costa, consta na escritura apenas 1.200 hectares. Há processo na justiça em nome do Estado de Minas Gerais requerendo a área, na justificativa de que ela não está comprovada a cadeia dominial até as origens. A área em posse da Gerdal é de 2.401 hectares e da CALSETE é de 4.742,90 hectares (GARCIA FILHO, 2009).

¹⁷ Como explica Garcia Filho (2009, p. 21), “As leis de terras vigentes em Minas Gerais nas últimas décadas têm em comum o fato de que somente reconhecem como legítimos os títulos de domínio reconhecidos pela Lei de Terras de 1850 ou resultantes de aquisições ou de legitimações de terras devolutas do Estado.”

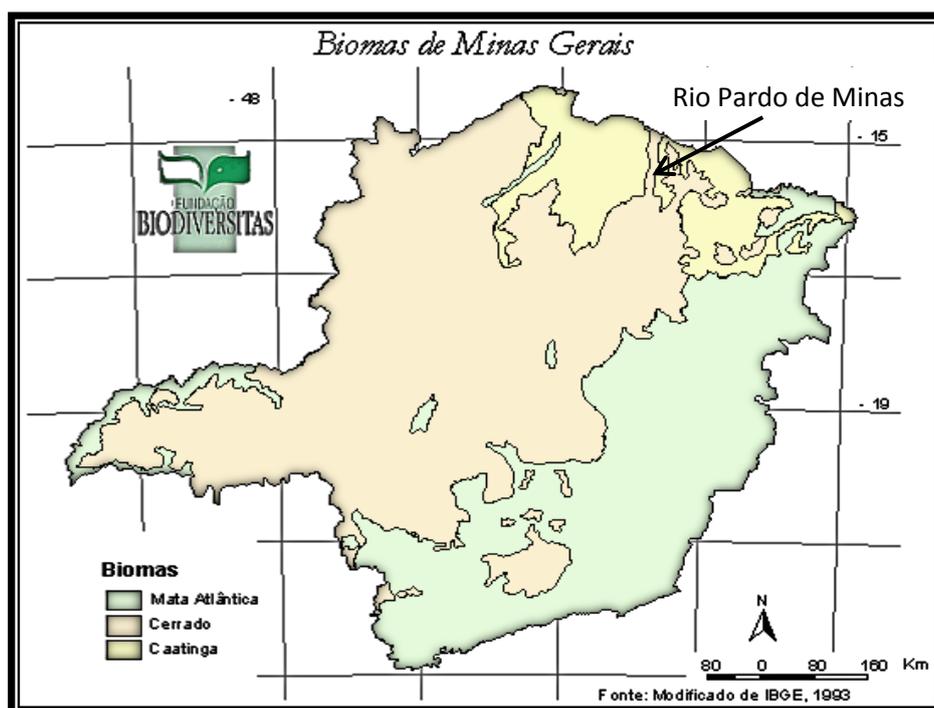
Art. 1º – São terras devolutas do domínio do Estado as assim definidas pela Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que lhe foram transferidas pela Constituição da República de 1891 e que não se compreendam entre as do domínio da União por força da Constituição da República de 1988.

Assim, somente são de domínio particular:

1. As áreas cujo domínio pode ser comprovado pelos decretos imperiais ou outros documentos anteriores a 1850 ou 1891;
2. As áreas adquiridas do Estado de Minas Gerais ou legitimadas por ele.”

A realidade da concentração de renda, de terra e de expropriação territorial de povos tradicionais foi estudada por Silva (2009) em regiões de predominância do bioma Cerrado. O município de Rio Pardo de Minas está situado numa área de Cerrado em sua transição para a Caatinga, característica que também prevalece em toda a microrregião do Alto Rio Pardo (Mapa 02). Silva (2009) afirma que a concentração fundiária é recorrente em toda a região desse bioma, onde possui grandes empreendimentos monocultores. Em todo o Cerrado, diz o autor, a área ocupada pela agricultura familiar, é bem menor percentualmente que o número de estabelecimentos existentes, pois a grande propriedade agricultora consegue, mesmo em menor quantidade, angariar bem maiores áreas para seus cultivos.

Mapa 2 – Biomas de Minas Gerais



Fonte: Arquivos STTR/RPM

Isso também tem impactos na concentração da renda. A grande quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar, comparado com das grandes propriedades, tem bem menor participação no valor da produção. O autor nos apresenta uma tabela em que demonstra que, no Estado de Minas Gerais, na área

correspondente ao Cerrado, no ano de 1995/1996, a agricultura familiar detinha 77,3% do número de estabelecimentos agropecuários. Ocupava, no entanto, apenas 30,2% da área e 27,3% do valor bruto da produção. Esses dados contrastam com potencial de geração de pessoal ocupado da agricultura familiar, contradizendo a noção comum de que as grandes empresas trazem mais empregos. O percentual de ocupação da agricultura familiar foi de 64,7% do pessoal ocupado naquele mesmo período no Estado (SILVA, 2009, p. 59-60).

A microrregião do Alto Rio Pardo repercute fortemente essa desigualdade na distribuição de terras, como podemos ver pelos dados do IBGE (2006). Em 2006 foram registrados 18.765 estabelecimentos agropecuários na microrregião, que abrangiam uma área total de 779.690 hectares. Do total de estabelecimentos, 63,74% eram micro e pequenas unidades de produção (menor de 20 hectares) e ocupavam apenas 8,90% do total da área utilizada. O restante, 33,12% ocupavam 78,85% do total da área (IBGE, 2006).

Para Silva (2009, p. 91), a incidência do monocultivo do eucalipto ancora a perpetuação dessa situação de concentração fundiária:

A lógica espacial-produtiva do campesinato geraizeiro vai ser completamente afetada pela introdução dos monocultivos de eucalipto nas chapadas – áreas de recarga hídrica e de uso comum –, pressionando a agricultura camponesa, que ficou encurralada entre o maciço de eucalipto e o curso d'água, em faixas que, em alguns casos, chegam a 200-250 metros, gerando minifúndios inviáveis.

Ainda assim, como analisa o autor, alguns dados do município de Rio Pardo de Minas, com base no Censo Agropecuário do IBGE 1995/96, mesmo com toda a pressão sofrida, a agricultura familiar do município correspondia em 1996, a 98,4% dos estabelecimentos rurais. Porém, no que se refere a área ocupada, esses estabelecimentos somam apenas 52,7% da área total. No que se refere ao valor bruto da produção agrícola municipal, somam 63,7% do total. O autor observa que 63,2% dos estabelecimentos familiares compreendem a categoria “quase sem renda”, o que demonstra uma quantidade intrigante de minifúndios. Mas em termos de pessoal ocupado, ainda assim, a agricultura familiar no município ocupava 97,3% do pessoal em atividades agropecuárias (SILVA, 2009). Completa o autor:

Este fato confirma a baixa capacidade da monocultura de eucalipto de gerar postos de trabalho, se considerarmos o seu peso no percentual do PIB municipal e a área que ocupa. Dados do IBGE para 2002 apontam a produção do carvão vegetal como responsável por 69% do PIB agropecuário do município. Em 2006, esse percentual cai para 59%. (SILVA, 2009, p. 91).

No município de Rio Pardo de Minas, o Censo Agropecuário de 2006 apurou a existência de 3.195 estabelecimentos, os quais ocupam uma área total de 73.122 hectares¹⁸. Alguns agrupamentos de área foram relacionados na tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição da terra por faixa de área dos estabelecimentos em Rio Pardo de Minas

Faixa de área (hectares)		Quant. estabelecimentos	Porcentagem sobre quant. total de estab.	Área estabelecim.	Porcentagem sobre área total
a	Acima de 0 e menos que 2	261	8,16 %	269	0,35 %
b	De 2 a menos de 20	1976	61,84 %	12871	17,08 %
c	De 20 a menos de 50	556	17,40 %	17.188	22,81 %
d	De 50 a menos de 100	233	7,29 %	14.956	19,85 %
e	De 100 a menos de 200	74	2,31 %	9.604	12,74 %
f	De 200 a menos de 500	44	1,37 %	12.093	16,05 %
g	De 500 a menos de 1000	9	0,28 %	6.141	8,15 %
h	De 1000 a menos de 2500	2	0,06 %	-	
i	Acima de 2500	-		-	
TOTAL		3.195		75.336	

Fonte: IBGE (2006) – Elaboração própria

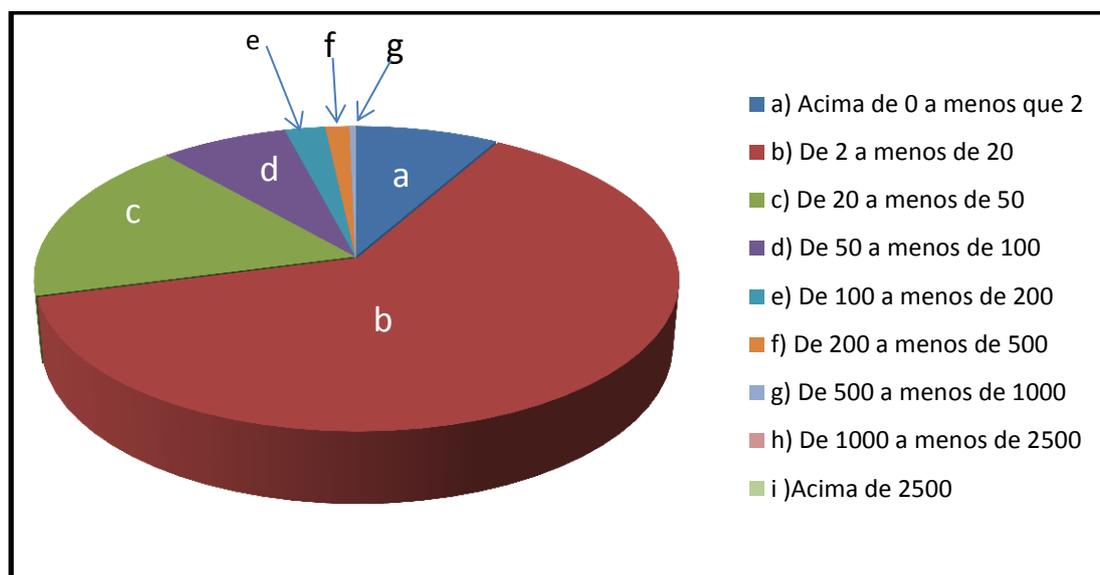
Por esta tabela, identificamos que predomina em termos de número de estabelecimentos os que se encontram entre 2 e 20 hectares, e correspondem a

¹⁸ Foram identificadas duas propriedades com tamanho entre 1000 e 2500 hectares cujas áreas não foram especificadas e 40 produtores sem área.

61,84% do total de estabelecimentos. Porém em termos de área, esses estabelecimentos ocupam apenas 17,08% da área total registrada. A tabela também demonstra a pouca expressividade dos estabelecimentos que estão entre 50 e 100 hectares, ou seja, a faixa de área que comporta os estabelecimentos que mais se aproximam do módulo fiscal¹⁹ indicado pelo INCRA para o município, que é de 65 hectares. Os estabelecimentos dessa faixa correspondem a 7,29% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 19,85% do total, ou seja, praticamente um quinto de toda a área registrada.

Os Gráficos 1 e 2 se baseiam nos dados da tabela 5 e ajudam a visualizar as diferenças de participação, em percentual, entre quantidades de estabelecimentos e sobre a área total, por faixa de área. No primeiro, visualizamos o percentual de participação sobre a quantidade total de estabelecimentos:

Gráfico 1 - Percentual de participação sobre o total da quantidade de estabelecimentos, por faixa de área.

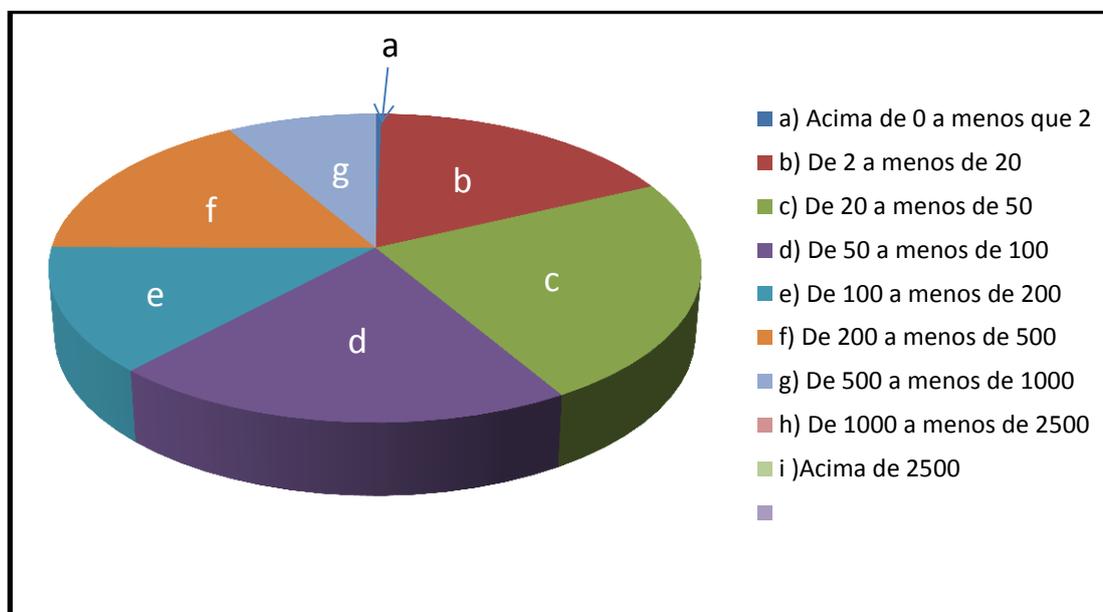


Fonte: IBGE 2006 (Elaboração própria)

¹⁹ O módulo fiscal é a área mínima determinada pelo Incra, baseada numa média municipal, para garantir ao agricultor e sua família a sobrevivência e o desenvolvimento social e econômico conforme as atividades exercidas e condições de produção locais.

Já no gráfico 2 visualizamos a participação daquelas mesmas faixas de áreas sobre a área total ocupada pelos estabelecimentos:

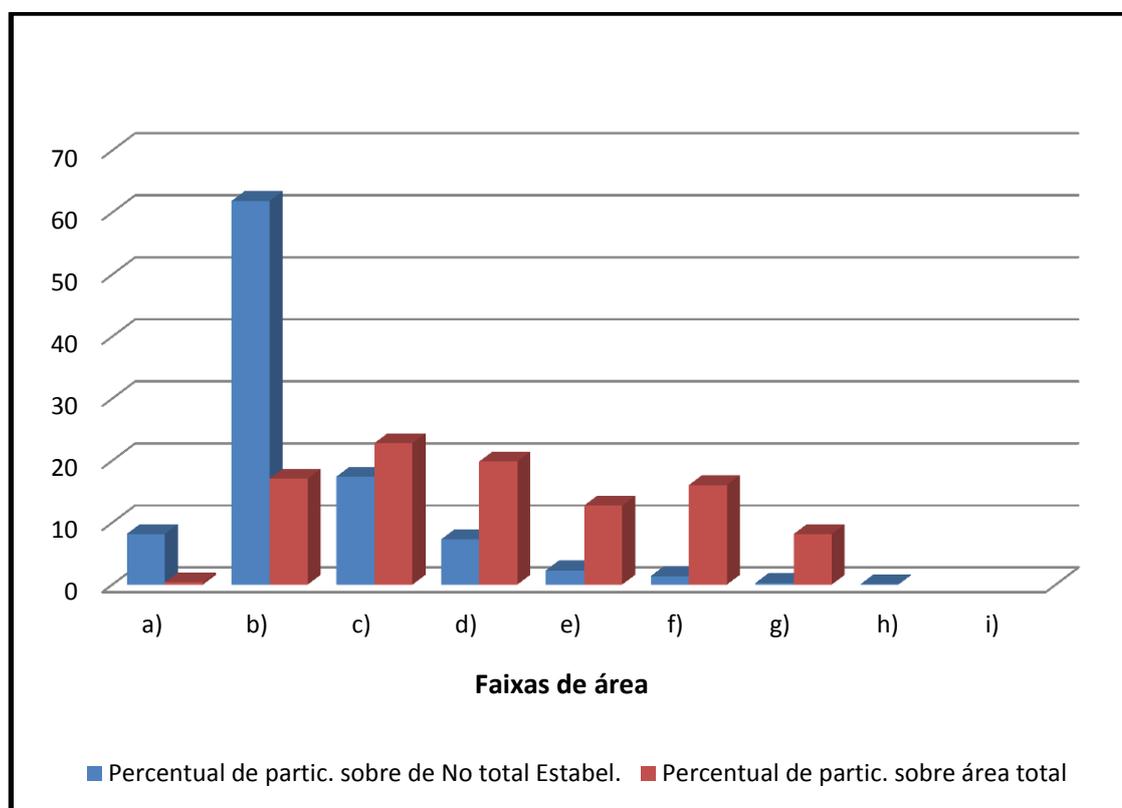
Gráfico 2 – Percentual de participação sobre o total da área, por faixa de área



Fonte: IBGE 2006 (Elaboração própria)

Na comparação entre os dois gráficos percebe-se a inversão de valores. As faixas de áreas de menor tamanho, ocupam grande participação no percentual sobre a quantidade de estabelecimentos no gráfico 1 (exemplos: faixas de áreas representadas pelas letras “a”, “b” e “d”), mas tem sua participação drasticamente reduzida no segundo gráfico, devido a pouca área que ocupam sobre a área total. O gráfico 3 apresenta uma síntese das duas informações, no qual as duplas de barras representam cada faixa de área, sendo que, a da esquerda, de cada dupla, refere-se ao percentual de participação sobre a quantidade de estabelecimentos, e a da direita, o percentual de participação sobre a área total.

Gráfico 3 – Percentual de participação sobre o total da quantidade de estabelecimentos, comparados com percentual sobre o total de área, por faixa de área

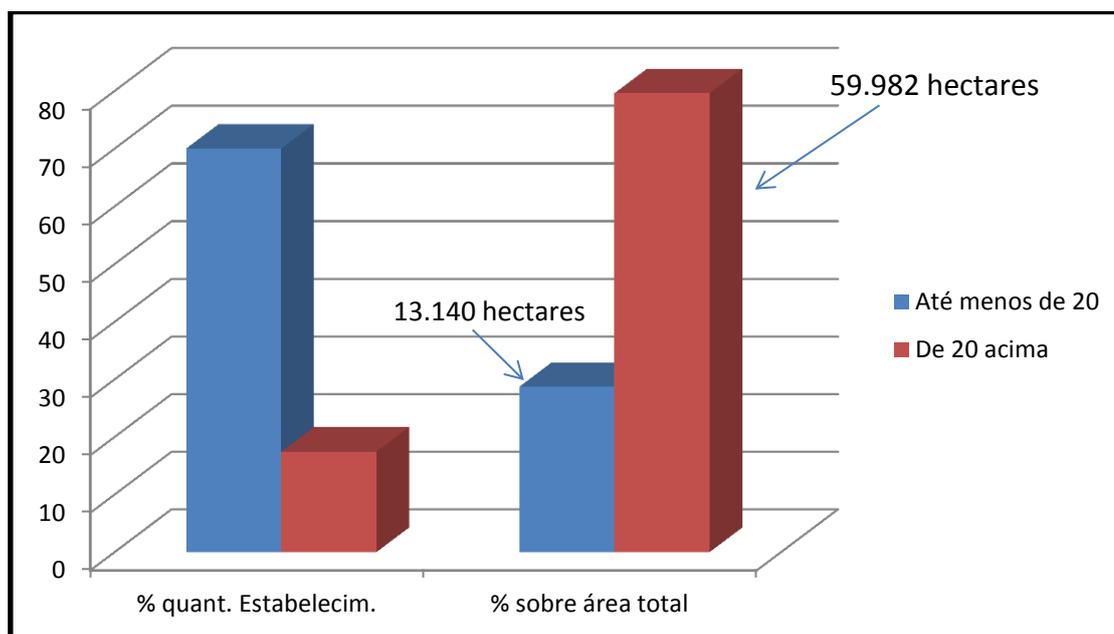


Fonte: IBGE 2006 (Elaboração própria)

No gráfico visualiza-se que a maior inversão entre participação sobre a quantidade de estabelecimentos e sobre a área ocupada, corresponde ao da faixa de área de 2 a menos de 20 hectares. Pelo gráfico também, visualiza-se certo equilíbrio, no que se refere a área ocupada, entre as faixas de 2 a menos de 20 hectares, de 20 a menos de 50 hectares e de 50 a menos de 100 hectares, com cada uma dessas faixas ocupando aproximadamente um quinto da área total. Porém o desequilíbrio se manifesta quando consideramos a quantidade de estabelecimentos envolvida. Essas três faixas, que somadas dariam em torno de três quintos da área total (59,75%) somam 2.765 estabelecimentos, correspondentes a 86,54% do total de estabelecimentos. Ou seja, 13,46 % de estabelecimentos estão ocupando 40,25% da área total, também demonstrando alta concentração fundiária.

O gráfico 4 demonstra a comparação entre apenas duas faixas de áreas, as entre 0 e menos que 20 hectares, e as de 20 hectares acima. Escolhidas pelo fato de a primeira incluir a faixa de área que tem maior participação em termos de número de estabelecimentos (de 2 a menos de 20ha), e a segunda a que tem maior participação em termos de área, ou seja, as de 20 hectares acima.

Gráfico 4 – Percentual da quantidade de estabelecimentos e de ocupação de área, pelas duas faixas de áreas principais.



Fonte: IBGE (2006). Elaboração própria

A faixa entre 0 e 20 hectares somam 2.237 estabelecimentos, o que corresponde a 70% dos estabelecimentos. Já a faixa referente aos estabelecimentos acima de 20 hectares soma 918 estabelecimentos (28,73% do total). O mesmo gráfico demonstra uma clara inversão entre números de estabelecimentos e áreas ocupadas pelos mesmos, de acordo com as faixas de áreas correspondentes. Os estabelecimentos de até 20 hectares ocupam uma área de 13.140 hectares, que correspondem a apenas 17,44 % do total de área disponível. Já os 918 estabelecimentos restantes (28,73%) ocupam uma área de 59.982 hectares, que representam 79,62% do total.

Dos dados demonstrados pelas tabelas e gráficos acima vemos que a realidade da concentração de terra prepondera no município. Sua má distribuição de terras reproduz um padrão identificado na microrregião do Alto Rio Pardo, no bioma Cerrado e também a nível nacional. Esse aspecto foi reforçado pelos processos de regularização fundiária mais recentes ocorridos no município, como atesta uma reportagem de A pública (2014). Nos anos de 2007 e 2008 foram distribuídos um total de 1902 títulos a famílias do Alto Rio Pardo, que tinham uma média de 20 hectares. Ora, como lembra a própria reportagem, o módulo rural na região é de 65 hectares. Mas não é raro a existência de títulos com 5 ou até meio hectare, o que “não é o suficiente para garantir a reprodução cultural, social e econômica das comunidades e a sobrevivência das famílias” (A pública, setembro de 2014)²⁰

Essa realidade da concentração de terras gera exclusão e pressão sobre as comunidades rurais, cujas famílias não possuem quantidades adequadas de área para suas atividades produtivas. Associado à concentração, há o monocultivo de eucalipto, que ocupa grandes extensões de terra, o qual inviabiliza as práticas históricas das comunidades. Com o não acesso às chapadas, as famílias perdem a possibilidade de acessar fontes extras de alimento ou produtos complementares, como sempre fizeram de um modo tradicional e comum. Essa concentração de terras, tanto nas mãos de empresários individuais quanto de empresas, é geradora de conflitos também pela forma com a qual foi operada a apropriação de boa parte dessas áreas. Muitas provieram de arrendamentos junto ao Estado, mas foram executados sem considerar a existência de populações tradicionais nas áreas.

Outra fonte de denúncias de várias comunidades é que grande parte dessas áreas, incluindo outras de apropriações por processos de compra, passaram por retificações ou registros cartoriais duvidosos, denotando fortes indícios de grilagem, gerando aumento dessas áreas sempre a favor de empresas monocultoras e também de áreas que, mesmo sem registro, são de posses irregulares, cuja área ocupada extrapola a informada em documentos. Como diz Brito (2013, p.70),

Não se tem registro fidedigno do processo de aquisição de terras pelas empresas de eucalipto na região. Existem polêmicas em relação às terras

²⁰ <<http://apublica.org/2014/09/la-no-norte-de-minas-gerais/>>. Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

consideradas públicas e não foi levantada a cadeia dominial das terras do Alto Rio Pardo.

Brito (2013) traz diversos relatos, apontando as mais diversas formas de apropriação ilegal de terras, através de retificações de áreas, assinaturas forçadas (pelas empresas) de moradores de documentos de venda de terras, etc. Esses procedimentos ilegais se configuram claramente como grilagens de terras, que caracterizaram boa parte dessas aquisições empresariais. Outros relatos desse tipo estão em Silva (2009, p.107).

Sauer (2016) levanta o conceito de grilagem como sendo a transmissão ilegal de terras públicas para particulares “através do uso de documento falso, ou qualquer outra forma de apropriação ilícita, com uso da violência ou não” (SAUER, 2016, p. 12). Ou seja, é apropriação ilegal de terras públicas por particulares, através de diversos mecanismos irregulares. Nos termos da Comissão Pastoral da Terra (2005):

A grilagem, de acordo com dados do próprio governo, foi propiciada pela fragilidade do sistema de registro de terras e ocorreu, no decorrer da história, através de diversos mecanismos: falsificação de títulos e seus registros, registro de escritura de compra e venda sem a linhagem da transmissão, invasão de áreas para derrubada da floresta e prática da pecuária extensiva e ainda por acréscimo de áreas nos documentos de posse. Outro fator fundamental para a ocorrência da grilagem foi a superposição de competências entre a União e o Estado para proceder à titulação em vários períodos históricos. (CPT, 2005, p. 23)

Nas palavras do próprio governo:

A grilagem de terras acontece normalmente com a conivência de serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário que, muitas vezes, registram áreas sobrepostas umas às outras - ou seja, elas só existem no papel. Há também a conivência direta e indireta de órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras devolutas estaduais ou federais a correligionários do poder, a laranjas ou mesmo a fantasmas – pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios. Depois de obter o registro no cartório de títulos de imóveis, o fraudador repetia o mesmo procedimento no Instituto de Terras do Estado, no Cadastro do Incra e junto à Receita Federal. Seu objetivo era obter registros cruzados que dessem à fraude uma aparência de consistente legalidade. (INCRA, S/D, p. 4)

Como denuncia a CPT (2005), a grilagem é uma das responsáveis pela estrutura fundiária brasileira atual, sendo um elemento que compõe o processo de concentração da terra. O próprio governo também reconhece tal situação:

A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Em todo o país, o total de terras sob suspeita de serem griladas é de aproximadamente 100 milhões de hectares - quatro vezes a área do Estado de São Paulo ou a área da América Central mais México. (INCRA, S/D, p. 2)

O dossiê denominado “O livro branco da grilagem de terras” (INCRA, S/D) informa que em Minas Gerais, 138 imóveis tiveram seus cadastros cancelados pelo INCRA, devido a constatação de grilagem, cuja área total era de 2.635.464 hectares.

Nesse estado, as grilagens referentes ao objeto deste estudo, tiveram predominância nos anos 1970 e 80, mas há registros desse procedimento mais atuais, ocorridas por volta dos anos 2000. Estes foram possíveis graças a participação ou omissão de órgãos de Estados responsáveis pela administração das terras em Minas Gerais. Houve, dentre outras formas de titulações irregulares, geração de documentos de terras antes devolutas, para vendas a empresas como a Vale do Rio Doce, para extração de minério. Os casos de grilagens de terras ocorridos nos territórios geraizeiros ocorreram sobre terras públicas, com o diferencial de que estas terras não estavam desocupadas, eram usadas tradicionalmente pelas comunidades locais.

Diante dessas ocorrências, deu-se em 2011 um processo investigatório promovido pelo Ministério Público e pela polícia federal, chamado de “Operação grilo”, que gerou a interrupção do Estado em realizar titulações em todos os municípios da região, o que já perdura mais de cinco anos. Com a extinção do ITER, em decorrência da Operação, o Governo atual do Estado²¹ criou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, que assumiu as funções de regularização fundiária do antigo órgão. Com o intuito de destravar a emissão de título junto a justiça, foi firmado um convênio, em 2015, entre a SEDA e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que irá financiar um processo chamado de

²¹ Gestão 2014 – 2018, Fernando Pimentel – Partido dos Trabalhadores.

“Varredura” nos municípios de Rio Pardo de Minas e Santo Antônio do Retiro, ou seja, um processo de medição georreferenciada de todas as propriedades, a fim de verificar e corrigir questões relativas a documentação de propriedades e posses (SEDA).

Foi demonstrado neste capítulo como a estrutura fundiária do município de Rio Pardo de Minas repercute altas taxas de concentração de terras identificadas regionalmente e a nível nacional. Tal estrutura tem como base sua formação histórica, desde a colonização portuguesa, que ao avançar pelo interior do Brasil, optou por implantar mecanismos que favoreciam o controle e apropriação de terras por uma minoria privilegiada, que muitas vezes nem exercia sobre a área de domínio, sua devida ocupação, deixando imensos latifúndios sem uso. Os dispositivos legais, como a Lei de Terras de 1850, adotados pela coroa perpetuaram formas de aquisições de grandes parcelas de terras por grupos econômicos hegemônicos, ao mesmo tempo em que dificultaram o acesso a terra aos mais pobres e pequenos agricultores.

No entanto, municípios como Rio Pardo de Minas conseguem manter expressiva a participação econômica e produtiva de categorias como a de agricultores familiares, com alto índice de pessoal ocupado e com relativa diversidade produtiva, não obstante a forte presença de minifúndios, ou áreas familiares cuja extensão não permite avanços econômicos da categoria, quando, quiçá, permitem apenas atividades de subsistência. Impactam sobre a questão fundiária e produtiva das famílias de agricultores a forte presença de eucalipto sobre o território do município e região, sobre o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – O EUCALIPTO NO NORTE DE MINAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: COMUNIDADES DE LUTA

2.1 – Dinâmica do monocultivo do eucalipto em Rio Pardo de Minas e região: a partir dos anos 1980

A partir da segunda metade do século XX, pós II Guerra Mundial, o Brasil viveu um *boom* do crescimento industrial. O modelo de desenvolvimento adotado no país obedeceu aos ditames dos países industrializados do norte, cuja ideologia de desenvolvimento hegemônica se baseia num racionalismo econômico no qual se privilegia, como diz Brito (2006, p. 44), “o crescimento, a acumulação e o aumento de produtividade, como fatores principais do desenvolvimento, secundarizando questões como equidade social, pobreza e manutenção dos recursos naturais com vistas a sustentabilidade”. Nesse contexto econômico mundial, em que o Brasil assume um papel subordinado, o Estado é um componente orientado a perpetuar seu caráter de produtor de matéria prima, o que internaliza “os custos sociais e ambientais de produção” (BRITO, 2006, p.46).

Na década de 1950, ao mesmo tempo que o país alavancava seu desenvolvimento industrial, começa a surgir certa descentralização desse setor antes monopolizado por Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, com Minas Gerais começando a ter mais destaque. A indústria siderúrgica teve papel fundamental. Os polos siderúrgicos mineiros passam a ser os maiores consumidores de carvão vegetal do país (base energética da siderurgia para produção de aço e ferro), se tornando responsáveis por 90% da produção de ferro-gusa do país entre os anos de 1950 e 1960 (RODRIGUES, et al, 2016).

A partir de meados dos anos 1960, já durante os governos militares, dá-se início no país ao chamado desenvolvimentismo. O período caracterizou-se pela forte participação do Estado na adoção de uma política econômica voltada ao crescimento industrial e da infraestrutura, que gerou o chamado “milagre brasileiro”.

Seguindo essa ótica, no Norte do Minas Gerais, implantou-se programas de desenvolvimento da agropecuária e de silvicultura. Através da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), são planejadas e executadas políticas

[...] governamentais de estímulos financeiros e fiscais, enquanto o governo do Estado realiza investimentos públicos em infra-estrutura básica: estradas, energia e telecomunicações. Os setores priorizados para os investimentos públicos foram: pecuária de gado de corte, produção florestal e produção agrícola intensiva, principalmente via irrigação (DAYRELL, 1998, p. 76).

Enquanto grandes fazendas de gado se modernizavam, beneficiadas com esses programas, entrava em ação processos de legalização de suas áreas, como diz Dayrell (1998, p. 77):

Legalizaram cartorialmente os documentos de propriedade e cercaram os limites imprecisos de suas terras onde, muitas vezes, já habitavam anteriormente, gerações de pequenos agricultores que foram daí expulsos. [...] Estes passaram a ser considerados, a partir de então, como posseiros pelo fato de não possuírem documentos legais de registro das terras habitadas, em alguns casos secularmente, pelos seus antepassados. Uma boa parte da vegetação nativa - cerrados, matas e caatingas - foi transformada em carvão e substituída por pastagens exóticas.

As indústrias siderúrgicas e de papel e celulose, no período, passam a demandar matéria prima, carvão vegetal e madeira, respectivamente. Esses ramos empresariais passam a receber incentivos financeiros e fiscais, além de aportes legais para garantir aquisição de terrenos, com o fim de implantar extensos plantios de eucalipto e pinus. Em Minas Gerais, o governo federal implanta dois programas de empreendimentos florestais: o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal – PSNCV e o Programa Nacional de Papel e Celulose – PNPC. Também foi criado em meados dos anos 1970 o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset, que tinha a finalidade de subsidiar atividades reflorestadoras e outros ramos (DAYRELL, 1998; BRITO, 2013, NOGUEIRA, 2009).

Para impulsionar o tão prometido desenvolvimento, esses investimentos buscaram transformar a vasta região norte mineira, onde predominam os cerrados e a caatinga, em um espaço economicamente “produtivo”, integrando-a a uma dinâmica econômica de nível nacional. As terras da região eram tidas pelos

Governos como inférteis para agricultura convencional, além de devolutas e desocupadas, sem presença ou aproveitamento humano. Era um “bolsão de miséria” para elites políticas e empresariais, comprometida pelos efeitos da seca. Essa visão é entendida como uma completa desconsideração sobre as populações que utilizavam desses espaços para sua sobrevivência e reprodução de seu modo de vida e sobre a biodiversidade própria do bioma local (DAYRELL, 1998, NOGUEIRA, 2013).

O Estado precisava ainda de um instrumento representativo enquanto poder público, nos processos de discriminação de terras devolutas e legitimação das terras adquiridas pelos empreendedores, que mediasse e controlasse a posse, sua reintegração e usos, conforme o Estatuto da Terra, de 1964. Para isso, em 1966, é criada a Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS²² (NOGUEIRA, 2013).

Chaves (2015) traz mais alguns detalhes dos mecanismos governamentais utilizados na década de 1970, para apoiar os reflorestamentos como a Lei Federal 5.106 de 1966, que trata da isenção fiscal (dedução no imposto de renda) para empreendedores em florestamentos e reflorestamentos. Neste período, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF realizou, em parceria com outras instituições governamentais²³, um diagnóstico para levantamento das terras disponíveis para reflorestamento em vários estados brasileiros. Lembra o autor que foram priorizadas áreas que não tivessem predominância de pequenas propriedades e que houvesse grandes áreas *sem uso*. Em Minas, foram apontadas 17 milhões de hectares de terras com potencial para receberem os empreendimentos, sendo 4 milhões deste na região norte mineira. Desse total, 7,5 milhões de hectares seriam compostos de terras devolutas (CHAVES, 2015).

Com posse destes dados, o IBDF criou em 1976 o Programa Distritos Florestais – PDF, com o fim de dar impulso aos empreendimentos, através da

²² Nos anos de 1990 a RURALMINAS foi substituída, enquanto responsável pela regularização fundiária, pelo Instituto de Terras de Minas Gerais – ITER que, por sua vez, foi extinto em 2011. Suas funções foram transplantadas para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, criada em 2015 pelo atual governo.

²³ Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA e o Instituto Estadual de Florestas- IEF.

articulação de esforços entre governo e iniciativa privada. As regiões norte e Alto Jequitinhonha foram tratadas com prioridade pelo governo, por possuírem maior quantidade de terras devolutas. O PDF de Minas foi o único que se apoiou no uso de terras devolutas (CHAVES, 2015).

O mesmo autor cita ainda outros aparatos legais, de peculiar importância para o desenvolvimento dos reflorestamentos. A lei Estadual 550, de 1949 apregoava que o limite para alienação de terras públicas para os empreendimentos, por empresa, era de 750 hectares. Mas a constituição Estadual de 1967 ampliou esse limite para até 3.000 hectares. Ora, a quantidade das terras requeridas pelos empreendimentos superou e muito esses números, totalizando uma quantia de 1.181.911 (Um milhão, cento e oitenta e um mil e novecentos e onze) hectares, para as 18 empresas (CHAVES, 2015). Como alternativa para resolver os desenlaces, para a alienação acima do previsto pelas legislações estaduais, bastava a aprovação pelo Senado, o que foi conseguido sem dificuldades.

Os arrendamentos previam formas facilitadas para domínio definitivo pelas empresas, das áreas por ela utilizadas. Assim que ocupados produtivamente até 1/5 de determinada área, poderiam ser realizados os processos de escrituração definitiva de áreas até 5 vezes maior (CHAVES, 2015). As transferências de propriedades foram interrompidas em 1988, por força das novas determinações constitucionais. No seu artigo 188, é relatado que toda política de destinação de terras públicas deveria estar sintonizada com a política nacional de Reforma Agrária. Restaram pendentes de legitimações uma quantia de 240.139 hectares de terras, que envolve “noventa e dois contratos de arrendamentos” que

[...] ficou espalhada por mais de uma dezena de municípios integrantes das duas regiões afetadas pelos projetos florestais (norte e alto Jequitinhonha). A maior parte dessas áreas encontrava-se, à época, em plena produção de madeiras ou já em fase de renovação dos plantios (CHAVES, 2015, p. 40).

Chaves (2015, p. 55) traz relatos também de como eram feitas as demarcações das terras para as empresas.

As terras eram selecionadas a partir de sobrevoos panorâmicos, de baixa altitude, possibilitando o registro fotográfico e o levantamento dos pontos geodésicos através do GPS da aeronave. Na sequência, a equipe terrestre

afixava os marcos físicos que sinalizavam os limites de cada área almejada. Essa demarcação já significava a efetiva tomada de posse, ainda que a área abrigasse centenas de posseiros ou até legítimos proprietários.

Toda a área abarcada pela medição era então incluída como propensa a receber os investimentos governamentais para o reflorestamento. Chaves (2015) informa que quem tinha título das terras recebiam algum valor, geralmente irrisório. Quem não tinha nenhum documento, teria que abandonar a terra de qualquer jeito.

Tais mecanismos proporcionaram a destinação de uma imensa quantidade de terras para empresas reflorestadoras, principalmente a partir dos anos 1980. Desde essa época até atualmente, há certa dinâmica com a apropriação dessas áreas, com algumas regiões sofrendo aumento de plantios e outras que diminuem. Assim como as próprias empresas, que repassam terras para outras, às vezes de mesmo grupo econômico, mudando constantemente a nomenclatura. Tal dinamismo gera, inclusive, dificuldades na obtenção de dados sobre tamanhos de áreas ocupadas e por qual empresa, pois variam muito a depender da época.

Leite (2013) apresenta um breve artigo no qual demonstra a dinâmica do plantio de eucalipto na mesorregião do Norte de Minas. O trabalho foi feito a partir da coleta de imagens de satélite em três datas específicas: 1986; 1996 e 2010. Uma das conclusões é que tanto o número de municípios quanto a área total utilizada pela silvicultura diminuíram na região. Esta possui 89 municípios, sendo que, destes, 48 possuíam eucalipto em suas áreas no ano de 1986, aumentando para 50 em 1996, e reduzindo para 42 em 2010. Quanto a área, no primeiro ano em questão, havia um total de 6.558 km² (655.800 hectares), tendo diminuído para 6.095 km² (609.500 hectares) no segundo ano considerado e, no terceiro, a área total diminuiu para 4.074 km² (407.074 hectares). Considerando o período em questão, esta redução equivale a 38% da área utilizada (LEITE, 2013).

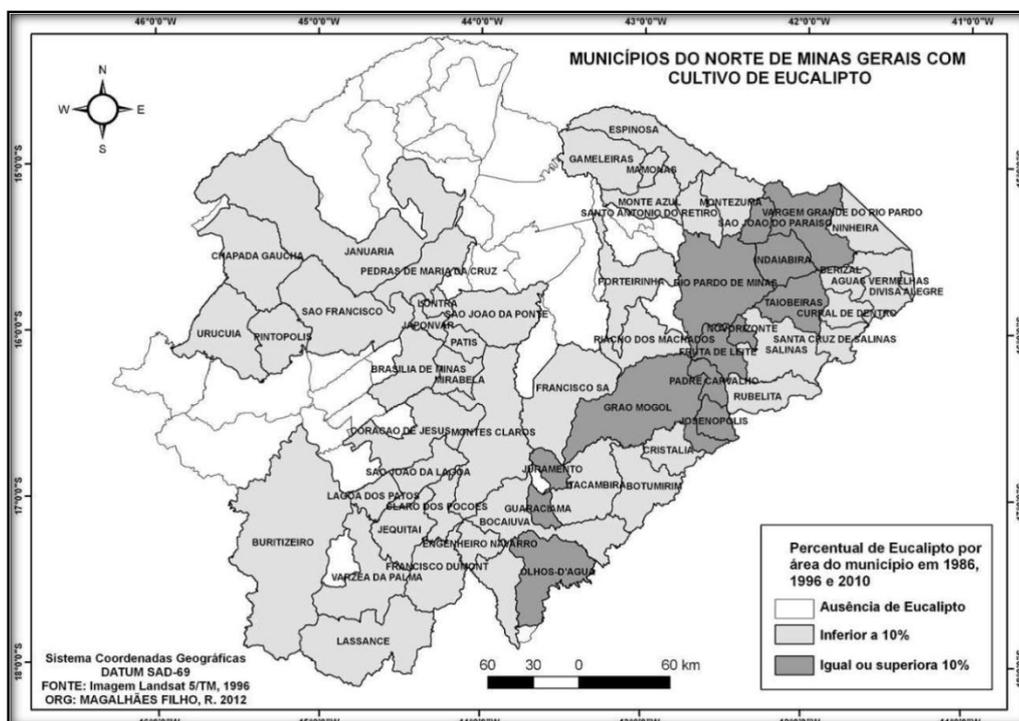
Tabela 6 – Tamanho de área ocupada pelo eucalipto na região Norte MG

	Período		
	1986	1996	2010
Municípios (num total de 89)	48	50	42
Área hectares	655.800	609.500	407.074
%	18	21	- de 10
Redução no período de 248.400 hectares, equivalente a 38%			

Fonte: LEITE, 2013. Modificado

Leite (2013) nos apresenta também um mapa da mesorregião Norte de Minas Gerais, demonstrando a incidência de eucalipto em cada município, de acordo com a porcentagem do monocultivo no território de cada um, considerando três períodos estudados, os anos de 1986, 1996 e 2010:

Mapa 3 – Municípios do Norte de Minas Gerais com cultivo de eucalipto



Fonte: Leite, 2013

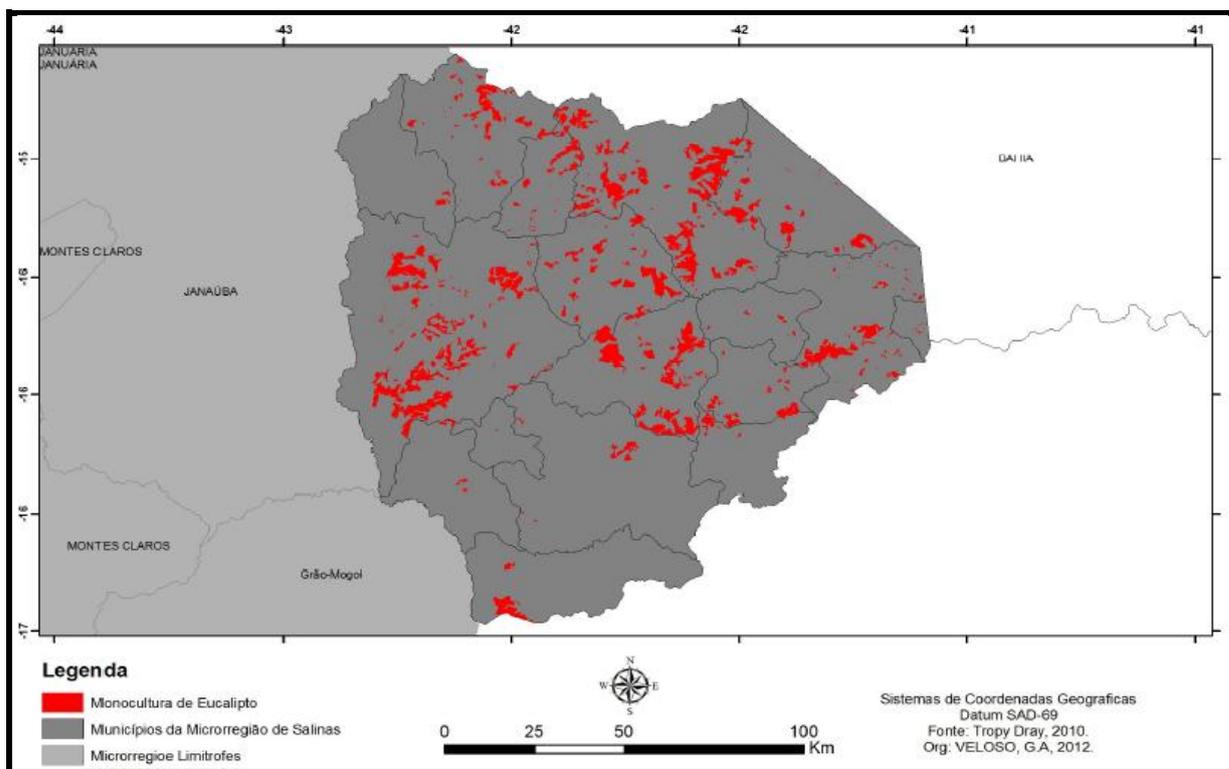
Além de Rio Pardo de Minas, o mapa 3 demonstra que permaneceu, nos três períodos considerados, a liderança em termos percentuais de cultivo de eucalipto outros municípios da microrregião Alto Rio Pardo como Taiobeiras, Indaiabira, Vargem Grande do Rio Pardo, Fruta de Leite e São João do Paraíso. Municípios de outras microrregiões, como Grão Mogol, Padre Carvalho e Olhos D'água também encabeçam esta lista.

No município de Rio Pardo de Minas, Leite (2013) demonstra que em 1986, a área total ocupada pelo eucalipto em era de 567 km², ou seja, 56.700 hectares. O que equivale a uma percentagem de 18% de seu território que é de 311.767,5 hectares no total. Em 1996, Rio Pardo de Minas assume o primeiro lugar em área total plantada na região, com 664 km² de área plantada. Mas sofre redução no período seguinte. O artigo não mostra os dados de área plantada em Rio Pardo de Minas para o ano de 2010, pois só relatou os municípios que mantiveram acima de 10% de seu território.

No entanto, Veloso (2012) faz um levantamento da incidência do eucalipto na microrregião de Salinas, também com base em imagens de satélites²⁴ para os três períodos também considerados por Leite (2013): 1986, 1996 e 2010. O mapa 4 foi gerado com base nos dados coletados e demonstra a presença do monocultivo em cada um dos municípios no ano de 2010.

²⁴ “Projeto *Tropy Dray* nos anos de 1986, 1996 e 2010. Este projeto mapeou a vegetação natural do norte de Minas Gerais, bem como a monocultura do eucalipto, utilizando as imagens do satélite *LandSat 5 TM*” (VELOSO, 2012, p. 6).

Mapa 4 – Monocultura de eucalipto na microrregião de Salinas (Alto Rio Pardo) em 2010



Fonte: Veloso, 2012

O mapa 4 mostra forte incidência de manchas vermelhas, que representam o eucalipto, principalmente nos municípios de Rio Pardo de Minas, Taiobeiras, Indaiabira e São João do Paraíso. No estudo de Veloso (2012) foi constatado que em Rio Pardo de Minas, no ano de 2010, a incidência do eucalipto no território, em termos percentuais, ficou na casa dos 10%. Nos outros dois períodos, 1986 e 1996, os dados ficaram mais próximos dos de Leite (2013), como vemos pela Tabela 7.

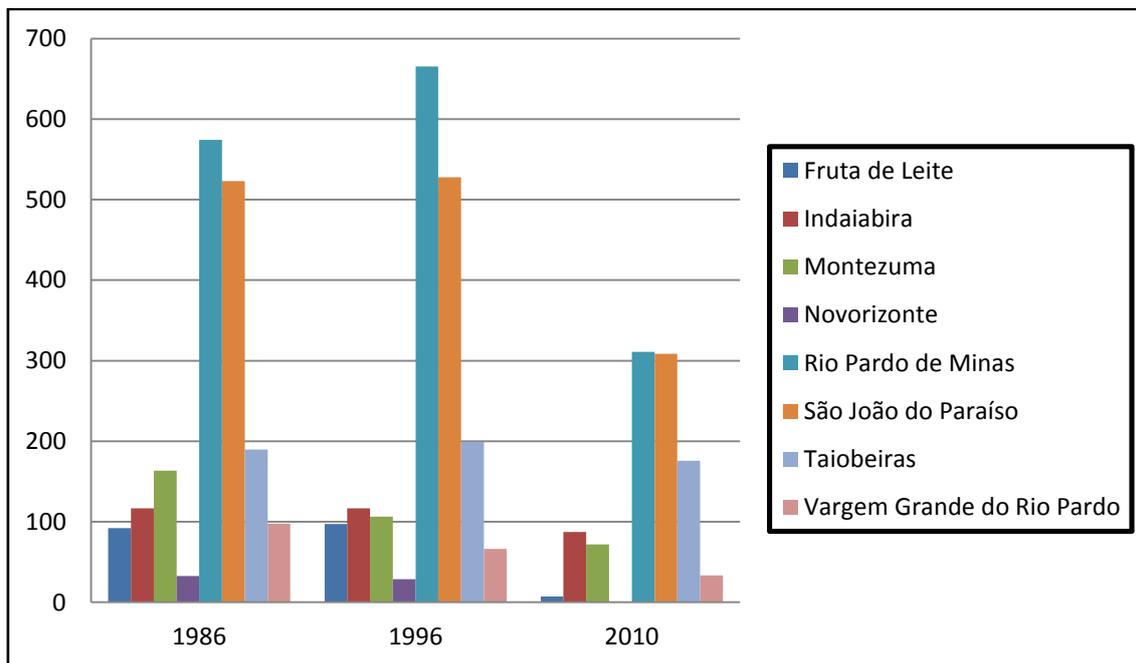
Tabela 7 – Área de monocultura de eucalipto em Km² e percentual de ocupação por municípios e na microrregião de Salinas (Alto Rio Pardo)

MUNICÍPIOS	Área do Eucalipto 1986		Área do Eucalipto 1996		Área do Eucalipto 2010	
	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%
Águas Vermelhas	61,09	4,85	67,19	5,34	81,18	6,50
Berizal	5,51	1,11	47,57	9,64	4,14	1,00
Curral de Dentro	31,94	5,60	23,96	4,20	32,80	5,80
Divisa Alegre	2,08	1,80	0,00	0,00	1,00	1,00
Fruta de Leite	92,13	12,15	97,33	12,83	7,36	1,00
Indaiabira	116,85	11,60	116,85	11,60	87,37	8,60
Montezuma	163,59	14,40	106,50	9,37	72,00	6,30
Ninheira	30,18	2,70	46,34	4,15	67,27	6,00
Novorizonte	32,76	12,27	28,58	10,70	0,60	0,20
Rio Pardo de Minas	574,09	18,40	665,29	21,33	310,75	10,00
Rubelita	61,66	5,57	47,62	4,30	32,32	3,00
Salinas	21,57	1,14	26,35	1,40	17,30	1,00
Santa Cruz de Salinas	55,17	9,52	49,13	8,47	15,00	2,60
Santo Antônio do Retiro	45,71	5,93	81,08	10,17	5,70	0,70
São João do Paraíso	523,03	27,22	527,65	27,46	308,67	16,00
Taiobeiras	189,67	15,88	198,95	16,65	175,80	14,00
Vargem Grande do Rio Pardo	97,73	19,85	66,29	13,46	33,46	6,80
Total	2104,79	11,80	2196,68	12,30	1253,00	7

Fonte: Veloso, 2012

A tabela 7 mostra que Rio Pardo de Minas, por mais que em alguns períodos não liderou em termos percentuais sua incidência de eucalipto, em todos os períodos considerados se manteve em primeiro lugar em termos de área absoluta, seguido por São João do Paraíso. O gráfico 5 ajuda a visualizar a incidência bruta do eucalipto nos municípios que mantiveram uma média igual ou acima a 10% do monocultivo sobre o território, nos três períodos considerados por Veloso (2012):

Gráfico 5 – Municípios de maior incidência do eucalipto da microrregião de Salinas (Alto Rio Pardo) nos anos de 1986, 1996 e 2010



Fonte: Veloso, 2012 – Elaboração própria

Silva (2009) demonstra dados sobre a incidência de eucalipto em Rio Pardo de Minas do ano de 1994, ou seja, antes de parte do desmembramento²⁵ quando o eucalipto ocupava uma área de 92 mil hectares, equivalente a 17% do território do município. A cobertura vegetal nativa foi estimada em 70, 31%, sendo 62%, do total, de cerrado. O autor demonstra também dados mais recentes, de 2005 (pós desmembramento), no qual o eucalipto passa a ter 27.123 hectares, equivalente a 8,69% do território municipal. E a cobertura nativa estava presente em 58% do território (SILVA, 2009, p. 90).

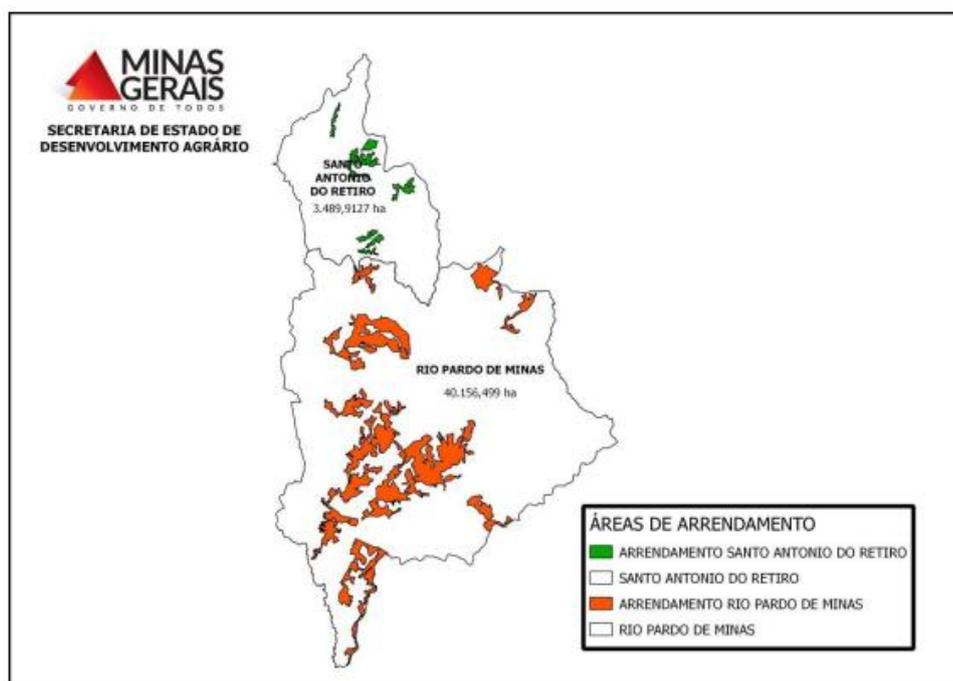
Em 2006, Brito, utilizando dados informados pela Emater, afirmou que o município tinha uma área de 78.679 hectares com plantações de Eucalipto²⁶. Em

²⁵ Leite (2013) e Veloso (2012) não consideraram o tamanho original do município de Rio Pardo de Minas para o ano de 1986, quando fazia parte do mesmo diversos distritos, elevados a categoria de município nos anos de 1990. Em 1992 desmembra-se de Rio Pardo de Minas o município de Montezuma; em 1995 desmembram-se os municípios de Vargem Grande do Rio Pardo, Indaiabira, Santo Antônio do Retiro (Fonte: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades>>. Acesso em 21/02/2017).

²⁶ Infelizmente a data a autora não precisa a data correspondente a esse dado, mas que provavelmente se refere ao ano 2001, o que se deduz a partir da citação seguinte, que segue a

2016, a Emater informou que haviam 45.000 hectares, portanto temos uma redução de 33.679 hectares nos últimos anos. O mapa 05 demonstra as áreas de arrendamento para empresas de eucaliptocultura nos municípios de Rio Pardo de Minas e Santo Antônio do Retiro. Para o primeiro município, consta uma quantidade 40.156 hectares de áreas arrendadas e o segundo, 3.489 hectares.²⁷

Mapa 5 – Áreas de arrendamento do Estado de Minas Gerais – municípios de Rio Pardo de Minas e Santo Antônio do Retiro



Fonte: SEDA/MG

A comparação deste mapa com os anteriores, que demonstram a presença de eucalipto em Rio Pardo de Minas, faz supor que a grande maioria das áreas cultivadas de eucalipto foram realmente objetos de arrendamentos junto ao Estado. Um mapa atual das áreas de arrendamento provavelmente seria diferente, já que

informação em questão: A monocultura de eucalipto em Rio Pardo de Minas “emprega 129 assalariados num total de 165 pessoas na silvicultura e exploração florestal. Os salários pagos no setor de silvicultura exploração florestal foram da ordem de R\$ 331.000,00, resultando numa média por pessoa, em 2001, de R\$ 213,00 por mês (IBGE)” (BRITO, 2006, p.50).

²⁷ Infelizmente não há informações precisas sobre o período destas áreas arrendadas. É bem provável, no entanto, que o mesmo foi feito a partir dos dados da discriminatória, realizada pela Ruralminas nos anos de 1985 e 1986.

alguma parte dessas áreas foi devolvida para o Estado e outras foram apropriadas por empresas, se tornando propriedades privadas.

Essa devolução de áreas de arrendamento para o Estado pode explicar em parte, a diminuição da incidência do eucalipto no município de Rio Pardo de Minas dos últimos anos, visto que, é justamente no início dos 2.000 que começa a findar-se grande parte dos contratos de arrendamentos feitos durante os anos 1980. Em casos de não devolução espontânea, o Estado moveu ações de cobrança ou despejo das empresas. Garcia Filho (2009) também coloca que o Estado, a partir dos anos 2000 vem procurando reequilibrar os contratos de arrendamentos, visto que os preços cobrados eram quase que insignificantes para as contas públicas, sendo que ainda houve expressivo descontrole estatal nas arrecadações.

Outro fator que pode justificar a diminuição do plantio, como apontado por Garcia Filho (2009), é quanto a inexistência atual dos incentivos governamentais que haviam durante a década de 1970 e 1980. As crises econômicas globais também são consideradas, pois levaram a recessão no início do novo milênio e levaram muitas empresas a falência. A aceleração das titulações de terras a pequenos posseiros, verificada a partir de 2007, provavelmente também pode ter influência na retração ou estagnação na atividade das empresas monocultoras. Outro fator que merece uma análise mais aprofundada são as legislações ambientais, cuja fiscalização estaria mais rígida nos últimos anos. É principalmente a partir dos anos 2000 que começa a surgir movimentos de resistência, com ações propositivas de retomada territorial.

Um dos fatores que iniciaram as resistências das comunidades, foi justamente a possibilidade de perpetuação do monocultivo nas áreas de chapada pós finalização do primeiro período de arrendamento, que seria no início dos anos 2.000. Como nos informa uma reportagem (A Pública, setembro de 2014)²⁸, houve a devolução de áreas arrendadas, mas entre 2003 e 2008 houve renovação de contratos, a preços irrisórios, mesmo com a contrariedade da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais (AGE/MG). A AGE defendia a retomada das terras pelo

²⁸ <<http://apublica.org/2014/09/la-no-norte-de-minas-gerais/>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

Estado, para destiná-las a Reforma Agrária ou proteção ambiental, cujos pareceres não surtiram efeito. Juntando os interesses dos grupos que não queriam devolver as terras, e aos dos que se interessavam pelas áreas de minério, recém descobertas, as pressões sobre os territórios geraizeiros se renovavam.

Buscamos fazer um apanhado de como se deu a dinâmica do “reflorestamento”, através da monocultura de eucalipto, desde dados relativos ao norte de Minas Gerais, passando pela microrregião do Alto Rio Pardo, até chegarmos ao município de Rio Pardo de Minas, onde se situam as comunidades foco deste estudo. As informações disponíveis mostram a intensa presença do monocultivo na região, demarcando a liderança do município de Rio Pardo de Minas nos períodos analisados, desde os anos 1980 até a década de 2.000.

Os dados demonstram também que, apesar de aparente recuo da intensidade dos monocultivos, isso não deve ser entendido como uma tendência a uma diminuição da pressão de empreendimentos sobre os territórios geraizeiros. Para Garcia Filho (2009), essa não haveria nem mesmo uma diminuição do interesse por carvão vegetal de áreas do Cerrado. Há registros, por exemplo, de realocações de áreas de empresas, para outros municípios.

Se houve algumas devoluções de terras arrendadas, houve também grande quantidade de áreas que passaram para domínio definitivo de grandes empresas, o que permitiu sua acumulação de capital e, portanto, gerou maiores capacidades de expansão de seus investimentos. A situação de crise mundial, pelo qual passa hoje em dia países centrais e em desenvolvimento, como o Brasil, que gerou certo arrefecimento em setores como da indústria siderúrgica, tem apenas um efeito temporário, já que, historicamente, sabe-se que situações como essas tem um caráter cíclico: aparentemente nada impede que a qualquer momento, esse setor retome altos níveis de crescimento.

Por outro lado, se houve recuo da pressão fundiária, proporcionada pelo monocultivo de eucalipto, outros empreendimentos entraram em cena, como os minerários, que igualmente se apropriam de territórios tradicionais e causam diversos danos socioambientais. O caso do Sobrado, como veremos, serve também

para alertar que os conflitos socioambientais dos Geraizeiros não estão limitados apenas a questão do monocultivo de eucalipto. Empresários individuais, com certo poder aquisitivo, aproveitando da situação da falta de organização coletiva de moradores e/ou de reconhecimento dos territórios tradicionais, também se configuram como ameaças a sobrevivência física e étnica das comunidades, através de empreendimentos e interesses diversos.

2.2 - Conflitos socioambientais nos Gerais: perspectivas teóricas

A monocultura do eucalipto nas áreas de chapada de territórios de comunidades tradicionais, assim como outras formas de degradação de recursos naturais, causou impactos de ordem ambiental, social e territorial no norte de Minas. As atividades predatórias implantadas comprometeram os recursos hídricos, a flora e a fauna originais. E isto, por sua vez, impactou diretamente a garantia de permanência de seus moradores nesses locais, pois alterou suas fontes de subsistência, os modos de vida, relações de trabalho e contribuiu na limitação dos espaços produtivos. Para diversas comunidades, a forma de resistência encontrada, a fim de sobreviverem física e culturalmente em seus locais de origem, foi através da organização para luta de retomada territorial.

As ações predatórias do meio, além de se valerem do usufruto de áreas de uso comum tradicional, atingiram não somente o espaço biofísico do meio geográfico, mas também um ecossistema onde havia a integração e convivência entre o ambiente e o ser humano. Para analisar conflitos desse gênero, que envolvem campos do conhecimento que estudam elementos tradicionalmente tidos como díspares, a natureza e sociedade, Little (2006, p.89) propõe as “sínteses transdisciplinares”, por onde se entra na esfera da ecologia política. Tal síntese seria a busca por apoio em disciplinas localizadas em cada campo, natural e social, a fim de unificar uma teoria no campo ecológico. Traz à tona a noção de “simetria

epistemológica”, que defende que as causas de um fenômeno determinado podem proceder tanto do mundo social quanto do mundo natural.

Para tanto, o pesquisador em ecologia política deve mapear as principais forças biofísicas, tais como a conformação geológica de uma região, a evolução biológica da fauna e flora e os fluxos hídricos, junto com as principais atividades humanas, tais como os sistemas agrícolas, os efluentes industriais lançados ao ambiente e a infra-estrutura de transporte e comunicação instalada na região. Além de estar atento aos dois lados dessa causalidade, o pesquisador também procura identificar as realidades socioambientais que surgem das interações entre os mundos biofísico e social que só uma abordagem ecológica é preparada para enxergar (LITTLE, 2006, p. 90).

Leff (2011) aprofunda esse sentido de interdisciplinaridade elevando-o à ideia de diálogo de saberes. Isso porque, para o autor, tende a predominar nessas práticas interdisciplinares a perpetuação da dominação de campos científicos estabelecidos. Muitas vezes essa interdisciplinaridade fica restrita a apenas um ajuntamento de temas e perspectivas ambientais, propostas por diversas disciplinas, gerando um conhecimento ambiental que emerge a partir de paradigmas já tradicionais do conhecimento científico.

Para o autor, portanto, esse avanço no sentido de interdisciplinaridade é a passagem de uma simples articulação entre campos do conhecimento social e natural para uma visão aberta à complexidade ambiental, que considera as mais diferentes interpretações, formando um diálogo de saberes. Diz Leff (2011, p. 311) que a interdisciplinaridade busca promover “um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas” que transcende o campo de conhecimento restrito “a disciplinas científicas e a suas possíveis articulações”, envolvendo “práticas não científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos”.

Justifica a atenção do autor a essa abertura da ciência para “outros” saberes o fato de que, sob a propagação da cientificidade estão relacionadas questões de poder sobre a apropriação da natureza. Nas palavras de Leff (2011, p. 330),

O que está em jogo nas estratégias de poder em torno da conservação ecológica no processo de globalização é a confrontação da via marcada pela apropriação científica e a valorização mercantil (os direitos de propriedade intelectual e econômica), frente aos diversos significados culturais atribuídos à natureza. A gestão ambiental num regime democrático implica uma gestão participativa da população no processo de produção. A

encruzilhada pela sustentabilidade é uma disputa pela natureza e uma controvérsia pelos sentidos alternativos do desenvolvimento sustentável. Ela faz com que a sustentabilidade tenha como condição inevitável a participação dos atores locais, de sociedades rurais e comunidades indígenas, a partir de culturas, seus saberes e suas identidades.

Ou seja, para o autor, uma abertura aos saberes “não científicos” poderão propiciar maior participação democrática na apropriação dos recursos naturais. Isto porque estariam em voga perspectivas ambientais de povos que imprimem sentidos sociais e culturais à natureza, ou seja, sentidos da natureza “não coisificada”, “valores não mercantis”, que primam pelo uso sustentável de seus recursos.

Brito (2013) aponta uma noção de ecologia política relacionada a ideia de distribuição ecológica. É uma forma de analisar os conflitos ambientais no âmbito das contradições da sociedade capitalista, que considera as relações de poder envolvidas. Tal distribuição se refere ao acesso humano aos recursos naturais, que são determinadas por agentes tanto físicos quanto sociais. Dos primeiros, pode-se citar o clima, topografia, pluviometria, etc.; para os segundos, entram em cena fatores econômicos, políticos e culturais, por exemplo.

Assim, as desigualdades no acesso aos recursos naturais ficam no cerne da discussão. Ao comparar as possibilidades de acesso aos recursos naturais entre grandes empresas monocultoras ou grandes empresários e comunidades tradicionais, como as geraizeiras, identificam-se diversas discrepâncias. Nas primeiras percebe-se auto impacto ambiental, com poder de esgotamento desses mesmos recursos e geradora de altos rendimentos em favor de elites econômicas. Nas segundas, vê-se de forma geral baixo poder de entropia ao meio, exploração primordialmente voltada à subsistência e que permite a coexistência humano/natureza.

Essas diferentes formas de interação com o meio estão, portanto, correlacionadas com questões de poder econômico e político, que são determinantes no desenvolvimento de processos de ações de cada grupo social. Como diz Brito,

Os agentes do mercado têm muito mais capacidade de interferir nas políticas governamentais do que as comunidades, podendo inclusive mudar

leis que, de alguma forma, venham a travar a sua liberdade de ação. O Estado, na prática, reforça a assimetria de poder econômico e político que existe entre a rede de movimentos sociais dos geraizeiros e a rede da monocultura do eucalipto: é um Estado que reflete o que Santos (2009) denominou de fascismo social e fascismo territorial (BRITO, 2013, p. 209).

Silva (2009) traz à tona as diferentes perspectivas de visões de mundo, entre os povos do “centro” e os povos periféricos. Ao invés de se renderem às noções capitalistas, estes mantêm características como “Autossuficiência, autonomia, valor de uso, pequena escala, pouca disponibilidade de capital, redução de risco, conhecimento integrado/não-fragmentado, trabalho e gestão familiar e potencialização dos recursos internos/locais”, que são mais adaptáveis ao seu meio, que, como diz o autor, num processo “responsável pela sobrevivência física e cultural de inúmeras comunidades rurais e indígenas do chamado Terceiro Mundo, não totalmente subordinadas ao etnocentrismo euroamericano” (SILVA, 2009, p. 58). A racionalidade tradicional de ocupação e uso do Cerrado, realizada pelos agricultores tradicionais, não se chocavam com os processos ecológicos que mantinham vivos seus mais diversos ecossistemas, existentes nas extensões dominadas por esse bioma.

O Cerrado possui uma imensa variedade de espécies vegetais, constituído de plantas forrageiras, alimentícias, medicinais, madeireiras, dentre outras, que fazem desse bioma um dos mais ricos em biodiversidade do planeta (SILVA, 2009). Os povos do Cerrado herdaram saberes e práticas indígenas que viveram na região por milhares de anos, aprenderam a conviver com o bioma, aproveitando de seus recursos de maneira sustentável:

Essas populações desenvolveram, ao longo dos séculos, modos de vida com uma relação orgânica com os ecossistemas, baseados na sua produção biológica primária (extrativismo, caça, pesca) e em estratégias agropecuárias que otimizavam as potencialidades do ambiente de transformar energia solar em alimentos, carnes e fibras, utilizando de forma heterogênea e diversificada (Toledo, 1996) as diferentes unidades da paisagem do Cerrado: agricultura de encosta e fundo de vale, solta de gado e extrativismo na chapada (SILVA, 2009, p. 57).

Para Little (2001), o conflito se torna eminente quando há a contraposição entre sistemas de produção dos povos do “centro” e os povos periféricos, ou, como

ele próprio denomina, entre povos da “biosfera” e povos do “ecossistema”. Nos Gerais, ocorre um choque entre o sistema dos povos da biosfera, que se aporia em altas tecnologias, de caráter produtivista, que não leva em conta a finitude dos recursos naturais, com os povos do ecossistema, a tradicional familiar, que dependem das fontes de recursos naturais e da biodiversidade para permanecerem no local.

Desse choque, são gerados os conflitos socioambientais, que são “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (LITTLE, 2001, p.107). Em tais disputas, ficam inter-relacionadas as dimensões do “mundo biofísico e seus ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais” e as relações de interdependências entres essas esferas. Os conflitos que envolvem impactos ambientais e sociais, causados pela ação humana e natural é uma tipologia de conflito definida por Little (2001), que pode ser aplicada a situação das comunidades geraizeiras do Norte de Minas.

Um dado dos conflitos dessas comunidades, que faz transparecer essas contraposições relacionadas às diferenças de poder econômico, é demonstrado pelo fato de que os mesmos que promovem a degradação são os que mais se beneficiam das atividades executadas. E também são os únicos que não sofrem com os impactos ambientais negativos, pelo menos de maneira direta. Suas consequências ficam a cargo das comunidades locais que, inversamente, pouco gozam de algum benefício advindo desses empreendimentos. Os grandes empresários nem mesmo residem nos locais de exploração e impacto.

Nesse aspecto, entra em cena na discussão sobre a questão ambiental uma linha de raciocínio (de movimentos e intelectuais), denominada de “razão cultural”, que denuncia o fator distributivo dos riscos e benefícios dos empreendimentos (ACSERALD, 2010). Nesse campo de discussão, há uma disputa dessa linha com outra, a “razão utilitária”. Esta elimina dos recursos ambientais todo seu conteúdo sociopolítico, cuja preocupação de seus porta-vozes se concentra na finitude dos recursos enquanto matéria, cuja escassez compromete o desenvolvimento capitalista. Nesse raciocínio há um caráter democrático dos riscos ambientais, já que geram um entendimento de que seus danos atingem a todos. Já para a “razão

cultural”, os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos (ACSERALD, 2010, p. 109).

Para a “razão cultural”, nem os danos ambientais e nem os benefícios dos empreendimentos são democráticos, já que chegam as camadas sociais de acordo com os atributos de poder que elas portam: aos despossuídos, os riscos, à elite abastada, os benefícios do desenvolvimento. Nessa perspectiva, a “razão cultural” se ancora na noção de justiça ambiental. Nas palavras de Acserald (2010, p. 109),

A razão cultural deu, por seu lado, origem a uma ação que denuncia e busca superar a distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais. Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz, haveria que se alterar o modo de distribuição – desigual – de poder sobre os recursos ambientais e retirar dos poderosos a capacidade de transferir os custos ambientais do desenvolvimento para os mais despossuídos. Seu diagnóstico assinala que a desigual exposição aos riscos deve-se ao diferencial de mobilidade entre os grupos sociais: os mais ricos conseguiriam escapar aos riscos e os mais pobres circulariam no interior de um circuito de risco. Donde a ação decorrente visando combater a desigualdade ambiental e dar igual proteção ambiental a todos os grupos sociais e étnicos.

Acserald (2010, p. 111) chama a atenção para o fato de que o que está em jogo é o modo “como distribuem-se no espaço distintas formas sociais de apropriação dos recursos ambientais”. Essa distribuição define níveis de afetação entre práticas espaciais distintas, ou seja, para existência de uma, quais implicações teriam sobre a permanência de outras. De um exemplo dessa situação fornecida pelo autor, alude-se facilmente a situação das comunidades geraizeiras em estudo: “como para a expansão da monocultura do eucalipto, perdem os *quilombolas* suas terras e fontes de água”.

Dessa forma, nos últimos decênios, vemos imbricadas nas discussões as temáticas sociais e ambientais, que antes guardavam certo distanciamento. De um lado, no que se refere às reflexões mais contemporâneas sobre questões sociais e disputas de poder econômico, entra no bojo da discussão a questão ambiental. Como diz Ribeiro (1992), as temáticas ambientais ganharam espaço no cenário mundial atual para explicação da realidade. Porém, como pondera esse mesmo autor, as ideias de autonomia local ou mesmo da satisfação das necessidades

humanas não materiais (inclusive, a relação simbólica com o território), que se inscrevem em modelos alternativos de desenvolvimento, têm menos apoio que os discursos economicistas prevalentes hoje em dia.

Por outro lado, as conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento de Estocolmo, em 1973, e do Rio, de 1992, como lembra Nascimento (2012), trouxeram para a discussão ambiental a questão social. Isto resultou na avaliação de que a pobreza também é provocadora de agressões ambientais. Mas tanto num caso como no outro, ou seja, tanto as reflexões de cunho social que passam a interagir com as questões ambientais, quanto as reflexões ambientais que passam a receber contribuições de análises sociais, não de concordar esses autores que, nessas linhas predominantes de raciocínio – que pregam a boa gestão dos recursos naturais – nunca devem comprometer o modelo econômico vigente, que é de caráter concentrador, monopolizante e neoliberal. Ou seja, o discurso continua a escamotear as diferenças de poder, as discrepâncias entre os interesses das elites e os interesses/necessidades das populações tradicionais.

Na relação entre pobreza e meio ambiente, por exemplo, a partir de Acserald (2010) e da realidade das comunidades geraizeiras, deduz-se uma análise inversa da referenciada acima por Nascimento (2012): as degradações ambientais é que produzem pobreza, não o contrário. No modelo de desenvolvimento vigente, os riscos e degradações dos empreendimentos são alocados à territórios ocupados por populações subalternizadas, ao mesmo tempo em que exploram ao máximo seus recursos naturais, que tais populações necessitam para viver. Já os benefícios se concentram em poucas mãos elitistas. Essa via de mão dupla desses empreendimentos aprofunda as desigualdades sociais e de poder.

Assim, no cerrado do norte mineiro, a partir da chegada do monocultivo de eucalipto, passaram a ocorrer desequilíbrios ambientais e sociais. As áreas do cerrado em que preponderaram o monocultivo foram as chapadas. São espaços de recarga hídrica, que recebem água das chuvas, e a mata nativa permite a adequada infiltração nos solos e alimentam os lençóis freáticos, as nascentes e córregos, que surgem nas encostas. Quando há a substituição da vegetação nativa por

monocultivos exóticos como o eucalipto, são comprovados os desequilíbrios nesse balanço hídrico (SILVA, 2009).

No que se refere à biomassa, Silva (2009) traz os cálculos referentes à retenção hídrica na comparação entre biomas. O cerrado é considerado como baixo produtor de biomassa, que se situa entre 10 e 40 toneladas por hectare. A produção de biomassa da floresta amazônica, no mesmo espaço, é calculada entre 350 e 550 toneladas e a da monocultura do eucalipto são mais de 300 toneladas. Na composição da biomassa, 2/3 é constituído por água (SILVA, 2009, p.41). Daí entendemos o quanto o eucalipto necessita de muito mais água para se desenvolver do que o Cerrado, pois retém muito mais desse líquido, que iria infiltrar e alimentar os lençol freáticos.

Outro golpe a estrutura hídrica natural pelos monocultivos são os soterramentos de nascentes. Quando ocorre o desmate das plantas nativas, ou quando se dão os cortes das madeiras, os solos ficam expostos, sem cobertura vegetal. Assim, quando caem as chuvas, a água, ao invés de infiltrar nos solos, provocam enxurradas e voçorocas, devido aos velozes escoamentos superficiais, levando a terra solta para as encostas, justamente os espaços que possuem mais nascentes (DAYRELL e DAYRELL, 2014; NETO, 2016).

Silva (2009) enfoca que é justamente nessa parte da paisagem, as chapadas, considerando o cerrado como um todo, que se concentra a disputa entre os grandes empreendimentos agropecuários e o agroextrativismo de pequenos agricultores. No norte do Estado de Minas Gerais, são dezenas as comunidades impactadas com o monocultivo, que tomou conta de suas chapadas, gerando inúmeros conflitos socioambientais com diversas empresas eucaliptoras, empresários individuais e mineradoras, cujas práticas predatórias prejudicaram formas tradicionais de reprodução social e física dos moradores.

2.3 – Do encurralamento à autodemarcação

Os impactos socioambientais sofridos pelas comunidades rurais no Norte de Minas provocaram, como reação, o surgimento de dezenas de conflitos na região. Somente na microrregião do Alto Rio Pardo, são quase que incontáveis as comunidades que estão em processo de resistência e luta pela retomada territorial, particularmente devido aos impactos ambientais em suas áreas de chapada, a perda de espaço de cultivos, criação e extrativismo e as mudanças no modo de vida em geral, como a falta de liberdade, dentre outras consequências de empreendimentos econômicos sobre seus territórios.

Sem desconsiderar as resistências ocorridas logo no início da implantação dos projetos, como os de monocultivos, nas décadas de 1970 e 1980 – das quais se tem poucos registros até devido às dificuldades de manifestações políticas na época da ditadura, e que tinham caráter mais individual – são as do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 que assumem proporções mais consequentes para a realidade dessas comunidades. Uma das pioneiras nesse processo de reação foi a comunidade Vereda Funda, de Rio Pardo de Minas, que travou uma longa luta para recuperar área ocupada pela Florestaminas (Florestamentos Minas Gerais).

Neste mesmo município, emergem atualmente conflitos em comunidades como Peixe Bravo e Pindaíba, devido a projetos minerários em seus territórios e grilagem de terras pelas próprias empresas mineradoras; nas comunidades Riachinho e Santana, devido a grilagens de terra pública, feita pelas empresas Rio Dourado e Calsete; na comunidade Água Boa II, devido a empreendimentos que degradaram nascentes e área de extrativismo do pequi. E nas comunidades Sobrado, Moreira e Raiz, relacionados ao encurralamento e degradação ambiental promovidos pela monocultura e outras atividades predatórias, além das suspeitas de grilagem de terras. O mapa 06 mostra a localização das principais comunidades de Rio Pardo de Minas em conflito, além da incidência do eucalipto sobre o município.

Entre todas essas comunidades, há uma situação em comum, que as unifica em processos de resistência: a de encurralamento. Toda a dinâmica da monocultura do eucalipto e outros empreendimentos levaram as comunidades geraizeiras à situação, concreta e simbólica, de encurralamento, tanto espacial, quanto do modo de vida. A imagem de um “curral” está presente nos moradores, pois percebem a perda da liberdade de campear pelos gerais e verem desestruturados seu modo de produção, convivência e expressão cultural. Num sentido mais produtivo, segundo Nogueira (2009, p. 151), o encurralamento dos Geraizeiros é o seu

[...] confinamento nas veredas e grotas, compreendendo normalmente o chão de morada, a chácara e as roças de beira d’água. Mesmo que mantidas as áreas de plantio dos *mantimentos*, o sistema de produção geraizeiro teve amputado parte importante dele: *as largas dos gerais*, aonde os Geraizeiros desenvolviam atividades de extrativismo e a solta dos animais.

Em muitos casos, a área cultivada pela planta exótica encontrou limites nos quintais ou frentes das casas dos moradores originais. Moradias ou comunidades inteiras se tornaram verdadeiras ilhas em meio ao “deserto verde”, como são chamados os grandes plantios de eucalipto, rodeadas pelas “muralhas verdes dos maciços de eucalipto à sua volta” (NOGUEIRA, 2009, p. 147). Com isso, ocorreu um sobre-carregamento das áreas comumente usadas para plantio, pois foi a que restou aos Geraizeiros como espaço produtivo. Não se podia mais usar as chapadas para solta de gado ou coletas de frutos ou lenha, que agora estavam ocupados privadamente.

A diminuição das fontes d’água intensificou a sobrecarga nesses espaços, visto que, com a crescente escassez hídrica, foram sobrando áreas cada vez menores com algum acesso a umidade, como veremos de modo mais detalhado no estudo de caso das três comunidades foco. A migração, temporária ou permanente, foi uma das alternativas encontradas para suprir as necessidades de renda, cujas fontes no seio do território foram perdidas nesse processo. Como descreve Nogueira (2009, p. 149):

famílias. Essas comunidades formam o que passou a ser chamado de Território Tradicional de Vale das Cancelas, a partir da prática da autodemarcação territorial.

[...] o *encurralamento* atingiu, em cheio, o calendário de atividades coletivas, como a cata de frutos, as trocas de visitas aos vizinhos e parentes, a descida para as feiras. Muita terra foi abandonada nos Gerais - até pelos mais velhos, que foram para a cidade para desfrutar dos confortos de lá, como luz e água. Quem não está na periferia das pequenas e médias cidades da região, ainda assim se vê obrigado a migrar de tempos em tempos para cortar cana ou para a *apanha* de café no Sul do estado ou em São Paulo. Seis meses do ano passam fora. O eucalipto não tem como absorver essa mão-de-obra. Assim, com 16, 18 anos os jovens começam a sair para trabalhar nas lavouras em Minas e São Paulo. Antes iam só os rapazes, mas hoje vai moça e criança também. A *arribação* começa em abril, maio e até agosto, setembro as taperas dos Gerais estão sem o *vozerio* dos mais jovens. (p.149)

A falta de liberdade, como consequência do *encurralamento*, também se fez sentir nas manifestações tradicionais e momentos festivos. A partir da presença cada vez maior nas comunidades de pessoas de fora, passou a haver confusões e brigas nas festas, como nas Folias de Reis (SOARES, 2011), causando a diminuição de sua frequência. Até a liberdade de andar foi prejudicada, principalmente entre as mulheres, devido a presença constante de rostos estranhos pelos caminhos (NOGUEIRA, 2009).

O *encurralamento* vivido pelos Geraizeiros se deu a partir de uma situação que expressa significados ambivalentes: a invisibilidade histórica das comunidades. Por um lado, foi sua invisibilidade que gerou certo isolamento, permitindo a manutenção de traços tradicionais e ancestrais nos modos de viver e relacionar com a terra, aspectos que hoje em dia são acionados na reivindicação de direitos enquanto povo e comunidade tradicional (ROCHA et al, 2016). Por outro, foi essa mesma invisibilidade que permitiu a desconsideração estatal e invasão sobre seus territórios de empreendimentos monocultores, gerador de seu *encurralamento*.

Numa tentativa de síntese, temos invisibilidade, isolamento e *encurralamento*: fatores e consequências que se retroalimentam nos conflitos das comunidades geraizeiras. Os primeiros permitiram o desenvolvimento dos laços ancestrais, mas causaram o último. Este, por sua vez, forçou a necessidade da busca por direitos tradicionais, proporcionados pelos primeiros.

A situação de invisibilidade histórica vivida pelos povos e comunidades tradicionais no Brasil era reforçada pelo mutismo jurídico em relação a esses grupos. Como sublinha Shiraishi Neto (2009), é somente com a constituição de 1988 que começa a serem abertas brechas para o reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira, que incluíssem grupos com categorias identitárias e apropriação territorial específicas, diferenciadas das formas convencionais respaldadas pela lei até então³⁰. Foi o que ocorreu com os indígenas e quilombolas, como diz no próprio texto constitucional:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art.68. (ADCT)³¹ Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O texto constitucional também se refere a outras populações (Arts. 215 e 216), procurando abarcar a diversidade sócio cultural do país, pregando o reconhecimento e proteção dos meios para sua existência. Para o caso dos Geraizeiros e dezenas de outros povos, várias lacunas ainda permanecem no meio jurídico. Na constituição, por exemplo, não são reconhecidos objetivamente. São necessários avanços, por exemplo, no aspecto territorial, visto que em termos de território coletivo, só são indicados no texto o das populações indígenas e quilombolas. No mais, a constituição de 88 continuou entendendo a apropriação territorial apenas de duas maneiras: ou particular ou pública.

Para suprir tais lacunas, os movimentos populares se mobilizaram em prol da construção de leis mais específicas. Como resultado, surgiram recentemente instrumentos legais que fortalecem os aspectos jurídicos relativos as populações

³⁰ Diz Shiraishi Neto (2009, p.14) que “Neste contexto de intensas disputas em torno dos usos da terra e dos recursos naturais, a Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, uma vez que reconheceu de forma explícita a existência social dos povos indígenas e quilombolas (arts.231 e 68 do ADCT da CF), retirando-os da ‘invisibilidade jurídica’ e diferenciando-os dos demais trabalhadores rurais. Extensivamente, esse processo permitiu que outros grupos sociais, também, pudessem ser reconhecidos pelo Estado, como foi o caso dos seringueiros e das chamadas quebradeiras de coco babaçu, que emergiram de forma organizada se posicionando na arena política”.

³¹ ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

tradicionais. Dentre eles destacam-se o Decreto 6040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), no qual foi cunhado a definição legal de Povos e comunidades Tradicionais e de Territórios Tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (DECRETO Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007, art. 3º, incisos I e II).

Esta política tem o objetivo de promover desenvolvimento com base no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à identidade (racial e étnica) e às formas de organização e instituições desses povos.

Destaca-se também a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. No estado de Minas, a Lei 21.147 de Janeiro de 2014, instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais³². Em nível municipal, em 2015 foi aprovada a Lei 1629 (Lei João Tolentino), elaborada pela comunidade Sobrado, de Rio Pardo de Minas.

Tais dispositivos jurídicos já são acionados pelas comunidades em seus processos de resistência e retomada territorial. Porém, na prática, ainda há muitos desafios. As leis Estadual e Municipal, por exemplo, que especificam questões territoriais geraizeiras, ainda precisam ser regulamentadas.

A partir desse fosso existente entre os aparatos legais e sua prática, e iniciada com os povos indígenas como forma de contestação à morosidade, lentidão,

³² No Artigo 3º dessa política, vemos que seu objetivo é bem semelhante ao da PNPCT ao dar ênfase aos direitos territoriais e culturais.

burocracias e ineficiência do Estado na resposta sobre a demarcação de suas terras, surge a estratégia de autodemarcação territorial. Esta passou a se tornar uma “prática política de resistência” entre diversos povos e comunidades tradicionais (ROCHA et al, 2016). No caso dos Geraizeiros, a autodemarcação se tornou uma forma de combate ao encurralamento. Uma das primeiras que se tem notícia ocorreu na comunidade Vereda Funda, como dizem lideranças. Na época, início da década de 2000, o processo foi idealizado e realizado a partir de intercâmbios entre essas comunidades com os povos indígenas Tupi e Tupinikin, do Estado do Espírito Santo.

A ação de autodemarcação territorial parte da demanda das comunidades de uma formação sobre direitos das populações tradicionais, sobretudo direitos territoriais, e sobre processos de autorreconhecimento e construção identitária, enquanto comunidade tradicional³³. Ela ocorre

[...] quando a comunidade através de metodologias participativas delinea o espaço do seu território tradicional com um mapa, seus usos antigos e atuais do território, suas classificações do ambiente, sua memória coletiva das regras das áreas de uso comum, sua atual condição social, cultural e econômica e a transformação desta através da perca, impedimento, encurralamento resultante das políticas que chegaram até a comunidade, organizações amigas e inimigas das suas lutas, entre outras informações. (ROCHA et al, 2016, p. 6)

Como princípio metodológico, descreve Rocha (et al, 2016) que a autodemarcação tem como base o ensinamento Freiriano, para o qual é preciso haver uma interação entre o “saber local” e o “saber técnico e acadêmico”, sem relações hierárquicas entre os mesmos, na busca por soluções de problemas vivenciados. A partir das demandas das comunidades em conflito, é solicitada uma assessoria técnica, atendida pelo CAA/NM e a rede sociotécnica, e também por

³³ Os princípios deste trabalho são: “direito à terra e ao reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados; direito de livre uso dos recursos da natureza, como a água e os demais componentes da biodiversidade silvestre e cultivada; direito de serem respeitadas e reconhecidas as técnicas sociais e formas de manejo do território e da biodiversidade nele disponível, principalmente pela legislação ambiental; direito de preservar as tradições culturais, incluindo o reconhecimento e proteção do conhecimento tradicional; direito de serem consultadas de forma prévia, livre e informada sobre os grandes projetos econômicos ou de infraestrutura que porventura possam promover alterações aos seus modos de vida ou deslocamentos forçados; direito à educação diferenciada que valorize suas diversas formas de ser e fazer; direito ao acesso de políticas públicas específicas para estes grupos sociais como educação e saúde que contemple a história, cultura e a diversidade dos modos de vida de cada povo” (ROCHA et al, 2016, p. 8).

grupos de pesquisa de instituições de ensino superior, que contribuem ou elaboram relatórios técnicos sobre a realidade da comunidade.

As informações sistematizadas nesses relatórios são usadas para a elaboração técnica da autodemarcação, após serem apresentadas às comunidades para seu reconhecimento, correções e aprovação, quando são delineados também os elementos e estratégias que servirão de negociação com o Estado ou órgãos afins. A base desse trabalho, diz Rocha (et al, 2016, p. 9), compreende o envolvimento dos “guardiões e guardiãs da memória e do território tradicional, homens, mulheres e jovens, com a identificação e incursões aos marcos de territorialidade relacionados com a história e identidade do grupo”. Com a participação desses atores, são definidas no território as áreas de uso comum, os espaços sagrados, de produção, de lazer, e outros, sendo confeccionados mapeamentos e o georreferenciamento do perímetro limite do território que, por sua vez, é apresentado a uma assembleia para reconhecimento da área demarcada.

Mesmo reconhecendo os limites dessa prática, pois não há garantia de reconhecimento Estatal ou aceleração desse processo, observa-se diversos resultados positivos sobre as comunidades trabalhadas com essa ferramenta. Dentre outros, destaca Rocha (et al, 2016, p. 11), a promoção de uma “autonomia coletiva e controle social de seus territórios e recursos naturais”; o fortalecimento na identificação coletiva dos problemas e no protagonismo para enfrenta-los; na formação e defesa de direitos e na gestão territorial e manejos agroextrativistas sustentáveis e estratégias agroecológicas de produção, que promovem a segurança e soberania alimentar. É também uma ferramenta com alto poder de replicabilidade sobre as comunidades tradicionais em conflitos socioambientais. A mesma foi usada pelas comunidades Raiz, Moreira e Sobrado, foco deste trabalho.

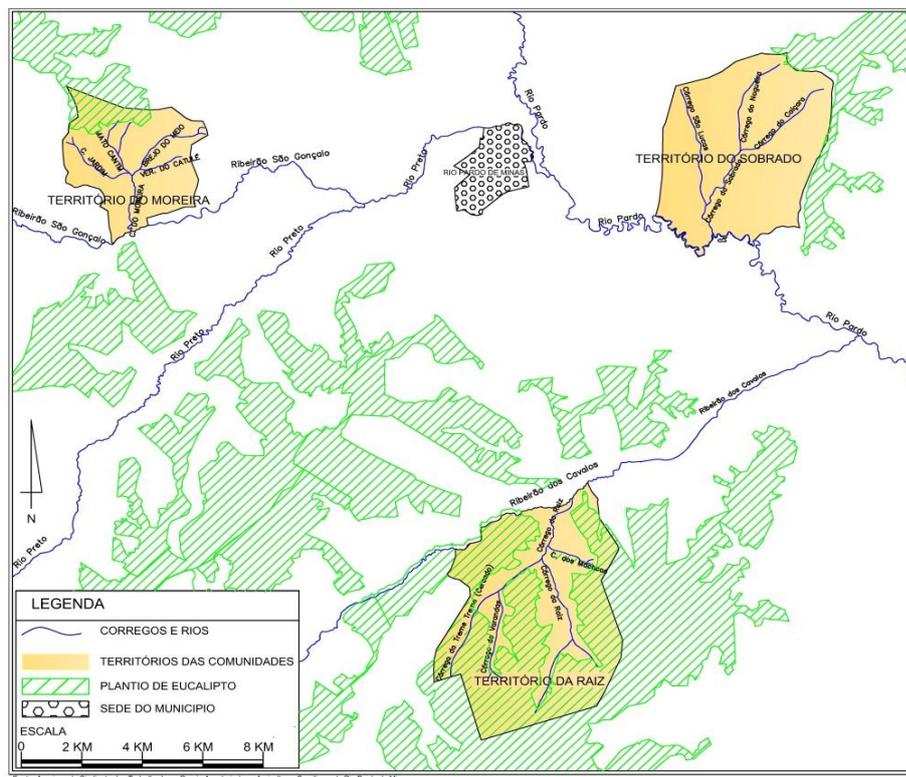
2.4– As comunidades Raiz, Moreira e Sobrado: uma apresentação

Nas sessões acima, fizemos uma breve contextualização e conceituação sobre conflitos socioambientais, encurralamento e autodemarcação territorial,

passando ainda por alguns marcos legais, que dão luz à discussão sobre os conflitos vividos pelas comunidades geraizeiras. Esses elementos também estão intrinsecamente relacionados aos casos das comunidades foco deste trabalho. Antes de passar ao próximo capítulo, que apresenta discussões de outros elementos também fundamentais para entendimento e debate da temática aqui proposta, faremos agora uma rápida apresentação das comunidades foco deste estudo, Raiz, Moreira e Sobrado, concentrada em aspectos históricos da formação das mesmas além de algumas questões sociais e características fundiárias. As discussões sobre os conflitos propriamente ditos, de cada uma, estão alocadas no capítulo quatro.

Sobre a localização dessas três comunidades, o mapa 7 nos informa sobre seu posicionamento em relação a sede do município, além da incidência da monocultura de eucalipto nas proximidades e sobre seus territórios:

Mapa 7 – Territórios autodemarcados das comunidades e a incidência do eucalipto



Fonte: Arquivos do STTR/RPM. Elaboração Paulo Ferreira

O mapa 7 demonstra os territórios autodemarcados das três comunidades.. As áreas de monocultura do eucalipto estão representadas pelos traços paralelos de cor verde. É possível visualizar também a rede hidrográfica local, sendo demarcados os principais rios e córregos. Importante notar que em todas essas comunidades, seus córregos são afluentes do rio Pardo, o principal da região, sendo um rio interestadual, que nasce em Minas e deságua no oceano Atlântico no Estado da Bahia. Qualquer ação de impacto sobre as microbacias de cada uma dessas comunidades (microbacia do Moreira ao oeste, microbacia do Sobrado a leste, e microbacia da Raíz, ao sul) terão influência sobre o fluxo hídrico do rio Pardo.

Essas comunidades eram chamadas mais recorrentemente, até bem pouco tempo, com o termo “Fazenda” antes do nome principal, como era o caso de “Fazenda Sobrado” ou “Fazenda Raiz”. No caso destas, o termo se refere à existência de uma grande fazenda em seus territórios, que de fato existiu em tempos antigos e viravam referência para o lugar. Com seu desmembramento, a relação nominal passaria para as proximidades como um todo. Mas em vários casos é a forma comum que os moradores utilizavam para nominar suas áreas de posse, para confecção de documentos e registros, adotando o mesmo nome de um território maior, como é possível observar em títulos ou registros de terras.

Mas ultimamente vem-se adotando, pelos próprios moradores e lideranças o termo “comunidade” no lugar de “fazenda”. Brito e Carrara (2010), em um estudo sobre a comunidade Raiz, colocam que o termo comunidade advém de um hibridismo entre a Fazenda ancestral e a comunidade religiosa, visto que na região é muito forte o sentido de uma coletividade que partilha signos religiosos comuns. Há fortes referências, por exemplo, a figura do coordenador de comunidade que é “a pessoa que encaminha os ‘cultos’ e as providências relativas à agenda religiosa e social comum que inclui festejos e devoções” (BRITO & CARRARA, 2010, p. 8).

Na comunidade Sobrado, diz Luciana Santana, moradora local, há duas versões sobre a origem do nome relatada pelos mais idosos. Uma delas se baseia nas primeiras medições de terras ocorridas na região, quando a empresa contratada pelo governo não teria concluído a medição e ficou como sobra, assim teriam denominado a área sem medir de Sobrado. Outra versão, a que consta na ata de

autodeclaração da comunidade (Ata de Reunião da Associação do Sobrado 15/12/2013), e que parece ser a mais aceita pelos moradores antigos, relata que antigamente no local havia uma grande construção, a qual todos se referiam como “Sobrado”, de propriedade de um grande fazendeiro possuidor de escravos. Com o desmembramento da fazenda e dispersão de escravos e agregados pelo território, foi se formando a comunidade, que adotou o mesmo nome da antiga casa.

Essa comunidade está situada a 10 km da sede do Município de Rio P. de Minas, possuindo hoje uma área de quase três mil hectares. Seu território “abriga [...] uma diversidade única de paisagens conformadas pelo contato ecossistêmico dos cerrados com a caatinga e por ainda abraçar uma mancha de remanescente de mata atlântica” (OLIVEIRA, S/D). Possui inúmeras nascentes, sendo que as principais são as que formam os córregos Nogueira e Caiçara. Estes se encontram num local denominado de “Forquilha do Riacho”, onde se origina o Córrego do Sobrado, afluente do rio Pardo. Esses córregos abastecem, atualmente, cerca de 120 (cento e vinte) famílias, incluindo comunidades como São Lucas e Curral Novo.

Com aproximadamente 65 famílias, o Sobrado é uma comunidade que se baseia na agricultura familiar, com produção diversificada de gêneros alimentícios tradicionais, predominando o café, cultivado em chácaras agroflorestais e mandioca, cujo derivado principal é a farinha (DUQUE-BRASIL, Reinaldo Et al. 2011). A distribuição de terra entre as famílias está discriminada na tabela 8:³⁴

³⁴ Os dados descritos na tabela, fornecidos pelo Escritório Regional de Rio P. Minas, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA), não se trata de informações oficiais da Secretaria, já que tiveram por base um diagnóstico prévio da Comunidade Sobrado, realizado durante pesquisa de campo em novembro de 2015, para estudos internos da Secretaria. As informações podem sofrer alterações comparadas com a realidade, pois nem todas as áreas são tituladas ou registradas e houve famílias que não foram encontradas durante a pesquisa.

Tabela 8 – Distribuição da terra entre as famílias da comunidade Sobrado

Intervalo área (hectares)	Nº Famílias	Total
até 5	27	66,0471
Acima de 5 a 10	14	131,1052
Acima de 10 a 20	9	123,7563
Acima de 20 a 50	9	336,5792
Acima de 50 a 100	4	285,5311
Acima de 100	2	375,582
TOTAL	65	1.318,6009

Fonte: SEDA/MG - Escritório Regional de Rio P. de Minas. 2015

Como vemos, predomina na comunidade áreas de até 5 hectares, que perfazem 41% do total de propriedades, mas enquanto área, perfaz somente 5% do total registrado. Os minifúndios (áreas de até 20 hectares) somam um total de 50 famílias, ou seja, 77% do total de famílias, ocupam uma área total de 660 hectares aproximadamente, o que corresponde a 50% da área ocupada. Importa destacar a tendência a presença de áreas cada vez menores ocupadas por famílias. Isso ocorre principalmente devido ao crescimento das famílias, que precisam dividir suas propriedades aos herdeiros. No Sobrado foi registrado uma quantidade de 14 famílias com até 2 hectares (SEDA), que perfazem 21% do total, ou seja, um quinto (1/5) da população da comunidade reside em áreas com a situação mais crítica no que se refere a espaço para atividades produtivas.

Quanto à comunidade Raiz, não encontrei registros sobre a origem de sua denominação, que também é codinome de seu córrego principal. Mas Brito e Carrara (2010) realizaram um laudo de identificação territorial desta comunidade, onde registraram um breve histórico sobre sua formação. As origens familiares remontam aos anos 1840, através das famílias de Leonardo Ramos de Oliveira e de

Felisberto Gonçalves Dias (Bisavô de José G. Dias, um de meus interlocutores). Os autores constataam que a maioria das famílias atuais da comunidade teriam vínculos ancestrais com seu território, que datam dessa primeira metade do século XIX ou até antes (BRITO & CARRARA, 2010).

Baseando-se nos relatos, Brito e Carrara (2010) colocam que os antigos moradores viviam da criação de gado, pequenas roças de mandioca e feijão, e não faltava água, terra ou alimentos. Até mesmo nos períodos de seca havia quantidade suficiente de água para subsistência. Com o decorrer do tempo, outras famílias foram fixando morada e formando a comunidade. Nesse mesmo estudo, os autores fizeram um levantamento fundiário no perímetro que comporta a autodemarcação territorial, realizada pela própria comunidade no ano de 2008. O território atualmente ocupado pelas famílias tem por volta de 800 ha, dos quais 130 ha é a parcela cultivável. Das 38 famílias pesquisadas, 14 delas, ou seja mais de 1/3, vive em áreas menores que 5,0 hectares. A maior propriedade local tem 82 ha (BRITO & CARRARA, 2010). Completam os autores:

Cerca de 30% das famílias da comunidade não tem terra, é comodatária - mora em terra cedida por parente ou amigo; ou posseiro, ocupa a terra, mas não é proprietário. Esse é um quadro típico da comunidade, falta terra para os agricultores. (BRITO & CARRARA, 2010, p. 9)

Outro dado importante na caracterização local é a questão da migração. Em 22 famílias, há membros que migram para trabalhar, em sua maioria homens, que vão para as colheitas de café no sul de Minas e São Paulo, cujas temporadas duram entre 2 e 4 meses. Importante notar o valor da renda anual atribuída à migração, que corresponde a quase 50% de toda a renda da comunidade, como nos mostra a Tabela 9:

Tabela 9 – Renda monetária anual da comunidade Raiz

Fonte	Valor
Agricultura	14.010,00
Pecuária	7.430,00
Migração	40.052,00
Aposentadorias	13.675,00
Bolsa família	1.600,00
Salários	6.925,00
TOTAL	83.692,00

Fonte: BRITO e CARRARA, 2010

A comunidade Moreira se formou a partir da junção de diversas áreas com outras denominações, como Brejo do Meio e Ribeirão. O nome “Moreira” advém da existência de muitas árvores de mesmo nome em sua área, o que deu nome também ao principal córrego da comunidade (Maria do Carmo, conversa no dia 11/02/2017). Um pouco de sua história está contada em Dayrell e Dayrell (2014), um relatório que tem por base os estudos sobre a situação de suas águas e terras, sistematizado por Luciana Dayrell, a quem os moradores e lideranças sempre lembram quando perguntados sobre como se deu o início processo de luta da comunidade.

Consta neste relatório que as terras da comunidade estão ocupadas pelos antigos moradores há no mínimo duzentos anos, que suas chapadas sempre foram usadas para criação de gado a solta e coleta de frutos, sendo onde também havia diversos caminhos para trânsito a outras comunidades. Era onde se encontrava também a Estrada Catingueira, caminho usado pelos geraizeiros em direção a Mato Verde, Porteirinha e Monte Azul, na caatinga, para venderem seus produtos. Resquícios dessa estrada me foram mostrados por Adeilson, morador da comunidade, durante uma caminhada. A estrada hoje, desfigurada pelo plantio de

eucalipto, é o que marca o limite territorial reivindicado pela comunidade pelo lado norte.

Para proteger do gado, as roças eram cercadas com madeira ou pedra. Alguns resquícios dessas cercas antigas de pedra ainda podem ser visualizados pelos caminhos da comunidade. Na construção das casas, eram usados o adobe ou enchimento, e pintadas com tabatinga branca (DAYRELL e DAYRELL, 2014), que também ainda podem ser encontrados no solo. É uma mancha de terra fina e esbranquiçada, em meio ao solo mais amarronzado em redor. No tempo de fartura de água, as famílias usavam muito a da *regra d'água*, para abastecerem as casas.

A *regra d'água* ou *rego* é uma forma de “canalização” das águas característica da região, no tempo em que não existiam canos e as águas eram fartas. São valas construídas no solo, desde próximo às nascentes, e conduzidas com pequenos declives, até o local onde a água se faz necessária. Existem os regos que pertencem somente a uma família e aqueles que passam por mais de uma casa. A construção é realizada no solo sem a utilização de rejunte no entorno além de algumas pedras, sendo uma forma de manejo baseado principalmente na abundância de água e no baixo custo (DAYRELL e DAYRELL, 2014, p. 12).

Nos quintais podia-se encontrar com fartura diversos tipos de cultivos. Como diz a Sra Ormezina (entrevista 06/11/2016), “na roça tinha muita coisa, plantava manaíba, plantava ‘mi’, plantava feijão, era muda de cana, de tudo plantava”. A grande quantidade de água não existia somente nas baixas. Nas áreas de chapada também se encontravam nascentes e, segundo D. Ormezina, era tanta água que já ocorreu até de gado de seu esposo morrer atolado naquelas áreas. Afirma ainda que havia mais “rezas” e festas, como a de São João, Santos Reis, que hoje diminuiu muito, e que a juventude de hoje não se interessa tanto por estes eventos “os jovem é mais devagar [...] de primeiro o povo tinha uma influência, oh meu Deus! [...] hoje virou desse modo” (Dona Ormezina, entrevista 06/11/2016).

Para esta comunidade, não foram encontrados dados sobre distribuição de terra entre as famílias, mas em conversa com os moradores e lideranças, os tamanhos variaram entre 10 a 50 hectares. Mas uma característica a considerar é a forte presença de áreas não cultiváveis para boa parte das famílias. D. Ormezina, por exemplo, tem a posse de 40 hectares, mas destes, somente 4 ha são cultiváveis.

Seu Antônio, outro morador da comunidade, também entrevistado, possui 14 hectares, dos quais não mais que 6 hectares são cultiváveis. A parte não cultivável geralmente é compreendida por encostas de morro, com solos pouco férteis e de difícil acesso a água. A situação de pouca área cultivável é agravada atualmente pela escassez hídrica, causada tanto pela baixa pluviosidade dos últimos anos na região, quanto pela monocultura de eucalipto nas chapadas.

A questão da limitação produtiva é uma situação presente em todas as comunidades aqui estudadas, sendo um fator que tem impactos sobre seus processos de resistências. No entanto, como enfatizam os moradores entrevistados, principalmente de Moreira e Sobrado – como veremos mais a frente – a reivindicação pelo território tem o intuito de garantir sua permanência no lugar e recuperar antigos modos de vida, inclusive produtivos, a partir da possibilidade de recuperação de fontes hídricas, através da reabilitação e preservação do bioma nativo. Já na comunidade Raiz, como veremos, há falas que enfatizam um pouco mais a questão de recuperação do território, para, além da preservação, ampliar espaços de plantios.

Essa diferença de ênfase no sentido da retomada entre essas comunidades pode ser entendida pelos diferentes graus de incidência da monocultura sobre seus territórios. Vê-se pelo mapa 4, por exemplo, que a comunidade Raiz foi a que teve maior abrangência do eucalipto sobre seu território: este chegou até aos quintais das residências. Mas é indiscutível que em todas, a reabilitação hídrica é primordial. Em todas temos uma luta pelo território com intuito primeiro do que os Geraizeiros andam chamando de “plantar água”, que é realizar no território todas as práticas possíveis para fazer rebrotar nascentes hoje secas.

Nesse capítulo, procuramos oferecer um panorama em diversos aspectos que circundam a realidade geraizeira e aportes teóricos que auxiliam nas reflexões. Primeiramente, entendemos que a pressão fundiária sobre as comunidades ainda permanece, sem indícios de um arrefecimento no futuro próximo. Grandes empresas, de diversos setores e empreendimentos, ainda veem os cerrados norte mineiro como espaços propícios a investimentos, que perpetuam as ameaças sobre os territórios de suas comunidades tradicionais.

Num sentido teórico, as análises de conflitos ambientais mais contemporâneas, através de perspectivas como a de justiça ambiental, contribuem para localizarmos os conflitos vividos pelas comunidades geraizeiras dentro do escopo das contradições do capitalismo atual. Este, através da meta do desenvolvimento, que gere riquezas através da exploração exaustiva de recursos naturais e apropriações territoriais essenciais à vida de populações tradicionais, gera também empobrecimento dessas mesmas camadas populacionais. As relações de poder entre os atores em jogo, “povos do ecossistema” versus “povos da biosfera”, vem à tona através dos conflitos socioambientais: às elites capitalizadas e degradadoras, a acumulação de riquezas, às comunidades invisibilizadas e voltadas à subsistência, o encurralamento.

A luta dos povos e comunidades tradicionais tem tido resultados, como nos meios legais, que tem auxiliado na sua saída da invisibilidade. Das normas jurídicas à realidade prática ainda há muitos passos a serem dados, no que concerne a retomada e reconhecimento territorial. Mas as comunidades, através da formação de redes de apoio mútuo, criam e recriam estratégias de reapropriação de seus territórios, como a autodemarcação. Eles, no mínimo, fazem transparecer os impactos sobre o meio ambiente e sobre suas vidas, manifestados através de conflitos, que por sua vez pressionam os poderes públicos na formulação de mecanismos de reconhecimentos de outras identidades e territorialidades tradicionais.

A reflexão sobre essas identidades e territorialidades tradicionais e outros elementos desses povos que estão presentes no fortalecimento e aglutinação coletiva nesses embates, é a proposta do capítulo que se segue.

CAPÍTULO 3 – AS COMUNIDADES GERAIZEIRAS: AUTO AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA FRENTE AO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO

3.1 De territorialidade e identidade

O entendimento do conceito de territorialidade, para autores como Nogueira (2009), Little (2002), Porto Gonçalves (2006) e Almeida (2008) passa pela ação histórica de um grupo humano quanto à especificidade com que ele ocupa, usa, controla e se identifica com determinado espaço geográfico, em seus aspectos biofísicos. Relação esta que abrange muito mais do que aspectos materiais, econômicos e jurídicos e alcança níveis sensoriais, sentimentais, simbólicos ou cosmológicos. Nas palavras de Nogueira (2009, p. 124):

[...] o território é apreendido como a manifestação espacial do poder e das relações sociais – sendo essas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas. [...] O espaço é algo dado, preexistente, com possibilidades potenciais, a partir de onde se produzirá o território, por meio da ação humana e da representação humanas. Dito de outro modo, a apropriação humana do espaço, material ou simbolicamente, é o que faz o território.

Baseado no conceito da cosmografia de cada grupo social, Little (2002, p. 4) afirma que “inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. O autor desenvolve uma Antropologia da Territorialidade, que estuda elementos que manifestam como cada povo, em sua particularidade, se relaciona com seu território. Tal conceito traz à tona os “saberes ambientais, ideologias e identidades” (LITTLE, 2002, p. 4), sendo o território entendido enquanto “produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 3).

O Brasil possui uma diversidade enorme de formas de ocupação e uso do território, que torna diversa também sua questão fundiária como afirma Little (2002). Para o autor, cada grupo cultural se apropria, entende e usa historicamente seu espaço de forma específica, fazendo com que a diversidade fundiária acompanhe a

diversidade cultural brasileira. Mas isso é pouco reconhecido nos trâmites jurídicos e políticos quando se trata de questão agrária ou fundiária. No decorrer da história do Brasil, diversas formas e sentidos de território foram desenvolvidos, de acordo o período histórico – colonial, imperial e republicano. Cada um com suas respectivas frentes de expansão territorial e seus conflitos. Mas independente do período, foi predominante a formação territorial imprimida pelo Estado Nação, com a qual todas as outras tiveram que lidar (LITTE, 2002).

O autor traz a noção de uma “ideologia territorial” que fundamenta a hegemonia do Estado Nação sobre a noção de territorialidade baseada no nacionalismo e na soberania³⁵. Little (2002, p. 6) afirma que tal ideologia foi capaz de imprimir certo tipo de “pensamento territorial” que tende a suprimir “outros tipos de territórios”.

A existência de outros territórios dentro de um Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Esse ponto de vista representa uma das razões pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária (LITTLE, 2002, p.6)

Para o autor, tal hegemonia pressupõe que todas as outras formas de território serão sempre tratadas em função do território do Estado-nação. Mas que na verdade é capaz de esconder ou oprimir as diversas facetas da diversidade territorial do país e as reais necessidades de cada povo. Disso decorre certa simplificação imposta pelo Estado nos regimes de propriedade no Brasil, onde predomina duas categorias básicas: terras privadas e públicas³⁶ (LITTLE, 2002). Tal aspecto leva ao entendimento de que as lógicas de outros territórios sociais jamais poderão conotar sentidos contraditórios ao pretense controle estatal e/ou privado, o

³⁵ O fenômeno do nacionalismo “reivindica um espaço geográfico para o uso exclusivo dos ‘membros’ de sua comunidade nacional (GELLNER, 1983)”. E a soberania “postula a exclusividade do controle de seu território nas mãos do Estado” (LITTLE, 2002, p. 6)

³⁶ As terras privadas implicam no controle individual e exclusivo da propriedade, num sentido capitalista, estando a terra condicionada ao mercado, visto que passa a se tornar mercadoria. As terras públicas implicam em certo controle estatal da terra, cujos mecanismos de gestão, supostamente, deveriam fazer com que os usos da parcela beneficiassem o conjunto da população.

que faz pressionar a diversidade fundiária e territorial sempre no sentido da uniformização, tencionando sempre no sentido ao privado ou público.

Em Little (2002), vemos que esse aparelhamento do Estado, que hegemoniza o sentido de território baseado na dicotomia entre público e privado é chamado “Razão instrumental”. Tal razão esconde e oprime a diversidade territorial e as reais necessidades dos povos marginalizados, que se manifestam através de uma “Razão histórica”. Os povos tradicionais do Brasil, possuem características em suas formas de apropriação e uso territorial, que dentro de sua diversidade, se aproximam em aspectos que as colocam em contraposição ao preposto pela Razão instrumental, apesar de estar submissa a esta, devido as diferenças de poder. Na ótica da territorialidade expressa pela razão histórica,

[...] a questão territorial não se deixa levar pela lógica estatista do mundo moderno, mas reclama por outra lógica, que respeite a diferença e o exercício pleno dos direitos dos povos tradicionais. Para esses grupos, que mantiveram seus territórios sociais durante longo tempo sem o apoio do governo (ou apesar dele), a problemática do ordenamento territorial é uma questão de defesa de seus territórios históricos. Em um plano ainda mais amplo, o que está em jogo é a capacidade do Estado brasileiro lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social também.

A contenda pela criação de novas políticas territoriais se dá entre atores políticos com cotas desiguais de poder: por um lado, um Estado poderoso que detém controle exclusivo sobre os aparelhos militares e de policiamento, e, por outro lado, os múltiplos povos tradicionais economicamente marginais e politicamente desarticulados entre si. Aqui, paradoxalmente, a existência de um Estado-nação poderoso oferece a esses povos que têm reivindicações territoriais uma fonte de unidade que procede de sua situação de marginalidade frente aos mesmos dispositivos estatais (LITTLE, 2002, p. 20-21).

O conhecimento etnográfico dos diversos povos leva a entender apropriações territoriais próprias que a razão instrumental do Estado insiste em não reconhecer, defende Little (2002). Há unidades territoriais, por exemplo, definidas pelas unidades de parentesco, outras pelas memórias de migrações vivenciadas pelos antepassados, outras pela memória coletiva. O sentido de territorialidade para grupos de pescadores e ribeirinhos estão além da terra, são os rios ou os “territórios marinhos”. O autor só não deixa de lembrar que, na descrição dos diversos tipos de territorialidades que se desenvolveram no âmbito de regime de propriedade comum

(povos indígenas, quilombolas, populações extrativistas e demais populações tradicionais), são apontados alguns aspectos comuns nesses regimes como os valores grupais, costumes consuetudinários, parentesco e solidariedade (LITTLE, 2002).

O importante a considerar é que tal diversidade de sentidos de territorialidade leva, ainda hoje, à necessidade do desenvolvimento de leis e normativos próprios para reconhecimento dessas categorias. Mas, como defende Little (2002), deve-se cuidar para que as análises etnográficas territoriais não se fundam com as categorias jurídicas, pois aquelas precisam se firmar sempre sobre a realidade em toda sua complexidade.³⁷

Porto Gonçalves (2006) também procura desconstruir o sentido tradicional hegemônico do termo território. Para este autor, inicialmente é necessário desnaturalizar o mesmo, visto que é uma substância inventada: tem sujeito e tem história. A história se encarrega de realizar, de forma real, quem o institucionalizou. Assim foi a América, inventada pelos espanhóis e portugueses. Diz o autor que

Sociedade e território, vê-se, são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 163).

O autor defende o rompimento com os pilares do pensamento eurocêntrico, que se baseiam em dualismos do tipo sociedade e natureza. Para Porto Gonçalves (2006, p. 163), toda apropriação material é também, ao mesmo tempo, simbólica, “Afiml, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha *significado*”. Dar nome próprio a algo, diz o autor, já é sua primeira apropriação, mas a partir disso vem a percepção sensorial do objeto designado, sua disposição espacial, classificação, qualificação/desqualificação, etc., que se dão a partir de “relações sociais e de poder”. Em síntese, território é espaço, mas não só, não é

³⁷ Isso contribui para deixar o pesquisador atento em evitar os dogmatismos ou reificações, muitas vezes provocados pelos vícios da academia, que tende a congelar conceitos e conhecimentos.

dado naturalmente, há relações simbólicas, sociais e de poder, que o qualificam enquanto tal, segundo cada grupo social que o tem como “paisagem – habitat”.

Little (2002) argumenta que o surgimento e crescimento dos movimentos ambientalistas também imprimem territorialidades novas ao proclamarem a implantação de Unidades de Conservação³⁸. Dentre esses movimentos, basicamente existem dois grupos com linhas ideológicas em disputa entre si, no campo sócio político, os preservacionistas e os socioambientalistas. Os preservacionistas, que surgiram há mais tempo, reforçaram a questão da “natureza intocada”, o que denota contradição, pois acaba por definir tal território como algo propriamente humano, pois que cheio de regras e controle. O movimento socioambiental passou a se ancorar nas populações tradicionais, pois viram nelas os atores corresponsáveis pela conservação, na medida em que tendem a utilizar os recursos naturais do território de forma sustentável.

Para Little (2002), o século XXI mantém a continuidade do aparelhamento do Estado na questão do controle sobre os territórios, sem se resguardar da autonomia dos povos. Permanece também com vultosos investimentos em empreendimentos econômicos em territórios tradicionais. Atentar-se para esse fato faz com que não se entenda como uníssono os avanços legais recentes, de reconhecimento da diversidade cultural e dos povos tradicionais no Brasil a partir da Constituição de 1988.

Hoje, o conceito de Povos Tradicionais reflete os conflitos territoriais dos povos e sua luta por reconhecimento e também busca encontrar seus elementos comuns dentro da diversidade fundiária do país. Assim é necessário então, para Little (2002), que o pesquisador e o agente político ampliem o campo de visão,

³⁸ Os modelos de Unidades de Conservação são amparados pela lei 9.985, aprovada em julho do ano 2.000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Nele, são apresentados dois grupos de Unidades, as de proteção Integral e as de uso sustentável. As primeiras (a exemplos dos parques), acabam por gerar conflitos com as populações do entorno, ao impedi-las do uso da área demarcada. As segundas preveem a permanência das populações tradicionais em seus locais de origem e uso sustentável da área, seja direta ou indiretamente, mas não asseguram a autonomia das comunidades sobre o território, já que passa pelo gerenciamento de órgãos estatais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-BIO), ou outros, de acordo o modelo.

passando a ter diversas perspectivas sobre o que é reconhecimento territorial e também que o mesmo é, e sempre foi, um campo de disputa e conflitos, conceituais e concretos. Com isso, o autor contribui para reforçar o entendimento de como o Estado precisa cada vez mais explorar possibilidades de os meios legais não só diversificar os formatos de apropriação territorial existentes, mas fazê-lo respeitando a autonomia e modo de ser/fazer dos grupos tradicionais e suas formas de uso e ocupação do espaço. Ou seja,

[...] a questão fundiária no Brasil vai além do tema da distribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial (LITTLE, 2004. P. 2).

Little (2002) traz o termo “outra reforma agrária”, na consideração sobre outras perspectivas de reapropriação territorial pelas políticas fundiárias. Nesse mesmo sentido, Porto Gonçalves (2006) afirma que a diversidade sócio cultural do país sempre foi pouco considerada quando se trata da formulação de leis. O ordenamento fundiário está entre esses processos que apresentam tal lacuna. O autor defende que a reforma agrária, hoje, não emerge somente

[...] em suas dimensões social e política, mas também epistêmica, impulsionada por movimentos que explicitam suas reivindicações territoriais, sejam eles afrodescendentes, indígenas e povos originários, além de outros como os seringueiros, geraizeiros, retireiros (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 166).

Em busca do reconhecimento dessa diversidade, entra em cena os processos de retomadas, ocupações, autoafirmações identitárias e autodemarcações territoriais, que ganharam força principalmente em meados dos anos 1980, realizados por diversos grupos, povos e comunidades tradicionais. São diversos os grupos que criaram seus próprios territórios segundo seu arcabouço cultural, como os indígenas (e dentro destes a diversidade de povos com territorialidades diferenciadas), os quilombolas, os ribeirinhos, vazanteiros, fundo em feixo de pasto, dentre outros. Almeida (2008) reforça o sentido político desses grupos, trazendo à

tona sua conotação também enquanto “novos movimentos sociais”³⁹. Nos termos do autor, a formas associativas desses coletivos,

[...] que agrupam e estabelecem uma solidariedade ativa entre os sujeitos, delineando uma “política de identidades” e consolidando uma modalidade de existência coletiva [...], correspondem territorialidades específicas onde realizam sua maneira de ser e asseguram sua reprodução física e social. Em outras palavras pode-se dizer que cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonistas diferenciados, e tal construção implica também numa relação diferenciada com os recursos hídricos e florestais. Tal relação, de certa maneira, está refletida na diversidade de figuras jurídicas verificadas nos textos constitucionais, nas leis e nos decretos (ALMEIDA, 2008, p. 72).

Nesse sentido, da busca por reconhecimento de novas territorialidades, tanto Almeida (2008) quanto Porto Gonçalves (2006) apontam uma perspectiva decolonizadora desses novos movimentos sociais. Em Walsh (2012, p.66), entende-se por um projeto de-colonial aquele que “pretende visibilizar y enfrentar la matriz colonial de poder – la que Quijano ha nombrado ‘colonialidad de poder’ (grifo da autora)”. Tal poder, ligado ao capitalismo mundial, parte da premissa de controlar e dominar povos entendidos como inferiores pelos próprios colonizadores (o que evoca a ideia de raça), cuja relação de subordinação acaba por se tornar algo naturalizado (WALSH, 2012). Assim, na busca por contrapor os modelos colonizadores, contra os quais os processos de independência dos países da América Latina não fizeram por livrá-los da situação de colonialidade, Porto Gonçalves (2006) reafirma a importância de buscar territorialidades emancipatórias, que serão encontradas justamente nos grupos subalternos:

[...] é preciso que remetamos à sua expressão atual no zapatismo, no MST, no indigenato, nos afrodescendentes, nos indígenas, nos piqueteiros, nos *rappers* que re-escrevem, hoje, a história da moderno-colonialidade e da racialidade a partir de um lugar subalterno. É aqui que novas territorialidades com valores emancipatórios podem ser encontrados (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 160).

³⁹ O autor utiliza o termo “novos movimentos sociais”, anteriormente usado em Hobsbawm (1995) para nominar os movimentos por reapropriação territorial surgidos em meados dos anos 1980. Dentre esses movimentos, Almeida (2008) cita: Conselho Nacional dos Seringueiros, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Movimento Nacional dos Pescadores, Movimento dos Fundos de Pasto, dentre outros.

Esse emaranhado de questões relacionadas ao território e “processos de territorialização”, termo usado por Almeida (2008), emergiram nos Gerais, particularmente a partir dos anos 2000. Sobre territorialidade, pode-se dizer que aos Gerais atribui-se territorialidades diversas, que tensionam devido a razões e concepções distintas sobre a terra que dela se apropriaram. Os Gerais é uma territorialidade para os geraizeiros (um bem comum), mas é outra para o Estado (mercado, desenvolvimento produtivista) e ainda outra para empresas monoculturas (propriedade privada, acumulação de capital, acumulação de terras, etc.).

As resistências geraizeiras trouxeram o significado da desnaturalização da paisagem da monocultura – ou território da monocultura –, cujo sentido de territorialidade imposta entrou em choque com a as territorialidades existentes anteriormente dos Gerais. Porto Gonçalves (2006, p. 163-164) explica o sentido dessa desnaturalização:

Quando a paisagem-habitat-território que nos abriga, por alguma razão, como hoje, não mais nos conforma e é posta em questão, estamos diante de uma crise profunda posto que está perdendo sua *naturalidade*. Indica-nos, assim, que está perdendo legitimidade, que sua hegemonia está em xeque. Não sendo naturais essas crises, múltiplas possibilidades estão presentes, rigorosamente falando, *estão entre os entes*, tecidas nas próprias contradições das relações sociais e de poder em questão. Identificar esses possíveis é, portanto, uma tarefa teórico-política tão necessária como a gravidade do que está implicado, como nesse momento que vivemos, sobretudo, na América Latina e no Caribe.

Os Geraizeiros vivenciaram um processo de territorialização de centenas de anos, no qual desenvolveram, em relação ao espaço, a articulação sustentável entre ecologia, produção, relações simbólicas e códigos de conduta próprios. Ainda na época do Império, quando se formaram as comunidades geraizeiras, na região norte mineira havia grandes extensões de terras sem “dono”, ou sem ocupação, tidas como *terras livres*, por onde dispersaram esses novos habitantes (NOGUEIRA, 2009). Eram áreas compostas por veredas, chapadas (planaltos), topos de morros, encostas, tabuleiros, que formam um conjunto de paisagens que passou a ser chamado pelos seus habitantes de *Gerais*. A forma com a qual eles se apropriavam desses espaços era baseada no princípio do trabalho e não pela compra legal das terras, prevalecendo a posse individual dos espaços de morada e pequenos cultivos e pelo o uso comum de grandes áreas de chapada (NOGUEIRA, 2009).

Os habitantes dos Gerais distribuíram-se no espaço, aproveitando as grotas e veredas, próximas a fontes d'água para morada e pequenos plantios. São os espaços familiares. Esses espaços são propícios para a criação de pequenos animais e para cultivos diversos, de pequena escala, como da mandioca, cana-de-açúcar, feijões, milho e arroz, dentre outros. Já as chapadas, passaram a ser usadas de forma comum, para solta de gado, caça e extrativismos de frutos silvestres, plantas medicinais, madeiras, mel, lenha etc. (DAYRELL, 1998). Nas comunidades estudadas, tiveram destaque a coleta do pequi, rufão e mangaba⁴⁰.

Tanto a produção cultivada como a de extração, além de fonte alimentícia, eram também geradoras de renda, visto que normalmente surgia excedente suficiente para a comercialização. As relações comerciais dos geraizeiros se desenvolveram para além das regiões de origem. Municípios vizinhos, pertencentes ao bioma da Caatinga – como Porteirinha e Mato Verde, também da região Norte de Minas Gerais, recebiam farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas, plantas medicinais e artesanato, dentre outros produtos trazidos pelos Geraizeiros em suas *bruacas*⁴¹, dependuradas no lombo de burros ou cavalos, vindo dos Gerais (DAYRELL, 1998).

Nos Gerais, esses habitantes estabeleciam uma nova territorialidade, desenvolvendo uma identidade que se apoiava na paisagem em que viviam, e na contrastividade com outros territórios e identidades em contato, como os da Caatinga. Como defende Nogueira (2009, p. 130):

Creio mesmo que a contrastividade entre Geraizeiros e Caatingueiros, apoiada sobre a transição ecológica entre o Cerrado e a Caatinga, contribuiu para que se aguçasse, na região norte-mineira, a distinção de grupos identificados com paisagens específicas. [...] não obstante a antiguidade da categoria “Gerais” e sua generalização no passado para as terras interiores do país, é a apropriação particular que dela fizeram os Geraizeiros, que tornam os Gerais um lugar, território conhecido, dotado de valor e, por essa razão, por eles defendido.

⁴⁰ Pequi, rufão e mangaba são frutos nativos típicos do bioma Cerrado.

⁴¹ Dentre os geraizeiros já ouvi referirem tanto ao termo *Bruaca* como *Buraca*. É uma grande mala de couro cru, dependurada sobre o lombo de equinos, sendo uma de cada lado do animal, que servem para os tropeiros ou viajantes carregarem alimentos ou outros materiais, geralmente em uma longa viagem.

Os geraizeiros criaram nesses espaços, para além de uma mera questão material, uma relação cosmológica que fundamenta laços familiares e de vizinhança. Com características próprias a nível familiar (relações de parentesco) e comunitário, com fortes laços de reciprocidade, seu modo de vida está intrinsecamente relacionado com a forma de ocupar/entender o local em que vivem, tornando-o um “território geraizeiro, na medida em que transformam o espaço [...] de acordo com uma cosmografia particular” (NOGUEIRA, 2009, p. 130).

A religiosidade também fez parte do sentido de territorialidade em questão. Trazida pelos portugueses durante o processo colonizador, a religião católica acabou por se expandir a zona rural, se tornando a base da religiosidade geraizeira, arraigada na relação com a vida, com o trabalho e com seu território. De fato, ao pesquisar as histórias de comunidades como Sobrado e Moreira, estão sempre presentes processos de desenvolvimento de cunho religioso: como eram as rezas antigamente, os primeiros líderes religiosos, a construção da igreja, etc. Hoje tem-se nessas comunidades rurais uma maior presença de igrejas evangélicas, como a Cristã do Brasil, Adventista do Sétimo Dia, dentre outras. Mas em termos históricos, a fé católica acabou por unificar o modo de pensar, agir e se reunir dos geraizeiros que é, como apontei em Souza (2015, p. 4) “ponto fundamental para agregação coletiva em diversos níveis”, inclusive nos embates hoje traçados em prol da retomada.

Para Dayrell (1998), a cosmovisão geraizeira produz uma racionalidade na qual os valores da natureza e os da providência divina se articulam. Essa cosmovisão é também acessada no entendimento que os Geraizeiros têm das expropriações por eles sofridas. Essa cosmovisão entra em confronto com a racionalidade materialista moderna, dos que buscam se apropriar dos recursos naturais entendidos apenas como mercadoria, pois promove outro código de conduta, que norteia os códigos de acesso a tais recursos de maneira menos utilitarista.

O sentido da religiosidade nos processos de retomada, assim como manifestações culturais presentes entre os geraizeiros como as Folias de Reis, Catiras, Bandeira Roubada e Roda de Versos, serão tratadas como mais detalhe no

item a seguir. Por ora, destacamos como a cosmovisão geraizeira foi sumamente importante para formação de sua identidade. As festas de agradecimento pela colheita e comemorações de dias santos, com sua profunda relação com o catolicismo popular⁴², por exemplo, demonstram como a espiritualidade e a devoção está presente no seu cotidiano e na vida produtiva, característica já observada por Dayrell (1998).

A questão da identidade entre os geraizeiros foi trabalhada por Nogueira (2009) remetendo ao conceito de alteridade. Esta se refere ao sentido de um *modus* de vida específico de uma coletividade, relacionado a determinado território a partir de uma relação contrastiva com outra coletividade:

[...] fica evidente que na raiz da percepção do território está a percepção do nós, a construção básica da identidade coletiva e, por extensão, a base também do estabelecimento da diferença, visto que os limites do território contribuem para a construção da alteridade (NOGUEIRA, 2009, p.127).

As fronteiras codeterminantes para a identidade geraizeira estão em relação com os povos da Caatinga, como diz Nogueira (2009, p. 129),

[...] consistindo em agrupamentos de algumas ou muitas famílias mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, bem como pela convivência proporcionada por práticas de auxílio mútuo e atividades lúdico religiosas, para esses agrupamentos a questão da identidade geraizeira, enquanto tal, não estava colocada senão quando confrontados a grupos culturalmente distintos. Historicamente, a alteridade para os Geraizeiros se fazia representar nos Caatingueiros – para quem trabalhavam na lavoura de algodão ou vendiam seus produtos nas feiras locais.

A comercialização de produtos dos Gerais na Caatinga trazidos pelos geraizeiros, as frequentes migrações temporárias destes para àquela região, e a

⁴² O catolicismo popular é entendido como um tipo de catolicismo não oficial, cujas práticas geralmente não se baseiam na submissão a uma autoridade eclesiástica. Mesquita (2015) coloca que não há um consenso sobre sua definição. Alguns negam a existência de qualquer distinção com o catolicismo romano. Já outros aceitam a distinção, mas negam-lhe qualquer valor e originalidade, sendo apenas uma interiorização das práticas do catolicismo dominante. E há quem defenda que o popular é justamente o catolicismo verdadeiro, já que não segue normas de dominadores. Fato é que foi trazido durante a colonização, juntamente com a oficial, visto que já havia essa práticas em comunidades pobres de Portugal. Além das comunidades rurais, o catolicismo popular no Brasil expandiu-se de forma particular entre escravos e indígenas, como forma de sobrevivência, para livrarem-se de punições severas (morte), para quem não aceitasse se converter a religião católica oficial (MESQUITA, 2015).

procura de serviços, principalmente nas fazendas de algodão, possibilitaram o desenvolvimento de uma relação histórica entre Geraizeiros e Caatingueiros, definidora de identidades, segundo Nogueira (2009), por revelar os contrastes entre os grupos. Ou seja, essa compreensão de identidade parte da noção do contraste em relação ao *outro*, passando pela constatação de que a mesma é definida no próprio contato.

A alcunha “Geraizeiro Cacunda di librina” é um chiste pejorativo dado pelos caatingueiros aos geraizeiros que vinham das serras dos Gerais (NOGUEIRA, 2009). Cacunda li librina, como nos explica o Sr Antônio, geraizeiro e tropeiro da comunidade Água Boa 2 (ROMARIA DO AREIÃO, 2012)⁴³ vem do fato de que, do lado dos gerais, no alto das serras, eram constantes as neblinas, cujos pingos caíam sobre as costas dos viajantes sobre suas montarias, o que não era comum no lado da Caatinga⁴⁴.

Mas ao se referir à situação atual dos Geraizeiros, defende Nogueira (2009, p. 119) que, para entender os processos de autodenominações da contemporaneidade, é necessário compreender os “mecanismos em ação na luta simbólica pela imposição dos critérios de reconhecimento coletivo da(s) identidade(s)”. Ou seja, apreender os elementos que elucidam como as categorizações ganham realidades sociais práticas. Nos termos da autora,

O grau de influência da representação sobre a construção da realidade vai depender, por sua vez, da eficácia performativa alcançada pelo grupo social que disputa os termos de sua própria *classificação* no mundo social, sendo tanto maior quanto for o seu reconhecimento pelos outros. Afinal, segundo Bourdieu, existir socialmente é também ser percebido como distinto e reconhecido como legitimamente diferente (NOGUEIRA, 2009, p. 121).

Através da formação de uma rede de comunidades em situação de conflitos comuns, apoiados por uma extensa rede de apoiadores e de outros povos e comunidades tradicionais e ainda respaldados por mecanismos legais mais recentes, esses processos de autorreconhecimento dos Geraizeiros vem alcançando

⁴³ Vídeo documentário.

⁴⁴ Em relatos de entrevistas descritos a frente, veremos que em tal alcunha havia também um sentido menos pejorativo, pelo contrário, o de uma brincadeira respeitosa, pois os Geraizeiros eram bem recebidos, e com alegria, pelos Caatingueiros, o que não nega a questão da alteridade.

certo reconhecimento social prático. Esse ajuntamento de forças coletivas imprime, ao reconhecimento identitário, sua força política na luta por direitos. Nesse sentido, esses processos fazem da autodenominação Geraizeiro também uma identidade política.

Esse processo de (re)construção identitária através do movimento sócio político promove a eficácia performativa da identidade, o que se traduz pela saída dos Geraizeiros do anonimato político. Vemos em Novaes (1997, p. 36) que o movimento dos trabalhadores rurais na Paraíba, fez dos termos “camponês” e “campesinato” ganharem existência social na localidade através da organização dos próprios trabalhadores e da circulação regional de ideias políticas assumidas pelos seus coletivos. Assim, o movimento foi quem criou o campesinato, retirando-o do isolamento e do anonimato político.

Contudo, a reafirmação da identidade daqueles trabalhadores se deu a partir de seu antagonismo frente à elite agrária do estado. Foi a relação de contraposição, manifesta por um conflito com o latifúndio, que serviu de mola definidora da identidade camponesa e não valores comuns partilhados anteriormente. Nos termos de Novaes (1997, p. 54-55),

[...] a matéria-prima para a construção de identidade política camponesa, não foi buscada apenas nas semelhanças de relações de trabalho ou de situação em relação à terra. Neste nível esta identidade englobou a diferença, comportou a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Também não podemos dizer que a matéria prima para a construção desta identidade possa ser encontrada nos valores comunitários pré-existentes. Não havia uma “comunidade de valores” partilhada e prévia, pronta para fazer manifestar o *ethos* camponês. Tal como pudemos observar, não havia um ponto de partida unificador, a identidade se construiu em um processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais.

Em outras palavras, a relação contrastiva entre camponês e latifúndio é elevada ao grau de antagonismo como o fator gerador de identidades, já que anteriormente não havia a partilha de signos identitários suficiente para tal. Ao fazermos uma analogia dos camponeses da Paraíba, como nos apresenta Novaes (1997), com os Geraizeiros, uma diferença e uma semelhança entre esses grupos trazem elementos para a análise da construção identitária dos últimos. Uma diferença, é que para os Geraizeiros, como vimos acima, houve historicamente a

comunhão de signos identitários entre os povos dos Gerais, tanto relativa à percepção territorial própria, definidora de limites e da alteridade em relação ao *outro*, como no próprio contato com os grupos em contraste. Essa identidade, *Geraizeiro Cacundi di Librina*, é acessada atualmente como categoria distintiva na luta por direitos.

A semelhança é que nos autorreconhecimentos identitários atualmente, a assumpção política da identidade geraizeira surge a partir de enfrentamentos com grupos opressores. Ou seja, é a relação conflitiva e de disputa com o outro, e não somente uma relação de diferença marcadora de limites territoriais e culturais que, tanto causa a necessidade da reafirmação identitária, como a reconstrói a partir de, e com conteúdos de antagonismos. A relação antagônica dos Geraizeiros se deu com os grandes empreendimentos econômicos sobre seus territórios, visto que, através dos impactos causados pelos mesmos, eles se configuram como ameaça a existência social e física das comunidades nos territórios de origem.

Em outras palavras, os Geraizeiros – que construíram historicamente sua identidade numa relação contrastiva com os Caatingueiros – hoje reassume essa mesma identidade, mas a partir de uma relação antagônica com as grandes empresas silvicultoras ou empresários individuais, geradoras do encurralamento e da pressão da concentração fundiária. A alteridade, em relação aos Caatingueiros, manifesta as diferenças identitárias em relação a outro grupo populacional, mas numa reprodução de laços de sociabilidade aceitos mutuamente, ainda que contrastivos. Já o antagonismo é manifestado frente aos empreendimentos econômicos e seus representantes numa relação conflituosa, de disputa, de oposição manifesta politicamente. É a partir dessa relação antagônica que surge a necessidade entre os Geraizeiros, enquanto meio de defesa, retomada territorial e luta por direitos, de reafirmarem sua identidade, inclusive através processos formais de autorreconhecimento identitário.

Dessa forma, ambos, alteridade e antagonismo, se mostram atualmente como mecanismos de contraste reconstrutores da identidade geraizeira. O primeiro se refere à demarcação dos limites e sentidos territoriais e culturais desenvolvidos

historicamente, o segundo releva a coletividade à categoria de “novos movimentos sociais do campo”, devido ao seu conteúdo cultural somado ao sócio político.⁴⁵

As comunidades de Sobrado, Raíz e Moreira, por exemplo, travam processos de autorreconhecimento formal enquanto população tradicional geraizeira, a partir da ameaça a sua continuidade física e cultural em seus territórios, promovida por empreendimentos econômicos que se sobrepuseram sobre seus espaços de reprodução. Um dos meios de manifestação do caráter pragmático desses autoreconhecimentos é enquanto fundamento utilizado na luta por direitos ou mesmo na construção de projetos de leis, como alternativa para resolver seus conflitos socioambientais.

Nesses processos, os elementos simbólicos e subjetivos de caráter tradicional – como os modos de vida, religiosidade, relação histórica com o território, por exemplo – são mesclados com a realidade material – espaço produtivo, produção, água, áreas de uso comum, etc. – e com os elementos de antagonismo, na manifestação de sua identidade e sentidos de territorialidade. No termo de Autodeclaração da Comunidade Sobrado⁴⁶, elaborado durante seu processo de autorreconhecimento, temos um exemplo de reafirmação identitária, que explicita elementos tradicionais e subjetivos, relação com o território e antagonismos:

Nosso sentimento de pertencimento aos lugares que compõem nossa memória resiste e se manifesta no presente, nas histórias contadas, nas nossas reuniões e nas nossas práticas, apesar dos processos de expropriação das chapadas pelas grandes empresas que tomaram as áreas de solta e nos encurralaram nas baixas e veredas (Termo de Autodeclaração da Comunidade Sobrado, 15/12/2013).

Esse conteúdo identitário foi transplantado para o projeto de Lei Municipal, elaborado pela comunidade. Esses elementos emergem em um mundo de luta a favor da criação de realidades objetivas, que favoreçam a garantia de permanência

⁴⁵ Também apontei em outro texto (SOUZA, 2015, p.19) o antagonismo como construtor da identidade geraizeira, só que a elevando à categoria de “classe trabalhadora do campo”. Aqui substituí esta categoria pela de “novos movimentos sociais”, em alusão ao sentido proposto por Almeida (2008), pois se aproxima mais dos aspectos tradicionais assumidos pelos Geraizeiros, conforme as estou tratando neste trabalho.

⁴⁶ O conteúdo total desse termo está presente na Ata de reunião extraordinária da Associação do Sobrado do dia 15/12/2013, como também em Dias [et al.](2014).

em seus territórios de origem. A questão identitária, portanto, é acessada para reforçar a busca por transformações nos setores de decisão jurídico políticas.

Já falamos das necessidades desses setores em reconhecerem a diversidade fundiária brasileira, advinda da diversidade cultural de seus povos. Atentando mais especificamente ao meio jurídico, Lyra Filho (1982) ensina que o mesmo não é algo fixo na história, pronto e acabado, construído apenas por um viés de cima para baixo. Possui lacunas e contradições, que dão espaço para o novo, que resulta das lutas sociais. Para esse autor, as leis são geralmente criadas, aprovadas e executadas pela classe política detentora também do poder econômico e buscarão sempre, na medida do possível, atender aos interesses dessa classe. Mas os movimentos sociais são capazes de interferir nesse meio, aja vista os avanços a partir da Constituição de 1988 conquistados a partir das lutas populares.

Aliado à identidade, outro mecanismo também definidor da territorialidade é acessado, consciente ou inconscientemente, nos processos de luta travados pelas comunidades geraizeiras. Ele contribui sumamente enquanto aglutinador e animador dos laços coletivos: a reciprocidade. É sobre ela que nos deteremos nas próximas linhas.

3.2 De reciprocidade e resistência

Para Almeida (2008), a reciprocidade em regimes de uso comum⁴⁷ são elementos importantes enquanto defesa do coletivo frente aos antagonismos externos, como ajuda na manutenção de seus domínios, diante da constante pressão capitalista para incluir seus territórios no mercado de terras. Os laços coletivos de ajuda mútua são reforçados a partir da necessidade de defesa do grupo diante dos antagonismos externos. Nas palavras do autor, “servem como elemento

⁴⁷ No caso dos Geraizeiros, o regime de uso comum é manifestado de forma mais explícita no uso das chapadas, como já referido anteriormente, com a criação de gado a solta, extrativismos, caça etc., realizados pelos moradores locais sem apropriação privada do território nem dos recursos naturais.

contrastante para fora e frente aos antagonistas que visam usurpar seus domínios com pretensões de concentração da propriedade fundiária através de grilagens” (ALMEIDA, 2008, p. 165).

Para entendermos melhor o que se quer dizer com reciprocidade, deve-se deixar claro sua distinção em relação com a troca. Nas palavras de Sabourin (2011, p. 21): “Do ponto de vista antropológico, o princípio de reciprocidade corresponde [...] a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos”. A troca pode se reduzir a um simples movimento de vai e vem de objetos ou dinheiro, de uma mão para outra entre dois agentes, ficando assim liberado de toda dívida ou compromisso social. Já a reciprocidade gera laço social, possuindo uma lógica ternária. Há “um Terceiro incluído”, sendo este “o ser dessa relação a dar conta dela como da estrutura originária da intersubjetividade, irredutível a troca de bens ou de serviços que libera do elo social ou da dívida” (SABOURIN, 2011, p. 22).

A reciprocidade gera sempre um algo a mais, além da coisa permutada, porque também é algo além de uma simples permuta. Sabourin (2011, p.26) complementa afirmando que “a troca é o movimento concreto ou material de ida e volta dos homens, das coisas e das mensagens” e a reciprocidade representa “a possibilidade para esse movimento se concretizar como vai e vem na relação humana”. Esse vai e vem da relação humana aqui será discutida em sua forma de reciprocidade positiva, como define Sabourin (2011), ou, em outros termos, reciprocidade das dádivas, que se referem a partilhas, oferendas, etc.⁴⁸

Brito (2013, p. 45) caracteriza as populações tradicionais no Brasil afirmando que as mesmas “têm fortes laços familiares e com os ambientes em que se

⁴⁸ Visto que há também formas de reciprocidade negativa, como a dos ciclos de vingança, alerta Sabourin (2011). Nas suas palavras: “Diferentemente da troca, cujo desenvolvimento ou extensão é associado à lógica da concorrência e do acúmulo pelo lucro, a lógica da vingança está ligada a uma dialética da honra como a da dádiva está ligada a uma dialética do prestígio. Contudo, a sede de prestígio (fonte de autoridade e, portanto, de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dádiva *mais eu dou, mais eu sou*. Entre as expressões extremas das formas negativas e positivas da reciprocidade, as sociedades estabeleceram, então, diversas formas intermediárias. Trata-se, em particular, de controlar o crescimento da dádiva: a ostentação, o *potlatch*, a dádiva agonística que destruam e submetam o outro mediante o prestígio” (SABOURIN, 2011, p. 23).

estruturaram, além de adotarem valores que privilegiam a solidariedade e o compartilhamento”. Lembra o conceito de *economia de boa fé*, como algo mais próximo de suas práticas econômicas, do que uma economia estritamente acumulativa e monetária. Ou seja, são práticas que evocam sentidos para além dos princípios da troca puramente mercantil, sendo elas identificadas nas comunidades geraizeiras que a autora estudou.

Em acordo com Sabourin (2011), Brito (2013) reafirma a relação híbrida nos aspectos econômicos das populações tradicionais, nos quais se inter-relacionam princípios da troca (movidos mais por interesses imediatos e materiais) e os de reciprocidade. Estes dois princípios não se misturam, mas conseguem conviver entre si, podendo às vezes um se destacar mais que o outro (BRITO, 2013). Mas o da reciprocidade é que “permeia as relações mais próximas, diretas, não só em termos espaciais, mas de identidade: camponês, comunidade tradicional” (BRITO, 2013, p.51), pelo menos no que se refere às comunidades estudadas.

Existem outros elementos identificados por Sabourin (2011) no princípio da reciprocidade, que ajudam a entender práticas sociais das comunidades tradicionais. São as noções de “prestígio” e “poder”, no sentido de que quanto mais se dá, mais se é, mais se pode. Outro elemento é relacionado às suas estruturas, enquanto gerador de valores, amizade, justiça e coesão social, sendo gerados, portanto, não apenas valores materiais, mas também simbólicos e sentimentais. Um quarto elemento se refere aos níveis aos quais esse princípio alcança, que são o real, o simbólico e o imaginário. Em seguida, procurei relacionar alguns campos de reciprocidade entre as comunidades geraizeiras, nos quais cada uma desses elementos estão implicados.

3.2.1 - Campos de reciprocidade nas comunidades geraizeiras

Durante o processo histórico de formação das comunidades tradicionais geraizeiras, a reciprocidade fincou presença nas bases relacionais das famílias e

intracomunitárias, sejam nas práticas produtivas, religiosas ou festivas. A reciprocidade permeia toda a vida do que Nogueira (2009) chamou de *Mundus geraizeiro*.

Um campo fundamental, que talvez possa ser entendido como a base dos laços de reciprocidade nas comunidades geraizeiras, são as relações de parentesco. Na comunidade Sobrado, por exemplo, não é difícil identificar a boa quantidade de irmãos, primos, os casamentos com membros da mesma comunidade, compadrio, etc., fazendo com que a maioria dos moradores tenham algum grau de parentesco entre si. Não só o Sobrado, como outras comunidades como Moreira e Raiz há ascendência comum de diversos moradores, algo percebido por Sabourin (2009) em localidades do Nordeste brasileiro. Para Sabourin (2011, p.32), a reciprocidade é “estrutura elementar de parentesco” e estaria nas relações de parentesco, principalmente no que se refere ao casamento exogâmico, a “possibilidade ou uma garantia ao estabelecimento de relações simétricas entre os homens”.

Além do parentesco, outros campos de relações sociais entre os geraizeiros são fundamentados por regras tradicionais de reciprocidade como as práticas produtivas e utilitárias. Esse campo de reciprocidade está no nível do “real”, concreto. Um tipo de reciprocidade que gera benefícios visíveis, materiais, concomitante a geração de valores afetivos e éticos como confiança, respeito mútuo, sociabilidade. Um desses exemplos seria o uso compartilhado de um recurso comum, as chapadas, através da criação de gado à solta e extrativismo de frutos, plantas medicinais e lenha. Essas áreas, geralmente os topos de serras, eram usadas comumente por moradores locais, pois não existiam cercas, o que gerava laços de sociabilidade e confiança.

Havia respeito mútuo, gerado inclusive pela interdependência de uns com outros pois, em uma “terra sem dono”, todos podiam se beneficiar e se ajudar mutuamente no cuidado do gado. Brito (2013), por exemplo, reproduz a fala de um geraizeiro, que afirmou que sempre que alguém via o animal de outro com algum problema na chapada, fazia o possível para socorrer e avisar o dono, pois a área de solta era muito grande.

Na vida cotidiana das comunidades também é comum ver o compartilhamento de bens, geralmente através de campanhas, leilões ou festas para arrecadação e doação para alguém mais necessitado, geralmente de bens alimentícios (como na comunidade Moreira) ou vestuário ou recursos financeiros para tratamento de doenças. No caso da comunidade Sobrado, os mutirões fazem parte da agenda anual, se tornando quase que rotineiros. Os moradores se organizam geralmente para construção ou reforma de casas. Mas também para tratar de benefícios para toda a comunidade, como limpeza ou reforma de estradas, e desentupimento de canais de captação de água, dentre outros. Na comunidade Raiz, há a formação de uma roça coletiva, em área recentemente retomada. Neste exemplo, vemos a reciprocidade sendo acessada em um processo de luta pela reapropriação territorial, sobre o que será tratado com mais detalhes a frente.

Nas relações com o mercado, vemos situações em que convivem práticas de troca e de reciprocidade. Os produtos coletados, cultivados ou processados pelos geraizeiros, tradicionalmente são comercializados na feira urbana, que ocorre geralmente uma vez por semana. Cada vendedor tem seu “ponto” na feira e percebe-se, na convivência entre as pessoas do campo com as da cidade, algo além de uma relação comercial, mas também laços de confiança e afetividade. Isso se manifesta visivelmente nas escolhas do vendedor ou vendedora, que muitas vezes se fixam por um bom tempo, por ser estabelecida uma relação de conhecimento e de confiança, na pessoa e no seu produto. Isso fica claro nas falas do Sr Adeilson, (Roda de conversa, 24/04/2016), quando relembrou as intensas práticas comerciais dos moradores do Moreira, na feira da cidade. Alguns vendedores já tinham como certos alguns compradores, tendo que reservar sua respectiva parcela de produtos para determinada pessoa.

Nas relações comerciais com as cidades vizinhas, do lado da Caatinga, em municípios como Porteirinha e Mato Verde, permitiu o encontro entre comunidades com identidades diferentes, Geraizeiros e Caatingueiros, desenvolvendo uma relação histórica importante de complementariedade: os Geraizeiros abasteciam a Caatinga de produtos que os Caatingueiros não tinham como produzir (pequi, goma,

rapadura, farinha, etc.), e traziam para os Gerais produtos que só tinham na Caatinga, como diz Adeilson, morador do Moreira (entrevista 16/04/2016).

No nível do imaginário se percebe fortes laços de reciprocidade por meio do campo da religiosidade. Nas palavras de Sabourin (2009, p. 51) “a religião favorece o fortalecimento de laços interpessoais e, ao mesmo tempo, reforça ‘as noções de submissão e obrigação que marcam a ideologia do camponês brasileiro’”. Mesmo que mais recentemente tenham ganhado força outros tipos de manifestação religiosa, como já apontado, entre os geraizeiros tradicionalmente a religiosidade está alicerçada no catolicismo popular, fortemente marcada pela devoção aos santos, a Virgem Maria e as festas religiosas.

Nas comunidades é comum a presença de lideranças religiosas, que prestam serviços relacionados à organização de cultos, rezas, missas, etc., ganhando da comunidade certo prestígio. No caso do Sobrado, é emblemática a referência ao Sr Hermógenes, considerado por alguns como o fundador da comunidade. É creditado a ele a implementação de vários costumes religiosos, como as rezas nas casas, a construção da primeira igreja e os mutirões para ajuda mútua (DIAS et al, 2014).

Cabe notar a presença dos “rezadores” e “rezadoras”, pessoas de referência das comunidades que reconhecidamente tinham o dom de, através de rezas, curar maleitas⁴⁹, tanto relativas a doenças das pessoas, como também dos animais e das plantações. Geralmente, o conhecimento das plantas medicinais em sua efetividade na cura, também propiciava a essas pessoas forte reconhecimento local e até regional.

Destaca-se a forte presença da espiritualidade enquanto meio de aglutinação coletiva a favor das lutas das comunidades geraizeiras, fazendo da religiosidade um instrumento também de transformação social. Entre os geraizeiros, política e religião são indissociáveis, pois ao se moverem no sentido da retomada, em prol de justiça social, os atores carregam consigo suas identidades e subjetividades. Para Novaes (1997, p. 71), “ao se aproximar da política, os atores sociais levam consigo sua vida privada, seus sentimentos, suas crenças religiosas, suas concepções sobre o bem e

⁴⁹ Nomenclatura popular, principalmente entre comunidades rurais, referente a vários tipos de doenças.

o mal”. Para a autora, entre camponeses, não há envolvimento com a política apenas de forma racional, visto que os símbolos religiosos têm grande força mobilizadora.

À luz de uma religiosidade apregoada pelas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base⁵⁰ – as resistências das comunidades geraizeiras vivenciam uma espiritualidade que sintetiza a fé com a luta por direitos. Como lembra Nogueira (2009), foi o Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, que marcou certa transição da igreja católica como agente sobre os problemas sociais do chamado terceiro mundo, e que, através da união entre fé e política, a igreja deveria estar do lado dos pobres na luta contra as desigualdades. Essa linha ideológica recebeu o nome de Teologia da Libertação. O senso de comunitarismo foi fortemente trabalhado pelas CEBs em comunidades como Vereda Funda, tendo sido um elemento fundamental no fortalecimento da comunidade, principalmente na reconstrução da sociabilidade, diante das expropriações causadas pela monocultura do eucalipto (NOGUEIRA, 2009).

Já a comunidade Sobrado, para Luciana Santana, uma jovem liderança do lugar, sempre fora *cebiãna*, mas apenas num sentido mais espiritual. A partir da conscientização advinda com a organização interna, forçada pela situação de conflito, é que seus moradores adotaram um sentido de CEBs mais ativa politicamente. Em 2014, pude presenciar um encontro regional das CEBs nessa comunidade, cujo lema de discussão foi “Fé, luta e esperança num tempo de mudança”. O conflito vivenciado pelos moradores, relacionado ao território, foi a pauta principal. Sua assimilação pelos moradores tem uma clara alusão bíblica,

⁵⁰ “As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965) se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, compostas principalmente por membros insatisfeitos das classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade com fortes vínculos, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias. Através da hermenêutica do método ver-julgar-agir buscam olhar a realidade em que vivem (ver), julgá-la com os olhos da fé (julgar) buscando nunca perder de vista o dom da tolerância e o dom da caridade. Sem, no entanto, deixar que a razão fique obnubilada, e encontrar caminhos de ação e contemplação, mesmo que impulsionados por este mesmo juízo prático ou teórico à luz da fé (agir)”. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base>. Acesso em 22/03/2017.

referente a terra prometida por Deus, cuja narrativa está presente no livro do Êxodo.⁵¹

Importa notar que nesses casos, de união entre fé e política, a religiosidade é que dá a base para um forte senso de partilha. Doar e partilhar se tornam parte de uma moral cristã, na ideia de que não se pode ter uma sociedade justa onde operar o egoísmo. Para vencer os sofrimentos e alcançar a justiça é preciso a união, que é fortalecida a partir não só das necessidades em comum, mas através da partilha, que gera laço social, conforta os mais necessitados, que passam também a poder doar mais de si a favor de alguma causa – de seu interesse e dos outros.

É importante notar que na comunidade Raiz há situação diferenciada no sentido religioso. Praticamente metade dos moradores professam a religião católica e outra parte quase todos são da Congregação Cristã do Brasil, uma igreja evangélica. Para as moradoras Alvina G. Evangelista, Sra Maria Prates e Viviane Prates, que são da igreja Cristã, e para José G. Dias, outro morador católico da comunidade, essa divisão de igrejas no interior da comunidade, não interfere na luta (entrevista coletiva 16/10/2016). Afirmam que, como a luta é algo que busca benefícios para todos, então todos se sentem obrigados a participar, independente da religião. No caso das três entrevistadas, mesmo professando outro tipo de religiosidade, também se autodenominam como Geraizeiras.

As festividades são um terceiro campo de expressão da reciprocidade relacionada às manifestações culturais. Obviamente guarda relação com os dois campos anteriores, as práticas produtivas e religiosas: as festas geralmente fazerem referências ao tempo de colheita, que é a base produtiva das comunidades geraizeiras (DAYRELL, 1998), ao mesmo tempo, são festas fundamentalmente de cunho religioso. Mas o campo das festividades possui particularidades em termos de relações de reciprocidade. Existem eventos festivos de pura dádiva mútua, quer dizer, de pura reciprocidade positiva que, mesmo sendo guardados momentos espirituais e ritualizados, são dedicados à alegria, regada a cantorias, danças e descontrações. São também momentos de demonstração de fartura, com grandes

⁵¹ O livro do Êxodo é o segundo do Antigo Testamento e dá continuidade ao livro de Gênesis. Relata como Moisés conduziu os israelitas do Egito pelo deserto em busca da terra prometida.

dispêndios de alimentos e doação por parte dos organizadores. São assim, as festas de São João, da Bandeira Roubada, Folia de Reis e do Divino, para citar as principais.

Nas festas de São João - algo que ainda se vê também na zona urbana – cada um contribui fazendo uma grande fogueira à porta de sua casa, além de ofertar coisas de beber e comer, como vinhos e biscoitos e bolos. Assim as casas ficam prontas para receber visitas noite adentro, sendo animado por fogos de artifício e cantorias comandadas por grupos de foliões. Esses momentos são potencializados se os donos da casa estão envolvidos com a “Bandeira Roubada”. Este festejo se dá tanto referente ao Santo da festa junina, que é o São João Batista, como ocorre também nos dias de São Pedro, Santo Antônio e outros. Quando em uma casa se levanta uma bandeira, ela pode ficar ali no mastro durante um ano, para ser levantada novamente, com muita festa também. Mas caso for “roubada” neste período, significa que ela será devolvida no ano seguinte pelos próprios ladrões, que o fazem regrado a cantorias, danças, encenações, rezas, fogos de artifício e, é claro, muita comida e bebida.

As folias de reis ocorrem no final do ano, pós natal, e vão até o dia 6 de janeiro do ano seguinte. São grupos de foliões, movidos pela fé e alegria, saem de casa em casa em suas comunidades, durante vários dias e noites, onde têm um momento de cantoria e reza, e louvor ao Deus-menino e aos Santos Reis (os Três Reis Magos). Para receber os foliões e seus acompanhantes, cada casa faz uma ornamentação própria e prepara o café, com bolos, biscoitos, e bebidas, como vinho e cachaça. Isso quando a casa não foi definida para ponto de almoço ou janta, quando é preparada uma refeição mais reforçada para foliões e participantes. Foram identificados em torno de 15 comunidades geraizeiras, em Rio Pardo de Minas, que mantêm ainda hoje grupo de foliões (Arquivos Ponto de Cultura Riguilido, 2012).

Os laços de reciprocidade identificados nestas festas se relacionam a partilha de elementos ao nível do real (alimentos, bebidas), imaginário (religiosidade) e simbólico (códigos religiosos representados por símbolos como as bandeiras de santos, estandartes, rezas, etc.). Nesses momentos, pode-se falar também em partilha da alegria: eu levo alegria, você fica alegre, e nós todos ficamos mais

alegres ainda. Entendo aqui que o terceiro incluído nessa relação, que torna possível a perpetuação da relação para algo além da troca, está nessa potencialização da alegria: um precisa do outro para estar alegres, e quando um leva alegria para o outro, este se sentirá na obrigação de retribuir.

3.2.2 - Da resistência da reciprocidade e da reciprocidade na resistência

A partir dos anos 1970, os laços tradicionais de reciprocidade entre os Geraizeiros passam a sofrer graves ameaças. Com as investidas desenvolvimentistas dos anos 1970, marcadas pelos incentivos a grandes empreendimentos econômicos, dentre eles a silvicultura na região norte de Minas Gerais, as comunidades geraizeiras passaram a ficar encurraladas nas áreas baixas, pois perderam as chapadas para o monocultivo de plantas exóticas. Com o processo de expropriação territorial, os Gerais deixaram de ser à vontade, visto que antes praticamente não havia limites de uso para os Geraizeiros, em termos espaciais, em áreas de uso comum.

Os Geraizeiros perderam a liberdade de campear cerrado à dentro, soltar o gado misturado com o dos vizinhos, coletar lenha, mangaba, araçá, rufão, dentre outros frutos típicos do Cerrado. Perderam meios e espaços de encontro. As relações sociais tenderam a ficar circunscritas às áreas baixas, lugares de morada, igrejas, salões comunitários, etc. Isso se percebe através dos relatos dos mais antigos, ao lembrar a liberdade que tinham de caminhar à vontade pelos topos de morros, sem se preocuparem se estavam invadindo propriedade de alguém.

Somado a esse processo de expropriação – e, em parte, em consequência dele – o Norte de Minas Gerais vive no mesmo período a intensificação do êxodo rural e da urbanização, aumento do trabalho assalariado no meio rural (como nas firmas de eucalipto) e a expansão das relações de concorrência no campo mercantil. Tal contexto é favorável à expansão das práticas de troca, que prezam pela

acumulação e concorrência, em desfavor de relações de ajuda mútua. Para Sabourin (2011, p. 15),

A generalização e a naturalização da concorrência e da competitividade como princípios de regulação dos mercados e das relações humanas aparecem como os elementos mais violentos e desestruturadores da evolução neoliberal da troca capitalista.

Uma das consequências principais, em termos de práticas produtivas, está na criação do gado. Nas baixas não havia tanto espaço como nas chapadas, obrigando a repensar sua quantidade, ou ter que buscar outros lugares, se quisesse continuar com a criação. Na prática o que ocorreu foi uma drástica diminuição destas atividades e do extrativismo, pois na maioria dos casos, os Geraizeiros não tinham como conseguir outras áreas. Em relato durante uma caminhada (07/05/2016) José Cícero, da comunidade Moreira, diz que antes cada família criava em torno de 15 a 30 cabeças, hoje, na comunidade toda não tem mais que 15 cabeças.

Em outros aspectos, ainda no campo produtivo, escutamos relatos de moradores que se queixam da diminuição da produção e de sua diversidade. Em lugares onde há uns 30 anos se cultivava um pouco de cada coisa, tanto para consumo como para comercialização (cana de açúcar, amendoim, diversos tipos de feijão, arroz, milho, etc.), hoje se vê o afunilamento para plantio de poucos produtos. Em muitas comunidades, como Moreira, conseguem produzir praticamente apenas a mandioca para comercialização. Os próprios moradores já chamam isso de “outra monocultura” (Roda de conversa, 24/04/2016). Resulta uma menor presença dos Geraizeiros e de seus produtos no mercado local. Podemos supor também uma menor diversidade e menor quantidade de produtos nos espaços de compartilhamento, como nas festas. Há relatos de idosos que afirmam que antigamente havia muito mais fartura (Ata de reunião da Associação do Sobrado, 15/11/2013).

Do ponto de vista simbólico, dos relatos dos mais velhos, se constata também que antes haviam mais festas. As Folias de Reis, de final de ano, duravam de 6 a 10 dias. Outros festejos também seriam mais animados, como o São João, as Bandeiras e a festa do Divino. O Sr Antônio, da comunidade Água Boa II, diz que a

monocultura de eucalipto interferiu diretamente nas práticas culturais, na medida em que tirou os jovens e seus pais do convívio normal com suas famílias, para trabalhar para as firmas (Fala durante um Seminário no STTR/RPM, 22/07/2016). Soares (2011) relata como a presença de trabalhadores de fora, que vieram com as firmas, gerou a interrupção de diversas festas tradicionais da comunidade, como a da Folia de Reis, por causar confusões e brigas nas mesmas. Por outro lado, a comunidade viu na continuidade da Folia de Reis uma forma de manter sua união e fortalecimento na luta pela retomada do território (SOARES, 2011).

Percebe-se que hoje, apesar de certo refluxo, as práticas de sociabilidade de antigamente ainda existem entre os Geraizeiros, que não estão somente no imaginário dos mais idosos. A comercialização de seus produtos na feira local e na Caatinga, as festas, mutirões, enfim, práticas sociais que estabelecem relações face à face, permanecem. Surgem, em prol dos processos retomada territorial, outros campos de reciprocidade, especialmente a união de diversas comunidades geraizeiras, que viviam situações de espoliação comuns, formando o chamado Movimento Geraizeiro – Guardião do Cerrado.

Apesar das frentes de atuação ocorridas anteriormente, foi durante a 4ª Conferência Geraizeira, ocorrida em setembro de 2014, que foi definido mais criteriosamente os rumos do Movimento. Sua missão ficou assim formulada:

Lutar pelo reconhecimento e valorização social dos geraizeiros enquanto guardiões do cerrado, reconquistando e defendendo os seus territórios, fortalecendo a identidade e a cultura geraizeira em toda a sua diversidade, de modo a garantir vida digna, o desenvolvimento e a autonomia de suas comunidades no pleno exercício dos Direitos Humanos. (Relatório da 4ª Conferência Geraizeira, realizada entre 10 a 12 de Setembro de 2014)

Amplia esse leque de interatividade do Movimento Geraizeiro a adesão de diversas instituições, que contribuem nas reflexões e discussão de estratégias, além de assessorias técnicas em diversas esferas de conhecimento, como a jurídica, a de ciências da natureza, economia solidária, ciências sociais, etc.⁵² Com a formação do

⁵² Dentre essas instituições cita-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas; o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM), as Comunidades Eclesiais de

Movimento, as comunidades geraizeiras conseguem estabelecer frentes de ação mais fortalecidas politicamente, atuando através de manifestações reivindicatórias, ocupações, denúncias, etc.

Os encontros entre comunidades, anteriores as manifestações desses conflitos, se davam basicamente em eventos religiosos, de maior porte. Com o processo de resistência, as comunidades passam a comungar experiências e se ajudar mutuamente também na luta pela retomada territorial. Em momentos de ação direta, vê-se práticas de compartilhamento de diversas ordens. Destacam-se, além da troca de experiências e de ajuda mútua nas estratégias, difusão de conhecimentos (jurídicos, por exemplo), a partilha de alimentos entre os participantes e momentos místicos.

Há a recorrência de orações coletivas, que atestam o simbolismo da união, sem as quais, como enfatizam militantes como Luciana Santana, do Sobrado, a comunidade não teria força para enfrentar tantos desafios. A presença divina é assim vivenciada em momentos tanto corriqueiros (como reuniões ordinárias das associações, através de orações), como em momentos mais decisivos nos processos de retomada. Um exemplo é o caso de Sobrado, onde foi feita uma grande roda de oração antes de uma audiência na Câmara Municipal para aprovação de um projeto de Lei, como disse Luciana Santana, moradora da comunidade, durante uma conversa. O mesmo acontece também em preparação para manifestações, como a interrupção da BR 251, em setembro de 2013, da qual participei. Exemplos dessas ações concretas são inúmeros, e fazem parte do histórico de luta de comunidades como Vereda Funda, Água Boa II, Raiz, Sobrado, Santana, Roça do Mato e, mais recentemente, em Moreira, dentre tantas outras.

Base (CEBs), o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), dentre outros. Além destas estavam representadas na 4ª Conferência Geraizeira o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); a Embrapa Cerrados; a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Montes Claros); a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-(UFVJM – Diamantina); o Instituto Federal do Norte de Minas (IFMG – Salinas); a Organização para libertação dos povos sem Territórios (OLST); a Universidade Federal de Goiás (UFG – Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária) e a Universidade de Brasília (UnB).

Há ainda outro espaço de reciprocidade alcançado pelo movimento das comunidades em luta contra expropriações territoriais sofridas: a união de diversos povos e comunidades tradicionais, notadamente do Norte de Minas Gerais, chamada de Articulação Rosalino⁵³. Trata-se de um movimento que reúne indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, catingueiros, ribeirinhos, apanhadeiras de flor, dentre outros, que articulam frentes de luta e resistência para proteção, reconhecimento e retomada territorial e de seus modos de vida. Tal convivência e articulação somam forças, como dizem as lideranças, para as pautas de cada povo, além de um rico compartilhamento de experiências e de saberes a partir da diversidade cultural e identitária, formando uma grande rede de reciprocidade, demonstrando que a reciprocidade de cada povo resiste, apesar dos contextos conflituosos vividos por cada um, e que é acessada, para fortalecimento da luta em conjunto.

De todo o contexto vivido pelas comunidades geraizeiras, a partir dos anos 1970, ocorreram diversas modificações nas práticas baseadas na reciprocidade. Não seria correto afirmar que as modificações ocorridas se deram apenas devido ao encurralamento causado pelo monocultivo do eucalipto, mas somou-se um contexto geral de intensificação do capital que, numa forma generalizada, levou a uma maior integração do mundo rural com o meio urbano. Aspectos como a restrição territorial, que levam a consequências como limitação produtiva, causando, dentre outras mudanças, a migração juvenil ou a captação das forças de trabalho das comunidades para as firmas, acabam por gerar transformações nos laços de sociabilidade intracomunitária.

Nessas transformações, se por um lado vemos um processo contínuo de limitação produtiva (encurralamento), em termos de quantidade e de diversidade, e uma diminuição da intensidade no campo da festividade tradicional (que tendem a cada vez menor participação dos/as jovens), vemos também o surgimento de outros níveis de reciprocidade. Tais níveis estão diretamente ligados à organização de coletivos, entre comunidades e outras instituições, inclusive de caráter mais urbano,

⁵³ O nome de Rosalino é em referência ao Cacique Xacriabá, Rosalino Gomes de Oliveira, assassinado a mando de fazendeiros durante processos de retomada territorial no município de São João das Missões no ano de 1987.

formando uma rede que alcança adesões inclusive a nível internacional. Esses outros níveis de reciprocidade estão diretamente ligados à resistência e organização das comunidades para retomada de seus territórios, consolidando uma reciprocidade na resistência.

As frentes de disputas, seja pelos geraizeiros, seja dos outros povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, buscam mudanças nos meios decisórios do campo jurídico e político. A criação e implantação de Leis, assim como de políticas públicas voltadas para retomada territorial desses povos e defesa de sua cultura, não fogem do conteúdo da reciprocidade, tendo que assimilá-la diferenciando-a (não excluindo) dos princípios da troca. Como diz Sabourin (2011, p. 199-200),

[...] nas situações mais conflituosas que põem em jogo a sobrevivência das comunidades indígenas e camponesas, somente o apoio da lei pode constituir a base da interface de sistemas entre territorialidades de troca e de reciprocidade. Tais decisões são políticas, pois tratam das legislações em matéria de comunidades autóctones, de terras de floresta e de reforma fundiária, por exemplo; mas essas questões envolvem também o caso das novas constituições, integrando as reivindicações das organizações indígenas e camponesas nos estados pluriétnicos como os dos países andinos.

A recriação de territórios de uso comum implica em compartilhamento de recursos e na gestão, mas também porque, fundamentalmente, a reciprocidade está na base do modo de vida desses povos. A luta é por políticas públicas e por novos ordenamentos jurídicos, que atendam as especificidades de cada povo e ao mesmo tempo reconheçam e protejam as relações de reciprocidade.

3.3 – Desnaturalização e contestação ao sentido da propriedade privada

Os processos de luta pela retomada territorial vêm pressionando o meio jurídico-formal para abrir espaço para o reconhecimento dessas formas coletivas de apropriação de territórios. Como resultados desses enfrentamentos, surgiram recentemente mecanismos legais elaborados a partir da necessidade de proteger e

reconhecer a diversidade de territorialidades dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Dentre esses mecanismos, cita-se o decreto 169 da OIT, o decreto 6.040 de 2007, a lei 21.147 de 2014 do Estado de Minas Gerais e a nível municipal, a lei 1629 de Rio Pardo de Minas, cujo projeto foi construído pela comunidade Sobrado.

Tais instrumentos se fundamentam na Constituição de 1988, particularmente nos artigos que reconhecem a diversidade cultural brasileira (215 e 216) e preveem sua proteção. Deram abertura para construção desses novos processos jurídicos os artigos dessa mesma constituição referentes à proteção cultural e territorial dos povos indígenas (Art. 231) e quilombolas (Art. 68 da ADCT), a partir dos quais os outros povos e comunidades tradicionais puderam reivindicar direitos equivalentes.

Em termos legais, um dos aspectos que passam a ser valorizados ou fortalecidos a partir desses novos instrumentos é a questão da apropriação e usufruto comum da terra e de seus recursos. Tal aspecto baseia essas novas reivindicações territoriais no intuito de reverberar as relações tradicionais com o território, presentes nesses povos. No entanto, não se deve entender que prevalecem nessas comunidades, unanimemente, modos comunais ou coletivos nas apropriações, como alerta Almeida (2008). Na verdade, as noções de apropriação e/ou uso comum se articulam e combinam com as de propriedade privada. Tais noções

[...] conjugam-se e se completam dentro de uma lógica econômica específica. A noção de propriedade privada existe neste sistema de relações sociais sempre marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos (ALMEIDA, 2008, p. 164).

O caso dos Geraizeiros é emblemático, pois o território é dividido entre áreas de uso comum e áreas de apropriação privada. Por exemplo, na comunidade Sobrado, durante o processo de construção do projeto de Lei Municipal, um dos momentos mais “tensos” de discussão se relacionou à questão do englobamento ou não das áreas ocupadas individualmente na área pretendida para recriação do território coletivo. Como diz Moisés D. Oliveira, uma liderança daquela comunidade (conversa 16/03/2017), houve intensas discussões entre os que defendiam a inclusão, na lei, da previsão de uma titulação coletiva de todo o território que

englobasse tanto as áreas de uso comum como os espaços de moradas e roças individuais⁵⁴, com os que queriam uma separação entre esses dois espaços, sem perder de vista as titulações individuais dos espaços já ocupados pelas famílias.

É possível interpretar o argumento dos que defendem essa segunda possibilidade é baseado em evitar riscos de perda de suas apropriações individuais. Ora, sabe-se que quase sempre são gerados conflitos ou dúvidas nesse sentido, em processos de criação de áreas para reserva ou de uso sustentável, por exemplo. Uma das falas que Moisés reproduz da reunião acima referida, pronunciada por um dos anciãos da comunidade, é mais ou menos assim: “minha terra eu não vendo, não dou, não empresto, só passo ela para meus filhos”. Essa fala exemplifica aquele receio, partilhado por vários moradores.

Independente se há ou não o prevailecimento de uma categoria ou outra, individual ou coletiva, que se refere às formas de apropriação de terras, na mentalidade geral dos moradores, a própria conjugação dessas formas faz entrar no bojo das discussões dos processos de luta dessas comunidades as proposições de criação de mecanismos legais alternativos, para reconhecimento de território tradicionais de uso coletivo. Ao mesmo tempo, ocorre certa pressão sobre o sentido mercadológico das terras e da própria propriedade privada que se cristalizou a partir da Lei de Terras de 1850. Esses debates promovem momentos que colocam em xeque esse entendimento cristalizado da propriedade privada. As lutas dessas comunidades, à medida que ganham ecos na sociedade, fazem vir à tona o fato de que a propriedade da terra é, para usar duas expressões de Silva (2015, p. 5), uma “construção social” e talvez seja possível “desnaturalizá-la”.

Shiraishi Neto (2009) discute as novas concepções atribuídas ao sentido da propriedade privada, no meio jurídico, a partir da Constituição de 1988. As divergências ocorridas nos debates a respeito expressam principalmente as opiniões entre os favoráveis à ideia de que o Direito deva servir para a manutenção do *status quo* e os que defendem transformações sociais. Como diz o próprio autor, “enquanto alguns defendiam um tipo de propriedade absoluta, livre e desembaraçada de

⁵⁴ Semelhante a situação de titulação dos territórios Quilombolas.

qualquer tipo de ônus, outros intérpretes procuravam relativizá-la, vinculando o seu conteúdo ao atendimento dos interesses sociais” (SHIRAISHI NETO, 2009, p. 6).

O princípio da função social da terra, da Constituição Federal, provocou novas interpretações sobre a propriedade privada, sobre o que discordaram operadores do direito civil (SHIRAISHI NETO, 2009). O próprio autor informa que, em 2002, o Código Civil incorporou noções de que a propriedade deva estar em consonância com as questões econômicas sociais e ambientais, diferentemente do Código de 1916.

Referindo-se à questão da Amazônia, o aspecto ambiental ganha força enquanto proponente de novos sentidos a propriedade nos anos 1980. A partir dessa época, a natureza passa a ser um bem mercadológico assim como os sujeitos detentores de conhecimentos relacionados à biodiversidade, o que ganha força com os projetos governamentais nos anos 2000 (SHIRAISHI NETO, 2009). Assim, os discursos de proteção ao meio ambiente passam a ficar atrelados à propriedade privada, passando esta a ser entendida como formato que facilita a proteção ambiental. Tal questão ofusca o sentido real da função social da terra.

A propriedade privada que se funcionalizava em consonância com as distintas realidades sociais para cumprir os dispostos no texto constitucional de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, é submetida a uma ordem jurídica marcada pelo tempo do mercado, que se impõe às distintas temporalidades e racionalidades (SHIRAISHI NETO, 2009, p. 13).

Os movimentos sociais de cunho étnico e identitário, que surgiram em meados dos anos 1980 a partir dos conflitos socioambientais, relacionados a empreendimentos executados em seus territórios, imprimem outras percepções sobre a noção de propriedade. Como diz Shiraishi Neto (2009, p. 13),

[...] enquanto que a propriedade se refere às situações individualizadas, cujos bens são destacados do seu contexto para a realização das trocas mercantis, o território expressa o que é vivido coletivamente por todos os membros do grupo. Para esses grupos, a terra e os recursos naturais não são passíveis de alienação, pois possuem um valor intrínseco, que não se reduz ao valor mercantil da terra, mas sim, as necessidades reprodutivas do grupo. Ademais, o território deve ser compreendido como dotado de fluidez, já que está condicionado às relações que se estabelecem no interior e ou fora do grupo social.

No entanto, Shiraishi Neto (2009) pergunta se as mudanças no sentido de propriedade privada, para além da noção de patrimonialismo individual, serão capazes de “comportar os conteúdos materiais e formais” que estão nas vivências e lutas desses grupos tradicionais em luta. O que é possível identificar, referindo aos processos de retomada territorial de comunidades geraizeiras, é que os mecanismos legais recentemente criados, citados acima, e também os dispositivos territoriais acessados pelas comunidades Vereda Funda, com a criação do PAE Veredas Vivas, e Água Boa II e outras, com a criação da RDS Nascentes Geraizeiras, exercem essa pressão sobre o sentido ora cristalizado de propriedade privada e promovem a recuperação e proteção de modelos coletivos de apropriação territorial.

Esses dispositivos, conquistados de forma coletiva, preveem a gestão e uso comum do território, em contraposição aos modelos privados de acesso a terra, se manifestando claramente de modo antagônico a seu sentido mercadológico. Eles retiram a disponibilidade da terra para o mercado – pelo menos enquanto estiverem em vigor – protegendo laços de reciprocidade e sociabilidades tradicionais de seus ocupantes.

Por outro lado, esses dispositivos podem vir a proteger as formas tradicionais de sucessão familiar sobre os espaços, sendo tais áreas portadoras de mecanismos de titulação individual ou não. Uma ou outra destas formas mantém uma perspectiva antagônica ao sentido mercantil da terra. Vejamos bem dois aspectos. O primeiro é que a retomada e recuperação das áreas coletivas favorecem a permanência dos moradores e seus descendentes nos locais de origem, visto que possibilitam o retorno, mesmo que parcialmente, de seus modos de vida e condições materiais de existência.

O segundo aspecto é que, mesmo numa perspectiva de titulação individual, serão os moradores tradicionais os principais beneficiários do documento, que tendem a perpetuar seus modos de vida a partir da possibilidade de permanência com o território retomado. Não é a posse de um documento de apropriação privada que irá, de forma determinante, tornar a terra um objeto de troca, visto que a tradição permanece, se as condições de vida dos moradores de origem permanecem. Nessa perspectiva, a terra tenderá a continuar fora do mercado, já

que o mecanismo de transmissão tradicional da terra, que é baseado na sucessão familiar, de certa forma será protegido.

Voltando ao caso de Sobrado, o senhor que disse “Minha terra eu não vendo, não troco, não empresto, só passo ela para meus filhos” não está no escopo da propriedade privada no sentido mercadológico, nem exatamente contra uma forma coletiva ou tradicional de apropriação. Aparentemente, o que ele vê, no fundo, a partir do entendimento que possui do processo, na titulação individual, é apenas a garantia da sucessão familiar sobre a propriedade, já que o novo mecanismo criado não teria condições de fornecer tal segurança, pelo menos para ele e outros.

O objetivo não é aprofundar sobre relações entre propriedade coletiva e propriedade privada entre as comunidades geraizeiras, o que levaria a necessidade de desdobrar muito mais as reflexões. Há um processo histórico de transformação ou formação de mentalidades, que por si só seria um tema de pesquisa. Mas foram lançadas tais ideias, referentes a uma desnaturalização e antagonismo ao sentido cristalizado de propriedade privada, ou seja, seu caráter puramente mercadológico e livre de quaisquer embaraços a partir da legitimação da apropriação individual, apenas para apontar perspectivas que levam a sentidos de propriedade que possam combater o caráter acumulativo e centralizador da terra, predominante nos tempos atuais, que, muito menos, cumprem a função socioambiental.

As formas de apropriação reivindicadas pelas comunidades geraizeiras levam ao entendimento de que são combativas a concentração fundiária, visto que dificultam sua apropriação privada por meios mercantis. Assim, a territorialidade geraizeira, ao ser acessada em novos aparatos legais ou dispositivos de acesso à terra que não o mercadológico, podem contribuir para uma reordenação fundiária que favoreça a diversificação de formas de reconhecimento da apropriação territorial no Brasil, como quer Little (2002).

A territorialidade geraizeira contribui também para operar o combate a modelos dicotômicos que, como diz Porto Gonçalves (2006), são hegemônicos no pensamento dos países do Norte, que tendem a levar a naturalização da oposição entre propriedade privada e propriedade coletiva. Os Geraizeiros, em seus

processos de retomada, demonstram a convivência entre esses dois modelos, sendo talvez até indissociáveis. Certo é que não são excludentes entre si. É com essa perspectiva de desnaturalização e contestação a esse sentido absoluto e mercadológico da propriedade privada, que pode contribuir no combate a concentração fundiária, que a territorialidade geraizeira, nos embates vividos pelas comunidades, estabelecem uma proposta decolonial.

O entendimento e apropriação da terra apenas em seu sentido mercantil demonstrou-se excludente para os Geraizeiros, pois contribuiu com a centralização e acumulação de capital e de poder, mantenedoras, portanto, de estruturas de colonialidade e geradoras de pobreza. As estratégias adotadas para retomada de seus territórios combatem tais estruturas, na medida em que acessam, fortalecem e reafirmam aspectos tradicionais de reciprocidade e coletividade, buscando objetivá-las nos dispositivos legais e territoriais criados ou conquistados. É a adoção de uma perspectiva emancipatória, que passa pela assumpção de uma identidade contrastiva em relação a outros povos tradicionais – visto que reforça sua unidade de saber e de ser – mas que é antagônica aos portadores do poder decolonial.

Até aqui analisamos diversos aspectos do contexto de conflito vivenciado pelas comunidades geraizeiras do Norte de Minas Gerais num sentido mais geral. Os sentidos de territorialidade, identidade e reciprocidade, por exemplo, foram vistos a partir de uma perspectiva mais ampla, no que se refere a realidade geraizeira. A partir de agora, voltaremos os olhos a cada uma das comunidades foco deste trabalho que, assim espero, poderão revelar nuances específicas, relacionadas a conceitos e categorias estudadas, contribuindo para melhor fundamentá-las, assim como sugerir novas. Mas também, conhecer melhor cada comunidade, nos aproximando mais de suas gentes e de suas vozes.

Mas antes de passar ao próximo capítulo, no qual analisaremos os processos de luta de cada comunidade foco, pedimos uma licença ao leitor. Gostaríamos de finalizar este, já cumprindo a aproximação com as gentes das comunidades referida acima, com um breve relato e reflexões de uma prática até então inusual, em termos de pesquisa científica, junto às comunidades geraizeiras. Refere-se a experiência com formação teatral com crianças e adolescentes da comunidade do Sobrado.

3.4 – Geraizeirinhos entram em cena

Dentre tantas motivações que levam as comunidades à luta pela reapropriação territorial – das quais várias já foram aqui consideradas, e serão retomadas no próximo capítulo – todas convergem no sentido de buscar os meios de permanência em seus territórios, com proteção dos modos de vida das comunidades. Tal permanência apresenta um sentido geracional. As lutas se fundamentam e se inspiram na relação tradicional com o território a partir das vivências e saberes dos antepassados. As consequências das invasões dos empreendimentos são sentidas pelos moradores atuais, cujas lutas buscam mudanças da realidade atual, mas se projetam também ao futuro, o que envolve as gerações vindouras. Não é raro ouvir de moradores e militantes afirmações de que a luta é pelos filhos. Que, da mesma forma que receberam de seus pais um território onde puderam construir suas vidas, farão o possível para vencer a ameaça de não garantirem o repasse aos descendentes.

Ouve-se nas discussões das comunidades questões sobre o que herdarão as crianças no que diz respeito ao território e à identificação com o mesmo. Ainda enfrentarão contextos de luta ou terão garantidos um espaço de reprodução física e social? Qual identificação delas com o território ficará estabelecida? Permanecerão entre elas as relações de ancestralidade, convívio coletivo, sentimento de pertença? Aparentemente estas são questões que apenas o tempo poderia responder, no entanto provocam reflexões sobre qual a identificação que essas crianças manifestam hoje sobre os territórios e sobre o que está sendo feito para tal.

Uma coisa é fato, as crianças não estão de fora desses processos de luta. Pelo contrário, os integram, inspiram e motivam, até de forma protagônica. Exemplo prático disso pode ser visto na atitude das crianças do Moreira, que de forma autônoma e criativa, organizaram a confecção de placas com dizeres de sentido repudiante ao eucalipto e de reivindicação territorial, instaladas na área requerida pela comunidade. Em rápida conversa (26/04/2017), ouvi de Neuzita, uma liderança da comunidade Água Boa II, a menção ao fato de que a luta nessa comunidade

recebeu forte estímulo das crianças, que manifestaram desejo de recuperar e proteger o território a partir da convivência com os adultos em momentos de resistência e organização⁵⁵.

Esses fatos ajudam no entendimento de que esse *negócio* de luta não se restringe aos adultos e que as gerações mais novas não podem ficar invisibilizadas nesses processos. No início desta pesquisa pensei em formas práticas que pudesse proporcionar ou estimular o envolvimento protagônico das crianças, adolescentes e/ou jovens com as ações coletivas de suas comunidades, principalmente relativas às questões identitárias e os processos de luta em si. Valendo-me de minha formação em teatro e da prática como ministrante de oficinas de iniciação teatral na região, em diversos projetos⁵⁶, vi na atividade cênica tal oportunidade.

O teatro na comunidade se configuraria também como uma oportunidade de investigação sobre novas formas de linguagem para comunicar conteúdos e reflexões geradas durante a pesquisa como um todo, sobre os conflitos socioambientais vividos pelas comunidades. Ou seja, se tornaria uma proposta de estudo e de vivência de outras formas de expressão que, através do manejo de outros símbolos e signos, realizados por outros tipos de atores (no caso, as crianças ou jovens, que nem sempre estão vinculadas diretamente aos processos de resistência), viessem a somar aos processos de luta das comunidades. O trabalho iria permitir a investigação de como essa forma de comunicação poderia atingir e provocar sensibilizações e reflexões em outros públicos, que pouco estão tendo contato com as realidades das comunidades, como às vezes ocorre com moradores dentro das próprias comunidades em luta, como boa parte dos residentes da zona urbana, por exemplo.

Nos momentos iniciais de inserção nas comunidades, para comunicar a intenção de pesquisa nas mesmas, lancei a proposta de realização de uma Oficina

⁵⁵ Houve tentativa, inclusive, de as crianças levarem esse assunto para ser discutido em suas escolas, o que foi negado pela direção escolar.

⁵⁶ São projetos executados pelo Grupo Trapizomba de Teatro, do qual sou membro. Dentre eles Enveredar-te e Enveredar-te 2, financiados pelo Fundo Estadual de Cultura (FEC/MG) de 2008 e 2009, respectivamente, e o Ponto de Cultura Riguilido, aprovado pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva em 2010. O público prioritário dessas oficinas eram crianças, adolescentes e jovens, porém não específico da zona rural.

de Iniciação Teatral em cada uma das três comunidades foco. Todas elas se mostraram interessadas no trabalho, mas até o momento, apenas na comunidade Sobrado foi possível sua realização, devido às dificuldades e condições de mobilização e organização atual das outras para tal empreitada⁵⁷.

No Sobrado, após a mobilização realizada por um dos militantes na comunidade, realizamos uma reunião que contou com a presença de militantes, pais, mães e filhos e filhas interessadas. Dentre a faixa etária destes predominou crianças e adolescentes, dentre 10 a 14 anos. Nessa oportunidade, expus as intenções do trabalho e pude ouvir o que achavam. Expliquei que se trataria de uma atividade prática, voltada a estudos sobre técnicas de interpretação cênica que envolvessem conteúdos relativos às vivências dos participantes com a comunidade. Dentre as possibilidades de resultado, poderia ser construído um esquete teatral, com capacidade para ser apresentado em vários tipos de espaços e com públicos diversos. Todos os presentes gostaram e concordaram com as ideias.

Essas ideias, como explicado na reunião, não seriam impostas durante o trabalho, pois durante o processo, os desejos e habilidades dos participantes deveriam ser considerados, em prol da realização de um trabalho democrático, que desenvolvesse o sentido de autonomia e que fosse prazeroso para os mesmos. No entanto, é fato que a proposta tinha a clara intenção de realizar um trabalho de formação no meio rural que pudesse proporcionar ou estimular os interessados no fortalecimento de sua participação coletiva, na perspectiva identitária e de pertencimento territorial e com os processos de resistência da própria comunidade. Obviamente que foram consideradas as limitações nesse sentido dentro das possibilidades de uma oficina de trinta e cinco horas.

Experiências com atividades teatrais e culturais, com esse caráter formativo e prático na questão sócio política e de fortalecimento das ligações com o território, são referidas em Rocha (2015)⁵⁸. Tais trabalhos priorizam a formação de jovens numa perspectiva identitária e de pertencimento territorial, tendo como base a

⁵⁷ Mas ficou acertado o compromisso de serem realizadas as oficinas em momento oportuno, nas comunidades Moreira e Raiz.

⁵⁸ Projeto Residência Agrária Jovem e Programa de Extensão Terra em Cena (UnB/Planaltina)

cultura e a comunicação. Dentro de contexto também de luta pela terra, com públicos de assentados pela Reforma Agrária ou Quilombolas, por exemplo, são trabalhados conteúdos de recriação simbólica, esferas de sentido, saberes populares, valorização de experiências coletivas, dentre outras, relativas aos modos de vida e visões de mundo nos territórios aos quais pertencem. A oficina aqui proposta, se não tem a pretensão de dar conta de toda essa gama de perspectivas, se baseia nelas para tratar das recriações expressivas, propostas pelos participantes, sobre o lugar em que vivem.

A oficina teve início no dia 03 de julho de 2016 e contou inicialmente com a participação de 12 crianças e adolescentes, entre 10 a 14 anos. A carga horária total foi de 35 horas, dividida em encontros de 3 a 4 horas cada, que incluía um tempo dedicado ao treinamento técnico⁵⁹ e à preparação do trabalho final a ser apresentado. Foram realizados em torno de 10 encontros, nas manhãs de sábado e domingo, no salão da Associação da comunidade.

Não será possível aqui detalhar todo o conteúdo e métodos trabalhados na oficina, nem é este o objetivo deste relato. Mas vale a pena destacar alguns aspectos que se relacionam de forma mais direta com as propostas desta pesquisa. Uma das formas de estimular o trabalho cênico baseado na memória local foi solicitar aos participantes que buscassem conhecer histórias ocorridas na comunidade, sejam histórias antigas ou recentes, como as contadas pelos mais idosos, parentes ou conhecidos em geral ou a partir de outras formas. A partir das histórias trazidas (que, como os participantes informaram, não conseguiram se restringir as ocorridas nos limites territoriais da comunidade, mas de outras próximas) uma gama enorme de sentidos e valores comunitários se tornaram cenas, a partir de uma atividade de “Contação de histórias”.

Tendo consciência de que a reprodução textual aqui, das histórias contadas, jamais teria o mesmo encantamento e graça do que a forma espontânea, verbal e

⁵⁹ Sobre questões técnicas no teatro voltadas ao treinamento de atores, grosso modo, são trabalhadas basicamente três áreas interligadas: expressão vocal, para potencialização do uso da voz, expressão corporal, para potencializar o uso do corpo; e jogos coletivos, para potencialização das relações criativas entre atores. A partir disso (e com isso), passa-se a construção de personagens e de cenas.

corporal, apresentadas nos exercícios pelos participantes, até porque precisam ser resumidas, talvez seja oportuno, e não enfadonho, citar algumas. Um dos participantes contou a história da pisadeira, um bicho com características assustadoras que aparece para a criança durante a noite quando ela come além do que deve e dorme de cabeça para baixo.

Outro contou a de um velhinho que sofria constantemente com as traquinices de duas crianças. Em uma dessas, com o velho montado, eles aprontaram dando um susto no cavalo, que saiu a galope a máxima velocidade. O velho foi parar enganchado num galho de árvore, onde morreria sendo atacado por um enxame de abelhas. Algum tempo depois, as mesmas duas crianças apareceram por ali, curiosos. E o velhinho aparecera para as mesmas. Eles só acreditaram que poderiam ser mesmo uma assombração quando a figura atravessou uma cerca, sem pular ou abaixar. Com isso as crianças saíram correndo de medo e resolveram nunca mais atentar os outros.

Teve também a de outro velho, que por ser muito ruim e sovina, ao morrer, o corpo estava tão pesado que, ao ser colocado na rede para o enterro, ninguém conseguia carregá-lo. O caso só se resolveu quando chegou o padre que, depois de algumas rezas, empregou ao corpo moribundo uma grande sova. Com o morto tendo voltado ao peso normal, pode ser transportado e sepultado.

Tanto nestas como outros casos contados pelos participantes, é perceptível o cunho moral e educativo, que tratam de temas como respeito aos mais velhos; a questão da gula e do egoísmo e respeito aos outros. Remetem também a lendas e assombrações, tão presentes nos contos tradicionais populares. As histórias foram usadas na criação de cenas e construção de personagens nelas baseados. Mas nesse momento da oficina, ao perceber que ninguém tinha colocado nada referente à luta da comunidade, perguntei o que conheciam. Seus rostinhos de desentendidos me fizeram supor que, caso já tivessem ouvido falar, não souberam se expressar sobre, pelo menos naquele momento. Resolvi estimulá-los apresentando-lhes um poema escrito por Luciana Santana⁶⁰, moradora da comunidade, que conta a luta da

⁶⁰ Poema “Nossa luta em verso e Rima”, Luciana Santana, 2015.

comunidade em prosa e verso, e pedi que lessem. Gostaram muito da história e disseram que muitos dos casos ali realmente não conheciam, mas que ouviam falar muito de falta de água e desmatamentos.

Nesse momento da oficina, tendo cumprido aproximadamente a metade da carga horária prevista, um alto índice de desistências começou a surgir. Mas isso não desanimou os cinco participantes que permaneceram, quatro meninos e uma menina, que bancaram o trabalho de forma vigorosa até o final.

A partir daquele momento, já era hora de começar a decidir sobre o que iríamos apresentar. Estimulei os participantes a pensarem em todas as histórias ouvidas e contadas e tentassem responder quais poderiam se base para a peça. Para isso, pedi que cada um escolhesse uma das histórias ou temas que elas remetem, e montassem cenas individuais baseadas nas mesmas. Das cenas propostas dessa vez todas se referiam de alguma forma a questões ambientais ou outros problemas atuais da comunidade. Ora enfatizando desmatamentos, ora a falta de água, ora falta de espaços de lazer. A partir dessas últimas apresentações, não titubearam em manifestar que gostariam que a peça final falasse sobre os desmatamentos ocorridos na comunidade.

Daí para frente o trabalho seguiu no ajuntamento de fatos ocorridos nos conflitos vivenciados pela comunidade, que serviam de base para propostas cênicas construídas pelos participantes. Meu papel nesta etapa foi de organizar as cenas e contribuir na dramaturgia. Em resumo, o esquete conta a história de como certo empresário chegou na comunidade, adquiriu um pedaço de terra e provocou grave devastação ambiental e como foi a reação da comunidade até se organizarem para retomada e recuperação da área⁶¹.

A primeira apresentação do trabalho ocorreu no dia 30 de outubro de 2016, ao final de uma reunião da associação do Sobrado. Após a apresentação, ficou aberto a falas do público em geral que, como expliquei, poderiam se referir a críticas e sugestões, já que a construção da peça não se tratava de algo já pronto e acabado. Confesso que fiquei surpreendido com a comoção de várias pessoas e de

⁶¹ O texto completo do esquete segue nos anexos.

seus depoimentos. Boa parte das falas destacou a inteligência das crianças, mas também de como a peça soube retratar momentos de muito sofrimento da comunidade, cuja lembrança causou muita emoção.

Chegava ao fim o trabalho da oficina conforme planejado. Mas, como destacado desde o início dos trabalhos, e reforcei neste dia de apresentação, ao fim das 35 horas combinadas, se fosse do interesse das crianças e da comunidade, o trabalho continuaria, principalmente através de apresentações da peça em espaços e momentos oportunos. A diretoria da associação se colocou a disposição para apoiar no que fosse preciso para levar o trabalho adiante. Sempre tive dúvida se o trabalho iria fazer algum sentido para a comunidade, sendo que era isso o que mais me interessava. Com as palmas e comentários finais pude crer que sim.

Dentre comentários que surgiram nos dias posteriores a apresentação, que também são importantes para entender possíveis efeitos do trabalho, destaco relatos de lideranças que reproduziram falas de moradores (os quais ainda não pude conversar pessoalmente). Disse Moisés D. de Oliveira, liderança da comunidade, que a peça levou alguns moradores a refletirem sobre fatos que não conheciam ou não estavam atentos sobre a situação da comunidade. Para Moisés, o trabalho alcançou um nível de sensibilização que todo o trabalho de conscientização e organização anteriores não teriam atingido ainda.

Outro líder, José Severino Dias (Zé Melo) também destacou comentários feitos por outros moradores. Segundo relatou, estes ficaram impressionados com o trabalho das crianças. Também confessaram que não tinham a dimensão da importância de uma história como aquela, que era de sua própria comunidade, antes de assistirem a peça.

Enfim, fiz questão de destacar essas falas apenas porque as vejo como pistas sinceras de que o trabalho com teatro e o poder das crianças podem gerar efeitos construtivos aos processos de luta das comunidades, tanto no que se refere ao seu potencial comunicativo quanto no fortalecimento da participação e identificação das crianças com a comunidade. No que tange a este último, foi perceptível certa maturação sobre as questões conflitivas vividas, no sentido de que passaram a se

sentir mais seguras ao falarem sobre o assunto - isso sem falar da evolução técnica enquanto atores. Estão aí sinais de que trabalhos nas esferas artísticas e culturais como esses devam ser replicados, ampliados e intensificados, refletindo sobre os demais processos de resistência dos geraizeiros na região, o que poderá contribuir na aglutinação coletiva e fortalecimento da luta e na perpetuação do sentido de pertença das gerações mais novas.

Nessa parte de nosso estudo, concentramos reflexões sobre as comunidades geraizeiras que, dentro de um contexto de luta contra a invisibilização e em busca do reconhecimento identitário e por direitos, acionam aspectos tradicionais e subjetivos que dão forma e conteúdo a meios objetivados de estratégias de ação. Em sua relação simbólica e ancestral com o território, vemos as comunidades fundamentarem seus processos de autodemarcação territorial. De sua identidade construída em relação contrastiva e, mais recentemente, de forma antagônica, no contato com outros grupos, vemos os geraizeiros reafirmarem o modo de ser e viver próprio, de maneira manifesta e até formal, se colocando também como sujeitos de direitos diferenciados.

Os laços de reciprocidade desenvolvidos também ao longo do tempo, hoje se mostram como fundamentais para construção e desenvoltura de seus processos de luta, apesar das transformações ocorridas nos mesmos devido a perda territorial e invasão do capital. Das relações com território, são reavivadas ainda, na construção de instrumentos de busca por direitos, os aspectos que colocam a terra para além de uma relação mercadológica, imprimindo outros sentidos, como o do bem comum, que desafiam, ou colocam em xeque o sentido cristalizado e absoluto da propriedade privada, imposto pelo capital, que a entende como mero objeto passível de troca e de usufruto a bel prazer e interesse de proprietários individualizados.

Por último, colocamos que as comunidades geraizeiras estão cientes de outro elemento de fundamental importância em seus processos de luta, que é a projeção da reafirmação identitária as gerações mais novas. Vimos que as crianças não são seres passivos nesses processos e que manifestam, assim como os adultos, o sentimento de pertença ao lugar onde nasceram e vivem, protagonizando também momentos de ações afirmativas para proteção e recuperação do território.

Passemos enfim aos contextos e conflitos vivenciados por cada comunidade aqui estudada, para conhecermos melhor as nuances e especificidades implicadas em cada uma das situações.

CAPÍTULO 4 – AS COMUNIDADES RAÍZ, MOREIRA e SOBRADO: CONFLITOS E ESTRATÉGIAS POR TERRITORIO E ÁGUA

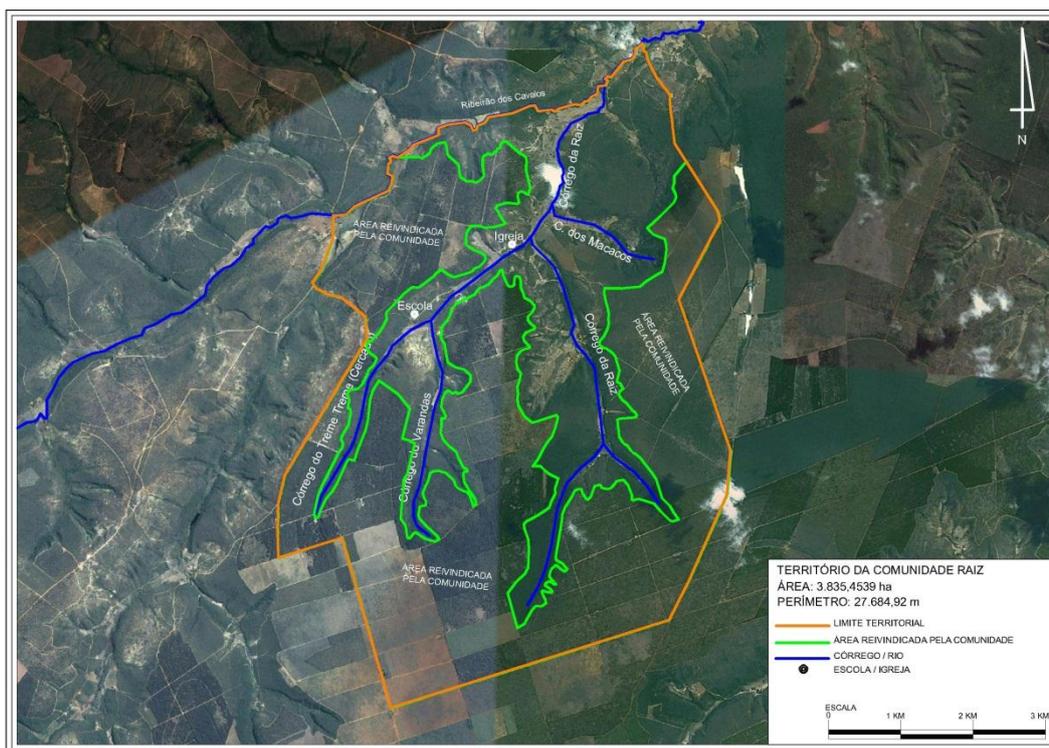
As comunidades de Sobrado, Raíz e Moreira vivem conflitos resultantes da apropriação indevida de parte de seus territórios, principalmente na área de uso coletivo tradicional, assim como ocorre em dezenas de outras comunidades da região. Os impactos socioambientais são causados pela expansão da monocultura do eucalipto, mas também outras formas predatórias que atacam as fontes d'água e outros recursos naturais, comprometendo a permanência nos territórios. A pressão causada pela concentração fundiária está presente em todas as comunidades, pois foram suprimidas áreas de uso coletivo, sobrando-lhes pequenas áreas de uso individual para a subsistência das famílias, as declaradas pelas famílias em processos de titulação ou documentações diversas (como o CAR – Cadastro Ambiental Rural e o ITR – Imposto Territorial Rural).

Cada comunidade vivencia estágios diferentes de organização em processos de resistência e de retomada territorial. São diferentes também a incidência do eucalipto nos territórios auto-demarcados, tendo umas mais que outras (o que pode ser percebido tanto no mapa 7 quanto nos mapas 8, 9 e 10 que acompanham cada um dos casos). Em todas essas comunidades está presente o lastro tradicional de pertencimento a um lugar deixado pelos ancestrais, cujas formas de entender e viver o território foram herdadas há centenas de anos. Esses elementos identitários e territoriais são acessados em suas estratégias de luta para retomada territorial, enquanto comunidades tradicionais. Coloquemos agora uma lupa em cada uma das realidades dessas três comunidades.

4.1 – O caso de Raiz

Na comunidade Raiz, o eucalipto começou a ser plantado em meados dos anos de 1970, cuja retirada da mata nativa foi realizada pela empresa USITA - Usina Siderúrgica Itaguera. Anos depois, a empresa REPLASA assume a plantação e construção de estradas (BRITO, 2013). Dentre as comunidades aqui estudadas, é a que mais sofreu incidência da planta exótica no território, tanto em termos absolutos, quanto percentuais (área do eucalipto sobre área autodemarcada). O mapa 8, com o perímetro de autodemarcação da comunidade, demonstra a dimensão da incidência da monocultura em seu território.

Mapa 8 – Território autodemarcado da comunidade Raiz



Fonte: Arquivos STTR/RPM – Elaboração Paulo Ferreira

O mapa demonstra a intensidade com a qual o monocultivo incidu sobre o território da comunidade, ocupando todas as bordas e áreas de chapada, ao redor e

entre as nascentes dos córregos, além de acompanharem as bordas dos leitos dos córregos em quase sua totalidade dentre da área da comunidade.

Durante as entrevistas, um dos aspectos que mais se destacou nas falas dos entrevistados, como consequência da eucaliptocultura, foi a migração. Muitas famílias, a partir de meados dos anos 1980 tiveram que sair da comunidade, temporariamente ou não, em busca de outros meios de vida. Motivam essa saída as dificuldades de subsistência e geração de renda na própria comunidade, principalmente em decorrência da falta de água e de espaços para plantios e criações. José G. Dias, geraizeiro da comunidade Raiz, aos 14 anos foi obrigado a abandonar a escola para trabalhar em firmas de eucalipto e na colheita de café de outras cidades. Poucos anos depois, teve que se mudar para fora do Estado de Minas:

Com 18 anos eu fui pra São Paulo [...] Voltei com 28 anos e vim pra ficar porque o irmão mais velho meu que tinha aqui faleceu de relâmpago [...] E [...] não tinha ninguém para cuidar da propriedade, ficar junto com minha mãe, sabe? A gente tinha algumas criação, muito bicho, né? Aí fui e voltei. [...] Quando eu cheguei aqui cara, eu fiquei todo perdido, tá entendendo como é que é? É ocê chegar num lugar que a gente nasceu e criou e aí já com a cabeça já de adulto [...] sabendo muito bem como é que a produção daquele lugar, o que o lugar podia oferecer, né? [...] já tinha muita coisa que eu tinha perdido, já tinha perdido meu pai, já tinha perdido dois irmãos mais velhos, a água que a gente tinha em abundância [...] pra pescar, pra qualquer coisa, cê já não tinha mais, os rios totalmente seco, inclusive minha mãe já tinha mudado pra cidade porque não tinha água pra beber, não existia cisterna de captação de água da chuva,... não existia esses movimentos né? Essas políticas sociais elas não aconteciam ainda, então tipo assim, vou fazer o que aqui? Tinha que cuidar da minha mãe, a gente tinha uma propriedade tinha que cuidar também... A comunidade quando eu saí de lá tinha a base de umas 50 família, quando retornei podia ter umas 20, porque a maioria tava saindo fora porque não tinha condições, então encarar aquele lugar era um desafio [...] Então eu vim pra ficar mesmo, então fiquei pensando o que podia fazer [...] A pouca terra que a gente tem, não conseguia plantar porque não tinha água nenhuma... (José Gonçalves Dias, entrevista 27 de abril de 2016).

Ainda hoje, como diz José G. Dias, várias pessoas têm que sair para trabalhar na colheita de café ou outros serviços, por falta de espaço para plantio, que é só assim que conseguem permanecer na comunidade. Quando fui entrevistar Maria Prates (entrevista coletiva, 16/10/2016), foi justamente um dia antes de sua partida para o Sul de Minas, onde iria se encontrar com o esposo, o Sr Eugênio, que a esperava, mas para trabalhar com horta. Ela explica que a saída era por falta de

serviço e dificuldades de produzir na comunidade: “Eugênio vai porque é o jeito mesmo, mas ele sai daqui numa reclamação ‘Oh diá, eu por mim eu não ia de jeito nenhum’. Ele fala que tem dó demais de sair”, diz Maria D. M. Prates, sobre seu esposo, que migrava da comunidade não por vontade própria.

José G. Dias (entrevista 27/04/2016) explica que seriam necessários por família, em média, pelo menos 10 hectares para se plantar a mandioca, por exemplo. Com tal quantidade, o agricultor teria espaço para fazer um manejo mais adequado, possibilitando o “descanso” da terra, num sistema de rodízio. Isso é impossível quando se tem disponível apenas um ou dois hectares, explica o entrevistado. Em 2016, segundo Dias, a comunidade tinha em torno de 28 famílias, e em 2009, ano da pesquisa de Brito e Carrara, foram pesquisadas 38 famílias, o que aponta a permanência da migração na comunidade.

Como na maioria das outras comunidades geraizeiras, na Raiz o conflito se instaurou a partir do agravamento da escassez de água. Ocorreu em 1992 a constatação do secamento das fontes d’água locais, dentre córregos, nascentes e cabeceiras (BRITO e CARRARA, 2010). Dona Clemência, senhora de 71 anos que sempre morou na comunidade, reside atualmente com dois dos nove filhos que gerou. Possui uma propriedade de 33 hectares, dos quais 8 são cultiváveis. Na terra consegue cultivar, com a ajuda dos filhos, a manaíba e um pouco de milho, além de criar galinhas e três cabeças de gado. A senhora lembra como eram os recursos naturais do lugar, antes da chegada da monocultura de eucalipto:

Antes dessa empresa chegar a gente tinha muita coisa, a gente tinha muita fruta, pequizeiro, mangabeira, rufãozeiro, muita fruta nativa da chapada, depois que essa firma chegô, cabô tudo, hoje existe algum pé n’algum lugar. E sobretudo é a água, o que mais me deixa triste com a chegada dessa firma é a água, porque no tempo que não tinha essa firma aqui, todo lado que nós oiasse aqui tinha nascentezinha de água, inclusive aonde que eu moro era um lugar tão rico de água, tão rico, e hoje a gente óia [...] não tem nada de água, o lugar que era o rio pode plantar, inclusive tem um pedaço lá que eu plantei capim dentro do corgo, desse anapiê, tá lá a moitona de capim dentro do corgo, aonde o povo via água, tinha água, tinha peixe, nós pescava...

[...] e foi na devoração deles é que as água cabou, porque eles pego e desmatô, e gradeô terra, e aí veio a chuva, e as enxurrada desceu as barrancada de terra tudo pra dentro das nascente, que nunca mais nós vimo água, acabou com os pequizeiro, cabou com as fruta natural que tinha, cabo tudo, hoje em dia eles tá tentando mexer aí, falaram que não vai dar

emprego pra ninguém do lugar, ninguém, ninguém (D. Clemência Rosa, entrevista no dia 16 de Outubro de 2016)

Além da questão hídrica e da diversidade dos frutos nativos, prejudicados pelas atividades eucaliptocultoras, a pressão sobre os espaços produtivos, como relatado na fala, é de singular importância para comunidades geraizeiras como a Raiz. É bem provável que seja a primeira vez na história da comunidade que foi necessário realizar plantios nos leitos dos córregos, visto que, além de não haver espaços suficientes nos locais convencionais e não possuindo mais fluxos d'água perenes (corre água nos mesmos apenas na época das chuvas), é onde foram preservadas certa qualidade produtiva e umidade do solo. Exemplos dessa situação também foram identificados na comunidade Moreira.

Afora as cisternas de captação de água das chuvas, construídas através do P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas)⁶², a comunidade possui hoje como fonte d'água um poço artesiano, que abastece algumas famílias. Como não é suficiente para suprir a necessidade de toda a comunidade, são obrigados a recorrerem também a caminhões pipa. Segundo Dona Clemência (entrevista 16/10/2016), às vezes, a água fornecida dessa forma vem com qualidade duvidosa, além do alto preço:

Nós usa água de pipa [...] pra fazer comida, beber, lavar roupa, limpar casa, pra tudo, tudo, tudo. Tem vez que nós recebe uma água boa, tem vez que nós recebe uma água que a gente usa porque depois num ter outra tem que usar, mas pelo menos pra beber e fazê comida a gente faz com nojo, é obrigado a usar, porque depois não ter outra é muito triste.

[...]

Mas moço, pra nós é muita dificuldade. Porque se eu quiser uma água lá em casa, eu tenho que pagar o pipa levar l'em casa pra mim [...] ele cobra cem reais por pipa, e é pra pegar água aqui na comunidade, é água do poço artesiano que tem aqui em cima, porque abastece só esse lado aqui, a outra vereda lá que é aonde nós mora a água não abastece, tem que ir de pipa.

⁶² Desenvolvido pela ASA (Articulação Semiárido), foi um programa que teve início nos anos 2000 e visa atender a necessidade de água potável pela população que vive no campo, através do armazenamento da água das chuvas em cisternas construídas com placas de cimento ao lado da casa. Fonte <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Acesso em 30/01/2017.

São diversas nascentes e córregos, antes perenes, que secaram nos últimos anos e os novos recursos, poços artesianos e caminhões pipa, são medidas paliativas e de alto custo, que nem mesmo fornecem segurança de acesso a água no futuro. Além da escassez hídrica, outro fator também foi motivo de indignação dos moradores: a falta de liberdade, como dizem Maria Prates e José G. Dias. Os moradores foram proibidos de entrar na área de eucalipto para pegar feixes de lenha, mesmo que secos, que praticamente não tinham nenhum valor comercial para a própria empresa:

Depois que parou nós não tem emprego [...] hoje o povo tem de sair pro mundo, pra trabalhar [...]Depois que passou uns tempo, pro povo aqui foi só sofrimento [...] que aí já vei as exigência, não pode pegar um pau de lenha, não pode panhar uma madeira, Cabô com o mato nativo, cabô as água, [...]a gente ganhou o dinheiro mas também deixou o suor lá pra eles né? (Maria Prates, entrevista coletiva, 16/10/2016).

[...] se a gente fosse panhar uns pau de lenha pra poder ponhar no fogão, oh meu Deus do céu! Quantas pessoa lá que não teve que evinha com um feixe de lenha nas costa e teve que jogar no chão, e o cara falava assim 'agora cê pega e leva e joga lá dentro do eucalipto que é pra apodrecer lá e pra virar adubo na terra, porque não era pra tirar de lá de dentro'. Não chegou a acontecer comigo, mas aconteceu com meu tio [...] e eu, na minha cabeça eu ia mais escondido e pegava um pau mais escondido [...] mas vendo isso acontecer, era a mesma coisa que ser com a gente... (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016)

A Sra Maria Prates refere-se ao lado positivo de quando as firmas chegaram, quando havia oferta de empregos, o que não perdurou no tempo. Ao contrário, depois vieram os cercamentos e proibições de acesso à área e a lenha de posse da empresa. Das comunidades estudadas, esta foi a única que manifestou dificuldades em relação ao acesso à lenha, não que as outras possam não ter, mas o fato é que na Raiz houve menor sobra de áreas de cerrado, como afirma José G. Dias, que pudessem fornecer esse material.

A única alternativa para os moradores eram coletar as sobras existentes na “propriedade de outrem”, do qual foram proibidos. Pode-se interpretar que tal interdição eleva o grau de encurralamento da comunidade, agravada por ainda outro fator: os agricultores foram privados de sua forma costumeira de cuidar da criação. É

o que demonstra o caso relatado a seguir, envolvendo um funcionário da empresa eucaliptocultora.

Dentro dessa opressão que a gente sentia na firma lá tinha de todo tipo, tinha um homem, por exemplo, de Taiobeiras, que morava dentro da sede da empresa, que criava uns gado na sede da REPLASA, e como a comunidade tinha o costume de criar as criação na solta, aí quando um gado da gente chegava lá ele pegava e fechava no curral, sabe?. Inclusive meu tio, por exemplo, aconteceu duas ou foi três vezes, a vaca pariu lá no mato, na chapada, desceu pra beber água, e aí ele pegou e prendeu a vaca e aí o bezerro morreu de fome na chapada, porque a vaca ficou presa no curral não conseguiu ir lá dá de mama ao bezerro né? três dia, o suficiente pro bezerro morrer⁶³ (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016).

A fala demonstra que a situação conflitiva foi motivada também por fatos envolvendo animais, pois foi gerado um rompimento da prática produtiva. É um exemplo bastante ilustrativo do encurralamento que, em certo sentido, lembram o ocorrido com os humanos: confinamento nas áreas de baixa e falta de água. A pouca área restante de cerrado quase nada podia suprir a comunidade em suas necessidades. A liberdade de produção foi afetada, já que o tamanho da área disponível para as famílias foi restringido, limitando a organização produtiva. Brito e Carrara (2010, p. 14) relatam que nos anos 2000

[...] os moradores da comunidade sentem-se encurralados, sem opções para continuar vivendo da forma que querem, dificuldades na educação, na saúde e manutenção da vida, na criação dos filhos. Já não criam mais animais por falta de espaço.

Esta restrição também impede o extrativismo e a prática da criação à solta nas chapadas. Essa situação corrobora com o que vimos em Silva (2009), para quem o monocultivo de eucalipto impactou a lógica de uso e ocupação espacial geraizeira, ao encurralar seus espaços de vivência e produção nas grotas, rodeadas pelos maciços da planta exótica. Mas o problema não se restringe somente a uma questão de minifúndio inviável – um minúsculo pedaço de terra que sobrou para

⁶³ Segundo José G. Dias, tal homem, que inclusive tinha idade avançada, recebera da comunidade a alcunha de Ravengar. Esta, pelo visto, é uma referência ao personagem de mesmo nome da novela “Que rei sou eu” da Rede Globo, exibida no final dos anos 80, que foi interpretado pelo ator Antônio Abujamra. Na trama escrita por Cassiano Gabus Mendes, Ravengar era o conselheiro mor do rei e da rainha e fazia de tudo para ter poder. Além de bruxo, Ravengar era médico, astrólogo e hipnotizador.

cultivar. O impacto, no sentido biofísico, do monocultivo vai para além da área ocupada pelo eucaliptal: prejudica a microbacia hidrográfica e os solos como um todo, ao desequilibrar a recarga hídrica e ao provocar o soterramento de nascentes e ao usar agrotóxicos, prejudicando o cultivo das terras em todo o curso dos córregos,

Tal situação demonstra o claro choque entre formas de produção com lógicas diferenciadas, geradoras de conflitos, como discutimos no capítulo dois. E para evitar tais conflitos, o discurso do desenvolvimentismo foi usado como estratégia pelas empresas, desestimulando possíveis resistências entre os moradores à época, como demonstram os entrevistados:

Quando a firma chegou ela veio com uma proposta que muita gente caiu na proposta deles, e foi a ruína pra nós, por causa da proposta deles, que eles chegou dizendo que ia plantar, devorar as chapada tudo, cerrado, ia dar emprego pro povo, e que ia fazer muita coisa boa, que o eucalipto ia fazer chover bastante, que o eucalipto puxava chuva, fazia chover, e foi isso é que foi a ruína pra nós, porque devorou... alguns conseguiu emprego, mas só enquanto tava devorando, depois que devorou, cabou, ninguém teve emprego mais (D. Clemência Rosa, entrevista 16 de Outubro de 2016).

Isso corrobora com o que diz José G. Dias:

[...] o povo tava passando por uma experiência da questão do algodão nas Caatinga, [...] os geraizeiro já tinha ganhado até apelido de sair daqui pra trabalhar la nas caatinga, [...] *Cacunda di librina*, e aí quando essas firma apareceu o povo falava assim 'Não, que agora aqui vai gerar emprego, que todo mundo vai ganhar dinheiro, que vai fazer estrada – naquele tempo as estrada, as melhores era as que passava carro de boi, [...] era estrada cavaleira mesmo – vai fazer estrada aqui pra todo mundo vai abrir túnel, vai ficar bom demais' e aí o pessoal foi nesse embalo, [...] que era o progresso, que eles fala 'agora vai ter o progresso que vai melhorar o trem' mas aí, essas coisas foi que mais prejudicou e tanto é que era isso que calava, por exemplo, se comprava de um conhecido aqui e pulava cinco, seis família aqui e comprava outro lá na cabeceira, aí esses outro aqui calava nesse embalo de progresso, [...] que vai gerar dinheiro, [...] era nesse embalo (José G. Dias, entrevista no dia 27 de abril de 2016).

As duas falas atestam como funcionou o marketing do desenvolvimento trazido pelas empresas. Por um lado, o discurso do progresso vigente à época se ancorava no chamado de “desenvolvimentismo”, cujo apogeu foi alcançado já no início da década de 1970, com o chamado “milagre brasileiro”. A noção de milagre

econômico chegou às comunidades geraizeiras com o codinome de eucalipto, sendo impregnado nas mentes da população rural a ideia de que seu pacote de progresso iria trazer mais benefícios que o usufruto tradicional e comum das chapadas.

A situação de pobreza econômica pré-existente na comunidade também foi explorada para fazer valer o discurso do progresso e assim evitar possíveis conflitos. Ora, o que mais os moradores precisavam se não empregos e estradas? Esses dois elementos facilitariam o acesso à educação e à saúde. Não seria mais necessário sair para a Caatinga arranjar trabalho pago. Assim o discurso de “milagre” daqueles empreendimentos, ou seja, o *milagre eucalíptico*, se me permitem o jogo com as palavras, se fez valer para evitar possíveis conflitos, sempre eminentes quando se dão o choque entre formas de uso territorial contrapostas: de um lado, as voltadas à acumulação de capital, do outro, as de subsistência.

Por outro lado, tal discurso escondia as contradições da acumulação capitalista, não revelando as diferenças de poder e de condições de acesso aos benefícios dos empreendimentos entre elites econômicas e povos tradicionais. Esconde também os impactos ambientais e sociais advindos dos empreendimentos em questão, já que não aparecem à vista de forma imediata. A noção dos moradores tradicionais de fartura de água e, possivelmente a de terra, também, consciente ou inconscientemente foi explorada nesses discursos. Como dizem alguns entrevistados (como o Sr. Cícero, comunidade Moreira), a fartura de água era tanta a época do início dos empreendimentos, que nem se preocupavam que um dia pudesse diminuir a tal ponto como está hoje. Talvez a noção de espaço vivenciado pelos moradores, relativo à amplitude dos gerais, também tenha gerado essa sensação de sobra, de que caberia todo mundo devido sua vastidão quase que sem limites.

Mas o ocorreu o inverso, a vastidão do cerrado foi substituída pela vastidão do chamado “deserto verde”. Ela é visualizada na paisagem, nos mapas e nos documentos cartoriais. Pela análise de documentos – dentre certidões e registros de imóveis constantes nos arquivos da Associação da Raiz – no início dos anos 1990 a empresa ITASIDER (Usina Siderúrgica Itaminas) adquire por compra pequenas áreas no interior e próximas a comunidade Raiz – nesta data já havia o plantio de

eucalipto na localidade há mais de dez anos. Logo em seguida, o juiz da Comarca de Rio Pardo de Minas realiza sentenças de aprovação de retificação dessas áreas, passando a assumir tamanhos exorbitantes, como vemos pela tabela 10. Logo em seguida a REPLASA, também pertencente ao grupo ITAMINAS, assume a exploração dessas áreas, através de contratos de comodato, válidos por 23 anos, que venceriam em 2013, portanto.

Essa documentação da área, em posse da empresa, é um dos aspectos contestados pela comunidade. As lideranças consideram no mínimo duvidosas as várias retificações de área realizadas em favor do empreendimento:

Agora na comunidade Raiz não tem jeito, tem que haver uma negociação, porque eles tem documento, que pode ser fraudulento ou que não [...] É uma retificação, néh?, feita pelo Dr Jacinto, que era o juiz da época, que já faleceu, mas tem a assinatura de um juiz lá. [...] Lá são várias retificações. [...] A comunidade tá querendo um território de 2000 hectares e na hora que tirar a parte de preservação [...] pode sobrar 1000, porque lá a maior parte não é área de mexer não. Essas duas mil, tem casa lá que o carreador da firma foi no terreiro da casa, [...] não sobrou terra pro cara preservar não ué, porque a terra de frente pra casa dele foi tudo... e nas outras casas só não desceu porque era morro, morro mesmo, aí não tinha como a máquina ir, onde tinha como a máquina ir, a máquina foi (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016).

Tal fala registra a intensidade do nível de encurralamento vivido pelas famílias, com a mudança da paisagem chegando aos limites dos quintais das casas e a super-exploração das áreas pelas empresas. Registra também a pretensão da comunidade de recuperar área para preservação. As sentenças de retificações englobaram áreas tanto pertencentes ao território da comunidade Raiz, como de comunidades circunvizinhas. Todas elas foram realizadas pelo mesmo juiz, o Sr. Jacinto Silva, em datas bastante próximas umas das outras, anteriormente a assinatura do contrato de comodato pela empresa REPLASA, como é demonstrado na tabela 10:

Tabela 10 – Retificações das áreas ocupadas pela empresa na comunidade Raiz e circunvizinhas.

Docu mento <small>64</small>	Denominação da área	Tamanho original (hectares)	Data compra pela ITASIDER	Data Retificação	Tamanho Retificação	Data contrato comodato com a REPLASA
1	Fazenda Passagem larga (Cercado baixo)	145,20	21/06/1990	17/12/1990	3.067,00	24/01/1991
2	Fazenda Chibiu	8,72	29/05/1990	28/11/1990	614,00	16/01/1990
3	Fazenda Muniz	21,5103	20/05/1991	22/06/1992	2.294,00	25/09/1992
4	Fazenda Pery Pery	88,5950	25/07/1990	17/06/1992	3.385,45	25/09/1992
5	Fazenda Riacho dos Cavalos	6,58	24/08/1990	26/05/1992	851,10	25/09/1992
6	Fazenda Gênio	19,36	28/05/1990	28/11/1990	1.633,60	16/01/1991
	TOTAL	289,9653			11.845,15	

Fonte: Arquivos da associação da Raiz. Elaboração própria

Como vemos, somando todas as retificações, que dão uma área total de 11.845,15 hectares, houve um aumento de mais de 40 vezes a soma do tamanho original das áreas, que era de 289,9653 hectares (um aumento de 4.085%). Analisando os relatos e os documentos com a cadeia dominial das áreas, percebe-se indícios de ocorrência de grilagens. Não são justificadas as diferenças de tamanhos de áreas nas retificações, que partiram de compras de glebas de terras de particulares e alcançaram terras públicas nas áreas de chapada, usadas tradicionalmente de forma comum pelos moradores de Raiz e comunidades vizinhas. Como geralmente são utilizados órgãos governamentais para apoiar atos ilícitos como esses e assim dar caráter de legitimidade a apropriação, no caso teria sido usado o poder judiciário da comarca para conclusão do feito.

Como afirma José G. Dias, metade do território da comunidade Raiz está na Fazenda Passagem Larga. Outro pedaço de sua área está na Fazenda Pery Pery, e

⁶⁴ Os documentos 1, 2 e 3, referem-se a Certidões de Inteiro Teor (documentos que transcrevem todos os atos registrados em cartório sobre determinada área). Os documentos 4, 5 e 6 referem-se a Registros de imóveis Rurais. Todos registrados no Cartório de Registro de Imóveis de Rio P. de Minas.

outro na Fazenda Chibiu. O processo de aquisição das terras iniciou através de compras de agricultores locais, a preços sempre bem abaixo do valor real, como afirmam moradores:

Lá foi compra [...] eles chegavam naquelas pessoas mais conhecida e comprava – o que hoje a gente chama de comprar a liberdade, néh? – comprava daquela pessoa, chegava lá na cabeceira e comprava naquele outro aí vinha com o trator e cercava tudo [...] desmatando tudo, foi assim que aconteceu. Inclusive teve um tio meu que diz que vendeu a terra [...], o dinheiro que ele recebeu da chapada ele comprou duas bolas de arame [...] naquele tempo não usava quase arame, porque usava cerca de madeira, cercou um manguerin lá e acabou o dinheiro, quer dizer, o dinheiro de duas bolas de arame hoje é o que? Uns quinhentos reais né? (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016)

A fala diz respeito a um tempo em que começava a se difundir o uso da cerca de arame. Na época, difundia-se a ideia de cerca enquanto instrumento de segurança sobre a propriedade privada. O fato é que as empresas não eram impedidas de cercar e desmatar grandes quantidades de áreas, visto que portavam documentos de domínio sobre as glebas. O problema é que os documentos se referiam a áreas bem menores do que as de fato apropriadas, que só posteriormente foram legitimadas através das retificações. A área total apropriada pela empresa foi tão grande que, quando os moradores se deram conta descobriram que até os espaços onde moravam não pertenciam mais a comunidade. Os próprios militantes da comunidade denunciam o fato em carta endereçada à Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais:

Foi muito tempo depois, nos terreninho que nos sobrou, quando íamos abrir uma roça, descobrimos que onde nós estamos somos considerados reserva nativa da firma, isto é, onde nós vivemos hoje é área de Reserva Legal da REPLASA (Carta da comunidade geraizeira de Raiz, Abril de 2008).

Em outras palavras, a comunidade descobriu que estava em área irregular segundo a empresa, pois estaria situada na área de reserva que a própria firma, sem nenhuma espécie de consulta aos moradores, considerou para si em suas demarcações. Do ponto de vista da empresa, a comunidade é que seria, portanto, a invasora. Tal fato exemplifica a situação de invisibilidade vivida pelas comunidades geraizeiras, que permitem ou facilitam os processos de encurralamento. Juntando a essa situação de confinamento da comunidade em espaço supostamente ilegal, a

perda da liberdade, a diminuição das fontes d'água, a desestruturação das práticas produtivas, dentre outros fatores característicos do encurralamento, estava mais clara a configuração de uma situação de necessidade de revolta.

Segundo José G. Dias, a reação da comunidade começa a partir dos encontros de mobilização e cursos de GRH (Gestão de Recursos Hídricos), durante a realização do P1MC (Programa 1 milhão do Cisternas). Nos encontros, a comunidade foi estimulada a relatar e debater sobre seus problemas internos. As próprias famílias destacaram o encurralamento, perda das fontes d'água e de espaço para plantio, falta de liberdade, migrações.

Nesse processo começam uma trajetória de organização e articulação para luta pela reapropriação territorial, que desde o início enfrentam diversos obstáculos:

[...] quando a gente partiu pra luta, cara, a gente encontrou uma série de dificuldade: algumas pessoas que não queriam ir, a comunidade teve vários problemas no decorrer de quando a empresa chegou né que foi dos anos 80 até agora, tipo assim, pessoas que a própria empresa trouxe de fora e que já tava morando dentro da comunidade [...] aí essas pessoas que segurava, cê tá entendendo como é que é né?... Mas aí com o tempo, com umas duas sentadas, que elas viu que a comunidade ia mesmo, elas foi e ficou quieta, e aí a comunidade partiu pra luta [...] O primeiro passo foi a gente demarcar o território, e aí começou o conflito cara: parar máquina, por exemplo, a gente foi parar máquina foi um monte de vez [...] foi umas 8 ou 10 vezes. (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016)

O relato do morador demonstra as diferenças de relações entre os nativos e os “de fora” da comunidade, principalmente quando são trazidos pela empresa. Para os militantes, a presença das pessoas “de fora”, funcionárias da firma, é entendida como desmobilizadora de processos de reação. Nas circunstâncias de discussão, trabalhadores das firmas tendem a adotar discursos a favor ou, no mínimo, não contrários à empresa.

Uma das estratégias adotadas logo no início da reação, ocorrida por volta do ano de 2008, além de “parar máquina”⁶⁵, como relatado acima foram ocupações em áreas cercadas pela empresa:

⁶⁵ “Parar máquina” é uma abordagem, através de uma boa quantidade de pessoas, com o fim de barrar, mesmo que temporariamente, o funcionamento de máquinas e veículos em serviços voltados ao cultivo do eucalipto, como por exemplo no desmate, destocamento, transporte, corte, etc.

[...] nessa ocupação botou esse homem [citado acima, funcionário da firma, apelidado de Ravengar] pra correr e correu com esse povo que tinha lá dentro tudo, aí o povo ficou numa alegria danada, ocupou e botou esses homem pra correr e tinha uma cerca lá eles abriu essa cerca tudo, os gado misturou tudo lá dentro que é o jeito que o pessoal gosta de ser néh? Misturado, a gente ficou vendo como é que funcionava, a luta pelo território aí fomos pra cima... (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016)

O relato demonstra que o sentido de recuperação do modo de vida e das práticas produtivas tradicionais já estava na mentalidade dos militantes logo no início do período de reação. O ato de “abrir” as cercas é simbólico e concreto ao mesmo tempo nesse aspecto, pois é ele que vai permitir a mistura de pessoas e animais, a convivência, o uso comum das chapadas, fortalecendo os laços tradicionais de uso do território. O sucesso dessa primeira investida, com a expulsão de pessoas ligadas a empresa, animou a comunidade a prosseguir no processo de luta. Montaram acampamento no local da ocupação e realizaram plantios coletivos, o que durou em torno de seis meses. Com essa prática, mostravam que aquela terra era produtiva para produtos alimentícios diversificados, e não só para eucalipto, como empresas e Governo afirmavam como justificativa para fornecer os incentivos a tal prática, quando diziam que as chapadas eram inférteis para a agricultura convencional.

A contra revolta da empresa não tardou. Ela utilizou-se dos meios legais cabíveis, justiça e força policial, para barrar os atos do movimento:

[...] um dos problema que nós teve cara, porque nesse negócio de parar máquina que gerava B.O, inclusive uma vez que foi lá e parou a máquina com bastante gente, aí teve uma audiência aqui a juíza deu uma liminar citando os nomes das pessoas de que [...] não podia perturbar a firma, tipo assim, não podia ter nenhuma ação lá, e ai quando a gente planejou e ocupou [...] a polícia foi, nós tivemos um problema, foi um dos problema que prejudicou, teve umas pessoas de fora, que tava junto, e aí a gente sem muita malícia, [...] falou com eles que a gente tinha a ordem que as pessoas que tinha parado as máquina que tava na liminar não podia aparecer no B.O, aí eles falou ‘não, pode ir todo mundo, dá problema não, pode ir, pode ir’, fotografou, o pessoal no meio, aí foi o que deu problema pra nós na ocupação que a gente teve lá em cima, foi um grande prejuízo que a gente teve lá em cima... (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016).

Novamente aqui é trazida a relação contrastiva com os “de fora”, que não só não compartilharam com as estratégias dos moradores, como estavam infiltrados no

movimento para produzir situações contrárias as ações. José G. Dias (entrevista 27 de abril de 2016) continua o relato sobre a ocupação:

[...] foi uns sete mês, a gente plantou mandioca, feijão, abacaxi, um cado de coisa, o feijão a gente colheu um pouco, mas as mandioca por exemplo, quando nós saiu de lá, tava chegando o ponto da colheita, e era bastante mandioca, e nessa liminar que teve pra sair de lá de dentro, [...] a empresa gradeou, a gente perdeu as mandioca tudo, então aquilo lá dói na alma da gente, vê os negócio perder tudo, a gente voltou pra comunidade, de vez em quando a gente vai lá e cutuca, volta pra traz, cutuca [...] Nessa última liminar que a gente teve que sair, até as criança de dentro da comunidade tá na liminar, [...] todo mundo [...] a comunidade todinha tá na liminar, e aí a gente ficou de pé e mãos amarrada, pra poder assim ter qualquer ação pra mostrar a cara, pra mostrar a cara não dá pra ter não... (José G. Dias, entrevista 27 de abril de 2016)

Chama a atenção nesse relato os processos de criminalização aos quais são submetidos militantes e moradores em práticas como essas – o encurralamento, promovido pelas empresas, se estendeu ao campo judicial. O poder das liminares emitidas pela juíza criminalizou até as crianças da comunidade, o que atesta certa necessidade de tornar a desmobilização do movimento algo que perdure no tempo. Aqui temos a demonstração de como a justiça tem a tendência de privilegiar a propriedade privada dos mais bem possuídos economicamente, em detrimento de camadas sociais desprivilegiadas, como as comunidades tradicionais.

Como conta José G. Dias, houve uma situação em que os próprios moradores foram ao departamento policial, formalizar denúncia contra a empresa referente a abusos na questão ambiental, por exemplo. Na ocasião, os atendentes, naquele mesmo momento, afirmaram que eles, os moradores, é que estavam errados ao “atrapalhar” os trabalhos da firma. Nas liminares emitidas pela juíza da comarca só constava o lado “perturbador” das práticas dos moradores, de parar as máquinas da empresa. Para José G. Dias tais liminares tiveram um forte poder desmobilizador.

No entanto, os embates não cessaram e a comunidade resiste. No momento, os militantes apostam em outras estratégias, “a gente espera que a empresa apareça pra negociar, porque se a empresa não aparecer pra negociar, a briga vai continuar por muitos anos, vai sempre aparecer um pra cutucar [...]”, diz José G. Dias (entrevista 27/04/2016). Perguntado nesta mesma entrevista sobre quais

conquistas a comunidade conseguiu até o momento, depois de tantos anos de luta, José G. Dias respondeu:

Liberdade, liberdade dentro da comunidade, não dá pra dizer total porque não tem o domínio ainda total, mas a gente teve uma grande liberdade Jonielson. Porque pra uma pessoa que mora na roça, que trabalha o dia inteiro, sabe? que chega cansado e vai buscar um pau de lenha pra cozinhar um feijão, e cê topá com um pra falar assim 'oh volta com esse pau de lenha e joga lá no mato porque cê num pode panhar ele', ? É pesado demais sabe? [...] E hoje em dia a gente vai lá e panha e de carroça cheia e ninguém fala nada não [...]. Então, essa liberdade tem.

O interlocutor, José G. Dias, revela nesta fala a extrema importância da coleta da lenha para os moradores que, para além de uma questão material, é elevada a categoria de uma situação de liberdade, mesmo que parcial. Viviane Prates (filha da Sra Maria Prates) durante entrevista coletiva (16/10/2016) também destacou o acesso a lenha como uma grande conquista da comunidade “valeu a pena porque antes o pessoal não podia pegar uma lenha, não podia tirar uma madeira, teve gente que o pessoal fez jogar o feixe de lenha na estrada”, diz. Pelas falas, a sensação de confinamento dos moradores se revela dupla. Os moradores foram interditados tanto no acesso ao território quanto à lenha, através das cercas e da apropriação privada desse produto da terra, que já nem era mais nativo. Vencer essa barreira quase intransponível da cerca e conseguir suprimentos tão essenciais a quem mora na localidade, trouxe, portanto, essa importante sensação de liberdade, que alivia ou desafoga um pouco dentro de uma situação ainda de encurralamento.

Já D. Clemência enfatiza a paralização do plantio pela empresa em algumas áreas:

O que eu achei mais mió foi que de quando começou essa luta, porque tem várias quadra aí, que se não é a conquista do povo, a união do povo pra barrar eles pra não plantar, com certeza ês continuava gradeando isso daí, as vez se ês cortasse uma quadra, ês corria e plantava aquela de novo. E depois dessa união do povo dessa conquista, aí ês num teimô mais pra plantar mais não, as vêz só cortou mas não tá plantando mais (D. Clemência Rosa, entrevista 16 de Outubro de 2016).

A interlocutora ressalta a importância para a comunidade a diminuição do ritmo de exploração, pós reação dos moradores. Fica evidente que se não fosse tal mobilização, a intensidade das consequências do monocultivo poderia ser muito

maior. Uma possível interpretação desse fato é que o processo de mobilização comunitária, enquanto chave para saírem da invisibilidade, influencia nos resultados do impacto causados pelo monocultivo. Ou seja, é necessário todo um processo de enfrentamento para saírem da invisibilidade e assim fazer transparecer as contradições da monocultura, levando as empresas a certo recuo em seus empreendimentos, obviamente que ainda parciais e insuficientes, dentro do que realmente necessita a comunidade.

Sobre o que ainda é necessário conquistar, diz José G. Dias (entrevista 27 de abril de 2016) que:

Agora, a gente precisa do domínio do território porque aí sim você vai ter cultivo né?, cê vai produzir... a vida da pessoa vai mudar... agora sem o domínio não tem jeito, e um dos problema que a comunidade tem, que tinha de antes e que continua ainda é o espaço da produção né? Tem umas duas família lá mesmo que falou comigo 'Oh Venil⁶⁶, nós precisa da terra pra poder plantar mesmo a mandioca'.

Como já mencionado, dentre as comunidades aqui estudadas, o território da Raiz é o que maior incidência sofreu em extensão da eucaliptocultura. Das três comunidades, esta foi a única que teve registros de relatos sobre a necessidade de retomada territorial para, além de área destinada a preservação, utilizarem também para plantios devido a escassez de espaço para cultivo, como nos informa esta última fala. Para o interlocutor, somente com o domínio total sobre o território, a comunidade poderá ter chance de se recuperar produtivamente, possibilitando as mudanças de vida necessárias. Com as chapadas como áreas de reserva, será possível a regeneração do Cerrado, o que permite a retomada de atividades extrativas e sustentáveis e criar chances também de recuperação hídrica. Com mais espaços para plantios, os moradores aumentarão suas capacidades produtivas e de reprodução social.

Pelas informações coletadas, através das entrevistas, documentos e mapas, foi possível perceber a grande pressão latifundiária sobre o território da comunidade Raiz, culminando em alto nível de encerramento. Tal situação privou os moradores da liberdade de acesso às chapadas e das práticas produtivas, como a do gado a

⁶⁶ Venil é o apelido do Sr José Gonçalves Dias.

solta, e extrativas, como a da lenha, atividades essenciais para sua reprodução social e sobrevivência física. Tamanha extensão das consequências do monocultivo só foi possível com o auxílio de mecanismos de legitimação de posse no mínimo duvidáveis, ainda sob protesto dos moradores. Os indícios de grilagens demonstram claramente como os meios jurídicos também são acessados em favor de atos ilícitos de concentração de terras nas mãos de elites empresariais, em desfavor de camadas sociais em situação de invisibilidade.

Dentre outras sérias consequências dessa pressão, há que se destacar a migração. Diversas famílias foram obrigadas a sair da comunidade no decorrer do tempo, algumas permanentemente, devido as dificuldades produtivas locais. A extensão das plantas exóticas faz minguar a vegetação nativa do Cerrado, suas águas e suas gentes, fazendo com que dificulte a existência dos povos em sintonia com o meio, o que garantia a manutenção da sociobiodiversidade. Por outro lado, o êxodo também pode ser entendido como fator desmobilizador, já que provoca a diminuição da quantidade dos moradores, o que provoca a perda de forças sociais, das famílias que guardam consigo as memórias, saberes e vivências que sempre contribuem nos processos de resistência e aglutinação coletiva a favor da luta pela retomada territorial.

Contudo a comunidade resiste. Os moradores apoiam-se mutuamente para renovar as esperanças, que são fortalecidas também com as lembranças das conquistas já alcançadas. A rede de reciprocidade alcançada a níveis intracomunitários no Movimento Geraizeiro, contando com o apoio de diversas instituições, os fazem lembrar que não estão sozinhos. Há possibilidades concretas de reverter, no mínimo, parte da situação, que ainda não foram esgotadas, como a mesa de negociação do Estado de Minas Gerais, que aparentemente será a mais nova cartada, como informa José G. Dias, na tentativa de retomada territorial.

4.2 – O caso de Moreira

A pesquisa na comunidade Moreira se deu através de entrevistas, participação em reuniões, roda de conversa e caminhadas transversais. Uma das caminhadas ocorreu no dia 23 de abril de 2016, acompanhado por lideranças e adolescentes da comunidade, além de uma liderança da comunidade Sobrado. Percorremos em torno em torno de 25 km, subindo as ladeiras que dão para as chapadas, onde se encontra o monocultivo de eucalipto, até adentrarmos no cerrado novamente, já em comunidades vizinhas. A outra caminhada ocorreu no dia 07 de maio de 2016, com o objetivo principal de realizar registros fotográficos das nascentes degradadas pela ação do monocultivo, por solicitação da própria comunidade⁶⁷. Houve coleta de informações também a partir de documentos, relatórios e laudos técnicos gerados na comunidade.

A trajetória de luta da comunidade Moreira é uma das mais recentes em termos de organização coletiva para retomada de território. Como dizem as lideranças, não faz muito mais que três anos que tomaram consciência dos direitos territoriais, enquanto comunidade tradicional. Assim como as outras, a falta de água foi o estopim para a mobilização. Inicialmente, procuraram entender o motivo da drástica redução dos recursos hídricos dos últimos quinze a vinte anos. Suas 36 famílias hoje estão limitadas (encurraladas) tanto territorial quanto produtivamente, devido à escassez hídrica.

Acompanhados por técnicos do CAA/NM, durante estudo sobre a situação hidrológica da comunidade, que teve início em 2010, os moradores fizeram caminhadas pelas veredas em direção à chapada, o que possibilitou um mapeamento de todos os leitos de córregos, nascentes e cabeceiras situadas em seu território, e sua disposição geográfica em relação ao eucaliptal. Dessa pesquisa, foi elaborado um relatório (DAYRELL e DAYRELL, 2014), no qual foi constatado o plantio inadequado do eucalipto que, além de se encontrar dentro do território

⁶⁷ As fotografias seriam anexadas a um ofício de denúncia de degradação ambiental enviado ao Ministério Público, que solicitou tais imagens a comunidade.

tradicional da comunidade, rodeava todas as cabeceiras dos rios, estando extremamente próximo às bordas das chapadas e das nascentes. Este tipo de prática compromete seriamente o lençol freático, pois dificulta sua recarga com as águas das chuvas⁶⁸.

No território da comunidade, há quatro cabeceiras principais (Mato da cantim, Jardins, Caculé e Brejo do Meio), que formam o córrego Moreira. Até a época do cultivo de eucalipto na chapada, cada cabeceira contava com diversas nascentes que dificilmente deixavam de jorrar água em alguma parte do ano, mesmo em períodos de estiagem prolongada. Um laudo de impacto ambiental realizado na comunidade identificou a existência de 54 nascentes na microbacia do Moreira (NETO, 2016). Entre dez a vinte anos depois, como consta nos estudos citados, o que também foi possível perceber durante caminhadas, a maior parte das nascentes secaram definitivamente, outras jorram algum volume de água no período das chuvas e apenas uma, que fica na cabeceira dos Jardins, consegue manter o fluxo durante todo o ano, apesar da expressiva diminuição do volume.

A diminuição das fontes hídricas em decorrência do plantio do eucalipto é confirmada pela observação dos moradores locais, como vemos na fala do Sr Antônio J. Pereira (entrevista 06/11/2016), um dos mais idosos, que nasceu na comunidade vizinha, São Camilo, e ao se casar mudou-se para o Moreira:

Nós percebeu foi muita mudança desse eucalipto pra cá, moço, porque prá nós aqui era forte de água, sabe? Tudo quanto era cabeceira era forte de água,... aí depois que desmatou a chapada, que gradeô tudo eles não abriram aqueles buraco quês fala, as cacimba quês fala, na beira dos carreador né?, ês num abriu não, aí quando choveu, nesse tempo chovia bastante, aí veio uma enchente a enxurrada veio lá da chapada e arrastou aquela terra tudo e foi jogar na cabeceira da mineração (nascente), aí com o passar duns tempo veio outra, aí agora já virou foi quebrada, aí na beira do

⁶⁸ Como apontam os técnicos do CAA, esse plantio irregular compromete o ecossistema natural do cerrado. A proximidade com as bordas das chapadas infringe o Código Florestal Lei 12.651 Art. 4º que considera essa área como Área de Proteção Permanente - APP “[...] as bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais” (grifo do autor). Na parte inferior as depressões é a parte onde ocorre a descarga com o surgimento das nascentes e o próprio escoamento superficial das águas pluviais convergindo até os corpos hídricos, no entanto por atividades antrópicas associados também com a deficiência pluviométrica nos últimos anos na região esse ciclo não ocorre na bacia local e regional. Esses e outros fatores fazem com que os rios percam suas características físicas (leito/calha) e bióticas (mata ciliar e ictiofauna) causando a ‘morte’ dos corpos hídricos” (TOLENTINO, 2015, p.13).

eucalipto, virou aquelas quebrada⁶⁹, cê pode por uma casa dessa dentro que num tapa, aí desse tempo pra cá a água foi minguando, foi enfraquecendo cada vez a mais, tem hora que a gente vai falar com o povo o povo fala 'não, é que não tá chovendo não sei o quê' muitos dê responde pra gente é assim, mas não é, porque se não tivesse desmatado a chapada, nós aqui tinha muita água, que foi só plantar o eucalipto que água foi fugindo, fugindo, numas cabeceira secava primeiro, essa beira que eu moro aqui tem mostra aqui, que o rego passava [...] de tanto [?] de água que era, eu regava esse quintal aqui tudo, essa terra aqui de baixo, regava tudo de água, plantava cana, plantava feijão, [...] dava bastante, no tempo que tinha água, com isso a água foi enfraquecendo, que só tem um cabeceira aqui que tá fornecendo água pra comunidade toda.

O Sr. Antônio relata fatos similares aos que ocorreram na comunidade Raiz, o soterramento de nascentes através das enxurradas que vinham das chapadas, após o desmatamento. Tais incidentes comprometeram diversas nascentes da comunidade. Teria sido possível diminuir os efeitos do soterramento se a empresa tivesse construído as “cacimbas”, ou “barraginhas”, conforme são chamadas, que são as “bacias de captação de águas das chuvas”, que devem ser estar dispostas em locais estratégicos para diminuir a velocidade e quantidade de água que vem das enxurradas.⁷⁰ O Sr. Antônio se refere também a desencontros de informações internas na comunidade, em que para alguns, a escassez hídrica advém simplesmente devido a falta de chuvas. Das reuniões que pude participar, foi possível observar que ocasionalmente, tal debate vem à tona, mas que para grande maioria dos moradores, não resta dúvida dos efeitos desastrosos do eucalipto sobre as fontes hídricas.

Numa extensa área de cerrado, que abrange uma das principais cabeceiras da comunidade (Mato do Cantin), ocorreu uma queimada, cujo fogo teria vindo da área de eucalipto, como explicaram os moradores, que também é fator de denúncia

⁶⁹ Essas “quebradas” se referem a voçorocas.

⁷⁰ Aqui o Sr Antônio reproduz o conhecimento também difundido por técnicos como os do CAA/NM e STTR/RPM, constante em Tolentino (2015, p. 17): “As bacias de captação de águas de chuva (Barraginhas) é uma tecnologia relativamente barata e eficiente na recuperação ambiental. Exerce as funções de recarregar o lençol freático, revitalizando assim as nascentes dos rios, além de exercer a contenção dos sedimentos que seriam carregados para os cursos d’água, minimizando assim o assoreamento dos rios. As Barraginhas também tem funções indiretas, que são a dessedentação de animais, interromper processos erosivos, aumentar a vida útil das estradas vicinais e a água acumulada também auxilia os pequenos produtores nas culturas de subsistência. Sendo assim, as Barraginhas além de ser uma ferramenta de recuperação ambiental, também é uma ferramenta social”.

por parte da comunidade. Durante a caminhada de maio de 2016 foi possível visualizar o desastre, que fez piorar a já comprometida situação dos recursos naturais, considerando principalmente a água, vegetação e os solos. As árvores nativas queimadas davam um tom cinzento e negro a paisagem já marcada pelas imensas voçorocas nos leitos dos córregos, hoje secos, provocadas pelas enxurradas que viam das chapadas em tempos de desmate. O solo em que pisávamos, explicava um morador, era de uma terra vermelha que só existia na chapada, tanta foi a quantidade dela trazida das chapadas, com a enxurradas nos tempos de desmatamento e do corte do eucalipto.

Outro tipo de empreendimento também agravou a situação hídrica da comunidade durante os anos 1970 e 1980. A cabeceira Jardins foi alvo de impacto provocado pela extração de manganês, realizada pela empresa USITA. Essa atividade minerária gerou grande exposição dos solos, o que provoca processos erosivos nos cursos d'água. Foi enorme a quantidade de terra e pedra que desceu, soterrando córrego e nascentes. Há algum tempo a mineração foi interrompida, mas ainda hoje o perímetro de extração encontra-se sem cobertura vegetal.

Atualmente, a comunidade Moreira, em termos de recursos hídricos, além do córrego perene já mencionado, possui um poço artesiano, que distribui água para algumas famílias e também cisternas de captação de água das chuvas do P1MC em algumas residências. Dizem as lideranças entrevistadas que, dos moradores que se prontificaram a acessar o benefício das cisternas, todos se sentem muito agradecidos hoje em dia, pois estão conseguindo suprir algumas necessidades básicas no que se refere a água potável. Isso demonstra que as cisternas estão contribuindo para permanência das famílias no local. Sua água, inclusive, é melhor que a do poço, afirma os entrevistados, pois a água deste é salobra. Mas de qualquer forma, todos esses recursos garantem hoje em dia apenas o uso básico, relacionado ao consumo humano e de pequenos animais e também lavar a casa e roupa e molhar uma pequena quantidade de planta, não havendo quantidade suficiente para lavouras.

As mudanças ocorridas nas fontes hídricas no território da comunidade, pós implantação da monocultura de eucalipto, provocaram também graves impactos

sobre a questão produtiva. Como explicam os moradores durante uma roda de conversa, realizada no dia 24/04/2016, houveram muitas mudanças no modo de produção e comercialização local. Participaram da conversa a Sra Maria do Carmo (Lia), presidente da Associação da comunidade, o Sr. Cícero, esposo de D. Maria, o Sr. Adeilson (Deu), liderança comunitária, Vitor Geovani (Gê), estudante do LECAMPO⁷¹ e mais dois ou três moradores, que participaram mais através de observação. Vejamos trechos da conversa:

ADEILSON – As coisas vem mudando muito rápido. Há uns quinze anos atrás, essa comunidade era muito diferente do que é hoje, se for observar o modo de produção e comercialização, mudou assim, fez assim oh (gestos de estralar os dedos), duma vez, né? Aqui a comunidade, se for olhar, as famílias vivia basicamente da chácara. Cícero é prova viva, Lia é, Cícero tinha sua chácara aqui imensa, o pai dele ali tinha, todos tinha. Aí essa chácara produzia, que todo sábado o ônibus tinha que pegar o povo aqui e levar pra feira, a renda do povo era garantida.

CÍCERO – Tinha dia que pra arrumar o ônibus aqui dava trabalho, pra agazaiá todo mundo.

ADEILSON – Não era Cícero? O tanto de caixote de banana que o Moreira levava, o Moreira pode dizer que fornecia a cidade inteira de banana.

CÍCERO – O povo já tinha o lugar de comprar do pessoal daqui, ficava esperando.

ADEILSON – Aí o que quê acontece, [...] se for olhar o que vai pra feira hoje...

GEOVANI – Num tem não, no mínimo. [...] Praticamente nada.

ADEILSON – Produz goma, sai pra tudo quanto é lugar num é Gê.

GEOVANI – Virou monocultura.

ADEILSON – É, virou monocultura. Lia aqui é prova disso, quantas vezes ela foi com caixa de banana, laranja...

CÍCERO – Chegava na feira lá, as pessoa já tava esperando, não comprava na mão de outro [...]

ADEILSON – A renda do povo aqui era semanal, hoje se for olhar a renda do Moreira hoje ela é anual. [...] Por quê? A questão da água vem e afeta isso né Lia? A água que tinha, o ambiente era mais fresco, as banana produzia aí sem precisar molhar [...] Então as coisa mudou assim, Jonielson, de uma vez assim, muito rápido. Todo mundo de todas as casas tinha uma pessoa que já tinha de ir pra feira todo sábado vender as coisa, não era Lia?

MARIA DO CARMO – Era

⁷¹ Licenciatura e Educação do Campo: Programa adotado por diversas universidades brasileiras que buscam favorecer uma educação contextualizada com as realidades do meio rural brasileiro.

Essas falas destacam o período de grande diversidade produtiva existente na comunidade até poucos anos, em torno de quinze anos atrás. A riqueza hídrica existente propiciava a presença de chácaras em todas as casas da comunidade, nas quais se cultivava uma imensa diversidade de produtos alimentícios. Tal imensidão produtiva impulsiona uma prática comercial também intensa, principalmente em relação ao mercado local, que era abastecido com frutas, legumes, verduras, etc., vindos do Moreira. É relatado a rapidez das mudanças ocorridas no aspecto produtivo e comercial, pós diminuição drástica das fontes hídricas, que hoje permite, praticamente, o cultivo e comercialização apenas da mandioca.

A afetação dessa situação sobre a renda da comunidade é analisada por um dos moradores ao constatar a mudança na circulação monetária. Como a comercialização se centralizou apenas sobre a mandioca, que possui uma única safra anual, a renda principal da comunidade também passa a ser anual, pois já não possui uma diversidade e quantidade de produtos para cobrir a distribuição em outros períodos do ano. A conversa continuou tendo um acentuado tom saudosista e detalhando a diversidade produtiva local:

ADEILSON - Era bonito demais, cê oiá no ônibus lá oh, da casa de João Laudi, Laudi ia todo sábado vender, Laura aqui, Rodofino, [...] Gercino, óia os caixote de abacate que Gercino levava! banana, caju! Aparecida de Antônio vendia abóbora, Dona Lica, era todo mundo.

GEOVANI – O único que ainda vai é Rodofino, mas Rodofino vai é com que? só leva coisa né, hoje só leva cachaça.

ADEILSON – É. Armindo, Armindo levava aquele monte de coisa pra vender. Todo mundo tinha coisa. Daqui saia cebola, ia alho... café.

MARIA DO CARMO – Uma coisa que ninguém nem conhece quais aqui mais assim, [...] taioba. Dava gosto, a gente rancava mais, rancava dent'água...

ADEILSON – Laurindo, a quantidade de laranja lima que Laurindo pegava daquele quintal de Leca. Café, todo mundo tinha café em quantidade pra vender né? [...] Milton ali oh [...] Joberto, uma fama que aquelas banana *de moça*, falava banana ouro, [...]. Todo mundo tinha onde pescar, se descesse o corgo aqui pra lá assim oh, cê achava o de pescar [...] Isso já tá ficando no passado, tá ficando na história.

CÍCERO – E tá tão próximo da gente.

ADEILSON – E é da comunidade, né Cícero?... A gente não pode esquecer nunca dessas coisas. (...) Não tem carro de linha mais. Pra levar quem? Que produção que tem? Igual Gê falou aí virou o quê? Não é diversidade mais, virou monocultura, é mandioca (...) porque a terra secou demais. Lia

já falou demais em reunião 'o que produz no Moreira hoje é só mandioca,' por causa que a terra perdeu a fertilidade.

MARIA DO CARMO – Até agora né?

ADEILSON – Até agora.

MARIA DO CARMO – Por que daqui pra frente...

ADEILSON – E pra processar ela pra tirar a goma, cadê a água?

GEOVANI – E diminuindo também né?

MARIA DO CARMO – A terra foi secando tanto que nós já tamo na baixa, se Deus não tiver dó de nós, a baixa daqui uns dia...

ADEILSON – Aí os debate dos político agora esses dia falando que o povo tem que parar de fornecer produto primário, né? matéria prima, que tem que transformar. Transformar como, se o principal que é a água não tem? Como é que cê transforma? (...) Como é que monta uma agroindústria pra produzir coisa dentro do Moreira sendo que a água nossa tá ficando tão escassa?

Esses relatos deixam claro como a questão hídrica afeta tanto a questão produtiva como a comercialização e também os laços de sociabilidade e reciprocidade, propiciados pelas relações com a feira local. Com a restrição produtiva, os moradores da cidade perderam parte de suas referências na obtenção de produtos vindos dos geraizeiros do Moreira, que conheciam e por quem já tinham estabelecidos laços de confiança mútua. Como relatado pelos moradores, os agricultores tinham condições de separar certa quantidade de produto para determinado cliente, pois sabia que já iriam comprar.

Além das mudanças do ciclo de renda semanal para o anual, como revelou Adeilson, as dificuldades na comercialização atuais e acesso aos produtos da agricultura local têm implicâncias sobre a circulação econômica no interior do município, assunto que também foi tratado na conversa. Com a diminuição dos produtos advindos da agricultura geraizeira local, os moradores urbanos, e também rurais, muitas vezes acabam tendo que recorrer a sacolões e supermercados, para adquirir produtos de origem geralmente desconhecida.

Como disse Nogueira (2009, p. 149), “O fluxo agora é outro: o alimento é levado da cidade para as roças”. Boa quantidade desses alimentos são produzidos através de grandes plantios irrigados, que não raramente utilizam-se de agrotóxicos no trato das lavouras ou cultivam produtos transgênicos, como alertou Giovani. Tal fato acaba por propiciar insegurança alimentar, além de diminuir a circulação

econômica no interior do município e de renda para pequenos agricultores, transferindo-a para grandes empresários de fora.

Por volta do ano de 2010, a partir do aprofundamento das reflexões sobre a questão hídrica, a comunidade avançou para a tomada de consciência sobre os direitos territoriais. Ter em mente como se deu o processo histórico da chegada da monocultura na localidade é importante nesse aspecto. No início da década de 1980, a empresa EMBAÚBA realiza o desmate da mata nativa. Em seguida, assume o cultivo de eucalipto a empresa Gerdau Aços longos S/A, empresa de siderurgia e reflorestamento. O senhor Antônio, explica como se deu a chegada dessas empresas e como foi a reação dos moradores na localidade:

Na chegada da empresa aí foi assim, o povo vivia tão assim despercebido, o povo não entendia quase nada. Eles chegô entrando, entrando assim, cortando e cercando tudo de picada [...]. A primeira firma que cortou aí ela chamava SECLA, né? A SECLA cortou as de picada, aí ninguém importou com isso, uns vendia terra, outros não vendia. Lá pro Pintado memo, pro lado do Traçadal, lá quase todo mundo vendia terra duas vêz. [...]. A SECLA só fez as picada né? Aí virou pra EMBAÚBA. A EMBAÚBA pegou e desmatou tudo. Quando tava desmatando ninguém percebia isso nem nada... pensou que num ia acontecer do modo que tá acontecendo... És também não comentava nada com morador nenhum. Entrou sem falar nada com ninguém, [...] nós nenhum vendeu chapada, e foi desse modo aí e aí tomou conta. (Antônio José Pereira, entrevista em 06/11/2016).

Essa lembrança do Sr. Antônio exemplifica a invisibilização da comunidade, que nem mesmo foi consultada pelas empresas sobre os empreendimentos em seus territórios. A falta de informações dos moradores sobre as possíveis consequências dos monocultivos nas chapadas também contribuiu para facilitar as apropriações empresariais. Contudo, é prudente relativizar nesta fala o sentido da expressão “ninguém importou”, pois leva a entender que não houve nenhum tipo de reação às atividades das empresas. É preciso considerar tal argumentação como que se referindo aos moradores de uma forma geral, visto que há relatos de contestações feitas por alguns indivíduos, só que ocorreram de forma isolada. O próprio Sr. Antônio lembra o caso do Sr. Osvaldo:

Teve um véi aí, já morreu, que morava aqui também, chamava Osvaldo, aí ele foi né?, tava prejudicando a área dele lá, ele pegou e foi mas ele foi depois de passado. Que ele havia de ter ido a hora que começou desmatar, aí ele não foi. Hora que a firma desmatou e gradeou que já tinha ajeitado a terra que tava plantando foi que ele foi recordar e foi. Mas chegou

lá, mandou parar, mas a firma não parou não. Continuou plantando, e ele também só mandou parar, e num teve encrenca nem uma nem nada, ês num parou, aí plantou o eucalipto. [...] Mas o povo num recordava nesse assunto, né? Que ia acontecer isso. Povo num ligou não, quando o povo deu ponto de recordar aí já foi tarde, os trem já tudo esbanjado as cabeceira de água, afogado as cabeceira da terra, da chapada, aí agora já num teve jeito mais, foi tarde já. (Antônio José Pereira, entrevista em 06/11/2016)

Outro morador da comunidade que, de forma isolada, enfrentou a monocultura foi Domingos Cantuária que “em 1983, cravou um poste cercando o que restava das matas que divisavam as suas cabeceiras, enfrentando quase que sozinho a Embaúba Florestal” (DAYRELL e DAYRELL, 2014, p. 25). Mas também não logrou êxito, visto que “medir força”, como chamam os moradores locais, com grandes empresas, de forma isolada e num período que se caracterizava por restrição de acesso a direitos e dificuldades de manifestação política, era realmente uma tarefa hercúlea. De qualquer forma, tais manifestações individuais, por mais simplórias ou não exitosas que sejam, estão na memória dos militantes atuais. As contestações do Sr. Osvaldo e do Sr. Domingos e outros servem hoje como inspiração na luta pela proteção do cerrado e pela retomada do território.

Em 2013, a comunidade inicia efetivamente um processo de organização coletiva pela retomada do territorial. A primeira ação coletiva direta relatada ocorreu quando certa empresária, de posse de um registro de uma área de quase 160 hectares (Arquivos da Associação do Moreira), em meados daquele ano, começou a cercar uma área compreendida de eucalipto, fechando estradas utilizadas pelos moradores, tanto do Moreira, como de comunidades vizinhas. O estranho na época é que, pelas informações dos moradores, essa área estava de posse da Gerdau.

Os buracos abertos, para afixarem as estacas das cercas, passavam pelos carregadores e iriam fechar as estradas, comprometendo a passagem dos moradores de diversas comunidades locais. O trecho abaixo, transcrito da roda de conversa (24/04/2016), relata mais detalhes desse fato, ocorrido em setembro de 2013:

MARIA DO CARMO – Aí quando foi um dia, sem mais, nem menos, chegaram assim, acho que foi até Dai, irmão seu (irmão de Adeilson, presente na roda de conversa), que tava passando na estrada aqui ‘oh, tá fechando estrada lá, o povo lá, chegou uns lá que diz que é dono da chapada e tá fechando a estrada, já tá abrindo buraco... Aí o povo, né?... falou assim né? Ué, nós tem que fazer alguma coisa, porque nós num pode deixar cercar as estrada nossa. Aí já veio a ideia falando assim ‘ué será que

alguém que é dono do eucalipto?’ Aí lembrou né? do que tinha sido conversado antes, porque né? a terra aí é nossa, e nós que tinha que lutar por ela e chega outro dizendo que é dono...

CÍCERO – Foi até uma aguilhada que deu, também, aquela cerca lá foi uma aguilhada que deu pra, pro povo...

ADEILSON – Acordar né, Cícero?

CÍCERO – Que tinha que fazer alguma coisa, se não fosse isso talvez...

MARIA DO CARMO – É, pode ser que tava parado...

CÍCERO – foi uma coisa ruim que voltou sendo uma coisa bom que...

ADEILSON – Há males que vem pra bem, né Cícero?

CÍCERO – ...que ativou né?

MARIA DO CARMO – Decidimos fazer uma reunião pra ver o que o povo achava [...] Só que nós não sabia como, o que nós precisava fazer [...]. Aí fomos buscar apoio no Sindicato [STTR/RPM], que tem experiência nisso [...] Aí já orientou nós: ‘cês vai lá, e tenta barrar a cerca, a partir daí nós vamo apoiar no que precisar, mas lá vai ser com cês, cês vai ver se vai dar conta ou não’. Aí foi quando nós reunimos aqui e convidamos Vereda da Onça e São Camilo⁷², que todo mundo dependia da estrada. No outro dia cinco e meia da manhã nós já tava aqui, nós juntamo aqui mais de cinquenta pessoa [...] E nisso muita gente já tinha falado com nós ‘eu acho que ocês não vai conseguir não, porque até a empresa Gerdal tentou barrar e não conseguiu não’.

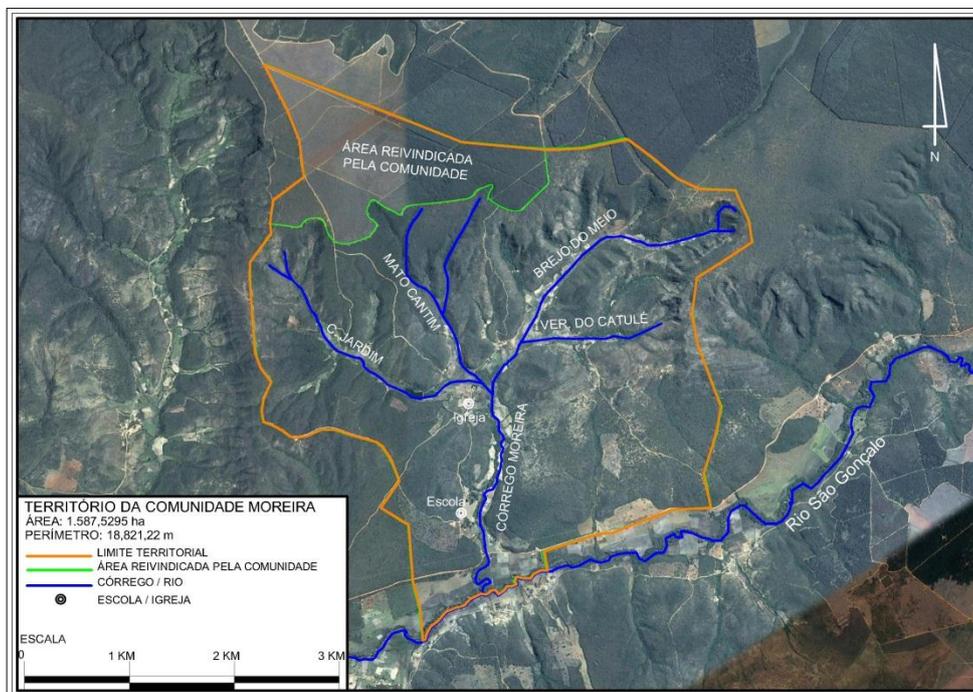
Como relatado, os moradores têm consciência de que a intromissão de um terceiro, reivindicando a área, foi como um estopim para que a comunidade passasse a agir mais concretamente para retomada do território. A apresentação, por uma empresária até então estranha, de um documento registrado da área gerou certa alerta entre os moradores, levando os mesmos a questionarem o direito sobre a área também pela Gerdau.

Como relata Maria do Carmo, naquela manhã – referenciada na última fala – já na chapada, no local onde montavam a cerca, formaram uma comissão de cinco pessoas para conversar com o encarregado da empresária. Mesmo diante da insistência deste em continuar os serviços, os moradores conseguiram impedir seu prosseguimento. Diz D. Maria do Carmo que “Aí desse tempo pra cá aí nós vimos que tinha que lutar pelo que era nosso né?” (Roda de conversa, 24/04/2016). A questão da sobreposição documental entre Gerdau e a empresária virou processo judicial, sobre o que veremos um pouco mais a frente. Em 9 de novembro de 2013, a

⁷² Vereda da Onça e São Camilo são comunidades vizinhas do Moreira.

comunidade reúne centenas de pessoas para realizar o processo de autodemarcação, cujo perímetro está delineado no mapa 9.

Mapa 9 – Território autodemarcado da comunidade Moreira



Fonte: Arquivos STTR/RPM – Elaboração Paulo Ferreira

O mapa mostra uma menor intensidade da monocultura sobre as terras, se comparado ao da comunidade Raiz. Ainda assim, impactou gravemente o meio ambiente local, comprometendo as principais cabeceiras da comunidade, provocando alto índice de diminuição do volume hídrico. Suas nascentes formam o córrego Moreira, que deságua no Rio São Gonçalo, que deságua no rio Preto, o principal afluente do rio Pardo na região.

Em Dayrell e Dayrell (2014, p. 22) consta que para realização da autodemarcação do território da comunidade, foi realizada uma reunião com os moradores, quando estes informaram que seu território “antigamente era aberto até a estrada catingueira. Era a estrada que fazia a divisa do Moreira com as outras comunidades.” Tal estrada, localizada ao norte da comunidade, era usada pelos

tropeiros e viajantes antigos que iam dos gerais à Caatinga para vender seus produtos, diz Adeilson durante caminhada (23/04/2016). Com o registro dos limites da comunidade, de acordo os usos ancestrais desde os antigos ocupantes, segundo a memória dos atuais, os moradores realizaram o processo de demarcação do território em novembro de 2013. O ato foi apoiado por diversas instituições, movimentos sociais, populações tradicionais e outras comunidades geraizeiras, que comungam com a luta por direitos territoriais dos povos tradicionais, que tiveram suas formas de vida ameaçadas por grandes empreendimentos.⁷³

O ato de autodemarcação é um momento em que a comunidade se reafirma como geraizeira e expressa a reivindicação do território usurpado. O ato em si trava abertamente o início do conflito, sendo expressados os choques de interesses da comunidade e os de uma grande empresa monocultora. Simboliza também o início da luta pelo rompimento da invisibilidade. Segundo o Sr. Cícero (roda de conversa 24/04/2016), a empresa Gerdau declarou durante certa reunião com os moradores, num momento após o início das reivindicações da comunidade, que não sabia que naquela área existiam moradores. Esta foi a justificativa que a empresa deu pelo fato de nunca ter realizado trabalhos sociais em prol da comunidade. Isso marca profundamente o estado de invisibilidade em que viviam. Dizem os moradores que, tivessem ao menos cumprido as obrigações de cunho ambiental, como a construção das bacias de contenção de forma adequada, teriam minimizado a degradação e o sofrimento das famílias⁷⁴.

Os crimes ambientais cometidos pela empresa são denunciados atualmente pela comunidade⁷⁵, enquanto promove manifestos em repúdio a presença da empresa na localidade e busca meios legais de reaver parte de seu território. A

⁷³ Dentre tais entidades, estavam representadas as comunidades quilombolas, vazanteiras, catingueiras e indígenas e organizações como o STTR/RPM, o CAA/NM, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Geraizeiro (DAYRELL e DAYRELL, 2014).

⁷⁴ Atualmente há um projeto de construção de “barraginhas” em execução, através de recursos de diversos parceiros (EMBRAPA, STTR/RPM e CAA/NM). Para efetivação do projeto, a comunidade necessitou da contrapartida da prefeitura de Rio Pardo de Minas, na gestão passada, (2013-2016) na disponibilização de máquinas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), pelo que não foram atendidos. Com isso, houve readequação do projeto, tendo que diminuir a quantidade de barraginhas a serem construídas.

⁷⁵ Até o momento em que este texto foi escrito, a comunidade aguarda resposta das autoridades competentes sobre as denúncias.

indignação e objetivos da comunidade foram expressos de maneira prática num momento em que crianças e adolescentes, apoiadas pelos adultos, organizaram a confecção e instalação de placas, com escritos que contestavam o monocultivo de eucalipto e reivindicavam o território como “Não dependemos de eucalipto e sim da água” e “Esta terra nos pertence! Moreira”, dentre outras. As placas foram afixadas nos limites territoriais da comunidade, pelo lado norte, nos próprios troncos de eucalipto. A empresa reagiu retirando as placas e devolvendo as mesmas na casa da presidente da associação da comunidade.

A comunidade reivindica 230 hectares de chapada, que está toda plantada de eucalipto, como demonstra o mapa 06. Esta área está hoje em posse da Gerda. O objetivo com a reapropriação dessa parte do território, como enfatizam as lideranças, é torna-la uma área de reserva, para recuperação da vegetação nativa e para uso comum e sustentável, através do extrativismo, conforme faziam tradicionalmente. Para isso, irão retirar o eucalipto da borda das encostas das chapadas o que, com a mata nativa recuperada, favorecerá o retorno do equilíbrio hidrológico.

Outro aspecto que a comunidade busca valorizar e divulgar refere-se a memória de seus costumes, tradições e histórias, no intuito de fortalecer os laços identitários com o território, enquanto uma comunidade tradicional geraizeira. Nas entrevistas, roda de conversa e caminhada, foi possível observar o atento apego “as coisas de antigamente”, como os moradores dizem, referentes ao modo de vida de seus antepassados ou dos mais idosos da comunidade.

O Sr. Adeilson, por exemplo, jovem liderança religiosa e comunitária, durante uma conversa (16/04/2016), lembra que seu pai, Geraldo Coutinho, fazia o antigo caminho para a Caatinga, para vender coisas dos Gerais, como goma, rapadura e óleo de pequi. Ele era chamado pelos catingueiros de *Geraizeiro cacunda di librina*, nomenclatura importante para definição identitária geraizeira, como discutimos em capítulo anterior. Explica Adeilson que isso era uma forma respeitosa de tratar quem vinha dos gerais: “a única coisa que eles caçoavam é que nos gerais não se abria a roça para criação de gado, na caatinga deixam o campo limpo, cada lugar tem um sistema, né? [...] Mas cada um precisa do outro” (conversa, 16/04/2016).

Aqui mais uma vez a relação contrastiva é exemplificada, mas ao mesmo tempo numa relação de interdependência entre povos de identidades diferenciadas. Como o interlocutor explica, até hoje a caatinga depende de algumas coisas dos gerais, como a ração pro gado feita de massa de mandioca. Informa, inclusive, que seu irmão atualmente comercializa esse produto com os Caatingueiros.

As estradas antigas que davam acesso aos tropeiros e viajantes, dos gerais à caatinga, recebem vários nomes, como “estrada feireira” ou “estrada cavaleira”. A que passava pelo território do Moreira é mais conhecida, pelo menos entre os moradores desta comunidade, como “Estrada catingueira”. Ela demarca os limites territoriais com comunidades vizinhas, como São Camilo, situada ao Norte, como já mencionamos. Atualmente a estrada está desfigurada devido ao plantio de eucalipto, mas seu trajeto ainda é identificado pelos moradores, quando demonstram pequenos declives no terreno ou puxam pela memória.

Pela estrada catingueira passava principalmente os tropeiros vindos da comunidade de Sobrado, sejam a pé ou montados. Como explica Adeilson, as estradas catingueiras são várias, a depender da localização da comunidade. Mas o ponto de encontro, já se aproximando da Serra Geral, ficava bem próximo à comunidade Moreira, onde ainda existe uma encruzilhada com estradas mais modernas, por onde passamos durante uma caminhada. Ali tropeiros de diversas localidades se encontravam para seguirem juntos nos caminhos que levavam à Caatinga.

O Sr. Antônio, que também era tropeiro, fala um pouco como eram as viagens, que duravam em torno de oito horas:

Quando era na quinta feira arrumava uma carguinha aí, botava no burro, e fundava pra Mato Verde [na sexta feira], pra vender as coisas [...] Pra enfrentar [...] aqui por dentro da serra aqui é oito léguas⁷⁶, [...] Nós era bem recebido, moço! [...] os geraizeiros lá tinha vez [...] tinha gente lá que tinha manga, chegava lá ‘oh, cê vai por o animal na minha manga’, o outro ‘não, hoje ele vai por na minha manga’ e era desse modo, nós tinha um conhecimento muito lá [...] As mercadoria que nós levava sempre nós trabaiô emriba da consciência também, as mercadoria de nós era boa, podia levar o tanto que fosse, que uma pessoa sozinha topava tudo [...] Nós

⁷⁶ A distância de uma légua utilizada pelos geraizeiros do Norte de Minas, normalmente, equivale a aproximadamente 6 km. A distância percorrida pelos viajantes do Moreira até Mato Verde era, portanto, em torno de 48 km.

vendia farinha, goma, [...] quando tinha mandioca mansa levava, pequi, óleo de pequi. Nós tinha muito conhecido assim, companheiros de viagem sabe? 'em tal ponto nós te espera lá', já marcava o ponto né? aí chegava lá, já tava lá todo mundo esperando, os conhecido daqui da comunidade aqui tudo, outros lugar também chegava lá no Corcunda, nós saia junto tinha a estrada que saia lá. Saia aquela frota de cargueiro moço, era até bonito pro cê oiá na estrada assim... Tem uma ladeirona assim, Riacho do Ouro, falava Riacho do Ouro, era base duns 2 km só de serra, só de ladeira né? Agora tem uma vajona assim, chegava na varge cê via os cargueiro subindo aquela ladeira assim, aquele tanto de gente. Quando chegava em Mato Verde as ruas enchia, moço! Enrruava aquelas buraca assim, tudo enrruadinha cada um em seu lugar, né? Já tinha o lugar marcado né?, do geraizeiro ficar. Naquele tempo a luz, a energia lumiava só até meia noite, meia noite em diante era tudo escuro as rua lá. Era desse modo. (Antônio José Pereira, entrevista em 06/11/2016)

O relato do Sr. Antônio remete às relações de sociabilidade entre Geraizeiros e Caatingueiros. Se no mercado local, os laços estabelecidos pelas relações comerciais imprimiam sentidos para além de uma troca mercantil, como vimos acima, o mesmo ocorria fora dos limites dos Gerais. As relações que contribuíram para auto identificação identitária, baseadas no encontro entre povos em contraste, tinham como fundamento laços de reciprocidade entre os mesmos, que marcam a memória dos mais antigos.

Diversas lembranças demonstram também a relação de uso ancestral dos antigos moradores com o território. Durante uma das caminhadas pela chapada (Abril de 2016), os moradores mostraram um local onde fora cravada uma cruz há dezenas de anos. A mesma fora arrancada pelas máquinas das empresas, para plantio do eucalipto. A cruz se referia ao local onde teria falecido o Sr Manoel, conhecido como Dindin, enquanto coletava o leite de mangaba para fazer o látex, matéria prima para fabricação da borracha. Tal atividade extrativa era muito comum entre os antigos moradores no local⁷⁷. O Sr. Antônio fala dos usos da chapada por ele e seus vizinhos, antes da chegada do monocultivo:

Soltava gado, panhava as fruta, porque tinha muita fruta, sabe? O Sr já ouviu falar naquela fruta de leite?... Pois é, lá era cada pezão que tinha nessa chapada aí, e quando dava no tempo servia de recurso pra gente cumê, vender, porque o povo gostava muito dela né? Rufão, mangaba, pequi, é desse modo, cajuzin, o cajuzin é uma fruta boa também, aí cabou tudo. (Antônio José Pereira, entrevista em 06/11/2016)

⁷⁷ Os moradores pensam em recolocar uma cruz nesse mesmo local, no intuito de demarcar simbolicamente as antigas relações com o território.

Além das já citadas (pequi, rufão, mangaba), o Sr. Antônio lembra outros frutos silvestres típicos do cerrado, como a fruta de leite e o cajuzinho, também importantes para atividades extrativas. A fala relembra os impactos do monocultivo sobre áreas de extrativismo, importante não só para a biodiversidade do Bioma, como também para a reprodução social dos Geraizeiros da comunidade. A partir disso reitera-se a questão do duplo impacto da monocultura sobre áreas produtivas: um nas áreas de cultivo, o outro nas de extrativismo. A primeira pela degradação dos solos e interferência no ciclo hidrológico, para além da área cultivada. A segunda especialmente pelo desmatamento da vegetação nativa.

Contudo, o cerrado é resistente. Um fato difícil de não ser registrado, é a capacidade de resiliência das plantas nativas. Durante as caminhadas, visualizamos, em meio as quadras de eucalipto recentemente cortado, diversas rebrotas de pequi que surgiam do solo, alguns com mais de dois metros de altura. Faziam lembrar que ali era seu território, bem antes do eucalipto. Ver a resistência das plantas do Cerrado nos faz lembrar a resistência de suas gentes. Assim como a vegetação, os Geraizeiros teimam em permanecer no território. Além de pequi, havia também mudas de rufãozeiros e algumas plantas medicinais que insistiam no retorno a diversidade, em contraposição a monotonia do eucalipto⁷⁸.

Além da degradação ambiental promovida pelo monocultivo do eucalipto, a comunidade Moreira questiona também a origem do documento de registro de propriedade, apresentado pela Gerdau. Inicialmente houve a sobreposição documental, referida acima, através do duplo registro de uma mesma área, pelo Cartório de Registro de imóveis da Comarca local. Um em nome da Gerdau e outro, em nome da empresária. Um tempo após os protestos da comunidade sobre a tentativa de construção da cerca por esta empresária, houve um processo judicial no qual a Gerdau ganhou a causa. O registro apresentado por esta, inclusive, era mais

⁷⁸ Uma das propriedades do eucalipto é a “liberação de substâncias químicas alelopáticas que afetam o crescimento de plantas e de microorganismos do solo, reduzindo, entre outros efeitos, a fertilidade do solo e a diversidade de espécies tanto da flora e fauna local” (NETO, 2016, p. 5). É por isso que, normalmente, como muitos dizem, “onde se planta eucalipto, não nasce mais nada”.

antigo. Porém, nessa mesma área consta registro também como terra pública em nome do Estado de Minas Gerais⁷⁹.

Outro detalhe ocorrido nesse processo é que a comunidade não reconhece os confrontantes listados nos documentos apresentados pela empresa Gerdau. Após início do movimento de retomada territorial, esta empresa vem insistentemente procurando a comunidade para assinaturas em documentos, para declaração de confiança, como relatam os entrevistados. Os moradores resistem em assinar, porque nem mesmo nunca ouviram falar naqueles nomes. Para uma comunidade relativamente pequena, cujos laços de parentesco estão presentes em boa parte das famílias desde tempos imemoriais, realmente é de se estranhar uma listagem com tantos nomes desconhecidos.

Enquanto a comunidade busca respostas dessas questões cartoriais, de legitimidade de posse ou não, prosseguem se fortalecendo na luta por direitos enquanto população tradicional. Através da memória dos mais idosos e de documentos, demonstram suas relações de uso tradicional e sustentável com o território usurpado. A comunidade se autodeclara como uma comunidade tradicional geraizeira e, através do compartilhamento de experiências com outras comunidades, como a do Sobrado, tomou conhecimento da importância de um processo formal de autorreconhecimento, que poderá contribuir para fortalecimento na luta por direitos. O momento atual é de organização para iniciar tal processo. Outra possibilidade visada como possível solução do conflito é uma audiência na Mesa de diálogo para assuntos de conflitos fundiários, instalada pelo Governo do Estado de Minas Gerais em Julho de 2015⁸⁰, que até o momento ainda não foi acessada.

O caso de Moreira é um dentre tantas outros de comunidades geraizeiras, cuja luta pelo território pode ser nomeada também como luta pela água. As dificuldades produtivas e de reprodução social, devido às restrições de áreas com possibilidades de plantio e colhimento vem em decorrência da carência de água e da perda de fertilidade dos solos. A situação de encurralamento encontra reverberação

⁷⁹ O Estado de Minas Gerais foi consultado a respeito, através de ofício enviado em novembro de 2016. Até o momento em que este texto foi escrito, a comunidade ainda não obteve resposta.

⁸⁰ Decreto 203, de 1º de Julho de 2015.

nos locais de morada, visto que nem os quintais conseguem produzir mais como antes, quando cada morador possuía imensas chácaras, de onde tiravam seu sustento, tanto para subsistência como para comercialização. Não há como também recorrerem aos frutos das chapadas, pois agora estão apropriadas privadamente.

Os relatos dos moradores, que demonstram essa diminuição da diversidade e quantidade produtiva, chamam a atenção para o fato de que tal situação tem efeitos no ciclo econômico municipal como um todo e até regional, já que afetam até o comércio em outras cidades. A localidade deixa de gerar divisas, em favor da concentração econômica de elites empresariais, enquanto resta ao município, o crescimento da pobreza, impulso ao êxodo rural e insegurança alimentar.

4.3 – O caso de Sobrado

A incidência na comunidade de Sobrado, com o propósito de realizar um trabalho de pesquisa, começou em agosto de 2012, quando fiz uma caminhada até a nascente do córrego Caiçara, guiado por lideranças locais. O objetivo era realizar registros audiovisuais dos relatos dos moradores sobre a história de luta da comunidade e do ambiente afetado pela degradação ocasionada por empreendimentos econômicos, assim como de suas belezas naturais, um trabalho idealizado junto ao Ponto de Cultura Riguilido⁸¹. Em setembro de 2013, fizemos outra caminhada até a nascente do Nogueira. Estes dois córregos, Nogueira e Caiçara, são os principais da comunidade, que foram impactados por atividades predatórias. Outras duas caminhadas pela área foram feitas em 2014 e 2015.

Nos anos de 2013 e 2014 participei, de diversas eventos e reuniões na comunidade. Algumas destas reuniões tinham os objetivos de desenvolver o

⁸¹ O Ponto de Cultura Riguilido é um projeto sócio cultural, coordenado por mim e outros parceiros, que visa o registro e a valorização da memória e cultura locais, além de formação de adolescentes e jovens em diversas áreas artísticas. Sua implantação foi através de recursos dos Governos Federal e Estadual, pelo programa “Cultura Viva”.

processo de autorreconhecimento identitário da comunidade e de elaborar o projeto de Lei Municipal, dos quais falaremos mais a diante.

Boa parte da vegetação de cerrado, na área de chapada do antigo território da comunidade foi convertida em maciços de eucalipto no início da década de 1980. Tal área foi cedida à Gerdau, que a explorou até a época do vencimento do contrato de arrendamento, quando a devolveu ao Estado. Este, por sua vez, a cedeu a uma cooperativa de silvicultura de Rio Pardo de Minas, que a explora atualmente. Esta chapada é formada pelos topos de morros que circulam a área reivindicada pela comunidade Sobrado, a Fazenda Caiçara e Nogueira. Com tamanho de 1.102 hectares, está registrada no cartório de imóveis local em nome do Estado de Minas Gerais. Esta área é tradicionalmente de uso comum da comunidade Sobrado, na coleta de frutas, plantas medicinais e água. (SILVEIRA, 2014)

O que os moradores enfrentam é que quando se dão os cortes do eucalipto, a terra fica exposta, ou seja, desprotegida, sem sua cobertura natural. Como o terreno é muito arenoso, quando caem as chuvas, as enxurradas levam boa parte da areia para as baixas, o que causa assoreamentos nas nascentes e leitos de córregos. O fato também causa entupimento dos tanques de captação de água, o que impossibilita o escoamento da mesma até as moradias. Para diminuir esse impacto, os moradores organizam mutirões para retirada da areia acumulada nos pontos de captação.

A situação se agravou quando um empresário da cidade, denominado de “posseiro” pelos moradores locais, começou a explorar a área próxima a nascente do Caiçara. Como alegam os moradores, em meados da década de 1990 ele teria comprado uma área de aproximadamente 30 hectares de um morador local, porém teria se apropriado de um espaço bem maior, de aproximadamente 1000 hectares, que era de uso comum dos moradores, principalmente para extrativismo e para coleta de água para as residências.

Pouco tempo após a chegada do empresário, os moradores perceberem a drástica diminuição no fluxo hídrico, e resolveram investigar suas causas. Em visita a área ocupada pelo “posseiro”, em 2002, detectaram o desmate de mais de 100

hectares da mata nativa próxima a leitos de córregos, para produção de carvão e abertura de pastos, como disse José S. Dias, durante caminhada em agosto de 2012. Como disse o mesmo morador, posteriormente notaram também que o empresário criava porcos na nascente do Caiçara e deixava passagens abertas para gado, o que gerava contaminação e assoreamento (devido ao pisoteamento) dos cursos hídricos, que eram utilizados pelas famílias. Tal situação comprometia o abastecimento de água de mais de 200 famílias, somando as da comunidade de Sobrado e as de Curral Novo, comunidade vizinha que também utiliza daquelas fontes.

Diante desse quadro, os moradores resolveram se mobilizar. Foram mais de dez anos de embates, através de denúncias por crime ambiental, protestos e audiências, o que não impediu a continuidade da exploração degradadora. No trecho do diálogo a seguir, registrado durante a caminhada de agosto de 2012, Luciana Santana e Zé Melo, lideranças locais, falam das mudanças da paisagem e impactos sobre a vida da comunidade, promovidas pela ação do empresário e das dificuldades de adesão a luta por parte de moradores:

ZÉ MELO – O caminho que nós vinha aqui de primeiro era um camisin que só gado é que passava, não tinha esse negócio de passá mota, passá caminhão não, era só gado que passava...

LUCIANA – Descia cada truco de carvão daqui de cima que passava, era carga completa mesmo, no ponto de viajar.

ZÉ MELO – Gente vinha aqui era de a pé, nem muntado a cavalo, eu lembro uma vez pai vei muntado a cavalo, eu vim na garupa, e pai vei na cela. Nós rodou essa chapada quais tudo de a pé guiando o cavalo, porque não tinha lugar pra passar. Hoje cês vai passar aqui no caminho, cês vai falar 'oh moço, a coisa dimudô'. Naquele tempo a gente não fazia nada, se a gente sabe que o prejuízo era grande hoje, tinha ataiado o cara, não deixado vendido, num deixado o cara trazer máquina aqui, dois D50⁸² desmatando isso aí...

A paisagem agora estava realmente marcada por uma vegetação mais espaçada, que permitia uma passagem relativamente livre. Parte da caminhada foi por estradas feitas pelo empresário, por onde passavam caminhões carregados de carvão, como se refere Luciana. Foi possível observar também alguns trechos de áreas em regeneração da vegetação e pontos de córregos em que a água rebrotava,

⁸² Trator de esteira

depois de muitos anos totalmente secos, como dizem os moradores.⁸³ Continuando o diálogo, é relatado como questão do emprego foi importante para imprimir nas mentalidades dos moradores um sentimento de aceitação aos empreendimentos do fazendeiro, sem ter informações sobre as consequências danosas que poderiam causar sobre o ambiente:

LUCIANA – Primeiro é o vislumbre do emprego [...], ele chegou começou oferecer trabalho pra todo mundo, pagava bem, né Zé? Muito trabalho, então todo mundo vislumbrou, todo mundo achava aquilo uma maravilha, ninguém se preocupou [...] Quando foi recuperar a consciência, recuperar não, ter um pouquinho, né? Que agora, agora todo mundo já tem, mas na época foi criar um pouco, a gente criou essa consciência, diz que quem não vai pelo amor vai pela dor, a gente foi a partir da dor mesmo.

ZÉ MELO – Teve gente aí que veio pela dor, meu fi, veio pela dor, que quando viu coando água...

LUCIANA – Cheia de areia...

ZÉ MELO – pra beber, pra por no arroz, na panela – que geralmente ês não tem reservatório de água, tem umas pessoa aí que não tem reservatório de água, vem direto da rede – Quanto ês sentiu na pele que ês tava coando água no coador pra por na panela, aí que veio ver ondê que nós tava lutando, mas antes era contra nós, xingava, achava que a gente tava correndo atrás...

LUCIANA – Querendo tomar coisa que era dos outro, que a gente não tinha nada a ver [...] O que revolta a gente, que dói, é que essa briga que a gente faz aqui, não é uma briga minha, é uma briga pra todos, porque isso não vai beneficiar só a mim, vai beneficiar a todos, todo mundo tava prejudicado, [...] Eu fiquei com pena, fiquei chateada, mas quando eu vi a reação da mulher, foi que ela falou que, era contra essa briga da gente aqui, que se não quisesse deixar água pra ela, que ela ia pegar água no córrego. Eu falei ‘E que córrego que vai existir se a gente não preservar isso aqui?’ Olha pro cê vê a consciência onde é que tá, né? Então a gente tem que ir com calma, ir conversando aos poucos e continuar lutando. De maneira nenhuma, é tanto que ta aí a chácara, ninguém vem aqui colher nada⁸⁴, ninguém pega nada, porque a gente não quer ocupar o lugar, a gente quer preservar. Nós tomamos posse nisso aqui com intuito de preservar tanto pra nós quanto pras gerações futuras... É isso que a gente quer. (Entrevista agosto de 2012)

O relato destaca as dificuldades de conscientização e agregação coletiva no apoio a processos de retomada de território como essas. Entra em choque

⁸³ Na época dessa caminhada, agosto de 2012, já faziam em torno de 2 anos que o fazendeiro não explorava mais a área. Detalhes de como se deu sua saída serão vistos mais adiante.

⁸⁴ Referência a antiga sede da fazenda, onde foi registrado este trecho da entrevista, durante uma pausa da caminhada. O lugar contém uma casa e plantios de café e outros cultivos deixados pelo empresário. A ideia das lideranças é tornar o lugar um centro de referência para formação ambiental e pousio para visitantes, a ser implantado assim que tiverem a posse legal do lugar. (Luciana, entrevista agosto de 2012).

perspectivas sobre a propriedade privada, que para muitos não podem ser infringidas em nenhuma situação. O processo de conscientização dinamizado pelas lideranças teve apoio de parceiros como o STTR/RPM e CAA/NM, com encontros de formação sobre a temática socioambiental. (Zé Melo, entrevista agosto de 2012).

Após as infrutíferas tentativas dos moradores em dialogar ou negociar com o empresário, desde o ano de 2002, passa a ocorrer uma série de denúncias que ocasionaram as visitas de representantes do Instituto Estadual de Florestas - IEF, Polícia Ambiental e do Instituto Mineiro de Gestão de águas - IGAM. Tais órgãos, de uma maneira geral, confirmaram a tipificação de crime ambiental promovida pelo empresário, resultando em diversas multas aplicadas ao empresário e processos administrativos. Junto ao Ministério Público, no ano de 2009, foi protocolado um Termo de Ajuste de Conduta - TAC, prevendo multa ao empresário e obrigando-o a realizar um trabalho de recuperação da área. A visita de pesquisadores também contribuiu nesse processo, principalmente pela confecção de laudos de impactos ambientais, como o de DUQUE-BRASIL (2011).

Mas as atividades predatórias do empresário só cessaram após um acordo realizado em setembro de 2010, mediado pela Prefeitura. Para celebrar tal acordo, estiveram presentes em uma reunião lideranças do Sobrado e os “posseiros”, Valmir Oliveira Freitas, Claudio Ferreira do Nascimento e Jasmira dos Santos, os interessados na área que dizem ter posse legítima sobre a mesma, além do prefeito municipal. Na ocasião, foi formalizado um ato de transferência de uma área de 176,2567 hectares, pertencente ao município de Rio Pardo de Minas, localizada na Fazenda Embaúba II/Brejinho II para os posseiros. Estes, em troca, deveriam desocupar a área da Fazenda Sobrado. (SILVEIRA, 2014).

De fato, houve a saída do fazendeiro do lugar. No entanto, a área objeto de permuta, da fazenda Brejinho, fora doada pelo Governo do Estado de Minas Gerais ao município de Rio Pardo de Minas, em 2008, com o intuito de se implantar um centro de educação ambiental. Desse modo, a permuta ocorrida desfigura o objetivo da doação realizada pelo Estado. O acordo fora assinado com a prefeitura se comprometendo a negociar com Estado a implantação de uma unidade de conservação ambiental Municipal. Mas a gestão municipal não deu prosseguimento

a este projeto e também não conseguiu regularizar a área permutada em nome dos posseiros, cujo registro permanece em nome do município. (SILVEIRA, 2014).

Com o insucesso dessa permuta e com o não cumprimento do TAC, assinado junto ao Ministério Público, por parte dos posseiros, as ameaças destes de retornarem ao território se mantiveram. A comunidade se mantém firme em não permitir, sob nenhuma condição, o retorno do empresário a área para fins exploratórios, como enfatiza Zé Melo durante as entrevistas. Vale destacar, num parêntese, que, com a interrupção daquelas atividades predatórias, o ambiente se recupera gradualmente: as nascentes e córregos, antes secos, voltam a brotar água, e flora e fauna também ressurgem aos poucos, dando a região o colorido de outrora, como foi possível observar durante as caminhadas.

Como não há ainda um desfecho desse processo, que assegure a proteção ambiental, a comunidade se organizou para traçar outras estratégias para retomada do território. Como relata as lideranças, uma gestão autônoma e comunitária da área seria a única forma de garantir o controle sobre os recursos, evitar a degradação e manter as fontes de água em condições de uso pelos moradores, preservando as relações tradicionais com seu território. Assim, para os moradores, tipos de Unidade de Conservação como Parque, Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista etc., não seriam adequados, pois não preveem controle autônomo por parte da comunidade.

O longo processo de organização levou os moradores do Sobrado à decisão de criar um Projeto de Lei Municipal de Iniciativa Popular⁸⁵, que pudesse garantir a proteção e reconhecimento de seu território geraizeiro. Para construção do projeto, a comunidade teve apoio de diversas instituições, que fazem parte da rede de apoiadores ao Movimento Geraizeiro. Assim foi desenvolvido um processo de autorreconhecimento identitário enquanto população tradicional geraizeira, através de encontros entre os moradores e apoiadores, com assessorias de várias áreas do

⁸⁵ A iniciativa popular consiste na apresentação de um projeto de lei à Câmara de Vereadores (já que no caso trata-se de esfera municipal), subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município. Esses projetos são regidos pela Lei 9709/98. Após tramitações na Câmara de Vereadores e no Poder Executivo, o projeto, oficialmente, foi aprovado como Projeto de Lei do Executivo.

conhecimento, como do Direito, da Sociologia, Antropologia, da Agroecologia, dentre outros.⁸⁶

Em um dos encontros que participei, o objetivo era o de resgatar a memória histórica de formação da comunidade, seus modos de viver tradicionais, valores, abrindo uma discussão entre os presentes sobre quais aspectos seriam imprescindíveis nessa autoidentificação. O projeto foi concluído em março de 2014 (Ata de reunião da Associação do Sobrado, 30/03/2014),

Nesse processo a comunidade reafirmou que seu território não poderia ser considerado apenas como um bem físico. Era um espaço de vivência, dotado de valores simbólicos, necessário ao modo de vida de moradores, conforme podemos perceber na Ata de assembleia extraordinária da Associação do Sobrado do dia 15 de Novembro de 2013, na qual consta o Termo de Autodeclaração identitária. Trechos dessa Ata e do Termo estão transcritos a seguir. Considerando os relatos constantes nesses documentos, um modo de criar, fazer e viver geraizeiro foi determinante na caracterização da formação comunitária, com referências a sua identidade, relação com o território e o uso comum da terra:

Sabendo que cabe a nós dizer quem somos, conforme o princípio da autoatribuição, nos afirmamos como Geraizeiros e estamos em movimento pelo reconhecimento das nossas diferenças e pelo direito de expressar nosso modo de vida e reivindicamos o direito de ter o domínio sobre as terras que tradicionalmente ocupamos, conforme nosso modo de criar, fazer e viver (Termo de Autodeclaração - Ata de Assembleia Geral da Associação do Sobrado 15/11/2013).

Esse trecho evoca o sentido da identidade e da ancestralidade enquanto pertencimento a um lugar específico. No Termo, em outro trecho, há a afirmação dos moradores, de que sua “memória resiste e se manifesta no presente” através de suas práticas, na consciência de que isso são bens que devem ser protegidos pelo Estado, e para tal, necessitam reaver o seu território. Durante uma das rodas de conversas, em uma das reuniões ocorridas para o autorreconhecimento, os idosos relataram sobre diversos costumes, principalmente dos antigos moradores, conforme registrado em ata:

⁸⁶ Silveira (2014) faz um registro detalhado desse processo, citando as principais reuniões e seus efeitos até a elaboração do projeto de lei.

Segundo os idosos, no passado, muita gente saía daqui para trabalhar nas lavouras de algodão e roçada de pasto na caatinga, na região de Porteirinha e Mato Verde. O povo da caatinga chamava os geraizeiros de cacunda de librina, porque aqui nas chapadas librinava muito. Os geraizeiros da comunidade de Sobrado também comercializavam seus produtos na região da Caatinga e na feira de Rio Pardo de Minas, principalmente, farinha de mandioca e café. Os produtos eram transportados com burros pelo carreiros e trilhas. [...] Cultivava nas baixas e veredas e soltava o gado na chapada. Antigamente havia muita caça, bastante fruta como pequi, mangaba, uma fruta chamada cabeluda. Segundo os anciões, esse tempo de fartura ficou pra trás, hoje acabou quase tudo. [...] As mulheres idosas recordaram o tempo em que fiavam bastante algodão, faziam roupas e cobertores. Contaram que antes não compravam óleo e nem gordura, porque tiravam o óleo do pequi. O sabão era feito da cinza do tingui e sabugo e com a gordura tirada dos ossos dos animais; as roupas feitas do algodão fiado era tingida com casca de mussambé. E para a iluminação das casas, se tirava azeite da mamona. [...] A maioria das casas era feita de sapé, outras eram de pindoba. Das casas de sapé e pindoba, onde a cobertura servia de parede, evoluiu-se para as casas de enchimento e depois casas de adobe. Nessas casas não se sentia calor. (Ata de Assembleia Geral da Associação do Sobrado. 15/11/2013)

Nas primeiras linhas deste trecho, vemos demonstradas referências comuns as outras comunidades estudadas, como no que se refere a relação dos Geraizeiros e Caatingueiros, o uso das baixas e das chapadas e a diversidade de produtos encontrada nas partes altas. Neste relato, vemos ainda que os recursos naturais forneciam materiais para além da alimentação, como vestimentas e moradias. Na mesma ata, foi registrado também uma enorme lista de plantas medicinais encontradas no cerrado: “a unha d’anta para vermes, tingui bola usado para fazer sabão, o barbatimão por muito tempo servia como cicatrizante” dentre dezenas de outras. Isso reforça a sabedoria local inclusive no que se refere aos cuidados com a saúde, ainda presentes na memória dos mais idosos. Estes falaram também sobre o surgimento da comunidade:

[...] os idosos informaram que há muitos anos, havia um grande fazendeiro, na época dos cativos, que tinha uma casa grande que todos se referiam como “sobrado” daí o nome sobrado, e que ao atravessar o Rio Pardo pra cá, já era Sobrado. Relataram que tinha um muro feito de barro e pedras, construído pelos negros cativos, que cortava a comunidade de fora a fora. Os idosos apontaram que com o passar do tempo, o povo do sobrado mesmo foi ficando mais pra cabeceira, sendo que hoje o Sobrado é considerado do cemitério pra cá, do cemitério para lá é Chácara. Foi relatado que o início da povoação da comunidade foi por pessoas da região mesmo e não vinha ninguém de fora. Foram tendo seus filhos, netos, e que hoje em dia são cerca 150 pessoas, com algum grau de parentesco; que antes o sobrado era muito grande, mas com o passar dos anos, foram

sendo implantadas algumas fazendas e todas com um nome diferente, como por exemplo Vale do Pari, Paredão, Curralinho, Chácara, Santo Antônio, Catulé, Forquilha Riacho (Ata de Assembleia Geral da Associação do Sobrado. 15/11/2013)

Quando ainda criança, em minhas andanças à comunidade Sobrado, era possível ver resquícios desse muro, referido no trecho acima. Suas ruínas acompanhavam a estrada por um bom pedaço, mas aos poucos foi se deteriorando ainda mais, acabando por ser totalmente derrubado e substituído por cercas de arame. Há relatos em Silveira (2014, p. 91) sobre outros resquícios da época da escravidão, que foram encontrados em casas dos moradores, mas que já se perderam no tempo como “parte da moenda de um engenho antigo, vasilhas, um tronco de madeira maciço (...) com uma argola de ferra em cima...” Esse tronco seria o usado para açoitar os escravos. O trecho da Ata de Assembleia Geral da Associação do Sobrado (15/11/2013) continua o relato dos idosos sobre os costumes e limites territoriais da comunidade:

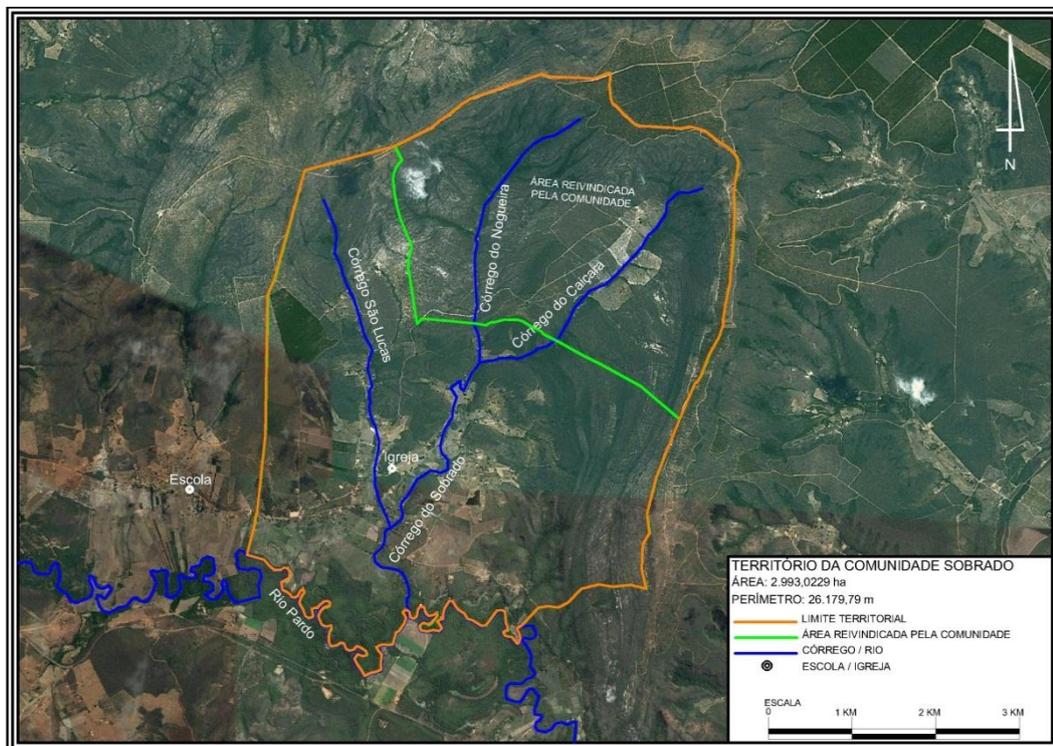
[...] antigamente era muito grande, mas foi aparecendo gente de fora e comprando as fazendas, hoje ficou sendo comunidade de sobrado mesmo, aqui esse fundo, onde o povo combina mais, reza juntos, une em mutirões, tem salão da associação e igreja para celebração todo domingo, esse território pega do cemitério, passando pelo tabuleiro do catinga Grande, sobe pela estrada das águas vertentes separando a comunidade de Água Boa do Sobrado, segue para os três carrasquinho, que divisa com Fetal e Teú, daí vai rumo a Pedrona, da pedrona desce no córrego até a tapera, próximo ao Córrego da Batalha, até chegar no leito do Rio Pardo, daí sobe rio acima até no rumo do cemitérios, desse ponto liga no cemitério... (Ata de Assembleia Geral da Associação do Sobrado. 15/11/2013)

Essa descrição dos limites atesta como os antigos moradores utilizavam de marcos físicos, geralmente propiciados pela natureza, para identificar os limites da comunidade. Tal descrição, reconhecida por todos os presentes na reunião, tanto os do Sobrado como de comunidades vizinhas, acompanhadas de outros elementos como as formas tradicionais de uso do solo e convivência comunitária, também registrados na ata, categorizam os moradores enquanto população tradicional geraizeira. O território para eles ganha sentido a partir de uma identificação desenvolvida num processo gradual, transmitido de geração em geração, cuja

relação com a terra codetermina o modo de vida, de trabalho e o campo simbólico num âmbito coletivo.

Os moradores do sobrado viram no reconhecimento de sua identidade uma estratégia para continuarem a viver no lugar, retomando o território. E, como já disse em Souza (2016, p. 15) “Ao mesmo tempo foram seu modo de ser coletivo e seus valores comunitários, que permitiram a aglutinação das mentes e corpos a favor da luta.” O mapa 10 representa a área autodemarcada pela comunidade, que utilizou da memória dos mais idosos para traçar seu perímetro:

Mapa 10 – Território autodemarcado da comunidade Sobrado



Fonte: Arquivos STTR/RPM – Elaboração Paulo Ferreira

No mapa, na área reivindicada pela comunidade, é possível visualizar manchas esbranquiçadas ao longo do córrego Caiçara. É a área antropizada pelo fazendeiro citado acima, onde se visualiza também as estradas por ele construídas.

Ao norte do território, visualiza-se a presença do monocultivo do eucalipto, próximo as nascentes dos principais córregos.

Posteriormente a aprovação do Termo de autodeclaração, a comunidade elaborou o projeto de Lei. Este, enquanto iniciativa popular, foi enviado a câmara de vereadores do município. Mas com as negociações a posteriori com o poder legislativo, o projeto deixa de ser de iniciativa popular e passa a ser de iniciativa da casa legislativa, sendo aprovado pela mesma em setembro de 2014⁸⁷, com alguns vetos. Ao ser enviado para o executivo, este veta parcialmente o projeto, pois estaria contra alguns regimentos legais, principalmente no que se refere a compromissos orçamentários do executivo, para implementação da lei, como a implantação de sistema de infraestrutura e promoção de diversas ações voltadas a sustentabilidade, etc. (SILVEIRA, 2014).

Para reverter esse veto parcial do executivo, a estratégia adotada pela comunidade foi “buscar junto ao executivo a proposição da mesma. A nova estratégia reverteria parte dos vetos sendo o executivo o autor” (SILVEIRA, 2014, p. 135). Após diversas negociações com o executivo, e tendo este aplicado diversos vetos, a lei é sancionada pelo prefeito no dia 10 de Abril de 2015, nominada como Lei Municipal 1.629, intitulada Lei João Tolentino, em homenagem a um geraizeiro da comunidade que teve importante participação na luta e na elaboração do projeto de lei, que falecera recentemente.

A lei busca valorizar e reconhecer o Sobrado enquanto comunidade tradicional geraizeira, buscando proteger seu território de ações predatórias, que comprometam a biodiversidade e as fontes hídricas, além de prever a posse efetiva do território ao coletivo. Como prevê o texto em sua última versão aprovada:

Art. 3º. Compete ao Poder Público, com a participação da comunidade tradicional geraizeira de Sobrado, elaborar e executar programas e ações que visem:

I – reconhecer, respeitar e valorizar a identidade social, cultural, econômica e ambiental da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado;

⁸⁷ Sessão ordinária da câmara municipal de Rio Pardo de Minas, ocorrida no dia 03 de Setembro de 2014, na qual o autor esteve presente.

II – preservar e promover os direitos à identidade própria, à cultura particular, à memória histórica e ao exercício de práticas comunitárias, para o pleno exercício da cidadania, da liberdade e da individualidade;

[...]

V– promover à Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado o uso de seus territórios e dos recursos de que tradicionalmente se utilizam, por meio de sua posse efetiva, propriedade e/ou cumprimento da função social da propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica;

VI – trabalhar pela permanência da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado em seu território e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade; (Lei Municipal N° 1.629 de 10 de Abril de 2015)

Os incisos acima preveem a proteção do Sobrado enquanto comunidade tradicional geraizeira. Para isso, seus costumes e tradições deverão ser valorizados, devendo ser assegurada a permanência da comunidade em seu território de origem, na proteção diante de conflitos e empreendimentos na localidade. Em outros incisos, a lei visa promover também uma educação diferenciada, tendo como base a realidade e cultura local e também o apoio a permanência dos jovens no território, com objetivo de diminuir a migração. Já no que se refere à regularização fundiária, a lei prevê em seu artigo 5º a identificação do território tradicional, discriminando sua localização em áreas públicas ou privadas. A regularização fundiária de seu território é considerada de interesse social e

[...] objetiva o cumprimento da função social da propriedade, a garantia das condições necessárias à reprodução cultural, social e econômica dessa comunidade, e a preservação dos recursos ambientais imprescindíveis ao seu bem-estar.

§ 2º. A discriminação dos territórios de que trata o caput deste artigo ocorrerá conforme os limites definidos com a participação da comunidade de Sobrado e respeitará as peculiaridades locais, dos ciclos naturais e a organização local das práticas produtivas.

[...]

§ 4º. É vedado ao Poder Público Municipal autorizar a implementação de empreendimentos que ponham em risco a integridade do Território Tradicional da Comunidades Geraizeira de Sobrado.

§ 5º. A implantação de monoculturas florestais exóticas no entorno da Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado deverá guardar uma distância mínima de dois quilômetros dos limites do seu território, nos

termos do artigo 200 da Lei Orgânica Municipal. (Lei Municipal Nº 1.629 de 10 de Abril de 2015)

A questão fundiária tratada na lei, portanto, prevê um tratamento relacionado aos interesses coletivos, que assegure a função social da terra e prime pela proteção ambiental. Prevê ainda a proteção do território da comunidade contra monocultivos exóticos, como do eucalipto, proibindo sua implementação no entorno do território da comunidade.

É importante considerar que, ao finalizar a proposta original do projeto de Lei, as lideranças da comunidade e apoiadores acharam por bem expandir a abrangência da proposta para todo o município, abarcando todas as comunidades geraizeiras. Esta proposta foi vetada pelos poderes públicos, ficando considerada apenas a de Sobrado. O Movimento Geraizeiro e apoiadores estudam a possibilidade de criar mecanismo de ampliação da abrangência da lei para as comunidades geraizeiras como um todo, pois apresenta potencial de replicabilidade.

A lei João Tolentino encontra respaldo em legislações recentes como a 21.156, de 17 de Janeiro de 2014, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Pedraf). Esta lei, como defende o advogado André Alves (reunião Associação do Sobrado, 30/03/2014), da assessoria jurídica do STTR/RPM, coloca o poder executivo estadual como apoiador de iniciativas na criação de leis municipais do estado de Minas Gerais⁸⁸. Em termos de reconhecimento e desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, a lei do Sobrado está alinhada com a Lei Estadual 21.147, também de Janeiro de 2014⁸⁹, além de outros mecanismos legais, como a convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e o decreto federal 6.040 de 2007. O

⁸⁸ Art 1; §1: A Pedraf tem por objetivo orientar as ações de governo voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário e para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado, garantida a participação da sociedade civil organizada. [...] Art 1; §3 : O Poder Executivo estadual apoiará e incentivará no que for aplicável, a elaboração de leis municipais que instituem as políticas municipais de desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar bem como o respectivo plano municipal alinhado com o Pledraf (Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar). (Lei 21.156, de 17/01/2014)

⁸⁹ Lei Estadual 21.147 de 15/01/2014: Institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

diferencial da Lei João Tolentino é que se configura como um mecanismo inovador, no sentido de aprofundar a especificidade para a situação geraizeira em suas relações territoriais e modos de vida no âmbito legal.

O momento atual da comunidade Sobrado é de organização para buscar a efetiva implementação da Lei Municipal, mas com a ressalva de que ainda não possui o domínio legal sobre o território reivindicado. Em contraponto aos avanços da comunidade, os antigos “posseiros”, após tentativas de retornar a área, sendo impedidos pelos moradores, resolveram acessar os meios legais na tentativa de retomar a área. Em novembro de 2014 eles moveram um processo de reintegração de posse contra a associação do Sobrado, na Vara de conflitos agrários do Estado de Minas Gerais.⁹⁰ Enquanto não se tem o desfecho judicial nesse caso, a comunidade busca caminhos para retomar acordos já feitos, como o da permuta de área, que envolve participação do Estado e do poder público municipal.

O conflito vivenciado pela comunidade de Sobrado se singulariza em relação às outras duas aqui estudadas pelo fato de ter sido impulsionado e se desenvolvido a partir da degradação ambiental realizada por um empresário em particular, através de empreendimentos diversos. O monocultivo de eucalipto também gerou e ainda gera impactos sobre o ambiente da comunidade Sobrado, sendo sempre considerado nos momentos de discussão e na própria lei por eles criada. Mas teve menor participação motivadora da reação de seus moradores. Como é possível visualizar no mapa 07, no território reivindicado pela comunidade, a inserção do monocultivo de eucalipto é menor do que os de outras comunidades como Raiz, por exemplo. Restou a comunidade o enfrentamento de suas consequências ambientais que, como já dissemos, sempre vão além da área cultivada.

Dessa situação, se conclui que o Sobrado promove frente antagônica a forças sociais representadas por pessoa física, residente no próprio município. As empresas monocultoras, apesar de representatividade local através de seus escritórios, possuem sede em grandes centros urbanos, longe dos olhos das pessoas impactadas, promovendo certo distanciamento das mesmas. No caso do

⁹⁰ Até o momento da escrita deste trabalho, esse processo ainda se encontra em tramitação na justiça.

Sobrado, essa proximidade física com o ser antagônico imprime outro dinamismo ao conflito, gerando colisões a níveis pessoais. Tanto nas tentativas de acordo, como de contestações, houve diversos momentos de situações “corpo a corpo” entre as partes.

O fato é que, assim como grandes empresas monocultoras, distanciadas, empresários individuais do próprio município também se apresentam como força social capaz de gerar antagonismo junto a comunidades tradicionais. Ambas as espécies de empreendedores, que carregam o símbolo da empregabilidade e do progresso, realizam empreitadas que desfavorecem comunidades rurais do entorno, através de mecanismos muitas vezes irregulares de apropriação da terra e com empreendimentos altamente impactantes sobre o meio ambiente.

Por isso, ambas as espécies de empreendedores geram também conflitos que ativam nas comunidades a necessidade de realizar processos de reflexão sobre o uso do território e de autorreconhecimento identitário. Tanto um como outro, causam a necessidade da afirmação identitária dessas comunidades, como forma de acessar direitos coletivos e territoriais.

Não cabe aqui o aprofundamento em reflexões sobre a comparação entre os impactos no processo e/ou desfechos de conflitos, vividos pelas comunidades geraizeiras, promovidos por grandes empresas monocultoras de eucalipto e por empresários individuais do próprio município. No entanto, considero essa diferenciação apenas para destacar a diversidade de frentes antagônicas as quais as comunidades geraizeiras estão sujeitas. O conflito vivenciado pela comunidade de Agua Boa II é outro exemplo no qual houve concentração de embates referentes a empreendimentos promovidos por empresários locais. Tal consideração talvez sirva para alertar o fato de que, como as frentes de disputa envolvem atores sociais diversos, as soluções buscadas também deverão corresponder a essa diversidade, evitando que se busque traçar caminhos uniformes para entender-enfrentar-solucionar os conflitos.

4.4 – Dos desafios e oportunidades para reconhecimento e retomada dos territórios geraizeiros

Dos relatos, estratégias e caminhos percorridos pelas comunidades de Raiz, Moreira e Sobrado, vemos que o interesse pela retomada territorial busca combater o encurralamento e a pressão fundiária exercida sobre seus territórios pelas grandes propriedades degradadoras. Para isso, acessam sua ancestralidade, como forma de expressar sua identidade tradicional, na luta pelos direitos a um modo de vida sustentável em seus locais de origem. Para defender e recuperar esse modo de vida é essencial um território gestado autonomamente e coletivamente, o que permitirá o uso adequado de forma a evitar degradações que vão contra a existência desses povos.

Via memória, seus moradores relembram um território antes dos monocultivos, donde havia liberdade e outros níveis de sociabilidade e modos de viver e produzir. A partir dessas lembranças, reconfiguram sua identidade, que tem origem também na relação com os Caatingueiros, e que hoje são forçados a reafirmá-las a partir da relação antagônica com os que usurparam parte de seu território: Raiz e Moreira, empresas monocultoras; Sobrado, um empresário. A reafirmação da territorialidade e da identidade, a primeira através da autodemarcação territorial e a segunda, do autorreconhecimento, são estratégias comuns, que fazem parte de um mesmo processo de retomada dessas comunidades na luta pelo território e por modos sustentáveis de vida.

Um elemento essencial a ser protegido e recuperado, para que se alcancem esses objetivos é a água. Vimos que em todas as comunidades, é a sua falta que pulula nas falas dos moradores quando se referem à invasão e permanência dos grandes empreendimentos em seus territórios. O direito a permanecer na terra onde nasceram, a manter e reproduzir seus modos de vida conforme seus próprios desejos, a cultivar, alimentar e acessar renda dessa mesma terra, depende intrinsecamente e primordialmente do acesso a água. Medidas paliativas, como

cisternas, poços artesianos e caminhões pipas, se contribuem para tal acesso, tem clara limitação nesse sentido.

Por isso, reivindicam territórios com o claro intuito, como os próprios geraizeiros chamam, de “plantar água”. A recuperação de nascentes, córregos e rios é que darão segurança hídrica para consumo humano e cultivos em escala sustentável. Tal recuperação será possível com a regeneração da vegetação nativa em áreas críticas, como na borda de chapadas e próximas a nascentes, o que cria possibilidades de realimentação hídrica dos lençóis freáticos. As microbacias do Moreira, Sobrado e Raiz dependem urgentemente dessas práticas como forma de tentar restabelecer, ao menos em parte, seu fluxo hídrico perene, o que, obviamente, irá beneficiar também inúmeros moradores ao longo dos rios que recebem suas águas.

Dentre as comunidades aqui estudadas, o Sobrado encontrou mais condições de organização coletiva para avançar em estratégias inovadoras em prol da retomada territorial. Esse processo foi acompanhado de um momentâneo sucesso no que se refere ao impedimento das degradações sobre seu território – ou, pelo menos, parte dessas degradações. Momentâneo porque a saída do fazendeiro, que causou as degradações, ainda não é definitiva, pois há transações judiciais a serem concluídas a respeito. E em parte, porque as áreas de eucalipto, nas chapadas, ainda continuam na posse de cooperativas silvicultoras, o que ainda impacta principalmente a questão hídrica. Contudo, esse relativo sucesso já apresenta como resultado, aos olhos dos moradores, a perenidade dos cursos d’água vindos de nascentes, antes secos, que agora correm com algum volume.

As comunidades Raiz e Moreira ainda não conseguiram uma disponibilização de parte de seu território, ocupado pelas empresas, tendo ainda que buscar alternativas para tal. Enquanto isso, permanece uma ameaça mais acentuada da escassez hídrica, tornando necessárias, inclusive, medidas emergenciais para abastecimento, como caminhões pipa e poço artesiano, principalmente em Raiz. Moreira ainda possui pelo menos um córrego perene, com volume reduzido, que atende parte das famílias.

Esses parágrafos acima, inclusos nesta sessão, vem apenas reforçar que os interesse dessas comunidades não se restringem a questão de quantidade de terra. Demonstram que necessitam reapropriar o território como chance – quem sabe única – de recuperar suas fontes hídricas, cujos benefícios não se limitarão aos moradores das respectivas comunidades. A água é um elemento imprescindível a permanência dessas famílias em seu lugar de origem e o sentimento de desejo de continuidade no lugar é um direito e deve ser considerado, para que filhos e netos tenham condições de perpetuar o uso de seus territórios. As lutas geraizeiras geraram, portanto, um imbricamento entre a questão territorial – que numa visão mais imediatista se restringiria a beneficiar as comunidades em luta – e a questão da água – cuja situação atual de crise é, ou deveria ser, entendida como uma questão geral. Como defende Silva (2009, p. 225),

[...] a utopia camponesa, não interessa só ao campesinato. Interessa a toda população urbana do bioma, pois geraria segurança e soberania alimentar, ambiente sadio, equidade e sustentabilidade social, geração de ocupação permanente e digna a todos estratos sociais (jovens, mulheres etc.), agregação de valor à economia local, dinamização e permanência do fluxo de riqueza nos municípios e regiões, equilíbrio demográfico entre campo/cidade etc.

Fica assim a questão de se os setores de decisão política/judicial irão fazer essa leitura, de verem nas retomadas territoriais das comunidades tradicionais formas possíveis também de proteger e recuperar fontes hídricas, o que seria um ponto a favor das comunidades e da população em geral. O fato é que algumas políticas veem a questão da água e, portanto, do ambiente, na perspectiva de uma natureza sem gente, com a criação de parques, por exemplo.

Várias questões poderiam ser colocadas, no que se refere as dificuldades para retomada de territórios tradicionais. Gostaria de destacar algumas como a questão da disponibilidade de terra pública para possibilidades de permutas – lembrando que não são somente essas três comunidades que reivindicam territórios, mas dezenas de outras. Outra é sobre a histórica dificuldade de realização da Reforma Agrária que poderia ser uma alternativa para solução dos conflitos aqui estudados. Tal política tem, dentre outros desafios, a pressão mercadológica, que

buscam limitar a retirada de terras de transações de mercado. Outra questão são as que envolvem a criação de áreas de proteção integral. Finalizaremos este capítulo com uma breve discussão sobre esses aspectos e outros, sem a pretensão de esgotá-los.

As dificuldades encontradas pelas comunidades geraizeiras para reconhecimento formal e retomada de seus territórios são entendidas no sentido da invisibilidade histórica a qual foram submetidas a diversidade de formas de apropriações territoriais no Brasil. Como colocado por Almeida (2008), quando se traz à tona, ou, retira-se da invisibilidade os modelos de ocupação e uso territorial que levam em conta fatores como laços de parentesco, etnicidade, e identidades coletivas, passam a ser tensionadas a estrutura tradicional do mercado de terras. Considerar ou dar força normativa e prática a formas de uso comum da terra é visto pelos setores elitistas tradicionais como “formas de imobilização de recursos básicos, que impedem que as terras sejam transacionadas livremente como mercadorias.” (ALMEIDA, 2008, p. 18).

Os dispositivos legais referendados a partir da Constituição de 88, que dão reconhecimento formal a essas categorias de apropriação territorial, relativas a terras tradicionalmente ocupadas, demonstram suas dificuldades de efetivação prática também por incitarem a mudanças na estrutura agrária. Passa-se a ocorrer, nos termos de Almeida (2008, p. 26), “pressões para que sejam revistas as categorias que compõem os cadastros rurais dos órgãos fundiários oficiais e os recenseamentos agropecuários.” Na avaliação do autor, há limitação dos dados a respeito da situação fundiária no país, que não reúne toda a diversidade existente no que se refere à ocupação das terras, faltando dados cadastrais e censitários sobre qualquer informação estatística das terras de uso comum. Nas palavras do autor,

Os sistemas de usufruto comum da terra por colidirem flagrantemente com as disposições jurídicas vigentes e com o senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas, a despeito de factualmente percebidos, jamais foram objeto de qualquer inventariamento. As extensões que lhes correspondem nunca foram catalogadas, quantificadas ou sujeitas às técnicas dos métodos estatísticos e de cadastramento de imóveis adotadas pelos órgãos de planejamento da intervenção governamental na área rural. Prevalece a inexistência de qualquer “interesse prático” para examinar e compreender estes sistemas tidos como “obsoletos”. Representariam, sob este prisma, anacronismos mais próprios de crônicas

históricas, de documentos embolorados de arquivos, de verbetes dos dicionários de folclore e de cerimônias religiosas e festas tradicionais. São vistos como uma recriação intelectual de etnógrafos, que incorrem na reedição de antigos mitos ou, quem sabe, numa idealização dos políticos de ação localizada supostamente empenhados no reavivamento de utopias caras ao ideário populista (ALMEIDA, 2008, p. 134 – 135).

As políticas ambientais também sofrem dessa lacuna em termos de sistematização e dados sobre ocupação e formação territorial, que não consideram questões étnicas e identitárias. Isto, para Almeida (2008), faz com que as definições oficiais de unidades de conservação, que operam dados apenas do campo biofísico e através de meios convencionais de cadastramento, faz da questão ambiental “uma ação sem sujeito” (ALMEIDA, 2008, p.122). Há que se notar aqui a situação de crise, como apontado por Diegues (2000), no que se refere aos modelos de proteção integral no Brasil.

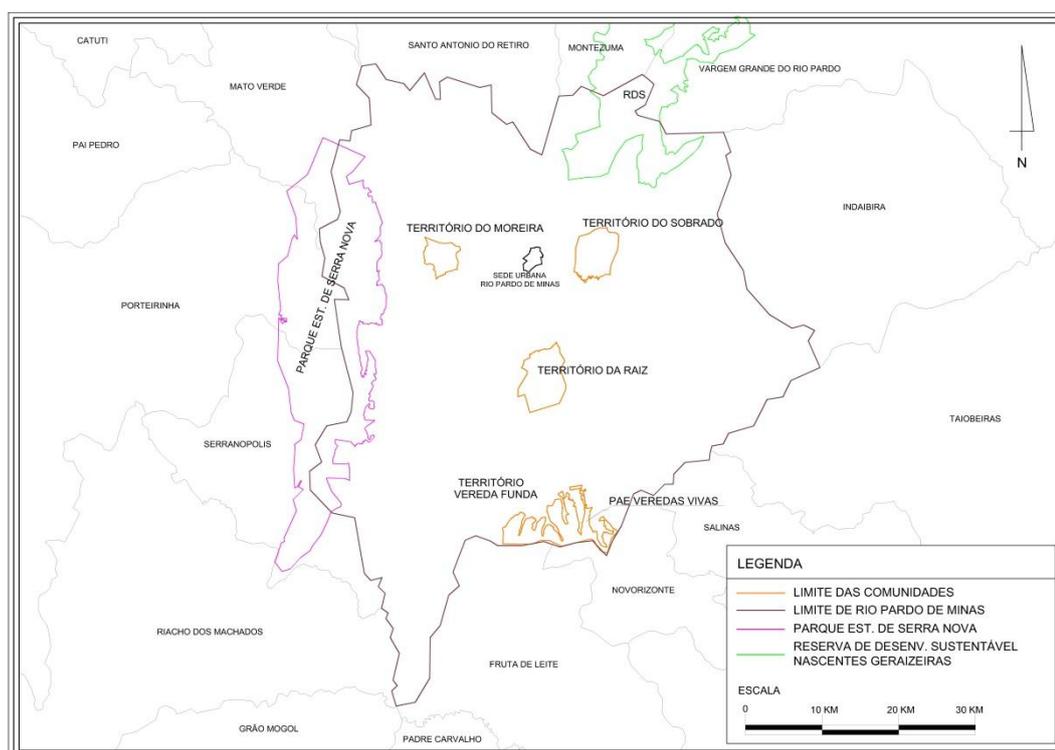
As áreas protegidas brasileiras, em particular as de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, etc.), no entanto estão em crise. Muitas estão sendo invadidas e degradadas. Para os defensores do modelo norte-americano de parques sem habitantes, as razões de tal crise estão, em geral, ligadas à falta de dinheiro para a desapropriação, à falta de investimento público, de fiscalização, de informação ao público, etc... Para os que defendem outros modelos de conservação, essas dificuldades são inerentes ao modelo atual dominante das áreas protegidas uma vez que, tendo sido este criado no contexto ecológico e cultural norte-americano de meados do século passado, não se aplica ao contexto dos países tropicais do sul (DIEGUES, 2000, p. 4).

Em Rio Pardo de Minas, a criação do Parque Estadual de Serra Nova⁹¹, por exemplo, gerou conflitos com os moradores locais que serviram de base para discussões em comunidades como a do Sobrado. Os moradores desta, durante debates sobre um possível modelo de unidade de conservação a ser implantado em seu território, tinham informações de como fora implantada aquela Unidade de Conservação em Serra Nova. Como diziam durante reuniões, houve fragilidades no que se refere à consulta aos moradores locais – ou seja, foi um modelo imposto, de

⁹¹ O Parque Estadual de Serra Nova foi criado pelo Decreto s/nº de 21 de outubro de 2003. Com área inicial de 12.658,29 hectares, e abrangendo apenas o município de Rio Pardo de Minas. Posteriormente foi ampliado, passando a abranger municípios vizinhos de Serranópolis de Minas, Porteirinha, Mato Verde e Riacho dos Machados, passando a ter área total de 49.830 hectares. <<http://www.ief.mg.gov.br> e <http://www.revistaecologico.com.br>>. Acesso em 01/03/2017.

cima para baixo – e ainda problemas relativos a desapropriações⁹² e impedimentos de uso e extrativismo na área. A partir do conhecimento desses fatos, os moradores e lideranças do Sobrado já haviam decidido que o modelo Parque não era desejável para ser implantado em seu território. O mapa 11 demonstra as unidades territoriais e de conservação existentes em Rio Pardo de Minas.

Mapa 11 - Unidades territoriais e de conservação em Rio Pardo de Minas



Fonte: STTR/RPM – Elaboração Paulo Ferreira

Por este mapa visualizamos a localização das três Unidades de Conservação já implantadas em Rio Pardo de Minas. Ao norte, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes Geraizeiras, que abarca também parte dos municípios de Vargem Grande do Rio Pardo e Montezuma. Ao sul, temos o Projeto Agroextrativista (PAE) Veredas Vivas. A oeste, o Parque Estadual de Serra Nova,

⁹² Ainda hoje os moradores da área de abrangência do parque sofrem com questões referente a regularização fundiária do local. Lideranças de comunidades locais tentam, junto a SEDA/MG, resolver questões relativas a compra de terrenos pelo parque, o que só pode ser feito sobre áreas que possuem documentos legítimos de propriedade, que são uma minoria (SEDA/MG-Escritório Regional de Rio P. de Minas).

cuja área inclui também parte dos municípios de Serranópolis de Minas, Porteirinha e Mato Verde.

A falta de uma precisão jurídica e de políticas territoriais para as comunidades geraizeiras, no que se refere a implantações de unidades territoriais que atendam suas especificidades, faz com que as diversas comunidades optem por mecanismos diferenciados umas das outras nas tentativas de reaverem seus territórios. Nos casos concretos até agora, que formalizaram a implantação de algum tipo de unidade, as comunidades tiveram que optar por se adequar a modelos pré-existentes. Na avaliação das comunidades, a opção recai sobre os modelos que mais se aproximam de seu modo ser e de relacionar com o território e que, pelo contexto do momento, mais teriam forças políticas para conquistar.

A comunidade Vereda Funda, por exemplo, recorreu a categorias do Plano Nacional de Reforma Agrária, para implementação de assentamento diferenciado, o Projeto Agroextrativista (PAE). A comunidade de Água Boa II (em ação conjunta com outras), acessou o modelo de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), previsto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O que esses modelos possuem em comum é que as comunidades passam a ter garantias, pelo menos parcialmente, da possibilidade de uso tradicional do território, com práticas sustentáveis de extrativismo e criações em áreas reservadas ao usufruto coletivo. As áreas individuais permanecem praticamente como estavam, só tendo que se adequar a normas ambientais específicas, permitidas pelo modelo de UC adotado. Outro ponto em comum é que a gestão territorial é dividida entre as comunidades e agentes governamentais. Esse aspecto guarda certa insegurança no que se refere ao agenciamento e orientação que esses órgãos possam ter quanto a gestão do território. No PAE, a gestão é conjunta entre comunidades e o INCRA, e na RDS, com o ICMBio.

Sobre esta última, para seus gestores, Mauro Braga e Alline Mayume, funcionários do ICMBio (entrevista coletiva 08/02/2017), a gestão da RDS está sendo pensada no intuito estruturar uma gestão por comunidade, para assegurar certas especificidades de cada uma, claro que sem perder a noção do todo, considerando a imensidão de seu território e a grande quantidade de comunidades

inclusas. Afirmam esses gestores, que a RDS Nascentes Geraizeiras, é um grande território, constituído por vários outros territórios, diversificados entre si devido as realidades próprias de cada comunidade⁹³. A experiência de gestão realizada até agora tem gerado uma articulação entre essas várias comunidades, tornando o Conselho Gestor⁹⁴ uma espécie de rede de compartilhamento de experiências.

É importante frisar, como destacam Mauro Braga e Alline Mayume, que um movimento gestor da unidade já havia começado antes mesmo da chegada do ICMBio. O mesmo compunha-se da participação de diversas entidades apoiadoras do Movimento Geraizeiro (como o STTR/RPM e Embrapa, dentre outras) em conjunto com as comunidades. O que está sendo idealizado agora é a aproximação da gestão formal, vinda com o ICMBio, com a tradicional, que já ocorria no movimento das comunidades. Ou seja, é buscar tornar possível uma adequação do Conselho Gestor à gestão original que já ocorria entre as comunidades, o que será um grande “quebra cabeça”, diz Mauro Braga (entrevista 08/02/2017).

Nesse sentido, esse modelo que pretende formalizar a gestão de um território tradicional, apresenta seu lado contraditório. Ao mesmo tempo em que o Conselho garante maioria representativa para as comunidades, também não poderá garantir sempre que o tradicional (ou o interesse das comunidades) irá prevalecer nas decisões, visto que dá brecha a participação de empresas monocultoras, com áreas no interior da RDS. O plano de gestão e manejo, mesmo buscando tal adequação, não deixa de engessar a gestão tradicional comunitária, visto que o Estado e o ICMBio enxergam aquele território como uma unidade de conservação. Mas antes de ser uma Unidade de Conservação é um Território tradicional, afirmam Mauro Braga e Alline Mayume (entrevista coletiva 08/02/2017).

Foi buscando por modelos que avancem nesse aspecto de autonomia gestora comunitária, que a comunidade de Sobrado optou pela criação de Lei Municipal, que

⁹³ A RDS Nascentes Geraizeiras possui 38.177 hectares ao todo. São beneficiárias da mesma, 27 comunidades, considerando as 26 pertencentes aos municípios principais por ela atendidos (Rio P. de Minas, Montezuma e Vargem G. do Rio Pardo) e mais uma do município de Santo Antônio do Retiro. No município de Rio P. de Minas são beneficiárias as comunidades: Água Boa I, Água Boa II, Riacho de Areia e Jaqueira (ICMBio – RDS Nascentes Geraizeiras, 08/02/2017).

⁹⁴ O Conselho Gestor é previsto nas normas para criação da RDS e é organizado a partir da reunião de representantes das comunidades atingidas, por órgãos e instituições civis e públicas, e também por empresas com propriedades no interior da RDS.

viesse a garantir mais autonomia e especificidade a aspectos geraizeiros de gestão territorial. Fato é que o processo vivenciado por essa comunidade e o resultado alcançado também não esconde aspectos contraditórios, também não impede o surgimento de frentes de disputa entre interesses e idealizações da comunidade e os do Estado. Nesse aspecto, há que se analisar o nível de autonomia comunitária alcançado na aprovação da Lei Municipal, tendo em vista as diferenças entre o projeto elaborado pela comunidade, que continha seus reais e inteiros interesses e o sancionado pelo poder público, que guardam consideráveis diferenças após os diversos vetos.⁹⁵ No entanto, ressalta-se aqui, o mecanismo inovador criado pela comunidade, que pode abrir caminhos para avanços no sentido da autonomia comunitária nas reapropriações territoriais, para o Sobrado e outras comunidades.

Diante de todos os caminhos de acesso ao território acima aventados, seja através de mecanismos já existentes ou alternativos, fica a necessidade de analisar qual a possibilidade de o poder público, sejam nos âmbitos municipais, estaduais e federais, tem de assegurar na prática a retomada territorial para as comunidades geraizeiras. Dentre estas, incluem-se tanto as aqui estudadas como no geral. A reivindicação de todas elas é pela correção de um erro histórico de invisibilidade e encurralamento pelos quais passaram, que caracterizou todo um território regional, identificado como Gerais. Uma das condições para tal é a disponibilidade de área adequada.

O fato é que, nos últimos decênios, o Estado agiu de tal forma a favorecer a concentração de área nas mãos das empresas que isso pode ser um fator dificultador para essas transações. A partir dos anos 1970, a parcial regularização fundiária ocorrida veio a facilitar a apropriação privada de terras para empresas e empresários individuais, enquanto os pequenos posseiros, que ocupavam as terras desde seus antepassados, pouco evoluiu no sentido das titulações. O Diretor do ITER em 2004, Luiz Chaves, reconhece que o poder público, ao longo da história, priorizou a legalização de terras para o latifúndio. Veja o que ele disse durante Audiência Pública com a Comissão de Direitos Humanos, na Câmara de Vereadores

⁹⁵ Não cabe aqui o necessário aprofundamento na análise desse ponto, mas o mesmo está sendo realizado na pesquisa para dissertação, deste mesmo programa (MESPT), pelo mestrando Moisés Dias de Oliveira.

de Rio P. de Minas, em 21/12/2004, quando arrolava o processo do Caso Vereda Funda,

[...] o que mais me preocupa, é que várias empresas se defendem juntando documentos e alegando direitos adquiridos... À época, o Estado tinha como legitimar a posse dessas terras, do porte que queriam, com autorização do Legislativo e do Senado Federal. Essas empresas requereram a titulação dessas terras. A ACESITA, por exemplo, tem 89.000ha de terras e pagou ao Estado. Com o advento da Constituição, o Estado não conseguiu repassar o título. Agora estamos lutando para recuperar essas terras. Não tenho dúvida de que o Estado jamais conseguirá recuperar todo esse patrimônio, pois cometeu desleixo ao longo dos anos. Além de essa demanda jurídica ser longa em relação a algumas empresas, o Estado corre o risco de perder mesmo (Autos de Ação possessória. Processo nº 02404.534.896-8; Vol 3; p. 444-445).

Esse relato demonstra como que o próprio Estado, através da falta de uma gestão adequada, possibilitou a crescente concentração de terras na região aqui considerada. Tal concentração não foi gerada somente pelas falhas estatais, mas de modo proposital (se é que tais falhas também não seriam propositalis), incluindo os âmbitos federais, com a criação de mecanismos legais de repasse de terras para as empresas, seja através dos arrendamentos, seja através de compra e venda. O próprio Estado, portanto, criou dificuldades no sentido da disponibilização de áreas que poderiam ajudar na solução das demandas das comunidades tradicionais, já que é de responsabilidade do Estado o gerenciamento de terras públicas e devolutas.

A mesa de diálogo criada pelo atual Governo do Estado de Minas se configura como uma tentativa de criar um espaço para esse encontro corpo a corpo. Não deixa de ser outra possibilidade, em relação a conflitos fundiários, de encurtamento de caminhos na busca por solução desses embates. Tanto para o Sobrado, como para as comunidades Raiz e Moreira e outras, a possibilidade da permuta de área são consideradas. Nela, as empresas e empresários abririam mão das áreas reivindicadas, passando-as formalmente para as comunidades, enquanto o Estado legitimaria a posse de áreas equivalentes em outros locais, que não encontrem resistências de moradores e restrição ambiental.

CONCLUSÃO

Desde a colonização do Brasil até os dias atuais, assiste-se uma política fundiária governamental marcada pela criação de mecanismos de concentração de terras nas mãos de elites agrárias. Foi assim com as Capitânicas Hereditárias, com as Sesmarias, com a Lei de Terras de 1850, com o período desenvolvimentista do regime militar nas décadas de 1960 e 1970, dentre diversas outras situações, cujos governos foram agentes “legitimados” a facilitar a acumulação de grandes extensões de terras, seja a grandes fazendeiros, seja a grandes empresas.

Por outro lado, também as situações de “falhas” dessas políticas fundiárias, que marcam períodos de descontrole estatal sobre gestão das terras, foram propícias à formação de latifúndios cada vez maiores. Um exemplo do foi o desgoverno estatal em Minas Gerais sobre os arrendamentos de terras para empresas reflorestadoras pós 1980. Isso permitiu a perda de imensas áreas de terras públicas para a apropriação privada que, por sua vez, se fizeram valer de diversos mecanismos para legitimação das posses, seja através de grilagens ou outras formas de apropriação indevida.

Tanto a presença, como a ausência estatal no controle distributivo das terras levaram a formação de imensos latifúndios, ao mesmo tempo em que dificultaram a aquisição de terras por parte dos pequenos agricultores. Tais dificuldades ocorriam ora pelo caráter mercadológico das terras, instituído especialmente após a Lei de Terras de 1850, ora pelo fato de a concentração de terras avançar às fronteiras agrícolas, tornando cada vez mais indisponíveis áreas para os agricultores pobres.

Tanto pequenos agricultores, quanto povos e comunidades tradicionais foram prejudicados com tais políticas, ou não-políticas, no sentido da ausência ou falha governamental. Formas de uso e apropriação das terras como as praticadas por povos tradicionais nunca foram objeto de reconhecimento e proteção governamental, cuja realidade só começa a mudar após a Constituição de 1988.

As comunidades tradicionais geraizeiras são um desses povos que sofreram e sofrem desse contexto histórico de políticas centralizadoras de terras. Seus territórios de uso coletivo, essenciais à reprodução física e cultural, foram usurpados através de mecanismos estatais que beneficiavam grandes empresas reflorestadoras, com a justificativa de que a monocultura de eucalipto iria colocar a região norte mineira no ciclo do desenvolvimento. A “razão instrumental” do estado e do capital suplantou a “razão histórica” das comunidades, gerando o encurralamento das comunidades.

Como consequências dos monocultivos de eucalipto ocorreu a perda de espaços produtivos (a criação à solta, atividades extrativas nas chapadas, entre outras), impactos socioambientais e desconfiguração e inviabilização dos modos de vida tradicionais das comunidades geraizeiras. A ameaça à sobrevivência física e social nos lugares instaurou-se, sendo determinante para esse quadro a escassez hídrica. Em termos de graus ou níveis de encurralamento, resultante dos plantios massivos e diversos outros empreendimentos econômicos desastrosos ao meio ambiente, talvez a falta de água seja o mais importante desses níveis. É a questão mais destacada pelos moradores das três comunidades pesquisadas.

As formas paliativas, encontradas para amenizar a situação de falta de água, têm alto custo social e econômico, não oferecendo a necessária segurança futura no abastecimento. Uma quantidade e qualidade de água adequada aos moradores – propiciando meios de sobrevivência e geração de renda, com possibilidades de produção, melhorais na qualidade de vida (da forma que os moradores locais entendem o que seja qualidade de vida) –, só é possível com a regeneração e proteção das fontes hídricas naturais, como as nascentes e os córregos.

Há a necessidade dos espaços de decisão do poder público considerarem, em suas políticas territoriais, a questão hídrica. Em decorrência da recuperação hídrica, fatores como produção diversificada de alimentos agrícolas, geração de renda, volume de ocupações no campo, por meio da produção familiar, dentre outros, serão benefícios estendidos aos habitantes de uma forma geral.

Mesmo com a restrição territorial e hídrica vivenciada, vimos que a agricultura familiar ainda é responsável pelo fornecimento de 90% da alimentação no município de Rio Pardo de Minas. Mas a diversidade alimentícia e a segurança alimentar, assim como as práticas de comercialização, que já sofreram grandes reduções, permanecem em situação de ameaça. Há fatos que demonstram a tendência de priorizar a produção familiar monocultora, incentivando poucos produtos resistentes à estiagem, como a mandioca. Mas até mesmo a cadeia produtiva desta planta, no entanto, está comprometida, visto que seu processamento depende também de boa quantidade de água.

Mas tal recuperação hídrica, como entendem os moradores, só seria possível com a recuperação do território, cuja gestão autônoma e coletiva permitiria seu uso sustentável. É com esse objetivo que as comunidades Geraizeiras de Sobrado, Raiz e Moreira enfrentam longas batalhas contra a apropriação indevida de seus territórios ancestrais. Sobrado e Moreira lutam primordialmente para a recuperação de áreas para reserva e uso sustentável e coletivo, via extrativismo. Já Raiz, além de áreas de recuperação do Cerrado, aponta questões mais críticas relacionadas à necessidade de espaços produtivos.

Suas resistências engrossam o chamado “novos movimentos sociais” que vem trilhando caminhos reveladores da necessidade de uma “outra reforma agrária”, ou outras políticas fundiárias que reconheçam a diversidade das territorialidades e dos direitos, no Estado de Minas e no País. Como resultados dessas lutas, dispositivos legais, mais correspondentes à essa diversidade cultural e fundiária, estão sendo criados. O foco da luta é também pela implementação prática desses mecanismos.

As discussões mais contemporâneas a respeito das questões ambientais envolvem análises interdisciplinares, promovendo diálogos de saberes entre o conhecimento científico e acadêmico e os conhecimentos locais e tradicionais, que precisam contaminar os setores de decisão política e jurídica. Os movimentos, como o das comunidades geraizeiras, apontam a necessidade de o Estado considerar questões sociais, ambientais, culturais, de autonomia local, assim como da diversidade de apropriações territoriais existentes, nas políticas fundiárias. Como

defende Silva (2009), é necessária uma linha metodológica para as políticas públicas, que possam promover a sustentabilidade. E isso envolve questões de caráter ambiental e social.

Das comunidades de Rio Pardo de Minas, pode se dizer que o Sobrado (assim como Vereda Funda e Água Boa II) está em processo mais avançado de recuperação de seu território, não obstante as constantes ameaças que ainda sofrem pelos antigos posseiros ou “invasores” ou dificuldades diversas de concluírem a implantação dos projetos relativos à gestão territorial. As comunidades Raiz e Moreira resistem e procuram avançar no fortalecimento político, a fim de achar saídas específicas para seus casos. Ao mesmo tempo, através da rede de movimentos de comunidades, também lutam pela criação ou busca de soluções em comum.

É fundamental destacar que – não importando os mecanismos acessados por cada uma, diferenciados entre si e independentemente dos estágios de luta – cada comunidade faz valer processos de resistência e aspectos de territorialidade e identidade geraizeira, como elementos fundamentais para retomada, reapropriação e gestão do território. As experiências são trocadas através de uma ampla rede de reciprocidade, que conta com apoios fundamentais de diversas instituições, nas mais diferentes esferas de assessorias e frentes de ação direta.

Os elementos identitários acessados pelas comunidades foram de fundamental importância para aglutinação coletiva a favor da luta. Elementos comumente entendidos como subjetivos, como religiosidade, relação cosmológica com o território, manifestações culturais, etc., se mostram essenciais nos processos de conscientização e identificação dos moradores com as propostas de ações a favor das retomadas, se tornando realidades objetivas e práticas através da eficácia social. Há um passado e modos de vida em comum que unificam processos, muitas vezes sacrificiais, que apontam para construção de um presente e um futuro de retorno, mesmo que parcial, daquilo que perderam.

É com uma referência a esse sentido de identidade territorial coletiva, projetada em termos de relações geracionais – dos antepassados, passando pelos

atuais militantes e moradores, se dirigindo aos filhos e netos – que finalizo este trabalho. A cultura e a arte, sejam através da folia de reis, sejam as bandeiras roubadas, seja o teatro, seja tantas outras manifestações, que aqui nem couberam referenciar, se mostraram como instrumentos fortalecedores de sentidos identitários. Mostraram-se portadores de um alcance comunicativo diferenciado, através da vivência da identidade territorial manifestada através do encontro das pessoas, atingindo campos receptivos da mensagem que os meios comumente usados para comunicar ou dialogar sobre a luta, talvez tenham mais dificuldades.

São formas democráticas de falar sobre a luta porque permitem – e atraem – a participação de diversas faixas etárias. O teatro se mostrou espaço propício a crianças e adolescentes no desenvolvimento e recriação de formas de falar sobre a comunidade e sua realidade. Resultados sinalizam a necessidade de se ampliar reflexões sobre atividades desse gênero (pois pode ser pensado outros meios artísticos como música, dança, artes plásticas, etc.), no intuito de somar aos processos e vivências das lutas, contribuindo na animação, sensibilização e conscientização das questões colocadas.

São meios, enfim, que permitem o desenvolvimento de uma relação protagônica dos pequenos na vida da comunidade. Vivenciam a identidade de forma manifesta. Que não sejam olvidadas, nem subestimadas, portanto, as experiências das crianças. Ao contrário, que se permita e se apoie sua valorização e ampliação. Seja quando confeccionam placas que afirmam “esse território é nosso”, seja quando reproduzem cenicamente as histórias de luta. Seja qualquer espaço que dê vazão ao pequeno grande grito dos geraizeirinhos pelo seu futuro, visto que também sonham, visto que também sabem – e o dizem, cantando, poetizando – que os Gerais são dos geraizeiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de Pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ARAÚJO, Fabiana Oliveira. **Formação e transformação da rede urbana do Alto Rio Pardo, Norte de Minas Gerais.** In: ENAMPUR, 16., 2015. Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: AMPUR, 2015. Disponível em <www.xvienampur.com.br>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O livro branco da grilagem de terras.** [S.L.]. [1999?]. Disponível em <www.incra.gov.br>. Acesso em 24 fev. 2017.

BRASIL. **Lei Imperial n. 601 de 18 de setembro de 1850.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 13 dez 2016.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial:** o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes - PPGDS, 2006.

_____. **Ecologismo dos gerais:** conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no norte de minas gerais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília, DF: UnB/CDS, 2013.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **O sertão de Rio Pardo:** sociedade, cultura material e justiça nas minas oitocentistas. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG, 2004.

CHAVES, Luiz Antônio. **As terras devolutas e a questão energética em Minas Gerais:** Desafios e perspectivas de sustentabilidade econômica, ambiental e social nas regiões Norte e Alto Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Direito). Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder, 2015.

COSTA, João Batista Almeida. **Mineiro e Baianeiros:** englobamento, exclusão e resistência. Tese (Doutorado em Antropologia social). Brasília, DF: UnB, Instituto de Ciências Sociais, 2003.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais.** Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Rural). Huelva: Universidade Internacional de Andalucia, 1998.

DIAS, Adriana dos Santos. et al. **Culinária e saberes tradicionais na comunidade tradicional geraizera Sobrado.** Montes Claros: Unimontes, 2014.
GUIMARÃES, Alberto Passos de. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Fulgor, 1964.

HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

LEÃO, Aldinei Sebastião Dias; SOUZA, Jonielson Ribeiro. **O movimento geraizeiro pela retomada dos territórios tradicionais: aspectos antropológicos e jurídicos.** In: Colóquio Internacional de povos e comunidades Tradicionais. 3., 2014. Montes Claros, 2014.

LEITE, Marcos Esdras. et al. **Mapeamento do eucalipto nos municípios da mesorregião Norte de Minas Gerais, com o uso de dados de sensoriamento remoto.** In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR. 16., 2013. Anais... Foz do Iguaçu: 2013. Disponível em <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/files/p0180.pdf>>. Acesso em 4 mai. 2016.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental.** Ponta Grossa: Olhar de Professor, Vol 14, N° 2, p. 309-335, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>>. Acesso em 02 abr. 2017.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília, DF. Série Antropologia: 2002. Disponível em <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. **Os conflitos socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política.** In: A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. (org. Marcel Burszty). Rio de Janeiro:Garamond, p. 107-122, 2001.

_____. **Ecologia política como etnografia**: um guia teórico e metodológico. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, 2006.
LYRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARCATTI, Bruna Aparecida. et al. **A resistência geraizeira**: uma história de enfrentamento ao projeto das empresas de reflorestamento. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia. 7., Fortaleza, 2011. Cadernos de Agroecologia, v. 6, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/10798/7464>>. Acesso em 24 abr. 2016.

MESQUITA, Fabio de Azevedo. **A veneração aos santos no catolicismo popular brasileiro**: uma aproximação histórico-teológica. Reveleto - Revista Eletrônica Espaço Teológico. Vol. 9, n. 15, p. 155-174, 2015. Acesso em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleto>>. Acesso em: 19 Mar. 2017.

MOREIRA, Rafaela dos Santos; GERMANI, Guiomar Inês. **Descomplicando o tortuoso caminho para chegar as terras devolutas na Bahia**: a utilização de ferramentas da geotecnologia no processo de estimativa de terras públicas no estado. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária. 21., Anais... Uberlândia: UFU, 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados, São Paulo, vol. 26, n. 74, p.51-64, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624/12366>>. Acesso em: 16 Abr. 2017.

NOGUEIRA, Mônica Celeida. **Gerais a dentro e a fora**: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (doutorado em antropologia). Brasília, DF: UnB, ICS/DAN, 2009.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios**: a experiência latino-americana e caribenha. Buenos Aires: Clasco, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**: ideologia e utopia no final do século XX. Ci. Inf., Brasília, DF, vol. 21, n.1, p.23-31, 1992. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/460/460>>. Acesso em: 16 Abr. 2017.

ROCHA, Deyvisson Felipe Batista. et al. **Estratégias modernas de reapropriação de territórios tradicionais**: o caso de vale das cancelas. In: Congresso em Desenvolvimento Social. 5., Anais... Montes Claros, p. 5-14, 2016.

ROCHA, Eliene. et al. (org). **Teatro político, formação e organização social**: avanços, limites e desafios da experiência dos anos 1960 ao tempo presente. São Paulo: Outras expressões, 2015.

RODRIGUES, Silvia Gomes. **Transformações na produção do carvão vegetal, trabalho e meio ambiente**. In: Congresso em Desenvolvimento Social 5., Anais... Montes Claros, 2016.

ROMARIA do Areião: luta pela sobrevivência étnica no Norte de Minas. Produção Dayrell, Carlos; Dayrell Luciano. Rio Pardo de Minas, 2012. Videodocumentário. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=wjBIC84zG9s>>. Acesso em: 16 Abr. 2017.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Sociedades e Organizações Camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: UFRG, 2011.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. **'Land grabbing' e 'green grabbing'**: Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. Uberlândia. Campo - Território: revista de geografia agrária, p. 6-42, jun., 2016.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Redefinições em torno da propriedade privada na Amazônia**: ecologismo e produtivismo no tempo do mercado. Agrária, São Paulo, n. 10/11, pp. 3-19, 2009.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Lei de Terras de 1850**: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar uma quinta parte da atual população agrícola. Revista Brasileira de História. São Paulo, p. 1-21, 2015.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **O cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Brasília, DF: Confea, 2009.

SILVEIRA, Dayana Martins. **Comunidades tradicionais do Norte de Minas**: estratégias de luta e acesso a direitos territoriais. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Montes Claros: Unimontes/PPGDS, 2014.

SOUZA, Jonielson Ribeiro. **Do Caiçara ao Nogueira**: rastros de identidade e religiosidade geraizeiras na luta da comunidade Sobrado pela retomada de território. Artigo (TCC Especialização em Direitos Sociais do Campo). Goiás: UFG/PPG, 2015.

_____. **Comunidades tradicionais geraizeiras e seus processos de resistência e retomada territorial frente à expropriação de terras**. In: Encontro da ANDHEP. 9., Vitória, ES., 2016. Disponível em: <
<http://www.andhep2016.sinteseeventos.com.br/>>. Acesso em: 13 Dez. 2016.

SOARES, Rita Conegundes. **A influência da Folia de Reis na resistência dos povos geraizeiros da comunidade Vereda Funda**. Monografia (TCC Licenciatura em Educação do Campo). Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011.

VELOSO, Gabriel Alves. et al. **Mapeamento da monocultura do eucalipto na microrregião de Salinas, norte de Minas Gerais, nos anos de 1986, 1996 e 2010**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária. 21., Anais... Uberlândia, UFU, 2012.

Arquivos do Conselho de Desenvolvimento comunitário do Sobrado:

COMUNIDADE DE SOBRADO. **Ata de assembleia geral extraordinária do conselho de desenvolvimento comunitário do Sobrado**. Rio Pardo de Minas, 15/12/2013.

DUQUE-BRASIL, Reinaldo. et al. **Etnoecologia, conhecimento e uso da biodiversidade no território tradicional da comunidade de geraizeiros do**

Sobrado, Rio Pardo de Minas. Relatório técnico ambiental. (CNPq/Nº559569/2010-6). Rio Pardo de Minas: UFV, 2011.

Arquivos Associação Comunidade Moreira:

CARTÓRIO de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pardo de Minas. Certidão de inteiro teor. Imóvel Rural Fazenda “Lusubrasileiro” (Mato do Rancho). Matrícula 1771 de 05/11/1982.

DAYRELL, Luana Santos; DAYRELL, Carlos Alberto. (Resp. técnicos) **Relatório: Águas e terras na comunidade tradicional do Moreira:** demanda de regularização territorial e proteção ambiental. Rio Pardo de Minas, 2014.

NETO, Nacip Mamud Lauar (Resp. técnico). **Laudo Impactos Ambientais na Bacia hidrográfica dos Moreira, promovidos pelo Monocultivo de Eucalipto no município de Rio Pardo de Minas.** Rio Pardo de Minas, 2016.
Arquivos da Associação da comunidade Raiz:

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de; CARRARA, Álvaro Alves. **Relatório de identificação de território e direitos da comunidade tradicional geraizeira de Raiz:** município de Rio Pardo de Minas – norte do Estado de Minas Gerais. Montes Claros, 2010.

CARTÓRIO de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pardo de Minas. Registro de Imóveis: Registro Geral. **Fazenda “Gênio”.** Matrícula nº 3.289 de 19/02/1990.

_____. Certidão de inteiro teor. **Fazenda “Passagem Larga”** (Cercado de Baixo). Matrícula nº 140 de 06/08/1976.

_____. Registro de Imóveis: Registro Geral. **Fazenda “Pery Pery”.** Matrícula nº 2.448 de 20/11/1984.

_____. Registro de Imóveis: Registro Geral. **Fazenda “Riacho dos Cavalos”.** Matrícula nº 2.321 de 13/06/1984.

_____. Certidão de inteiro teor. **Fazenda “Chibiu”.** Matrícula nº 156 de 18/08/1976.

_____. Registro de Imóveis: Registro Geral. **Fazenda “Muniz”**. Matrícula 3.393 de 22/07/1991.

RIO PARDO DE MINAS. Justiça de primeira instância. Juízo de direito da comarca de Rio Pardo de Minas/MG. Mandado Judicial 14/12/1990. **Autos do processo de Retificação de Registro Imobiliário nº 1.660/90 da Fazenda “Passagem Larga”, matrícula 140 de 21/06/1990**. Requerente: Itasider – Usina Siderúrgica Itaminas S/A. Mandatário: Juiz Substituto Jacinto Silva. 1990. (fotocópia).

Arquivos do Ponto de Cultura Riguilido:

PONTO DE CULTURA RIGUILIDO. **Registros audiovisuais**. Rio Pardo de Minas, agosto de 2012.

Arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas:

GARCIA FILHO, Danilo Prado. Levantamento e caracterização da situação fundiária da área proposta para a Reserva Extrativista do Areião e Vale do Guará, MG. (Contrato de consultoria: Relatório final). Florianópolis, ICMbio, 2009.

TOLENTINO, Frederick Aluisius (Resp. técnico). **Projeto de revitalização da microbacia do córrego Moreira**. Rio Pardo de Minas: CAA/NM e STTR/RPM, 2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Autos de Ação possessória**. Processo nº 02404.534.896-8 da Vara de conflitos agrários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Autor: Florestaminas Florestamentos Minas Gerais. Réu: Fetaemg Federação Trabalhadores Agricultura Estado MG. et al. Vol. 1,2 e 3. Fls. 01-480, 2004. (caso Vereda Funda)

OLIVEIRA, Moisés Dias de. et al. (Coord.). **Projeto As águas do Sobrado: do conflito a esperança de preservação e recuperação socioambiental**. Rio Pardo de Minas, p. 1-20, S/D.

ANEXOS

ANEXO 1 – Esquete teatral

SALVE SALVE NOSSA TERRA!

Cena 1

Todos entram cantando

Meu senhor, minha senhora
Peço sua atenção
Para lhes contar um caso
Que não é de enrolação

Mas daí fomos pra luta
Sempre a reivindicar
Direito a água e a vida
E proteger nosso lugar

Nós somos lá do Sobrado
Comunidade Geraizeira
Que teve os *corgo* ameaçado
O Caiçara e o Nogueira

Já são mais de 15 anos
Numa sina de lascar
Mesmo com nossas conquista
Ainda não dá pra descansar

TODOS – Fomos acordar...

TONE 1 – Bem depois que nosso cerrado foi quase todo destruído...

TODOS – Fomos acordar...

ZÉ 2 – Bem depois que nossa água já quase não dava pra beber nem regar...

TODOS – Fomos acordar...

MANEL 3 – Bem depois que o colorido e a vida da chapada deu lugar a monotonia e o silêncio de um deserto verde...

TODOS – Só depois que perdemos tudo isso que fomos acordar!

MANEL – Concordo gente, que acordamos muito tarde. Mas antes tarde do que nunca! E depois de tanto de tempo de luta, conseguimos muita coisa.

ANA – É verdade. Nosso povo está mais organizado e consciente. Conseguimos até criar uma Lei que reconhece nosso território e nosso modo de viver.

MANEL – Será porquê ainda não podemos sossegar, se a lei já foi até aprovada?

ANA – Porquê ela ainda foi regulamentada e o território ainda não é nosso de maneira formal.

MANEL 3 – De maneira o quê?

ANA 4 – De maneira formal, legal, assim passado no papel, no certo, entende?:

MANEL 3 – Ah! Entendi... Uai, a gente podia lembrar como tudo começou...

ANA – Sim. (Narrando) Um dia chegou na comunidade um empresário da cidade, bem afeiçoado, dizendo querer o bem pra todo mundo...

Cena 2

Empresário entra

EMPRESÁRIO – Bom dia !

MORADORES – Bom dia!

EMPRESÁRIO – Eu comprei uma terrinha ali, na cabeceira do caiçara. E estou precisando de gente pra trabalhar pra mim. Vocês querem?

MORADOR 1 – Ué, bom demais, nós tava mesmo precisando de emprego!

EMPRESÁRIO – Vocês vão cortar todo o mato ao redor do córrego. Mas corta tudo, pra dar bastante carvão. Podem começar com aquele pequizeiro ali!

MORADORES 1 e 2 – Ta bom, pode deixar.

Empresário sai.

MORADOR 2 – (indo pro corte) Que beleza! O mês ta salvo.

Cortam o pequizeiro e depois o restante do mato. O fazem sussurrando uma música:

“Tirar toda a madeira pra fazer carvão...”

Colocam o “mato” arrancado em algum lugar que simbolize fornos (ex. embaixo de cadeiras). Empresário retorna com o porco.

EMPRESÁRIO – Agora, pra aproveitar a água da nascente, vou soltar um bocado de porco aqui, que eu não quero esses bicho fedorento perto de casa não. (Grita) Empregados!

MORADORES – Sim patrão.

EMPRESÁRIO – Depois de dar comida pros porco, já podem carregar o caminhão, que o carvão já ta pronto.

MORADORES – Sim sinhô.

EMPRESÁRIO – (olhando ao redor, no local do desmate) Agora já dá pra soltar gado nisso aqui tudo...

Os empregados carregam o caminhão e saem

ANA 4 – (Narrando) Além dessa devastação, nossa chapada já havia sido tomada pelo eucalipto de uma empresa, lá no início dos anos 80, o que também prejudicou nossas cabeceiras. A consequência disso tudo não demorou muito a chegar...

Cena 3

ZÉ – (capinando o quintal) – ...Eita chão duro... Ééé, hoje acho que num chove não... Oh Ana, tá na hora do cafezin, num tá?

ANA – Tô indo fazê Zé.

Ana tenta pegar água da torneira, mas sai apenas lama. Ela se volta para Zé tristemente e lhe mostra. Os dois ficam em silêncio por um momento.

ZÉ – ...Esse negócio num tá certo... o córrego já tá quase seco e agora só sai lama da torneira! Temos que chamar o povo e ir ver o que tá acontecendo.

ANA – Também acho viu Zé.

ZÉ – Oh gente, bora subir o corgo pra ver o que ta acontecendo.

MORADORES – Bora, bora...

Sobem o córrego, chegam próximo as nascentes

ANA – Meu Deus, quanta destruição! Assim não tem córrego que agüente! Tiraram toda a mata nativa e a nascente ta toda pisoteada por porco e gado.

ZÉ – Óia os tanques de ajuntar água! Tá tudo entupido de areia que desce da serra com as enxurrada...

TONI – Mas isso tudo não é crime ambiental?

ANA – Se não for crime ambiental, eu não sei mais o que é, mas eu sei o que eu vou fazer (*Pega o celular*) Alô, é da Polícia ambiental?...Dá uma chegadinha aqui no Sobrado, procês ver uma desgraceira...

POLICIAL – (*chegando*) Pois não senhores.

ANA – Dá uma olhada nesse negócio que um cidadão fez aqui, isso ta certo?

POLICIAL – Num tá certo não meu senhor. Vamos multar o responsável, pode deixar conosco. (*vê o fazendeiro ao fundo, tentando despistar*) Ops! O senhor aí, aonde pensa que vai?

EMPRESÁRIO – Eu?... eu?... Tava indo dar de comer meus porquinhos.

POLICIAL – (*escreve e entrega o papel*) Pois o senhor está sendo multado por degradação ambiental

EMPRESÁRIO – Sério?!

POLICIAL – E ainda vai ter que recuperar a mata nativa ao redor do leito do rio.

EMPRESÁRIO – Num brinca!

POLICIAL – É isso mesmo. E os senhores podem voltar pra suas casas, para evitar confusão.

MORADOR – Obrigado seu polícia

POLICIAL – É o nosso trabalho (*sai*)

EMPRESÁRIO – Até parece que isso me assusta.

ANA – (Narrando) E não assustou mesmo. O empresário, além de não pagar a multa, continuou degradando. Mas o povo não se acomodou, continuou na luta por seus direitos.

MORADORES – (andando apressadamente atrás do empresário) Vamos conversar.

EMPRESÁRIO – Não quero saber de conversa.

MORADORES – Vamos negociar.

EMPRESÁRIO – Não quero saber de negócio.

MORADORES – O senhor tem que parar com esse desmate.

EMPRESÁRIO – Não paro, a terra é minha e eu faço o que eu quiser... (sai)

ANA – Não tem jeito pessoal, com esse sujeito não tem conversa. Temos que tentar outra solução. Tô entendendo o seguinte: pra salvar a água, vamos ter que lutar pela terra.

ZÉ – Sempre moramos aqui, desde nossos antepassados essa terra sempre foi bem cuidada, sempre teve lugar pras pessoas, pra mata e pros animais...

TODOS – Não é agora que gente de fora vai fazer o povo ir embora!

MANEL – (narrando) E assim, então, seguimos na luta. Mas pra enfrentar o que passamos, foi preciso muita fé e união.

ANA – Passamos a lutar pelo território, não para possuir um simples pedaço de terra, mas porque entendemos que essa é a única forma de continuar vivendo nesse lugar, onde nossos antepassados viveram e deixaram pra nós.

TONE – Foram anos e anos de muita angústia e sofrimento. Mas com o apoio de muitos parceiros, aprendemos a nos organizar e fizemos o fazendeiro recuar.

MANEL – Hoje nosso cerrado se recupera, está voltando a ter o colorido e a vida de antes. Mas, como já falamos, a luta ainda não acabou, nosso território continua sendo ameaçado.

MORADORES – Mas no que de nós depender, essa terra nunca deixaremos de defender!

Música final

Essa terra é dos Gerais

É do povo geraizeiro

Que sempre cuidou dela

Não vai ser de fazendeiro

Que faz dela o que quiser

Que faz dela o seu canteiro

SALVE O SOBRADO!, SALVE O SOBRADO (*Bis*)

(FIM)

ANEXO 2 - POEMA

NOSSA LUTA EM VERSO E RIMA: A HISTÓRIA DE LUTA E SUPERAÇÃO DA COMUNIDADE TRADICIONAL GERAIZEIRA SOBRADO EM DEFESA DO SEU TERRITÓRIO.

Autora: Luciana Bispo Santana

Meus amigos companheiros/quero agora lhes falar
Um pouco da nossa história/vou agora lhes contar
Como começou a luta /do povo desse lugar

Somos lavradores simples/ nascemos e crescemos aqui...
Desse pedaço de chão/ nunca pensamos em sair
Não temos muito dinheiro/, mas fé e amor verdadeiro/nunca faltou por aqui

Um belo dia aqui/chegou um certo empresário
Parecia gente boa/um sujeito educado...
Fez até alguns amigos/com o povo do sobrado!!!!
Diz que um pedaço de terra/ ele havia comprado
Do Nogueira e a Caiçara/era agora proprietário
Daquele fato porém/não fizemos muito caso.

No início até foi bom/teve emprego de montão
O trator e o motor serra/logo entraram em ação
Da chapada foi descendo/carga e carga de carvão
Consciência que é bom/ninguém ainda tinha não.

Em pouco tempo a chapada/foi mudando sua cara
Planta que era comum/foi virando coisa rara
Nem de longe se lembrava nossa rica caiçara
Em pouco tempo a mangaba/a cagaita e o pequi
Deu lugar ao eucalipto que tomou conta dali
E pra completar o estrago/veio ainda porco e gado/Pra ajudar a destruir...

Só depois de algum tempo/o povo foi despertar
Alguns que por lá andaram/vieram nos alertar:
Essa coisa ta errada/começaram a questionar:
Cercaram nossas nascentes/,pra gado e porco criar?
Se continuar assim/nossas águas vão secar!!!!

Não demorou muito tempo/o pesadelo chegou
As águas foram minguando/o povo se apavorou
Do córrego forte e potente/somente areia sobrou
E nas torneiras das casas/areia e lama pingou
Canos foram entupidos/barragem se assoreou
Alguns já foram rezando: piedade de nós Senhor....

O povo preocupado/com aquela situação
Procuram o empresário/pra falar sobre a questão
Pediram que ele parasse/com aquela destruição
Mas a conversa do povo/ele não quis ouvir não
Foram muitas tentativas/sem nenhuma solução
Então a comunidade tomou uma decisão
Defender suas nascentes/daquela devastação

A essa altura da história/um pensamento era certo
Ou lutaremos agora/ou viraremos deserto
Vamos defender a água/esse é o caminho mais certo
Faremos a nossa parte/e Deus proverá o resto.

Então a comunidade/começou a organizar
Nossa associação/foi preciso resgatar
Buscamos alguns parceiros/pra poder nos ajudar
O poder público/ a justiça/sindicato , CAA
Também universidades/ entre outras entidades/vieram nos apoiar
Pois essa luta sozinhos/nós não podíamos ganhar.

O nosso modo de vida/resolvemos afirmar
Somos todos geraizeiros: decidimos declarar
Também nosso território/ foi preciso demarcar

Foi um momento marcante/quando os nossos anciãos
Explicaram para os técnicos / com imensa precisão
Onde começa e termina esse nosso amado chão
O mapa estava gravado/ na mente e no coração
E seguindo a fala deles/foi feita a demarcação

Buscamos nossas raízes/ ficamos emocionados
Ao descobrir que viemos/de um mesmo antepassado
O velho Manoel Hermogenes/homem honesto e honrado

Crianças, jovens, idosos, nessa busca emocionante
Nos fez então perceber / o quanto somos importantes
Ser geraizeiro prá nós, é coisa muito elegante.
E para encarar a luta/saímos mais confiantes

Com o povo organizado/ o empresário recuou
Quis voltar algumas vezes/mas o povo não deixou
Da Nogueira e Caiçara/a comunidade apossou
E nas terras degradadas/uma reserva criou
Nascentes recuperaram/o verde se renovou
Animais afugentados/pra sua casa voltou

A comunidade unida/tomou uma resolução
Nunca mais deixar ninguém/destruir o nosso chão
Naquele lugar sagrado/ninguém mais vai por a mão
A não ser com o propósito/ de fazer preservação

Já são quase quinze anos/nessa longa caminhada
Nossa luta continua/ela não ta terminada
Passamos alguns perrengues/lagrima foi derramada
Mas também temos vitórias/para serem celebradas
Um povo mais consciente/e bem mais organizado
Uma Lei já aprovada/e um livro publicado
Aprendemos a lição/isso é um grande legado.

Somos um povo pacato/não somos de confusão
Se entramos nessa luta/foi por pura precisão
De defender nossas águas / da usura e da ambição
De gente que sai de longe/para pra fazer perseguição

Temos fé e união/duas armas poderosas
Temos um Deus que Caminha/Conosco todas as horas
É Dele que vem a força/para construir nossa história

Isso é apenas um pouco / da história do sobrado
Eu peço que me perdoem/por eu ter me delongado
Mas é que o caso é longo/ tem muito a ser contado
E a você que nos houve/o nosso muito obrigado!

Comunidade Sobrado: Maio de 2016

ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Questões semiestruturadas

1. Nome completo:
2. Estado Civil:
3. Escolaridade:
4. Filhos? Quantos? Quais idades?
5. Onde nasceu e passou a infância/adolescência?
6. O/A Sr/a participa dos assuntos/ações da comunidade? De que forma?
7. O/A senhor/a enxerga alguma mudança em sua comunidade a partir da chegada do eucalipto? Se sim, fale sobre elas.
8. O que a terra significa para o(a) senhor(a) e para sua comunidade?
9. O que é ser geraizeiro para o/a senhor/a?
10. Tem conhecimento de como foi a reação da comunidade quando as empresas de eucalipto chegaram? Pode falar sobre?
11. Em sua comunidade existem práticas de ajuda mútua como os mutirões, ou outras? Como são realizadas? Qual sua importância?
12. Qual a relação entre religiosidade e luta em sua comunidade?
13. Conte sobre as lutas da comunidade pelo território (pela área em disputa), como ela começou e como foi/é a organização da comunidade para enfrentar.
14. Quais os obstáculos aos objetivos da comunidade hoje? E qual caminho ela visualiza hoje para superá-los?
15. Quais conquistas já obtiveram?

ANEXO 4 - FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Dona Alvina: Geraizeira da comunidade Raiz



Foto: Jonielson Ribeiro (16/10/2016)

Foto 2 – Dona Clemência e seu neto: Geraizeiros comunidade Raiz



Foto: Jonielson Ribeiro (16/10/2016)

Foto 3 – Sr. Antônio e esposa, Dona Lucia. Comunidade Moreira



Foto: Andreia Sousa (06/11/2016)

Foto 4 – Dona Ormezina. Comunidade Moreira



Foto: Andreia Sousa (06/11/2016)

Foto 5: Placas confeccionadas pelos moradores da comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (26/04/2016)

Foto 6: Caminhada pela chapada da comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (23/04/2016)

Foto 7: Voçorocas provocadas pelo eucalipto: Cabeceira comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (07/05/2016)

Foto 8: Vista da chapada: comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (23/04/2016)

Foto 9: Resquícios de antiga cerca de pedra – Comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (06/11/2016)

Foto 10: Muda de pequiheiro cresce em meio a rebrota de eucaliptal



Foto: Jonielon Ribeiro (23/04/2016)

Foto 11: Adeilson mostra local onde se situava a antiga *estrada catingueira*: comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (23/04/2016)

Foto 12: Muda de rufãozeiro em meio ao eucaliptal – chapada comunidade Moreira



Foto: Jonielson Ribeiro (23/04/2016)

Foto 13: Criança do Moreira mostra fruto, “pinha de raposa”, encontrado na chapada durante caminhada



Foto: Jonielson Ribeiro (23/04/2016)

Foto 14: Caminhada Sobrado: Cachoeira do Córrego Caiçara



Foto: Jonielson Ribeiro

Foto 15: Oficina Teatral comunidade Sobrado



Foto: Claudeni Reis (julho de 2016)

Foto 16: Apresentação esquete teatral *Salve salve nossa terra* – Comunidade Sobrado



Foto: Jonielson Ribeiro (27/11/2016)

Foto 17: Apresentação esquete teatral *Salve salve nossa terra* – Comunidade Raiz



Foto: Felicíssimo Tiago (04/02/2017)